



**ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO
E GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

**PROGNÓSTICOS E ALTERNATIVAS PARA A
UNIVERSALIZAÇÃO, CONDICIONANTES,
DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS**



**Sooretama-ES
2017**

EXECUÇÃO



LAGESA

**LABORATÓRIO DE GESTÃO DO
SANEAMENTO AMBIENTAL**

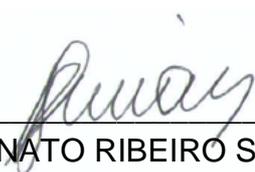
REALIZAÇÃO

*GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Saneamento, Habitação
e Desenvolvimento Urbano*



APRESENTAÇÃO

O presente documento é parte constitutiva das etapas para a Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMSB/PMGIRS) e refere-se à versão Final dos Prognósticos e Alternativas para a Universalização, Condicionantes, Diretrizes, Objetivos e Metas propostas para a elaboração dos referidos planos para os municípios de Alegre, Castelo, Conceição da Barra, Domingos Martins, Iúna, Jaguaré, Marataízes, Muniz Freire, Nova Venécia, Pinheiros e Sooretama.



RENATO RIBEIRO SIMAN
COORDENADOR DO PROJETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA**Prefeito**

Alessandro Broedel

Vice - Prefeito

Aguinaldo Machado

GRUPO DE TRABALHO (GT)**Comitê Técnico Executivo**

Dolores de Fátima Colle – Secretária de Meio Ambiente

Tales Yukio Viana – Secretário Municipal de Obras

Éric Zucatelli Libardi – Gestor Ambiental

Comitê Consultivo

Leandro Pereira Vicente - Representante do Conselho de Assistência Social

Gustavo Castro Neves – Secretário de Trab. e Assistência Social

Raquel da Silva Filipe – Sub-secretária de Trab. e Assistência Social

Adriana de Almeida Lima - Representante da Associação de Catadores

Maristela Santos de M. Arsari - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento

Eva Tessarolo Bobbio - Representante da ATIS (Associação da Terceira Idade)

Josmiro Elizeu da Silva – Diretor SAAE

Mara Broedel Paquele – Secretária de Saúde

Adiclei Brás Bazoni – Secretário de Planejamento e Desenvolvimento

EQUIPE TÉCNICA DE CONSULTORES**Coordenador Geral**

Renato Ribeiro Siman – DSc. Hidráulica e Saneamento Básico

Coordenação Técnica

Daniel Rigo – DSc. Engenharia Oceânica

Gerenciamento do Projeto

Renato Meira de Sousa Dutra – Msc. Engenharia e Desenvolvimento Sustentável

Consultores

Dimaghi Schwamback – Técnico Agrícola

Diogo Costa Buarque – DSc. Recursos Hídricos

Ednilson Silva Felipe – DSc. Economia da Indústria e da Tecnologia

Maria Cláudia Lima Couto – MSc. Engenharia Ambiental

Maria Helena Elpídio Abreu – DSc. Educação

Orlindo Francisco Borges – MSc. Ciências Jurídico-ambientais

Equipe de Apoio

Alonso De Carli Moro – Estagiário Administração

André Luiz de Oliveira – DSc. Geografia

Angelo José Saviatto Filho – Estagiário de Economia

Antony Fabre – Engenheiro Sanitário e Ambiental

Carolina Wassem Galvão – Estagiária Engenharia Ambiental

Clarice Menezes Vieira – DSc. Economia

Gessica Brunhara – Estagiária Engenharia Ambiental

Igor Mielke Onofre – Estagiário Engenharia Ambiental

Jessica Luiza Nogueira Zon – Engenheira Ambiental

Jorge Luiz dos Santos Jr – DSc. Ciências Sociais

Julia Reis Schimidt – Estagiária Engenharia Ambiental

Juliana Carneiro Botelho – Assistente Social

Layara Moreira Calixto – Estagiária Engenharia Ambiental

Luana Lavagnoli Moreira – Engenheira Ambiental

Marcus Camilo Dalvi Garcia – Msc. Engenharia e Desenvolvimento Sustentável

Maria Bernadete Biccass – MSc. Engenharia Ambiental

Mariana Della Valentina – Estagiária Engenharia Ambiental

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 OBJETIVOS.....	9
3 DIRETRIZES GERAIS ABORDADAS.....	10
4 METODOLOGIA UTILIZADA NA REALIZAÇÃO DOS PROGNÓSTICOS E ALTERNATIVAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO, CONDICIONANTES, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS.....	12
5 MODELO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO.....	14
5.1 POSSIBILIDADES DE MODELOS DE GESTÃO NO ÂMBITO DO SANEAMENTO BÁSICO MUNICIPAL	15
5.2 O STATUS QUO DA GESTÃO DO SANEAMENTO BÁSICO EM SOORETAMA	19
5.3 DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO TRATADOS NO PMSB.....	21
5.4 PROPOSIÇÃO DE MODELO DE GESTÃO PARA O MUNICÍPIO.....	23
5.5 REFERÊNCIAS.....	30
6 MODELO DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS LOCAIS DE SANEAMENTO BÁSICO	31
6.1 ASPECTOS INICIAIS.....	31
6.2 REGULAÇÃO: ALGUNS ELEMENTOS CONCEITUAIS	34
6.3 ELEMENTOS DA REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS SANEAMENTO BÁSICO E INTERFACE COM OUTROS ÓRGÃOS.....	36
6.4 O PLANEJAMENTO E A ATUAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA.....	39
6.5 OPÇÕES DOS MUNICÍPIOS QUANTO A REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL.....	41
6.6 A PROBLEMÁTICA DA REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	44
6.7 AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO: CONCEITOS E PROCEDIMENTOS	46

6.8 DO CONTROLE SOCIAL	47
6.9 REFERÊNCIAS.....	48
7 ANÁLISE DA VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONSIDERANDO OS CENÁRIOS DOS OBJETIVOS, METAS.....	49
8 PROGNÓSTICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA)	52
8.1 ESTIMATIVA DAS DEMANDAS POR SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA TODO O PERÍODO DO PMSB	52
8.2 CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS E EVOLUÇÃO – PROSPECTIVA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – PPE	71
8.3 REFERÊNCIAS.....	87
9 PROGNÓSTICO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES).....	88
9.1 PROGNÓSTICO E ALTERNATIVAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO.....	88
9.2 CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS E EVOLUÇÃO – PROSPECTIVA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – PPE	96
9.3 REFERÊNCIAS.....	134
10 PROGNÓSTICO DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (SLUMRS)	135
10.1 ESTIMATIVA DAS DEMANDAS POR SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA TODO O PERÍODO DO PMSB	135
10.2 ALTERNATIVAS PARA O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS.....	172
10.3 REFERÊNCIAS.....	174
11 PROGNÓSTICO DO SISTEMA DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E DRENAGEM URBANA (SDMAPU).....	175
11.1 ESTIMATIVA DAS DEMANDAS POR SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA TODO O PERÍODO DO PMSB	175
11.2 ALTERNATIVAS PARA O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS.....	191
11.3 REFERÊNCIAS.....	195

12 CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS E EVOLUÇÃO – PROSPECTIVA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – PPE	196
12.1 NOTAS METODOLÓGICAS	196
12.2 SISTEMATIZAÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS: PROBLEMAS E DESAFIOS, AVANÇOS E POTENCIALIDADES.....	199
12.3 OBJETIVOS E METAS PRETENDIDAS COM A IMPLANTAÇÃO DO PMSB.....	221
12.4 DIRECIONADORES DE FUTURO	228
12.5 CENÁRIOS PROSPECTIVOS	230
12.6 REFERÊNCIAS.....	237
APÊNDICE A	238
APÊNDICE B	240
APÊNDICE C	242

1 INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) são instrumentos exigidos pelas Leis Federais nº 11.445/2007 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.217/2010) e nº 12.305/2010 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010) que instituíram, respectivamente, as Políticas Nacionais de Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos. Suas implementações possibilitarão planejar as ações de Saneamento Básico dos municípios na direção da universalização do atendimento. Os PMSB, abrangerão os serviços de:

- Abastecimento de água;
- Esgotamento sanitário;
- Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e
- Manejo das águas pluviais e drenagem.

A partir do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) com a Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (AMUNES) foi celebrado entre a UFES e a Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB) o Contrato de Prestação de Serviço nº 007/2015 assinado no dia 29 de novembro de 2013, fundamentado na dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso VIII da Lei 8.666/1993. O objeto do referido contrato é a elaboração dos PMSB para os municípios de Alegre, Castelo, Conceição da Barra, Domingos Martins, Iúna, Jaguaré, Marataízes, Muniz Freire, Nova Venécia, Pinheiros e Sooretama.

2 OBJETIVOS

O presente Prognóstico tem por objetivo identificar, dimensionar, analisar e prever a implementação de alternativas de intervenção, visando o atendimento das demandas e prioridades da sociedade.

Esta etapa envolve a formulação de estratégias para alcançar os objetivos, diretrizes e metas definidas para o PMSB, incluindo a organização ou adequação das estruturas municipais para o planejamento, a prestação de serviço, a regulação, a fiscalização e o controle social, ou ainda, a assistência técnica e, quando for o caso, a promoção da gestão associada, via convênio de cooperação ou consórcio intermunicipal, para o desempenho de uma ou mais destas funções.

3 DIRETRIZES GERAIS ABORDADAS

As diretrizes do PMSB definidas na Lei 11.445/07 são:

- O PMSB é instrumento fundamental para implementação da Política Municipal de Saneamento Básico;
- O PMSB deverá fazer parte do desenvolvimento urbano e ambiental da cidade;
- O PMSB deverá ser desenvolvido para um horizonte temporal da ordem de vinte anos e ser revisado e atualizado a cada quatro anos. A promoção de ações de educação sanitária e ambiental como instrumento de sensibilização e conscientização da população deve ser realizada permanentemente;
- A participação e controle social devem ser assegurados na formulação e avaliação do PMSB;
- A disponibilidade dos serviços públicos de saneamento básico deve ser assegurada a toda população do município (urbana e rural).

As diretrizes para a elaboração do PGIRS definidas na Lei 12.305/10 são:

- Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental;
- Incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do SISNAMA, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei 12.305/2010;
- A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão e manterão, de forma conjunta, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), articulado com o SINIS e o SINIMA;

- Incumbe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do SINIR todas as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma e na periodicidade estabelecidas em regulamento.

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos pode estar inserido no Plano de Saneamento Básico previsto no art. 19 da Lei nº 11.445, de 2007, respeitado o conteúdo mínimo previsto nos incisos do caput e observado o disposto no § 2º, todos deste artigo.

4 METODOLOGIA UTILIZADA NA REALIZAÇÃO DOS PROGNÓSTICOS E ALTERNATIVAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO, CONDICIONANTES, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

É indiscutível a importância da fase de Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico, no entanto, será na fase de Prognósticos e Alternativas para a Universalização, Condicionantes, Diretrizes, Objetivos e Metas onde serão efetivamente elaboradas as estratégias de atuação para melhoria das condições dos serviços saneamento para o município. A prospectiva estratégica requer um conjunto de técnicas sobre a resolução de problemas perante a complexidade, a incerteza, os riscos e os conflitos, devidamente caracterizados.

Os cenários da evolução dos sistemas de saneamento para o PMSB do município serão construídos para um horizonte de tempo de 20 anos. Com base nestes elementos e considerando outras condicionantes como ameaças e oportunidades, os cenários serão construídos configurando as seguintes situações: a tendência, a situação possível e a situação desejável.

A partir dos cenários admissíveis, serão propostos os objetivos gerais e específicos, a partir dos quais serão estabelecidos os planos de metas de emergência e contingência, de curto, médio e longo prazos para alcançá-los. As diretrizes, alternativas, objetivos e metas, programas e ações do PMSB contemplarão definições com o detalhamento adequado e suficiente para que seja possível formular os projetos técnicos e operacionais para a sua implementação.

Essas alternativas deverão ser discutidas e pactuadas a partir das reuniões de mobilização nas comunidades, levando em consideração critérios definidos, previamente, tais como:

- Atendimento ao objetivo principal;
- Custos de implantação;
- Impacto da medida quanto aos aspectos de salubridade ambiental;
- Além do grau de aceitação pela população.

A análise custo-efetividade é utilizada quando não é possível ou desejável considerar o valor monetário dos benefícios provenientes das alternativas em análise, comparando os custos de alternativas capazes de alcançar os mesmos

benefícios ou um dado objetivo. A análise custo-benefício fornece uma orientação à tomada de decisão quando se dispõe de várias alternativas diferentes, sob o critério de maior eficiência econômica entre os custos e benefícios estimados.

5 MODELO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

No âmbito da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de Sooretama, faz-se necessário refletir e apresentar soluções adequadas para a gestão dos serviços de Saneamento Básico, entendidos como o conjunto de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais e drenagem.

Por “gestão dos serviços de saneamento básico” entende-se, segundo a Lei 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, o planejamento, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços. Neste capítulo serão discutidos os aspectos relacionados à prestação dos serviços de saneamento, enquanto o capítulo seguinte tratará do modelo de fiscalização e regulação dos mesmos. Ao final do próximo capítulo, então, será proposto um modelo de gestão para o município, considerando todos os aspectos discutidos.

As demandas relacionadas aos serviços de saneamento básico são múltiplas, sendo frequentemente capitaneadas por grupos de interesse políticos, econômicos e setoriais diversos. Assim, faz-se necessário o fortalecimento institucional dos gestores para que a administração pública possa ser a instância de decisão acerca da alocação de recursos e da definição de suas políticas.

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de Sooretama almejam tornar-se os marcos efetivos do planejamento para o saneamento, sendo estabelecidas diretrizes, programas e ações que necessitam do desenvolvimento concomitante de mecanismos institucionais robustos capazes de operacionalizá-las. Estes mecanismos devem garantir o fortalecimento e a estruturação institucional específica para a viabilização dos Planos, sua adequação normativa e regularização legal dos sistemas, estruturação, desenvolvimento e aplicação de ferramentas operacionais e de planejamento.

A gestão dos serviços de saneamento básico coloca imensos desafios, especialmente institucionais e financeiros, na medida em que envolve a

cooperação de distintas organizações públicas, e destas com a sociedade civil. O fato de o PMSB e do PMGIRS estarem sendo desenvolvidos a partir de uma política em sintonia com um conjunto amplo de peças jurídicas ou programas e projetos já instituídos ou em execução em todas as esferas do poder público implica na necessidade de uma gestão que dialogue permanentemente com outros órgãos, entidades e autarquias direta ou indiretamente envolvidas com o saneamento básico, superando as eventuais discordâncias políticas.

Ao mesmo tempo, inúmeros debates vêm sendo travados em âmbito nacional acerca de alternativas de gestão dos serviços de saneamento básico, em virtude das dificuldades enfrentadas para a garantia da universalização dos serviços e de sua sustentabilidade ambiental¹. A gestão pode, se eficaz, potencializar os benefícios almejados com o sistema de saneamento. Porém, se ineficaz, acaba por restringir sobremaneira o acesso da população a tais serviços além, também, de criar dificuldades para que o sistema de saneamento funcione de forma eficiente.

5.1 POSSIBILIDADES DE MODELOS DE GESTÃO NO ÂMBITO DO SANEAMENTO BÁSICO MUNICIPAL

Sabe-se que não existe uma solução única para o modelo de gestão e que o principal desafio que se coloca está precisamente em analisar o contexto local como forma de traçar o modelo mais adequado. Além de ser necessário estudar e refletir, segundo a realidade local, para o desenho do modelo de gestão a ser adotado, deve-se prever mecanismos para que o mesmo seja dinâmico, dotado de um mínimo de flexibilidade para se ajustar a mudanças conjunturas locais e regionais, além de garantir mecanismos de participação e o controle social.

Sooretama é um município de aproximadamente 20 mil habitantes, como grande parte dos municípios brasileiros. Isso dificulta a criação de estruturas institucionais

¹ Ver, a respeito: JUSTO, 2004; LEONETI; PRADO; OLIVEIRA, 2011; LOUREIRO, 2009;

ou aquisição de recursos financeiros para organizar, isoladamente, uma gestão sustentável dos serviços de saneamento básico. Para esses municípios, o Plano Nacional de Saneamento Básico - PLAN SAB (Lei 11.445/07) indica explicitamente que a cooperação, sobretudo por meio de consórcios públicos ou convênios de cooperação, é uma alternativa importante para a implementação de programas e desenvolvimento de projetos de saneamento. Vale destacar a possibilidade de se utilizar do ambiente cooperativo que vem sendo construído entre os municípios a partir de Programas governamentais, tais como o Programa Territórios Rurais e o Territórios da Cidadania.

No Brasil, o Programa Territórios Rurais foi responsável por inaugurar, de forma oficial, a promoção de políticas públicas com viés territorial e significou a consolidação de uma nova abordagem de desenvolvimento. Esse programa foi implantado em áreas economicamente mais deprimidas, com IDH inferior e com maior concentração de agricultores familiares, assentados, quilombolas e povos indígenas, priorizando as populações rurais historicamente alijadas das políticas de desenvolvimento.

Já o Programa Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações. São programas precedentes ao pertencente a Secretaria Especial de Agricultura e Desenvolvimento Agrário, ligada à Casa Civil (MDA, 2008).

O Plansab indica que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) tem apoiado estados e municípios brasileiros na elaboração de estudo de regionalização e formação de consórcios públicos intermunicipais ou interfederativos para gestão dos resíduos sólidos:

O MMA considera que a gestão associada, por razões de escala, possibilita aos pequenos municípios reduzir custos e, portanto, garantir a

sustentabilidade quando comparado com o modelo atual, no qual os municípios manejam seus resíduos isoladamente. O ganho de escala esperado na geração de resíduos, conjugado à implantação da cobrança pela prestação do serviço, pode contribuir para a sustentabilidade econômica do consórcio e a manutenção de um corpo técnico qualificado.

No Espírito Santo foi constituído, na esteira da política estadual de resíduos sólidos, o Espírito Santo sem Lixão. Segundo a Sedurb (2017), o objetivo principal do Programa Espírito Santo sem Lixão é a erradicação dos lixões do território capixaba, por meio de sistemas regionais de destinação final adequada de resíduos sólidos urbanos (RSU), considerando também, neste contexto, a continuidade do funcionamento dos atuais sistemas que estão atendendo alguns municípios de forma sustentada e que foram implantados pela iniciativa privada.

O ES sem lixão se constitui de 03 consórcios intermunicipais e a estratégia de criação desses consórcios está ligada necessidade de obtenção de volume de RSU compatíveis com os custos de operação e manutenção do sistema com o objetivo de construção e gestão destes sistemas regionais de destinação final adequada dos RSU.

No que diz respeito aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a formação de consórcios é indicada igualmente como alternativa para a prestação dos serviços, para compartilhamento de equipamentos e a racionalização da execução de tarefas com ganhos de escala e economia de recursos.

Em resumo, o Plansab estabeleceu explicitamente como orientação política para a gestão dos serviços de saneamento básico:

- O apoio a arranjos institucionais (...), estimulando sua organização segundo escalas espaciais ótimas, de forma a explorar as potencialidades da Lei de Consórcios Públicos.
- A promoção de política de incentivo à criação de parcerias público-Privada e consórcios, para a gestão, regulação, fiscalização e prestação dos serviços de saneamento básico.

Em termos dos distintos modelos de prestação de serviços públicos, a literatura agrupa os mesmos em três grandes categorias: i) a prestação pública; ii) a

prestação privada; e iii) a prestação comunitária ou autogestão (LOUREIRO, 2009).

No que diz respeito à prestação privada, a delegação da prestação de serviço público a ente privado requer o desenvolvimento prévio de uma estrutura institucional capaz de regular e fiscalizar a prestação do serviço. Os riscos associados a esta modalidade de prestação são múltiplos, entre os quais pode-se citar a excessiva exploração dos recursos naturais e a exclusão da população com baixa ou nenhuma capacidade de pagamento no acesso aos serviços. Os argumentos em geral associados favoravelmente a esta modalidade dizem respeito à maior capacidade de investimento e à maior eficiência da oferta do setor privado *via-à-vis* o público. Estudos apontam, porém, que as experiências brasileiras de privatização dos serviços de saneamento básicos não atenderam às expectativas relacionadas aqueles aspectos (FERNÁNDEZ, 2005; ZVEIBEL, 2003).

No caso do município de Sooretama, invoca-se sua Lei orgânica, que estabelece princípios que buscam a inserção de parcelas da população de baixa renda, tratando-os como usuários com necessidade de atenção especial, a qual se daria, por exemplo, com tarifas sociais para prestação de serviços de saneamento básico, programas de educação sanitária, entre outros.

No que diz respeito à prestação pública, o conjunto de modalidades ou arranjos institucionais possíveis está apresentado no Quadro abaixo.

Quadro 5-1 - Conjunto de modalidades ou arranjos institucionais possíveis.

Modalidade	Descrição
Administração direta	O Poder Público presta os serviços pelos seus próprios órgãos em seu nome e sob sua responsabilidade por meio de secretarias, departamentos ou repartições da própria administração direta.
Autarquias Municipais	Entidades com personalidade jurídica de direito público, criada por lei específica, com patrimônio próprio, atribuições públicas específicas e autonomia administrativa, sob controle estadual ou municipal.
Empresas Públicas ou Companhias Municipais	Entidades paraestatais, criadas por lei, com personalidade jurídica de direito privado, com capital exclusivamente público.
Sociedade de Economia Mista e Companhias Estaduais	Entidade paraestatal, criada por lei, com capital público e privado, maioria pública nas ações, com direito a voto, gestão exclusivamente pública, com todos os dirigentes indicados pelo Poder Público.
Gestão Associada	Convênios de cooperação e consórcios públicos: parcerias formadas por dois ou mais entes federados para realização de objetivos de interesse comum

Fonte: Adaptado de LOUREIRO (2009).

Finalmente, no que diz respeito à prestação comunitária, trata-se da prestação do serviço por entidade da sociedade civil organizada, sem fins lucrativos, à qual tenha sido delegada a administração dos serviços.

No que se refere aos municípios brasileiros, duas posições sobre a gestão de serviços de saneamento vêm polarizando os debates: (i) garantir a titularidade municipal e a autonomia na escolha do modelo de gestão a ser adotado; (ii) adotar a gestão regionalizada, com os municípios delegando a gestão as Companhias Estaduais de Saneamento.

Segundo BORJA e SILVA (2008), essas duas formas de gestão da prestação são as principais no que se refere especialmente aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. De forma secundária, encontra-se, especialmente em áreas rurais, a delegação a associações de moradores, ONGs ou cooperativas. A prestação ocorre através de Companhias Estaduais para a maioria dos municípios brasileiros. Os que não seguiram este modelo constituíram Serviços Autônomos de Água e Esgoto (ou outras autarquias) ou prestam diretamente os serviços, especialmente no que se refere ao esgotamento sanitário. Os serviços de drenagem das águas pluviais são prestados pelos municípios na maioria dos casos por administração direta. Já os serviços de limpeza pública têm diversos arranjos, como administração direta do Público, empresa privada ou empresa pública.

5.2 O STATUS QUO DA GESTÃO DO SANEAMENTO BÁSICO EM SOORETAMA

A gestão atual dos serviços de saneamento básico no município de Sooretama no que diz respeito à execução dos serviços encontra-se bastante centralizada no Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), criado como autarquia da administração municipal indireta pela Lei 3/1983. O SAAE tem personalidade jurídica própria e dispõe de autonomia econômico-financeira e administrativa dentro dos limites fixados pela própria lei que o criou. Os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no município de Sooretama são de responsabilidade e executados pelo SAAE. Os serviços relacionados à drenagem urbana são executados pela Secretaria Municipal de Obras. Os

serviços de limpeza pública e manejo de Resíduos Sólidos são prestados em parte pela municipalidade, especialmente através da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, e em parte por empresas privadas, mediante contrato de prestação de serviços.

Além desta estrutura geral de gestão, articulada especialmente em torno da Prefeitura Municipal, outras iniciativas estão associadas a alguns serviços.

A Fundação Nacional de Saúde – Funasa, como órgão do Governo Federal responsável pela implementação de ações de saneamento em áreas rurais de todos os municípios brasileiros, atua em parceria com o Ministério da Saúde, ao qual compete a coordenação do Programa de Saneamento Rural (PNSR), bem como a elaboração de um modelo conceitual em concordância com as especificidades dos territórios rurais. Aqui, vale chamar a atenção para a necessidade de fortalecimento das instâncias locais de autogerenciamento (as comunidades), já que o saneamento em áreas rurais é bastante crítico na maioria dos municípios brasileiros.

O governo do Estado do Espírito Santo também atua na gestão de alguns serviços de manejo de resíduos sólidos. A partir de 2005, com a organização do Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA), por meio da CURSUCC – Comissão Interna de Resíduos Sólidos Urbanos e da Construção Civil, o Espírito Santo inicia seus trabalhos a fim de regularizar as atividades de destinação final de resíduos nos municípios do Estado. A partir de 2008, por meio das secretarias de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB) e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), o Estado iniciou sua estratégia de erradicação dos lixões do território capixaba a partir das primeiras ideias relativas ao projeto *“Espírito Santo Sem Lixão”*, que visa a organização de sistemas regionais de destinação final adequada de resíduos sólidos urbanos (RSU).

Atualmente o IEMA, juntamente com o Ministério Público do Espírito Santo (MPES), firmaram Termos de Compromisso Ambiental (TCA) com diversos municípios do Estado com vistas a adequar a gestão de resíduos sólidos e recuperar os lixões existentes nos municípios que necessitam não somente serem desativados, como também serem recuperados ambientalmente.

Assim, como se pode notar, o modelo de prestação dos serviços de saneamento básico em Sooretama é bastante enxuto e envolve uma combinação de gestão pública municipal através de autarquia (SAAE), prestação direta e concessão de alguns serviços a empresas privadas contratadas, estando ausente soluções consorciadas.

5.3 DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO TRATADOS NO PMSB

Para refletir sobre o modelo de gestão a ser adotado para a prestação dos serviços no município de Sooretama, devem-se considerar as responsabilidades definidas pela legislação para os mesmos.

A Lei Nacional de Saneamento Básico (11.445/2007) instituiu que cabe aos Municípios a titularidade da gestão dos serviços de saneamento básico, mas que a regulação, fiscalização e prestação destes são atribuições delegáveis, sendo indelegável o planejamento dos mesmos.

A Lei indica ainda como princípios fundamentais da gestão dos serviços de saneamento o controle social e a transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados. A Lei também estabelece que os serviços públicos devam ter a sustentabilidade assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, indicando que podem ser adotados subsídios tarifários e não-tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Ao mesmo tempo, uma peça jurídica fundamental a ser considerada é o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), aprovado pelo Decreto nº 8,141/2013 e pela Portaria nº171/2014. O Plansab, além de um levantamento e análise das bases legais e competências institucionais relacionadas ao saneamento básico, determina princípios que devem ser respeitados.

O princípio da sustentabilidade é, em consonância com a Lei Nacional de Saneamento Básico, assegurado no Plansab, que entende o mesmo da seguinte forma:

A sustentabilidade dos serviços, a despeito das diversas significações atribuídas ao termo, seria assumida pelo menos a partir de quatro dimensões: a ambiental, relativa à conservação e gestão dos recursos naturais e à melhoria da qualidade ambiental; a social, relacionada à percepção dos usuários em relação aos serviços e à sua aceitabilidade social; a da governança, envolvendo mecanismos institucionais e culturas políticas, com o objetivo de promoção de uma gestão democrática e participativa, pautada em mecanismos de prestação de contas; e a econômica, que concerne à viabilidade econômica dos serviços. (Grifos nossos)

O Plansab aponta ainda que a cobrança aos usuários pela prestação dos serviços não deve ser a única forma de alcançar sua sustentabilidade econômico-financeira. Esta estaria assegurada quando os recursos financeiros investidos fossem regulares, estáveis e suficientes para o seu financiamento, e o modelo de gestão institucional e jurídico-administrativo adequado. Ainda sobre o modelo de gestão, o Plansab sugere que:

Um tipo ideal de modelo sustentável de gestão de serviços de saneamento básico privilegiaria as escalas institucionais e territoriais de gestão; a construção da intersetorialidade; a possibilidade de conciliar eficiência técnica e econômica e eficácia social; o controle social e a participação dos usuários na gestão dos serviços; e a sustentabilidade ambiental.

O Plansab ainda destaca a importância da Lei de Consórcios Públicos e da Gestão Associada (Lei nº 11.107/2005), regulamentada pelo Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que tem como objetivo proporcionar a segurança político-institucional necessária para o estabelecimento de estruturas de cooperação intermunicipal e solucionar impasses na estrutura jurídico-administrativa dos consórcios.

Deve-se considerar igualmente a Lei Estadual de Saneamento Básico do Espírito Santo, de nº. 9.096 de 29 de dezembro de 2008, que propõe como objetivos do sistema de saneamento a promoção de alternativas de gestão que viabilizem a autossustentação econômica e financeira dos serviços e o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de

sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos de acordo com as especificidades locais.

Finalmente, a Lei Orgânica Municipal (Lei 028/1997) afirma a competência do município para ofertar, executar, manter e controlar os serviços de saneamento básico em articulação com o Estado. A mesma Lei faculta ainda ao município celebrar convênios como o Estado e com entidades públicas e privadas para a realização de “obras e serviços de interesse comum”. Segundo a Lei, o serviço público concedido ou permitido a outro ente deve ficar sujeitos à regulamentação e à fiscalização da Administração Municipal.

5.4 PROPOSIÇÃO DE MODELO DE GESTÃO PARA O MUNICÍPIO

A gestão dos quatro eixos do saneamento básico municipal é um tema que tem recebido a atenção de vários pesquisadores e profissionais brasileiros, dedicados a pensar formas adequadas de fornecer um serviço eficaz e cada vez mais eficiente, que entreguem ao usuário final serviços de alta qualidade, mantendo ao mesmo tempo a sustentabilidade econômico-financeira e técnica.

Inúmeros debates vêm sendo travados em âmbito nacional acerca de alternativas de gestão dos serviços de saneamento básico, em virtude das dificuldades enfrentadas para a garantia da universalização dos serviços e de sua sustentabilidade ambiental². Este debate ganhou maior vulto na medida em que a Lei 11.445/2007 instituiu que cabe aos municípios a titularidade da gestão dos serviços de saneamento básico, mas que a regulação, fiscalização e prestação destes são atribuições delegáveis, sendo indelegável o planejamento dos mesmos.

A Lei federal 11.445/2007 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, no que tange à gestão, traz como um dos princípios fundamentais para a prestação dos serviços nessa área a integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos. O artigo

² Ver, a respeito: JUSTO, 2004; LEONETI; PRADO; OLIVEIRA, 2011; LOUREIRO, 2009;

12 da referida Lei também estabelece que: “Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá entidade única encarregada das funções de regulação e de fiscalização.” Além disso, os contratos de prestação celebrados deverão conter os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades.

Já o artigo 24 da Lei federal 11.445/2007 estabelece que em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, os titulares poderão adotar os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação ou da prestação. Já o artigo 49 estabelece como objetivo da Política Federal de Saneamento Básico promover alternativas de gestão que viabilizem a autossustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação federativa.

Assim dentre as várias possibilidades do processo de gestão aparece a gestão consorciada, estabelecida pelo Artigo 241 da constituição federal; nos termos na Lei: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

A gestão adequada do saneamento básico envolve inexoravelmente a gestão da informação, que possibilita a elaboração e execução de projetos eficientes, bem como permite que os responsáveis pela gestão dos serviços possam desenvolver mecanismos de regulação e fiscalização, focando no aprimoramento constante. É muito comum que a informação esteja imersa no ambiente institucional do prestador de serviço e que haja um *gap* informacional para a população em geral (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2012). Nesse sentido, emerge como necessidade para um modelo eficiente a primazia pela transparência. Para Lisboa, Heller e Silveira (2017, p. 342) “a demanda pelo planejamento tem aberto novas perspectivas para os municípios, incluindo a possibilidade de ampliação de aspectos relevantes para a gestão dos serviços como os mecanismos de participação social.”

De acordo com o Instituto Trata Brasil (2012) no que tange ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, duas são as estruturas mais comuns no Brasil, quais sejam: Companhias estaduais de saneamento básico em mais de 3700 municípios; e companhias autônomas municipais em cerca de 1300 municípios. Nos dois casos as instituições criadas passam a ter autonomia na gestão, que vai desde o estabelecimento de tarifas até a política de investimentos. No caso das companhias estaduais, reside, em muitos exemplos, o modelo de “subsídios cruzados” em que não há contabilidade separada para cada município e a tarifa é igual para todo o estado.

Outro modelo bastante recente e ainda muito pouco utilizado na área de saneamento é o das Parcerias Público-Privadas (PPPs). Esse tem sido um movimento em direção à desestatização de alguns serviços públicos que dispensam o monopólio natural do Estado, como é o caso dos serviços de saneamento. A questão problemática é que a maioria dos municípios brasileiros ainda carece de altos investimentos em infraestrutura de saneamento, o que muitas vezes dificulta a atração do setor privado devido aos riscos e altos investimentos requeridos nas fases iniciais. Portanto, nesses casos, a viabilização de um modelo de PPP somente seria possível com forte subsídio estatal, ao menos nos anos iniciais da parceria. Além disso, inicialmente esse modelo tende a ser atrativo para as empresas somente em municípios de grande porte, o que não é o caso de Sooretama. No Estado do Espírito Santo avançam experimentos de PPP nos municípios de Vitória e Vila Velha.

No que tange ao eixo drenagem, as competências institucionais, na maioria das vezes, tal como observado no município em análise, encontram-se divididas entre diversos setores da prefeitura e de formas variadas. No entanto, mesmo sendo uma atividade que requer necessariamente uma gestão integrada de diversas áreas da prefeitura, é premente a existência de um setor com responsabilidade exclusiva para definição e coordenação das questões referentes à esse eixo. Essa área tomaria para si a responsabilidade pela drenagem, controlando e atualizando continuamente o banco de dados referentes ao tema, além de exercer o planejamento das atividades e busca de recursos para a implantação das metas elaboradas no PMSB.

Em relação ao eixo Limpeza Urbana e Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, em geral os serviços de varrição, podas de árvores e coleta de resíduos comuns ficam a carga da prefeitura municipal. Já a coleta de resíduos especiais na maioria dos casos é feita por meio de contrato com empresas especializadas. Os gargalos desse sistema passam pela falta de diálogo com a população, seja por meio de programas de comunicação social ou mesmo de educação ambiental para gerir dias e horários de coleta, bem como tipos e tratamento de resíduos específicos. Além disso, aparece a falta de articulação com as cooperativas de catadores.

Em todas essas possibilidades de gestão é imprescindível a existência de uma interlocução com os usuários/clientes finais dos serviços prestados, todavia essa não tem sido a realidade observada. Nesse sentido, dialogando com a necessidade de transparência, surge como aspecto relevante a adoção de um modelo em que exista um espaço de discussão e deliberação importante com a sociedade civil, ou seja, com forte peso do elemento “participação social”. Tal como estabelecido na Lei 11.445/07, é fundamental o controle social e a transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados dentro das estruturas de gestão dos municípios.

Silva (2010) chama a atenção para os mecanismos que podem ser utilizados para garantir a integração entre os atores e a participação social, destacando o estabelecimento de órgãos colegiados de caráter consultivo ou também deliberativo, envolvendo representantes dos titulares dos serviços, dos órgãos governamentais, dos prestadores dos serviços, dos usuários, de entidades técnicas e organizações da sociedade civil. Ainda de acordo com Silva (2010, p. 74) “a organização institucional, o planejamento e a participação da população são muito importantes, integrados à abordagem tecnológica, à implantação de sistemas e ao desenvolvimento de técnicas na área de saneamento básico, para que se tenham resultados efetivos no atendimento às necessidades da sociedade.”

A maior problemática a ser enfrentada por um modelo de gestão é a falta de integração dos quatro eixos do sistema, causando dispersão e falta de sincronia entre as ações. Pelo que foi aqui discutido, percebe-se que o encaixe por um modelo de gestão integrada para o saneamento básico municipal traz como

premissa os elementos característicos de um notório ciclo PDCA (Plan – Do – Check – Act). Ou seja, planejamento robusto e constante, já que o longo prazo se planeja no curto prazo (*Plan*); execução de planos, projetos e ações (*Do*); acompanhamento, avaliação e controle sistemático (*Check*) e reordenamento das ações a partir dos resultados alcançados na fase de checagem (*Act*). A organização e o planejamento têm como mote o fortalecimento do processo de gestão dos serviços públicos (YÉVENES-SUBIATRE, 2010).

Assim, considerando o *status quo* aqui analisado e a necessidade de uma solução viável e imprescindível para a adequada gestão da oferta de serviços de saneamento, a principal proposta do modelo de gestão do saneamento básico é o fortalecimento institucional da Administração Municipal a partir da criação de um Departamento de Gestão Integrada do Saneamento Ambiental (DEGISA), que agregue a gestão de todas as iniciativas relacionadas ao saneamento básico municipal. Trata-se de uma estrutura sistêmica que pode estar ligada diretamente ao Prefeito, ou algumas das secretarias responsáveis pela oferta dos serviços de saneamento. A figura abaixo apresenta o organograma desse Departamento.

Figura 5-1 - Organograma do Departamento de Gestão Integrada do Saneamento Ambiental.



Fonte: Autoria própria.

A estrutura administrativa do DEGISA traz a concepção de um modelo de gestão integrado, tal como preconiza a Lei 11.445/2007 e conforme amplamente discutido nos parágrafos acima. A proposta é que esse departamento esteja na posição mais próxima possível do Chefe do executivo municipal. Assim, é possível que se mantenha atual estrutura de Secretarias da Prefeitura, mas se incorpore algumas alterações com vistas a sua maior eficiência e sustentabilidade, especialmente no sentido da criação de arranjos cooperativos, tais como parcerias, soluções compartilhadas e consórcios. Nesse encaixe, o DEGISA será composto de quatro

áreas estratégicas, quais sejam: 1) Gestão de Projetos e Captação de Recursos; 2) Fiscalização; 3) Regulação e 4) Comunicação Social.

A área de Gestão de Projetos e Captação de Recursos se justifica pela necessidade de se acompanhar ao longo dos próximos 20 anos o cronograma de execução dos Programas, Projetos e Ações elaborados no âmbito do PMSB. A partir dessa estrutura, será possível aplicar metodologias modernas de Gestão de Projetos, bem como centralizar o planejamento, a execução e o acompanhamento das estratégias de captação de recursos para financiamento do Plano.

As áreas de Fiscalização e Regulação terão como objetivo planejar o desenvolvimento dessas atividades, seja por meio da execução direta, seja por meio de delegação. Na próxima seção serão discutidas essas possibilidades.

Por fim, a área de Comunicação Social e Transparência terá como funções:

- Promover canais de comunicação permanentes com as instituições relacionados à prestação de serviços de saneamento básico no Município e demais órgãos da administração pública estadual e federal;
- Incentivar que o planejamento em saneamento básico seja uma prática observada e valorizada, mediante a organização de eventos e publicações;
- Promover ações de comunicação social com vistas a disseminar a importância dos Planos;
- Fomentar a criação de ouvidorias nos prestadores de serviços de saneamento básico;
- Fortalecer as instâncias e mecanismos existentes de participação e controle social, estimulando a criação de novas;
- Estudar a implantação de rede de monitoramento e avaliação do Setor de Saneamento Básico, de forma a permitir a avaliação periódica do PMSB e do PMGIRS; e
- Manter documentação técnica, jurídica e financeira em sistema de informação automatizado, com vistas a permitir maior transparência na atuação pública.

Para estar em consonância com os objetivos gerais do Plansab (BRASIL, 2015), o DEGISA deverá distribuir adequadamente em suas áreas as seguintes funções:

- Promoção de encontros periódicos entre representantes das diferentes esferas de governo, de caráter operacional, com o intuito de atualizar informações quanto às dificuldades e necessidades em relação ao saneamento básico, buscando superar obstáculos e otimizar a aplicação dos investimentos;
- Realização de avaliações periódicas para que a previsão orçamentária e a execução financeira, no campo do saneamento básico, observem as metas e diretrizes estabelecidas nos Planos;
- Apoio e desenvolvimento de arranjos institucionais para a gestão dos serviços de saneamento básico, fortalecendo o aparato para a gestão, organização e modernização do setor, inclusive as experiências de gestão comunitária;
- Estimular e promover ações de parcerias entre entes federados e a criação de arranjos institucionais com base na cooperação entre níveis de governo, para a gestão, regulação, fiscalização e prestação dos serviços de saneamento básico;
- Desenvolver ações de aprimoramento da qualidade de obras e prestação de serviços para o setor;
- Fomentar parcerias, a exemplo de consórcios, para o manejo dos resíduos sólidos;
- Desenvolver programa de investimento e apoio técnico para a gestão associada e o gerenciamento integrado de resíduos sólidos, com inclusão dos trabalhadores com materiais recicláveis;
- Desenvolver ações de capacitação para a gestão e a prestação dos serviços de saneamento básico;
- Promover a qualificação contínua e treinamento de pessoal envolvido nas ações de saneamento básico;
- Manter permanente avaliação das definições e determinações da Lei nº 11.445/2007 e demais correlatas, suas alterações e sua regulamentação;
- Estudar a criação de fundos para a universalização dos serviços;
- Estudar a implementação de política de subsídios, especialmente para populações e localidades de baixa renda.

5.5 REFERÊNCIAS

BORJA, Patrícia Campos; SILVA, Alessandra Gomes Lopes Sampaio. *Gestão dos Serviços de Saneamento Básico*. In: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (org). Tema Transversais: plano municipal de saneamento básico: guia do profissional em treinamento: nível 2. Salvador: ReCESA, 2008.

BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 76/2013, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/1994. 40.ed. com índice. Brasília: Centro de Documentação e Informação (CEDI), 2013. 464 p. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html >. Acesso em: 25 jan. 2017.

BRASIL. Lei nº. 11.445 de 5 de Janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília: 2007.

BRASIL. Plano Nacional em Saneamento Básico. 2015. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/plansab_texto_editado_para_download.pdf. Acesso em: 25 abr. 2015.

FERNÁNDEZ, C. A *gestão dos serviços de saneamento básico no Brasil*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2005, vol. IX, núm. 194 (73).

INSTITUTO TRATA BRASIL. *Manual de Saneamento Básico. Entendendo o saneamento básico municipal no Brasil e sua importância socioeconômica*. Instituto Trata Brasil, 1012. Disponível em: <www.tratabrasil.org.br>. Acesso em 22 de janeiro de 2017.

JUSTO, M.C.D. de M. *Financiamento do saneamento básico no Brasil: uma análise comparativa da gestão pública e privada*. 2004. Dissertação (mestrado em desenvolvimento econômico, espaço e meio ambiente) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LEONETI, A. B.; PRADO, E. L. do; OLIVEIRA, S. V. W. B. de. *Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI*. Revista de Administração Pública, vol. 45, n. 2, Rio de Janeiro, 2011.

LISBOA, S.S.; HELLER, L.; SILVEIRA, R. B. *Desafios do planejamento municipal de saneamento básico em municípios de pequeno porte: a percepção dos gestores*. Eng Sanit Ambient, v.18, n.4, out/dez 2013. Pp. 341-348

LOUREIRO, A. L. *Gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado da Bahia: análise de diferentes modelos*. 2009. Dissertação (mestrado em engenharia ambiental urbana) — Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVA, M. M. *A participação da sociedade civil em diferentes modelos de prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário: estudo em quatro municípios no Brasil*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana. Salvador, 2010.

YÉVENES-SUBIATRE, A. (2010) *Prospectiva y estrategia en el escenario contemporáneo*. Latin American Journal of International Affairs, v. 2, n. 3, p. 90-106.

ZVEIBEL, Vitor Zular. *Reforma do Estado e a Gestão do Saneamento: uma trajetória incompleta*. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, 2003.

6 MODELO DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS LOCAIS DE SANEAMENTO BÁSICO

6.1 ASPECTOS INICIAIS

Com o advento da Lei nº 11.445/07, abriu-se mais um campo para atuação de órgãos de estado dedicados exclusivamente à tarefa de regulação dos serviços públicos: a regulação dos serviços de saneamento básico. De forma geral, a necessidade de elaboração dos Planos Municipais de Saneamento e a regulação dos serviços foram apontados como eixos fundamentais da Política Nacional de Saneamento Básico.

O PMSB é um dos instrumentos da Política de Saneamento Básico do município. Essa Política deve ordenar os serviços públicos de saneamento considerando as funções de gestão para a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, o controle social, o sistema de informações conforme o Decreto 7.217/2010 (FUNASA, 2012: 03).

De forma simplificada, *a regulação pode ser compreendida como sendo a função administrativa desempenhada pelo Poder Público para normatizar, controlar e fiscalizar algumas atividades econômicas.*

Somadas as outras áreas que já vinham sendo reguladas no Brasil (energia, petróleo e biocombustíveis, telefonia, aviação civil, etc), a partir da Lei 11.445/07, passou-se a discutir também a necessidade e os modelos de regulação que deveriam ser aplicados aos serviços públicos de saneamento básico.

Os objetivos da regulação do saneamento, de acordo com o artigo 22 da Lei nº 11.445/07, são, essencialmente, estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários. Com isso, visa garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas nos contratos de concessão e nos planos municipais de saneamento.

A regulação do setor do saneamento básico tem como princípios aqueles dispostos no artigo 3º da Lei do Saneamento (universalização do acesso aos serviços, a modicidade tarifária, a qualidade dos serviços, principalmente). Além disso, a regulação visa prevenir e reprimir o abuso do poder econômico (geralmente poder de monopólio) do concessionário e, de alguma forma, definir

tarifas que assegurem o equilíbrio econômico e financeiro da concessão/prestação de serviços.

As atividades de regulação, se apresentam, hoje, como sendo de grande importância para o alcance de bons resultados nas políticas públicas, especialmente no que se refere ao efetivo cumprimento das metas estabelecidas pelos planos municipais de saneamento. É através da regulação que podem ser criados os instrumentos regulatórios que fornecem ao gestor a capacidade de fazer com que os concessionários cumpram e respeitem fielmente as contratuais disposições fixadas. No caso dos planos municipais de saneamento básico, a regulação norteia os planos de investimentos e a ampliação das atividades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, limpeza urbana e drenagem pluvial.

Num primeiro momento, surgiram as agências estaduais de regulação, que foram concebidas para regular a prestação dos serviços executados pelas companhias estaduais de saneamento. Apenas mais recentemente, começaram a surgir, com a mesma finalidade, agências reguladoras no âmbito dos municípios. Contudo, mesmo considerando os termos da Lei nº 11.445/2007, pode-se dizer que ainda há poucas ações voltadas para a regulação desses serviços no país.

A Tabela mostra a existência de agências reguladoras de saneamento básico no Brasil.

Tabela 6-1 - Agências reguladoras de saneamento básico.

Municipais	Cidade	Estado	Ano	Água	Esgoto	Drenagem	Resíduos
ACFOR	Fortaleza	CE	2009	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
AGERB	Buritis	RO	2014	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
AGEREG	Campo Grande	MS	2006	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
AGERJI	Ji-Paraná	RO	2012	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
AGERSA	Cachoeiro de Itapemirim	ES	1999	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
AGR	Tubarão	SC	2008	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
AMAE	Joinville	SC	2001	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
AR	Itu	SP	2009	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
ARPF	Porto Ferreira	SP	2011	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
ARSAL	Salvador	BA	2007	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
ARSBAN	Natal	RN	2001	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ARSAEG	Guaratinguetá	SP	2007	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
ARSEC	Cuiabá	MT	2015	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
ARSEP	Mauá	SP	2000	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ARSETE	Teresina	PI	2006	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
SRJ	Jacareí	SP	2013	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Regionais	Cidade	Estado	Ano	Água	Esgoto	Drenagem	Resíduos
AGIR	Blumenau	SC	2009	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
ARIS	Florianópolis	SC	2009	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Estaduais	Cidade	Estado	Ano	Água	Esgoto	Drenagem	Resíduos
ADASA	Brasília	DF	2008	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
AGEAC	Rio Branco	AC	2003	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
AGENERSA	Rio de Janeiro	RJ	2005	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
AGER	Cuiabá	MT	1999	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
AGERGS	Porto Alegre	RS	1997	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
AGR	Goiânia	GO	1999	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
AGRESE	Aracaju	SE	2009	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
AGUASPARANÁ	Curitiba	PR	2009	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ARCE	Fortaleza	CE	1997	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
ARPE	Recife	PE	2000	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
ARSAE*	Belo Horizonte	MG	2009	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ARSAL	Maceió	AL	2001	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
ARSAM	Manaus	AM	1999	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
ARSEMA	São Luís	MA	2008	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
ARSESP	São Paulo	SP	2007	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
ATR	Palmas	TO	2007	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
AGEPAN	Campo Grande	MS	2007	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
AGESAN	Florianópolis	SC	2010	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ARCON	Belém	PA	1997	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ARPB	João Pessoa	PB	2005	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
AGERSA	Salvador	BA	2012	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ARSP	Vitória	ES	2016	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Fonte: Adaptado de ABAR (2017).

Em média, as agências têm entre 10 e 11 anos de criadas, o que reforça a proposição de que o exercício regulatório do saneamento básico no Brasil é um processo relativamente novo.

Observando a tabela acima, é possível perceber, também, que se a regulação municipal avançou em termos de água e esgoto, em termos de resíduos sólidos ela ainda é muito rara no Brasil. Isso é, com relação à regulação dos serviços de resíduos sólidos, drenagem pluvial e varrição urbana, os avanços foram pouco expressivos. Na Tabela 6-1 a Agência de Regulação de Serviços Públicos (ARSP) trata-se de uma agência Estadual com sede em Vitória, que foi criada pela Lei Complementar nº 827 de 1º de julho 2016 para consubstanciar as atividades desempenhadas pela Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo (Arsi) e pela Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo (Aspe). No âmbito do Saneamento Básico a ARSP cumpre a função de regular, controlar e fiscalizar no Espírito Santo, os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan), mediante convênio firmado com os municípios.

6.2 REGULAÇÃO: ALGUNS ELEMENTOS CONCEITUAIS

A literatura sobre regulação econômica apresenta, de forma geral, duas razões que justificam regular um determinado serviço. A primeira está ligada à correção de falhas de mercado, principalmente pela existência de monopólios naturais e, em segundo lugar, para garantir o interesse público. Ou seja, a regulação tem como finalidade garantir que todos os serviços públicos sejam prestados de forma eficiente, em condições adequadas e que se observe o princípio da modicidade tarifária: que haja garantia de lucros para concessionária e, ao mesmo tempo, haja elevada satisfação do usuário. A satisfação do usuário, por sua vez, está ligada ao atendimento de outros princípios básicos: regularidade, continuidade, eficiência, segurança e atualidade.

Além de indicar as decisões para que os serviços sejam prestados de maneira adequada, a regulação tem como objetivo garantir o equilíbrio nas relações entre as partes envolvidas. Geralmente, as partes envolvidas são: o poder concedente, isto é, o titular do serviço, que pode ser a União, o Estado ou o Município; o Concessionário, ou prestador de serviços, o qual presta os serviços à população (podendo ser uma empresa pública ou um órgão da administração indireta ou empresa privada) e o consumidor ou usuário, ou seja, aquele que recebe o serviço e paga por ele.

A regulação dos serviços públicos de saneamento ambiental pode ser exercida por entidade da administração indireta do poder concedente ou por delegação a uma Agência Reguladora. Em um caso ou outro, vale dizer que a garantia do equilíbrio de forças entre usuários, prestador de serviços e poder concedente somente pode ser alcançada quando a atuação do regulador é pautada nos princípios de amplo direito, da autonomia administrativa e financeira. De qualquer forma, o poder regulatório deve ser exercido com a finalidade de atender ao interesse público, mediante as atividades de normatização, fiscalização, controle, mediação e aplicação de sanções e penalidades nas concessões e permissões da prestação dos serviços.

Uma análise atenta acerca das peças legislativas que criam as agências reguladoras revela uma regularidade no que tange aos seus objetivos que vão ao encontro de uma gestão mais eficiente. Os objetivos gerais são:

- Promover e zelar pela eficiência econômica e técnica dos serviços;
- Fixar regras e procedimentos claros;
- Promover a estabilidade nas relações entre o poder concedente, entidades reguladas e usuários;
- Estimular a expansão e a modernização dos serviços, de modo a buscar a universalização e a melhoria dos padrões de qualidade;
- Evitar a susceptibilidade do setor aos interesses políticos.

Baseada nessas normas, a FISCALIZAÇÃO atua no sentido de verificar se os serviços regulados estão sendo efetivamente prestados de acordo com as normas legais e regulamentares. Além disso, é importante a avaliação do cumprimento das metas e regras estabelecidas e, se necessário, na implementação de outras ações, no âmbito de competência da entidade reguladora.

Quadro 6-1 - Aspectos conceituais básicos.

<p>AGÊNCIA REGULADORA – Autarquia especial criada para zelar pela eficiência econômica e técnica dos serviços públicos, propiciando aos seus usuários as condições de regularidade, continuidade, segurança e universalidade. Deve possuir autonomia orçamentária, financeira e administrativa.</p> <p>DETERMINAÇÃO – Ação indicada pela Agência Reguladora a ser cumprida pela concessionária, no prazo especificado.</p> <p>FISCALIZAÇÃO – Atividade de regulação técnica exercida com vistas à verificação contínua dos serviços regulados, objetivando apurar se estão sendo efetivamente prestados de acordo com as normas legais.</p> <p>NÃO-CONFORMIDADE – Caracteriza a constatação como em desacordo com os dispositivos legais que regulamentam a concessão, não atende ao contrato de concessão ou mesmo desobedece à legislação do setor de saneamento.</p> <p>CONCESSIONÁRIO - Pessoa jurídica ou consórcio de empresas ao qual foi delegada a prestação de serviço público pelo titular do serviço, e que se encontra submetido à competência regulatória da agência reguladora.</p> <p>USUÁRIO – Toda pessoa física ou jurídica que solicitar ao Prestador de Serviços o fornecimento quais quer serviços dos quatro eixos do Saneamento básico municipal e assumir a responsabilidade pelo pagamento dos serviços prestados e pelo cumprimento das demais obrigações legais, regulamentares e pertinentes.</p>
--

Fonte: Autoria própria.

6.3 ELEMENTOS DA REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS SANEAMENTO BÁSICO E INTERFACE COM OUTROS ÓRGÃOS

Tendo como objetivo fundamental a promoção da qualidade de vida e melhoria no bem-estar da população, a prestação de serviços de saneamento básico deve ser executada de forma adequada, sua operacionalização precisa estar comprometida e em consonância com a proteção e conservação adequada do meio ambiente e saúde pública. Os serviços de saneamento básico (água e esgoto, por exemplo), possuem importantes interfaces com vários outros elementos da sociedade, incluindo aí todas as questões ambientais, a preservação dos recursos hídricos, saúde pública e desenvolvimento econômico.

Além disso, a eficiência na prestação de serviços do saneamento básico depende da articulação eficiente com outras entidades importantes, além de várias áreas afins, uma vez que as atividades estão ligadas a diversas áreas que podem provocar consequências na qualidade dos serviços prestados.

A. Gestão dos Recursos Hídricos

A gestão dos recursos hídricos apresenta importante interface com todos os serviços do saneamento – e não somente com os de abastecimento de água e de esgoto. A disponibilidade de água em quantidade e qualidade satisfatórias é que viabiliza todas as etapas dos serviços de saneamento ambiental. Sem uma gestão adequada dos mananciais hídricos, todo o sistema sempre estará sujeito a falhas.

Nesse caso, é preciso dizer que parte da competência para atuar nesse sentido reside na esfera federal, por meio da Agência Nacional de Águas (ANA), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, integrando o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. Essa agência é a responsável por implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos, nos termos da Lei 9.433/97. Está sob sua responsabilidade a gestão dos corpos hídricos classificados como federais, ou seja, aqueles cujas áreas de abrangência transcendem os limites territoriais dos Estados.

Essa competência também se divide, em alguns casos com o Governo Estadual. Este é o responsável pela gestão dos mananciais do Estado, e atua na oferta de água, no monitoramento da sua qualidade e na preservação dos rios, lagoas e açude, e suas formas diferenciadas de manejo.

A falta ou as falhas de interação e de interlocução entre os órgãos responsáveis pela gestão dos recursos hídricos em várias instâncias acaba por gerar consequências importantes quanto ao funcionamento adequado dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

B. Saúde Pública

Os órgãos responsáveis pela promoção da saúde coletiva da população possuem importante interface com os serviços de saneamento básico. A qualidade da água e o tratamento de esgoto, por exemplo, são fundamentais para a gestão da saúde coletiva.

Nesse caso, também como antes, as relações entre os órgãos de saúde e os órgãos de saneamento são fundamentais para a qualidade da prestação de serviços. Pode-se citar, por exemplo, os seguintes órgãos:

- a) Esfera Federal: O Ministério da Saúde é o responsável pela coordenação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, através do qual presta cooperação técnica-financeira aos Estados e Municípios. Dentre ações que possuem interfaces com o saneamento ambiental, por exemplo, pode-se citar a normatização dos requisitos de qualidade da água para consumo humano.
- b) Esfera Estadual: A Vigilância Sanitária do Estado apresenta, por exemplo, as seguintes funções que possuem interface com o saneamento ambiental: promover e acompanhar a vigilância da qualidade da água em articulação com o nível municipal e os prestadores de serviço.
- c) Esfera Municipal: À Vigilância Sanitária Municipal compete a coordenação, programação e execução de procedimentos básicos em vigilância sanitária. Em geral, o exercício da vigilância sanitária municipal é voltado para a execução de inspeções sanitárias, importantes para a promoção coletiva da saúde.

C. Meio Ambiente

A interface dos órgãos de controle ambiental com os serviços de saneamento é fundamental uma vez que estes atuam, por exemplo, no controle de qualidade dos efluentes das estações de tratamento de esgotos, na disposição dos efluentes nos corpos receptores, na disposição final dos subprodutos do tratamento de água e esgoto e na fiscalização dos impactos ambientais dessas atividades. Estes órgãos também atuam em conjunto com as autoridades de recursos hídricos na preservação dos mananciais de abastecimento de água.

A atuação do Concessionário também está condicionada à aprovação de licenças ambientais e fiscalização destes órgãos quando da implantação e operação de suas infraestruturas físicas.

D. Desenvolvimento Urbano

Os órgãos responsáveis pelo planejamento urbano também apresentam importante interface com os serviços de saneamento básico. Esses atuam de forma essencial na tomada de decisões com relação às áreas que devem ser priorizadas para ampliações e implantação de infraestruturas de saneamento básico.

No âmbito federal está o Ministério das Cidades, que é responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e pela promoção de ações e programas de urbanização, de habitação, de saneamento básico e de transporte urbano. No âmbito estadual está a Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano, e no municipal, a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos. Essas secretarias têm como objetivo promover a implantação da infraestrutura básica necessária para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do Estado e município.

6.4 O PLANEJAMENTO E A ATUAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA

De uma forma geral, as competências do regulador, quanto às questões do saneamento ambiental, podem ser descritas abaixo como:

- Quantificar o custo da regulação do setor, a fim de atender as obrigações estabelecidas no marco regulatório;
- Proceder a fiscalização direta, exercida por meio de auditoria técnica, sistemática e periódica nas atividades da concessionária relativas a prestação dos serviços saneamento, tendo como referência as normas e regulamentos emitidos pela própria reguladora;
- Realizar fiscalização indireta, por intermédio do acompanhamento de indicadores técnicos, operacionais, comerciais e financeiros da concessão;
- Realizar algumas análises econômicas a partir do estudo das propostas de reajuste e de revisão de tarifas dos serviços de saneamento básico;
- Apreciar as reclamações e processos dos usuários como última instância recursal administrativa para julgamento dos conflitos entre estes e a concessionária;
- Editar resoluções e normas, além de outros meios necessários, para normatizar o setor de saneamento em aspectos relativos à qualidade da prestação dos serviços de água e de esgotos e das relações entre usuários e a concessionária;
- Atender a outras solicitações concernentes a objetos de leis, contratos de concessão e convênios.

No âmbito dessa análise alguns elementos precisam ser observados para que o regulador possa atuar de forma clara e eficiente:

I - Disponibilidade financeira

O órgão regulador deve ter autonomia financeira para que possa cumprir com suas funções sem qualquer tipo de dependência em termos de recursos financeiros. Nesse sentido, o ideal é que apresente orçamento próprio e capacidade de gestão desses recursos. Suas receitas podem advir, por exemplo, das taxas de regulação

cobradas das concessionárias. Em alguns casos, esta taxa varia de 0,5 a 1,0% das receitas operacionais das concessionárias para agências estaduais e de até 3,0% para as agências municipais.

II – Definição de metas

O órgão regulador precisa definir metas para o saneamento ambiental, obrigando a concessionária a implementar estratégias para alcançá-las. Isso passa, por exemplo, pela elaboração de índices a serem alcançados e também de um cronograma para o acompanhamento da evolução desses índices. Devem, também, estipular metas para as atividades de fiscalização. O planejamento da fiscalização deve identificar prioridades, tendo em vista o objetivo da Agência Reguladora, dentre as quais, destaca-se:

- Realizar fiscalização indireta;
- Realizar fiscalização focada em determinadas áreas ou determinados segmentos: comercial, atendimento ao usuário, perdas, reservatórios etc.;
- Abranger todas as unidades de negócio ou gerências da concessionária;
- Atingir áreas ou setores ainda não fiscalizados;
- Focar os processos administrativos decorrentes de reclamações de usuários na ouvidoria da agência reguladora.

III – Corpo técnico qualificado

O êxito de todas as atividades do órgão regulador somente acontecerá se este for dotada de um corpo técnico qualificado e com alguma relativa estabilidade. Como uma atividade sem tradição no Brasil, a regulação de serviços públicos exige de seus quadros técnicos uma constante atualização e capacitação. A demanda de capacitação deverá ser estimada a partir das previsões de cursos, seminários e outros eventos do gênero possíveis de participação dos técnicos da agência, incluindo-se as despesas com as respectivas inscrições, transportes, diárias e ajudas de custo.

Além disso, é importante a contratação de consultoria especializada, em alguns casos. Nesse caso, é importante manter contratos de consultoria com empresas e/ou profissionais liberais, cadastro de peritos, convênios com outras entidades.

A atividade de regulação por ser complexa exige serviços de consultoria para sua estruturação e atuação, do tipo:

- Consultoria em Regulação Econômica – elaboração de estudos tarifários e econômicos;
- Consultoria em Regulação da Qualidade – formulação de novos regulamentos e elaboração de procedimentos de controle e auditoria da qualidade dos serviços;
- Cooperação Técnica e Científica – convênio com universidades para realização de análises laboratoriais, assessoramento técnico, capacitação e apoio nas atividades de fiscalização;
- Consultoria Técnica – assessoramento na execução da auditoria da qualidade e procedimentos administrativos.

6.5 OPÇÕES DOS MUNICÍPIOS QUANTO A REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Os municípios, observando os leques de suas possibilidades e suas estratégias econômicas, sociais e políticas, podem se posicionar de maneira diferenciada quanto a regulação dos serviços de saneamento ambiental. Em geral, são 04 (quatro) as possibilidades de instituir a regulação no município:

A) DELEGAR o exercício da atividade de regulação a algum órgão/departamento da própria municipalidade;

Nesse caso, o município define (ou cria) o órgão ligado à estrutura/organograma da Prefeitura e este passa a exercer as funções de regulação. A vantagem desse modelo é que não há um acréscimo significativo no custeio da municipalidade uma vez que, quando isso acontece, designa-se servidores que já estejam em atuação para exercer tais atividades e não há a necessidade de construção/aluguel de uma

estrutura física (salas) e de equipamentos (que podem ser reaproveitados) para o exercício da regulação.

A desvantagem desse modelo está ligada, geralmente, ao fato de não existir, no corpo efetivo das prefeituras, pessoas especialistas em regulação. Haveria, então um custo de preparação e qualificação desse quadro técnico.

B) CRIAR a Agência Reguladora para atuar no âmbito das atividades no município.

A criação da própria agência reguladora, com poderes para atuar no setor de saneamento ambiental é uma das soluções buscadas por poucos municípios brasileiros. Isso porque, em decorrência dessa escolha, há que se definir outros elementos, tais como: definição das fontes de financiamento da agência reguladora; realização de concursos públicos específicos para a agência reguladora e estratégias de qualificação; definição do investimento inicial em estrutura física e equipamentos para a atuação a agência reguladora, definição das regras de indicação e estabilidade dos diretores; etc. Tais elementos são ainda mais difíceis de serem levados a cabo em função da severa dificuldade financeira pela qual passa maioria dos municípios brasileiros.

Por outro lado, essa seria uma solução que mostraria maior possibilidade de caminhar, de forma mais clara para a conformação de um desenho regulatório mais eficiente para o setor, uma vez que a autonomia da agência reguladora poderia contribuir para um exercício mais livre das pressões políticas e financeiras que geralmente estão presentes nesse setor.

C) DELEGAR o exercício da atividade de regulação à agência reguladora estadual;

Outra solução possível é o estabelecimento de convênio de cooperação em que o município delega a uma agência reguladora de abrangência estadual o exercício dessa atividade. Nesse caso o município estabelece que tais atividades passam a ser exercidas pela reguladora estadual, fundamentalmente, através do estabelecimento de direitos e deveres da reguladora (e também do município).

Nesse caso, define-se, também a forma de remuneração do exercício regulador à agência estadual.

D) DELEGAR o exercício da atividade de regulação a uma Agência Reguladora de âmbito regional.

Os consórcios públicos de regulação também se mostram como uma interessante alternativa para suprir o vácuo regulatório em muitos municípios, criando-se agências reguladoras intermunicipais, capazes de exercer as atividades regulatórias no setor do saneamento básico que abranja todos os serviços, além de água e esgoto.

Esses consórcios públicos de regulação podem ser compreendidos como pessoa jurídica formada por entes da Federação para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum (art. 2º, I, do Decreto federal n. 6.017/07). A possibilidade de regulação dos serviços públicos por meio de consórcio público pode ser encontrada na Lei n. 11.445/07):

Art. 8º: Os titulares dos serviços públicos de saneamento básico poderão delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação desses serviços, nos termos do art. 241 da Constituição Federal e da Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005.

Ainda assim, exige-se da reguladora a independência necessária a fim de executar suas atribuições com base em critérios eminentemente técnicos, sem a interferência dos atores externos. Independentemente da abrangência dada à entidade de regulação, devem ser observados os princípios elencados pela Lei n. 11.445/07.

Na constituição da agência reguladora, sob a modalidade de consórcio público, alguns elementos são necessários. O primeiro deles relaciona-se à instância decisória do consórcio público. As questões de natureza técnica não podem ser apreciadas pelos Chefes do Poder Executivo. A Agência intermunicipal precisa continuar a apresentar autonomia decisória.

Pode-se, por exemplo, criar um Conselho de Regulação, cujos membros não podem possuir qualquer vinculação com o Poder Público ou com os prestadores de serviços. Nesse caso, caberia a este Conselho a definição, em última instância,

de todas as questões técnicas da agência reguladora (aplicação de multas, expedição de normas, julgamento de recursos administrativos, entre outros assuntos). Além do Conselho de Regulação, o diretor geral também poderia gozar de mandato, somente sendo permitida sua exoneração nos casos de sentença judicial ou processo administrativo.

Percebe-se, desta forma, que os consórcios públicos são instrumentos aptos a regularem os serviços de saneamento básico. Não há, aqui, uma contradição em relação a entidades estaduais de regulação no setor do saneamento. Busca-se, ao invés disso, apontar as alternativas existentes aos municípios brasileiros que não precisam, necessariamente, delegar o poder de regulação à entidade de outro ente federativo.

Ademais, a regulação consorciada poderá dar maior credibilidade ao processo de regulação, na medida em que a independência decisória fragiliza-se quanto maior a proximidade política entre o regulador e o prestador ou quanto menor a entidade de regulação.

6.6 A PROBLEMÁTICA DA REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dispôs os princípios e instrumentos relativos à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo os perigosos, as responsabilidades dos geradores e do poder público e os instrumentos econômicos viáveis para seu tratamento.

Essa lei possui importante vinculação com a lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Isso porque, quando o manejo de resíduos sólidos é serviço público (ou seja, serviço público de resíduos sólidos urbanos), haverá que atender as diretrizes das duas leis que são harmônicas. Por outro lado, caso o manejo de resíduos não se enquadre na atividade descrita como serviço público, passa a ser considerada atividade de manejo de resíduos sólidos privada, que deve atender as diretrizes da lei nº 12.305/2010, que lhe impõe

elementos ambientais (SCHNEIDER, RIBEIRO e SALOMONI, 2013). O Quadro abaixo apresenta os elementos ligados à gestão dos resíduos sólidos.

Quadro 6-2 - Gestão dos serviços públicos de Manejo de Resíduos Sólidos.

Gestão	Serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos
Planejamento	Indelegável, passível de execução pelos consorciados titulares
Regulação	Delegável pelo consórcio a órgão ou ente público, exceto pelo que diz respeito à matéria de competência da legislação do titular. Não é conveniente separar em entes diferentes a execução das tarefas de regulação e fiscalização.
Fiscalização	
Prestação	Direta pelo consórcio ou delegada a ente privado ou a órgão ou ente público (leis 8.987, 11.079 ou 11.107)
Controle Social	Indelegável

Fonte: Ministério das Cidades (2009).

A regulação sobre o manejo dos resíduos sólidos poderá ser executada por:

- (i) Órgão regulador criado por lei;
- (ii) Pelo estado, por delegação dos Municípios consorciados;

De qualquer forma, indicando, para cada caso a forma regulatória adequada, alguns elementos precisam aparecer no aparato regulatório:

- Metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços, de eficiência e de uso racional do aterro sanitário, em conformidade com os serviços a serem prestados e os respectivos prazos e prioridades;
- Indicação de padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços, inclusive quanto ao atendimento ao público;
- Requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;
- Condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo:
 - A composição de taxas e tarifas e o sistema de cobrança;
 - Os procedimentos e prazos de fixação e sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;
 - A política de subsídios tarifários e não tarifários;
- Medição, faturamento e cobrança de serviços tarifados;
- Planos de contas da prestadora e mecanismos de informação, de auditoria e certificação e de monitoramento dos custos;

- Sistemática de avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- Mecanismos de participação e controle social das atividades de interesses dos serviços públicos de saneamento básico;
- Medidas a serem adotadas em situações de contingências e de emergências, inclusive racionamento;
- Hipóteses de intervenção e de retomada de serviços delegados;
- Penalidades a que estão sujeitos os prestadores de serviços por descumprimento dos regulamentos;
- Direitos e deveres dos usuários;
- Condições relativas à autorização, por titular ou titulares, para a contratação dos serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa;
- Condições relativas à autorização de serviços prestados por usuários organizados em cooperativas ou associações;
- Relações entre prestadores de diferentes atividades de um mesmo serviço.

Por sua vez, a fiscalização sobre as atividades vinculadas ao manejo dos resíduos poderá ser: (i) terceirizada pelo consórcio, (ii) realizada pelo próprio consórcio ou (iii) delegada à companhia de Saneamento do estado.

A regulação dos serviços de manejo de resíduos sólidos no Brasil, entretanto, tem sido pouco desenvolvida e poucas são as agências reguladoras que são criadas com esse fim.

6.7 AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO: CONCEITOS E PROCEDIMENTOS

A fiscalização se configura como uma das principais atividades de uma agência reguladora. Para a operacionalização da fiscalização da prestação dos serviços pela agência reguladora no setor de saneamento, o instrumento utilizado é a ação de fiscalização. Essa pode ser colocada como o conjunto de etapas e procedimentos mediante os quais uma agência reguladora verifica o cumprimento das leis, normas e regulamentos aplicáveis à prestação dos serviços, notifica os eventuais descumprimentos e, se for o caso, aplica as sanções pertinentes.

Segundo a teoria regulatória, o importante na regulação é que todas as regras que orientam as competências dos entes participantes estejam acordadas de forma clara e objetiva, a fim de evitar conflitos, principalmente a assimetria de informações entre regulador e regulado.

Após a comunicação de fiscalização ao Prestador de Serviço, o setor competente da agência reguladora dá início às atividades de fiscalização propriamente ditas, que estão divididas em atividades preliminares, atividades de campo e relatório de fiscalização, cujos procedimentos objetivam:

- Aferir as informações previamente recebidas;
- Observar aspectos de infraestrutura: segurança, funcionalidade, adequação, reparação e manutenção, e adoção das normas técnicas regulamentares, entre outros;
- Conhecer os procedimentos e rotinas das áreas operacional e comercial;
- Verificar a adequação e coerência com os procedimentos especificados nas normas e regulamentos;
- Verificar o cumprimento da legislação em vigor e do contrato de concessão nas áreas operacional e comercial.

O setor técnico de saneamento da agência reguladora, dará início aos procedimentos administrativos com vistas à realização da ação de fiscalização programada, formalizando-a através do envio de ofício ao Prestador de Serviço, cujo recebimento deverá ser protocolado.

6.8 DO CONTROLE SOCIAL

O controle pode ser pensado como o segundo momento, após o despertar da consciência a partir do processo de Politização Social. Mannheim (1971), o define como o meio pelo qual, incluindo aqui os métodos, a sociedade molda o comportamento humano em determinadas ações, a fim de manter a ordem. É um macroprocesso em que a sociedade interage localmente com os governantes, buscando intervir, sempre que necessário, nos rumos dos projetos pactuados.

Vejamos que na forma como é colocado, é possível pensar o controle social como uma via de mão dupla, ou seja, ou a sociedade controla algumas ações ou está

sendo controlada por outrem, notadamente o Governo. Nesse capítulo, concebemos o controle social apenas como o primeiro caso, na perspectiva do contrato social rousseauiano, em que a vigilância das ações do executivo é uma virtude, a fim de manter a vontade soberana (do povo) intacta (WEFFORT, 2004).

De acordo com Chaves et al. (2016) para que haja um efetivo controle social torna-se fundamental a inexistência ou mitigação das assimetrias e imperfeições informacionais que possam comprometer a formação da opinião pública e o estímulo a uma cidadania ativa, e aqui a democracia plena é indispensável. Uma das informações triviais para o processo de controle social passa pelos meios e instrumentos (de monitoramento e avaliação) dos quais a sociedade pode efetivamente se utilizar para exercer o controle.

No âmbito do Saneamento básico o controle social passa pelo conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico. Assim, os projetos e ações devem incluir, de forma expressa, a obrigação de se criar uma comissão composta também por representantes dos usuários, cuja atribuição é fiscalizar periodicamente os contratos de programa celebrados.

6.9 REFERÊNCIAS

CHAVES, G.L.D. et al. Desafios no controle social dos royalties do petróleo no Espírito Santo: um ensaio sobre politização. In SANTOS JUNIOR, J.L.; AFONSO, A.S. Desafios para o Desenvolvimento Capixaba: uma perspectiva transdisciplinar. Curitiba: CRV, 2016.

FUNASA – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Termo de referência para elaboração de planos municipais de saneamento básico**. Brasília-DF. Funasa: 2012.

GALVÃO JUNIOR, Alceu C. (Org) **Regulação: procedimentos de fiscalização em sistemas de abastecimento de água**. Fortaleza-CE: Expressão Gráfica e Editora/ARCE: 2006.

MANNHEIM, K. Sociologia Sistemática: uma introdução ao estudo de sociologia. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1971.

SCHNEIDER, Dan M.; RIBEIRO, Wladimir A.; SALOMONI, Daniel. **Orientações básicas para gestão consorciada de resíduos sólidos**. Brasília-DF. Editora labs: 2013.

WEFFORT, F.C. Os clássicos da Política. v. 1. São Paulo: Ática, 2004.

7 ANÁLISE DA VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONSIDERANDO OS CENÁRIOS DOS OBJETIVOS, METAS

Na atual fase dos estudos referentes ao Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Sooretama ainda não é possível dimensionar o volume de recursos necessários aos investimentos. Isso porque os custos somente serão levantados na fase de proposição dos Planos, programas, projetos e ações apresentada pelos consultores especialistas como soluções para os problemas verificados, sendo consideradas as informações e cenários prognosticados no presente relatório e elaborando-se em detalhes cada estratégia de ação.

Porém, no amplo Diagnóstico realizado para o município de Sooretama; especificamente no que tange à evolução das receitas e despesas da administração pública municipal, bem como da sustentabilidade financeira dos serviços ligados aos quatro eixos do saneamento básico, foi possível dimensionar o tamanho do desafio para a sustentação econômica da gestão e da prestação dos serviços conforme os objetivos do Plano.

No Diagnóstico ficou clara uma elevação importante das receitas tributárias entre 2012 e 2014 em Sooretama, o que poderia apoiar a estratégia de financiamento de ações com recursos próprios. No entanto, a baixa participação desse tipo de receita no volume global aponta para uma grande fragilidade nessa fonte. Por outro lado, a análise das finanças também revelou muita oscilação nas receitas de capital no município, o que dificulta a planejamento dos investimentos. O município apresentou queda da despesa com pessoal, o que abre margem para a execução de algumas atividades que requeiram aumento de pessoal, tal como fiscalização.

Já no que se refere aos mecanismos de cobranças dos eixos “Resíduos Sólidos” e “Drenagem”, os dados apurados são bastante rasos para proporcionar inferência. Todavia, no que tange aos serviços de abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, a Cargo do SAAE-Sooretama, os dados revelam equilíbrio financeiro, mas com quase nenhuma margem para realização de investimentos. Assim, tal como nos demais eixos serão requeridas fontes diversas para adequar a oferta de serviços nessas áreas.

Voltando para os dados da administração pública a análise de alguns indicadores gerenciais das finanças públicas municipais podem indicar maior ou menor liberdade para o município lidar com o desafio da execução do PMSB. Na tabela a seguir são apresentados os indicadores selecionados bem como a fórmula de cálculo para cada um deles.

Quadro 7-1 - Descrição dos Indicadores Gerenciais das Finanças Públicas Municipais de Sooretama-ES.

Indicadores gerenciais	Fórmulas de calculo
Transferências Intergovernamentais x Geração de receita própria	$(\text{Receita Tributária} + \text{Cosip} + \text{Dívida Ativa dos Tributos} + \text{Multas e Juros de Mora dos Tributos} + \text{MJM da dívida ativa dos tributos}) / (\text{Receita Transf. Intergov. Corrente} - \text{deduções para a formação do Fundeb})$
Receita Tributária Per Capita	$\text{Receita Tributária} / \text{População Estimada IBGE 2015}$
Vinculação da Receita Corrente	$(\text{Vinculações receita educação} + \text{Vinculações receita saúde} + \text{demais vinculações}) * 100 / \text{RECEITA CORRENTE LÍQUIDA}$
Capacidade de Poupar	$(\text{Receitas Correntes} - \text{Deduções de Receita Corrente} - \text{Despesas Correntes} - \text{PES AD Operação entre Órgãos} - \text{ODC AD Entre Órgãos} - \text{I AD Operações entre Órgãos} - \text{IF AD Operação entre Órgãos} - \text{Amortização da Dívida}) / (\text{Receitas Correntes} - \text{Deduções de Receita Corrente})$
Resultado Fiscal	$(\text{Receita Total} - \text{Intra orç.} - (\text{Despesa empenhada total} - \text{Intra Orç.})) / (\text{Receita total} - \text{Receita intra orç.})$
Despesa per Capita com Prestação de Serviços	$(\text{Pessoal} - \text{Intra orç. (pessoal)} + \text{outras despesas correntes} - \text{intra orç. odc}) / \text{População Estimada IBGE 2015}$
Investimento per capita	$\text{Investimento} / \text{População Estimada IBGE 2015}$
Endividamento Bruto	$(\text{Op. Cred. Interna e Externa em circulação} + \text{precatórios a partir de 05/05/2000} + \text{op. cred. internas e externas Longo Prazo} + \text{Obrig. legais e tributárias}) / \text{Receita Corrente Líquida}$
Nível de Investimento	$(\text{Investimento} - \text{Investimento Intra Orç.} + \text{Inversão Financeira} - \text{Inversão Financeira Intra Orç.}) / (\text{Rec. Total} - \text{Rec Intra Orç.})$

Fonte: IBGE Cidades/Sinconfi/STN (2015).

Para o município de Sooretama foram levantados esses indicadores somente para os anos de 2013, 2014 e 2015, tal como apresentado na tabela a seguir.

Tabela 7-1 - Apuração dos Indicadores Gerenciais das Finanças Públicas Municipais de Sooretama-ES.

Indicadores gerenciais	2013	2014	2015
1. Transferências Intergovernamentais x Geração de receita própria	1.00 X 0,06	1.00 X 0,06	1.00 X 0,06
2. Receita Tributária Per Capita	R\$ 87,07	R\$ 88,61	R\$ 91,81
3. Vinculação da Receita Corrente	53,58%	49,82%	51,23%
4. Capacidade de Poupar	2,56%	9,84%	6,86%
5. Resultado Fiscal	-6,26%	-9,29%	-4,00%
6. Despesa per Capita com Prestação de Serviços	R\$ 1.946,22	R\$ 2.033,33	R\$ 2.076,26
7. Investimento per capita	R\$ 214,74	R\$ 520,96	R\$ 358,93
8. Endividamento Bruto	0,17%	1,20%	0,83%
9. Nível de Investimento	10,51%	22,14%	15,20%

Fonte: IBGE Cidades/Sinconfi/STN (2015).

Dos indicadores gerenciais acima, cabem nota para alguns que podem revelar maior ou menor dificuldade na execução dos investimentos que serão apurados para a execução dos Planos, Programas, Projetos e Ações.

Inicialmente chama-se a atenção para o 1º indicador que apura o grau de dependência municipal em relação às transferências intergovernamentais. Veja-se, tal como apurado no diagnóstico, que em Sooretama a geração de receita própria apresenta uma baixíssima proporção quando comparada com as transferências intergovernamentais. Em média para cada R\$ 1,00 de transferência obteve-se apenas R\$ 0,06 de receita própria gerada. Essa informação revela que o PMSB requererá do município de Sooretama um alto esforço de captação de recursos, sendo as taxas e impostos pouco expressivos para fomentar os investimentos.

Veja-se também que o endividamento bruto de Sooretama é pequeno e, mesmo com uma pequena capacidade de poupar, a via da contratação de empréstimos aparece como mais uma opção para financiamento das obras necessárias para a adequação dos serviços de saneamento básico à Lei 11.445/2007.

Outro dado importante para ser comentado é a vinculação da receita corrente. Em Sooretama, pouco mais da metade da receita possui destinação definida em leis e/ou convênios, o que revela margem razoável para a definição das áreas a serem investidas, aumentando a flexibilidade na elaboração da Lei Orçamentária Anual, possibilitando a inclusão das obras de saneamento básico.

Um esforço de simulação financeira, bem como a indicação das fontes, modelos e estratégias de financiamento dos subsídios necessários à universalização dos serviços de saneamento básico em Sooretama serão objeto da próxima etapa desse estudo.

8 PROGNÓSTICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA)

8.1 ESTIMATIVA DAS DEMANDAS POR SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA TODO O PERÍODO DO PMSB

O Diagnóstico Situacional procurou identificar e retratar o estágio atual da gestão dos serviços, envolvendo os aspectos quantitativos e qualitativos operacionais e das infraestruturas atinentes à prestação do serviço de abastecimento de água do Município de Sooretama. Para isso, foram levantadas a situação e a descrição do estado atual do sistema de abastecimento de água do município, identificando as suas deficiências e causas relacionadas à situação da oferta e do nível de atendimento, às condições de acesso e à qualidade da prestação do serviço. Também foram identificados os aspectos estrutural e operacional e suas dimensões quantitativas e qualitativas relativos ao planejamento técnico (Plano Diretor, estudos e projetos), à cobertura do atendimento, às infraestruturas e instalações, às condições operacionais, à situação dos mananciais, à existência de soluções alternativas de abastecimento, aos aspectos de capacidade de atendimento futuro, entre outros.

O panorama geral apresentado pelo diagnóstico dos sistemas de abastecimento de água evidenciou a necessidade de melhorias nos sistemas atuais para o atendimento das demandas populacionais. Essa constatação permite propor ações para maximizar o atendimento das demandas atuais e futuras do município de Sooretama, bem como iniciar o planejamento e definir os investimentos necessários à proteção e recuperação dos mananciais, à ampliação das unidades do SAA, ao controle das perdas físicas e ao uso racional da água, especialmente a potável.

8.1.1 Diretrizes Gerais Adotadas

Esta etapa do trabalho envolve a formulação de estratégias para estabelecimento dos objetivos e metas relacionadas ao eixo de abastecimento de água do PMSB do município de Sooretama com a definição de alternativas para universalização do serviço de abastecimento de água. Para tanto, foram definidas diretrizes gerais

a serem utilizadas como princípios básicos na construção de todas as alternativas descritas no âmbito deste Prognóstico:

- *O princípio de racionalidade econômica na prestação dos serviços, segundo o qual a prestadora de serviço deve contribuir efetivamente para o atendimento das metas públicas e não o inverso, dentro da ideia de se racionalizar ao máximo os recursos disponíveis para a satisfação mais plena possível das necessidades coletivas;*
- *O pleno entendimento de que a água é um recurso escasso, dotado de valor econômico e essencial à vida, conforme os princípios emanados da Política Nacional de Recursos Hídricos;*
- *As ações de controle de perdas e uso racional da água deverão privilegiar, sobretudo, os ganhos destinados à coletividade, para as atuais e para as futuras gerações, decorrentes da conservação do recurso água;*
- *Ações de uso racional da água passam, obrigatoriamente, por uma necessidade de mudança de comportamento individual, através da conscientização individual de que este recurso natural essencial depende intrinsecamente do comportamento coletivo e de que a água doce é um recurso finito dotado de valor econômico sendo a sua conservação de responsabilidade de todos e não apenas do governo ou da companhia de saneamento;*
- *Obediência ao padrão de potabilidade e sujeição à vigilância da qualidade da água (Portaria n° 2.914/11).*

8.1.2 Responsabilidades pelos Serviços de Abastecimento de Água

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) consagrou o município como entidade federativa indispensável, incluindo-o na organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, garantido plena autonomia administrativa, financeira e política, conforme preceitua art. 18, caput 2, do mandamento constitucional em vigor.

A divisão das competências para prestação de serviço público pelas entidades estatais – União, Estado, Distrito Federal e Município – visa sempre ao interesse próprio de cada esfera administrativa, à natureza e extensão dos serviços e ainda

à capacidade para executá-los vantajosamente para a Administração e para os administradores, sempre respeitando o princípio da predominância de interesse.

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 30, V3, institui competência para organizar e prestar os serviços públicos de interesse local dos municípios, assegurando sua autonomia administrativa. Interpretar essa disposição constitucional significa dizer que serviço público de saneamento básico é claramente atribuído aos municípios, sendo este ente federado competente para prestá-lo e organizá-lo haja vista o interesse local ou predominantemente local destes serviços.

Assim, uma política de saneamento deve partir do pressuposto de que o município tem autonomia e competência constitucional sobre a gestão dos serviços de saneamento básico, no âmbito de seu território, respeitando as condições gerais estabelecidas na legislação nacional sobre o assunto. Nesse sentido, o documento 18 elaborado pelo Ministério das Cidades — Peças Técnicas Relativas a Planos Municipais de Saneamento Básico (BRASIL, 2009, p.247) disserta:

Apesar desses dispositivos constitucionais, foi somente com a Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) que se estabeleceram as diretrizes normativas nacionais, disciplinado de forma mais clara o exercício, pelos titulares, das funções de gestão dos serviços de saneamento básico.

Nesse contexto, o decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, o qual regulamenta a Lei nº 11.445/2007, elenca três formas de prestação dos serviços públicos de saneamento básico: prestação direta, por meio de órgão de sua administração direta ou por autarquia; prestação indireta, mediante delegação por meio de concessão, permissão ou autorização; e a gestão associada,

O Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Sooretama é operado pelo Serviço Autônomo de água e esgoto (SAAE) que atende ao distrito Sede e comunidades de Comendador Rafael e Juncado. Já as demais comunidades e localidades do município são operados pelo Pró-Rural, prefeitura e comunidade. Nesses locais a captação é feita diretamente de corpos hídricos, ou poços artesianos, muitas vezes sem interferência ou participação direta da companhia ou mesmo da Prefeitura.

O SAAE exerce a sua ação em todo o Município de Sooretama, competindo-lhe com exclusividade:

- a) Estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato/ com organizações especializadas em engenharia sanitária, as obras relativas a construção, ampliação e remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários, que não forem objetos de convênio entre a Prefeitura e os órgãos Federais ou Estaduais específicos.
- b) Atuar como órgão coordenador e fiscalizador da execução dos convênios firmados entre o Município e os órgãos Federais ou Estaduais para estudo, projetos e obras de construção, ampliação ou remodelação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotos sanitários. 60
- c) Operar, manter, conservar e explorar, diretamente os serviços de água potável e de esgoto sanitário.
- d) Lançar, fiscalizar e arrecadar as tarifas dos serviços de água e esgoto e as taxas de contribuição que incidirem sobre os imóveis beneficiados em tais serviços.
- e) Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de água e esgotos compatíveis com leis gerais e especiais.

Sendo assim, o PMSB tem a importante função de promover a compreensão e a materialização do fato de que a Companhia de Saneamento, a administração municipal e a sociedade são partes do mesmo processo de gestão sustentável dos recursos hídricos que procura garantir o acesso seguro à água de qualidade, agora e no futuro, bem indispensável para a sobrevivência humana e para o desenvolvimento de suas atividades econômicas.

8.1.3 Demandas pelos Serviços de Abastecimento de Água

8.1.3.1 Demanda pelos serviços

O prognóstico visa determinar os objetivos e metas para atendimento ao plano dentro do horizonte estabelecido, no caso, 20 anos. Além disso, visa a expectativa de universalização de 100% dos serviços abastecimento de água nas áreas urbanas e rurais do município até o final dos 20 anos.

No município de Sooretama, foi levantado na fase de diagnóstico que o SAAE atua na sede do município e nas comunidades de Comendador Rafael e Juncado. O

Quadro 8-1 ilustra os principais distritos e comunidades de Sooretama, cujos sistemas não são todos operados pelo SAAE.

Quadro 8-1 - Distritos e comunidades do município de Sooretama.

Distrito	Perímetro urbano/Comunidade
Sede	Sede Santa Luzia Juerana Chumbado Comendador Rafael Juncado

Fonte: Autoria própria.

No referido diagnóstico foram identificados alguns problemas nos sistemas de abastecimento:

- Faltam informações sobre os sistemas,
- Reservatórios em mau estado de conservação,
- Estações de tratamento de água acima de suas capacidades,
- Irregularidade no fornecimento de água em algumas regiões da sede e comunidades,
- Alguns trechos do sistema em más condições de uso.

Estas demandas encontram-se detalhadas no item 8.1.3.3.

8.1.3.2 Alternativas para o Atendimento das Demandas

A partir dos dados levantados no diagnóstico foi possível verificar e calcular as diversas variáveis apresentadas por meio de indicadores de desempenho relacionados à medição dos serviços de abastecimento de água e redução de perdas. Tendo em vista a busca pela universalização do atendimento das demandas atuais e futuras e a importância do uso racional da água potável, o Quadro 8-2 apresenta alternativas para a construção de cenários do serviço de abastecimento de água de Sooretama ao longo dos horizontes de planejamento.

Quadro 8-2 - Alternativas para construção de cenários de funcionamento do SAA

Parâmetro	Alternativas	Cenários			
		1	2	3	4
Índice de atendimento (%)	Elevação do índice de atendimento até a universalização do serviço				
Consumo per capita (L/hab.dia)	Redução do consumo per capita de água				
	Manutenção do consumo per capita de água				
Índice de perdas na distribuição (%)	Manutenção do índice de perdas na distribuição				

Fonte: Autoria própria.

Diante do exposto, os sistemas de abastecimento de Sooretama foram analisados com base nos indicadores técnicos e operacionais apresentados no diagnóstico e na área de abrangência do mesmo. Através da análise por sistema de abastecimento serão apresentadas as referidas alternativas de demandas.

Distrito Sede – Demanda Urbana

Para o caso do sistema sede de Sooretama cujo índice de atendimento urbano é da ordem de 97,4%, traçou-se uma hipótese de que essa variável será elevada para 100% garantindo a situação de universalização dos serviços. A Tabela 8-1 ilustra o cenário para evolução do índice de atendimento relativa à demanda urbana do distrito Sede. Como o índice de atendimento em Sooretama é considerado alto, os investimentos nesse setor podem ser atingidos no curto prazo.

Tabela 8-1 - Cenário para evolução do índice de atendimento.

Prazo	Imediato		Curto Prazo		Médio Prazo		Longo Prazo	
	Ano 1	Ano 3	Ano 4	Ano 8	Ano 9	Ano 12	Ano 13	Ano 20
Atendimento (%)	97,4	99	99	100	100	100	100	100

Fonte: Autoria própria.

As alternativas apresentadas no item abaixo vislumbraram as hipóteses de diminuição do valor consumido por habitante através de ações e movimentos de educação ambiental onde as pessoas seriam conscientizadas e levadas a entender a necessidade em se proceder à redução do volume de água utilizado por cada uma delas, tendo em vista o valor considerável do consumo per capita diagnosticado no município.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece o consumo mínimo per capita de 100 litros diários de água - o suficiente para uma pessoa saciar a sede, ter uma higiene adequada e preparar os alimentos. No Brasil, costuma-se adotar quotas médias "per capita" diárias de 120 a 200 litros (BRITO, 2016). A maioria dos órgãos oficiais adotam 200 litros/habitante/dia para as grandes cidades, 150 litros/habitante/dia para médias e pequenas. O município de Sooretama apresenta um índice per capita de 200L/hab.dia, apesar do porte do município. Dessa forma, será considerado um consumo per capita de 160 litros diários de água, a ser atingido no Ano 20. Isso porque o horizonte do plano (20 anos) é curto para uma redução de 25% no índice per capita. Assim, decidiu-se adotar uma postura conservadora e admitir uma redução de 20% neste índice. A Tabela 8-2 ilustra o cenário para evolução do consumo per capita relativo à demanda urbana do distrito Sede.

Tabela 8-2 - Cenário para evolução consumo per capita.

Ano	Imediato		Curto Prazo		Médio Prazo		Longo Prazo	
	Ano 1	Ano 3	Ano 4	Ano 8	Ano 9	Ano 12	Ano 13	Ano 20
Consumo (L/hab.dia)	200	196	194	185	183	177	175	160

Fonte: Autoria própria.

O índice de perda na distribuição do município em 2014 foi de 25%, o qual deverá ser mantido ao longo da projeção dos anos, uma vez que se trata de um índice considerado satisfatório. A Tabela 8-3 ilustra o cenário para evolução do índice de perdas relativo à demanda urbana do distrito Sede.

Tabela 8-3 - Cenário para evolução do índice de perdas.

Ano	Imediato		Curto Prazo		Médio Prazo		Longo Prazo	
	Ano 1	Ano 3	Ano 4	Ano 8	Ano 9	Ano 12	Ano 13	Ano 20
Perdas (%)	25%	25%	25%	25%	25%	25%	25%	25%

Fonte: Autoria própria.

Distrito Sede – Demanda rural

Para as áreas rurais da sede admitiu-se um atendimento no Ano 0 de 48%, que é o atual, com uma estratégia de evolução no atendimento para universalização no Ano 20, conforme ilustra o Tabela 8-4.

Tabela 8-4 - Cenário para evolução do índice de atendimento nas áreas rurais dos distritos.

Prazo Ano	Imediato		Curto Prazo		Médio Prazo		Longo Prazo	
	Ano 1	Ano 3	Ano 4	Ano 8	Ano 9	Ano 12	Ano 13	Ano 20
Atendimento (%)	48%	54%	57%	67%	70%	78%	81%	100

Fonte: Autoria própria.

Quanto à evolução do consumo per capita adotou-se os mesmos valores constantes nas Tabelas 8-2 e 8-3.

8.1.3.3 Objetivos e Metas

O Quadro 8-3 apresenta os objetivos e metas pretendidos com a implantação do PMSB para atendimento das demandas do município de Sooretama.

Quadro 8-3 - Objetivos e metas para o município de Sooretama.

Água					
		Demanda	Solução	Metas (curto, médio e longo prazo)	Prioridade
Informações gerais		Principal manancial de captação de água do município não apresenta condições adequadas para toda a demanda	Realizar estudo de viabilidade de captação de água em outras fontes	Curto	Alta
		Índice de atendimento de 97,4% na área urbana	Atender 100% da população	Curto	Alta
		Índice de atendimento de 48,4% na área rural	Atender 100% da população	Longo	Alta
		Não há informações a respeito das adutoras de água tratada de todo o município	Levantamento de informações de localização, comprimento, material e diâmetro das adutoras de água tratada existentes	Curto	Média
		Não há informações acerca de outorga para captação de água no município	Regularização e/ou divulgação da situação das outorgas das captações	Curto	Média
		Não há informações acerca do licenciamento das unidades do SAA do município	Regularização e/ou divulgação da situação do licenciamento das unidades do SAA	Curto	Média
		Índice de consumo per capita: 200 L/hab.dia	Reduzir consumo <i>per capita</i> até o final do plano para 160L/hab/dia	Longo	Alta
		Não há informações a respeito do número de atendimentos em todo o município	Levantamento de informações a respeito do número de atendimentos	Curto	Média
		Não há informações a respeito do comprimento da rede de distribuição em todo o município	Levantamento de informações de comprimento das redes, assim como material e diâmetro. Elaboração e/ou atualização de cadastro georreferenciado de redes	Curto	Média
		Dificuldade quanto aos nomes das localidades atendidas por cada sistema	Mapeamento das áreas atendidas por cada sistema	Curto	Média
Distrito	Perímetro urbano/ Comunidade	Demanda	Solução	Metas (curto, médio e longo prazo)	Prioridade
Sede	Sede	A ETA encontra-se em mau estado de conservação	Manutenção na estrutura física da ETA	Curto	Média

		Não há monitoramento de água bruta	Implantar sistema de monitoramento da água bruta	Curto	Média
		Não há monitoramento de água tratada	Implantar sistema de monitoramento da água tratada	Curto	Alta
		A ETA possui uma vazão de projeto é de 20L/s, mas opera com 40L/s	Elaborar estudo para verificar se há necessidade de ampliação ou construção de nova unidade	Curto	Alta
		A EEAB encontra-se em mau estado de conservação	Manutenção na estrutura física da EEAB	Curto	Média
		Na área do reservatório foram construídas unidades comerciais e residenciais	Desocupação da área e construção de estrutura física no entorno que restrinja a entrada de pessoas não autorizadas e animais	Médio	Alta
		A EEAT não possui manutenção adequada e encontra-se subdimensionada	Manutenção na estrutura física da EEAT Estudo e ampliação da capacidade de operação da EEAT	Curto	Média
		Não há informações a respeito das vazões de captação de todos os poços que abastecem a sede	Levantamento de informações a respeito das vazões que são captadas nos poços	Curto	Média
		Não há informações a respeito do tempo de funcionamento da EEAT	Levantamento e/ou divulgação de informações a respeito da EEAT Prever necessidade de manutenção	Curto	Média
	Santa Luzia, Juerana e Chumbado	Possibilidade de acesso de pessoas e animais na área do reservatório Santa Luzia.	Construção de estrutura física no entorno da área do reservatório que restrinja a entrada de pessoas não autorizadas e animais	Curto	Média
		Não há monitoramento de água bruta	Implantar sistema de monitoramento da água bruta	Curto	Média
		Não há monitoramento de água tratada	Implantar sistema de monitoramento da água tratada	Curto	Alta
		Não há informações a respeito da capacidade do reservatório de Santa Luzia	Levantamento de informações a respeito da capacidade de armazenamento do reservatório Santa Luzia	Curto	Média
		Não há informações a respeito das vazões de captações de todos os poços que abastecem os distritos	Levantamento de informações a respeito das vazões que são captadas em todos os poços	Curto	Média

		Não há informações a respeito do tipo de tratamento, da vazão de projeto, da vazão de operação e do tempo de funcionamento da ETA	Levantamento de informações a respeito do tempo de funcionamento, do tipo de tratamento, da vazão de operação e de projeto da ETA	Curto	Média
Comendador Rafael		Possibilidade de acesso de pessoas e animais na área do reservatório, e há muita vegetação no entorno.	Construção de estrutura física no entorno da área do reservatório que restrinja a entrada de pessoas não autorizadas e animais Manutenção na área de entorno	Curto	Média
		Não há monitoramento de água bruta	Implantar sistema de monitoramento da água bruta	Curto	Média
		Não há sistema de monitoramento da água tratada	Implantar sistema de monitoramento da água tratada	Curto	Alta
		A ETA não possui licenciamento	Regularização e/ou divulgação da situação do licenciamento da ETA	Médio	Alta
		Não há informações a respeito das vazões de captações	Levantamento de informações a respeito da vazão que é captada	Curto	Média
		Não há informações a respeito da vazão de projeto, da vazão de operação e do tempo de funcionamento da ETA	Levantamento de informações a respeito do tempo de funcionamento, da vazão de operação e de projeto da ETA	Curto	Média
	Juncado		O sistema de abastecimento de água é muito antigo e encontra-se em mau estado de conservação	Modernização, manutenção e/ou substituição de unidades do SAA	Médio
		Não há monitoramento de água bruta	Implantar sistema de monitoramento da água bruta	Curto	Média
		Não há monitoramento de água tratada	Implantar sistema de monitoramento da água tratada	Curto	Alta
		Possibilidade de acesso de pessoas e animais na área do reservatório, há muita vegetação no entorno, e encontra-se em mau estado de conservação	Construção de estrutura física no entorno da área do reservatório que restrinja a entrada de pessoas não autorizadas e animais Manutenção na área de entorno e na estrutura física do reservatório	Curto	Média
		A ETA não possui licenciamento	Regularização e/ou divulgação da situação do licenciamento da ETA	Médio	Alta
		Não há informações a respeito da vazão de captação	Levantamento de informações a respeito da vazão que é captada	Curto	Média

		Não há informações a respeito da vazão de projeto, da vazão de operação e do tempo de funcionamento da ETA mais antiga, bem como a vazão de operação da ETA mais nova	Levantamento de informações a respeito do tempo de funcionamento, da vazão de operação e de projeto da ETA mais antiga, e a vazão de operação da mais nova	Curto	Média
--	--	---	--	-------	-------

Fonte: Autoria própria.

8.1.4 Indicadores e índices de desempenho

O desempenho do sistema de abastecimento de água pode ser acompanhado pelas empresas de saneamento através dos indicadores percentuais. A partir dos dados levantados no diagnóstico é possível verificar e calcular as diversas variáveis destes indicadores de desempenho relacionados à medição dos serviços de abastecimento de água e redução de perdas. Alguns desses indicadores são mostrados a seguir.

Os indicadores apresentados são úteis na avaliação objetiva, no monitoramento e no acompanhamento dos Planos de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município como um todo.

- **Índice de Atendimento Total de Água**

$$\text{Índice de Atendimento Total} = \frac{\text{Pop. total atendida com abastecimento de água}}{\text{Pop. total residente do(s) município(s) com abastecimento de água}} \times 100$$

- **Índice de Atendimento Urbano de Água**

$$\text{Índice de Atendimento Urbano de Água} = \frac{\text{Pop. urbana atendida com abastecimento de água}}{\text{Pop. urbana residente do(s) município(s) com abastecimento de água}} \times 100$$

Os indicadores de índices de atendimento total e urbano de água traduzem a porcentagem da população efetivamente ligada à rede e, portanto, atendida pelo serviço.

Outro indicador é o consumo médio por habitante ou per capita. Este dado é obtido através da razão entre o volume de água consumido pela população e o número de pessoas atendidas pelo sistema de abastecimento de água, conforme mostrado a seguir:

- **Consumo per capita total de Água**

$$\text{Consumo per capita de água} = \frac{\text{Volume de água consumido}}{\text{Pop. total residente do(s) município(s) com abastecimento de água}}$$

- **Consumo per capita urbano de Água**

$$\text{Consumo per capita de água} = \frac{\text{Volume de água consumido}}{\text{Pop. urbana residente do(s) município(s) com abastecimento de água}}$$

Não menos importante que os demais, o índice de perdas na distribuição, reflete o volume de água produzido que não foi efetivamente consumido. Essas perdas ocorrem ao longo do sistema de abastecimento, tendo diversas causas possíveis, dentre elas, vazamentos, ligações clandestinas, entre outros.

O desempenho com relação às perdas deve ser acompanhado pelas empresas de saneamento através dos indicadores percentuais: Índice de Perdas na Distribuição (IPD) e Índice de Perdas de Faturamento (IPF).

Dessa forma, deve ser utilizado o indicador selecionado para acompanhamento das ações realizadas para o controle de perdas, que no caso do município de Sooretama será o Índice de Perdas na distribuição (IPD).

Considerando que para acesso a recursos de investimentos em Programas do Ministério das Cidades é obrigatória a adimplência do Proponente junto ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, são apresentados a seguir os três indicadores de perdas contidos no referido Sistema que utilizam em suas fórmulas volumes anualizados, ou seja, representam a média dos dados dos últimos 12 meses. Os indicadores são descritos a seguir:

- **Índice de Perda por Ligação (IPL):**

$$\text{Índice de Perdas por Ligação (IPL)} = \frac{\text{Vol. Disponibilizado} - \text{Vol. Água de Serviço} - \text{Vol. Consumido}}{(\text{N}^\circ \text{ Ligações ativas do mês} + \text{N}^\circ \text{ Ligações ativas do mês do ano anterior}) / 2 \times 360 \text{ dias}}$$

A fórmula de cálculo do Índice de Perdas por Ligação (IPL) segundo metodologia da IWA – International Water Association.

$$\text{Índice de Perdas por Ligação (IPL)} = \frac{\text{Vol. Disponibilizado} - \text{Vol. Água de Serviço} - \text{Vol. Consumido}}{\text{Média de ligações dos últimos 12 meses} \times 365 \text{ dias}}$$

- **Índice de Perda na Distribuição (IPD):**

$$\text{Índice de Perdas na Distribuição (IPD)} = \frac{\text{Vol. Disponibilizado} - \text{Vol. Água de Serviço} - \text{Vol. Consumido}}{(\text{Vol. Disponibilizado} - \text{Vol. Consumido})}$$

- **Índice de Perda de Faturamento (IPF):**

$$\text{Índice de Perdas de Faturamento (IPF)} = \frac{\text{Vol. Disponibilizado} - \text{Vol. Água de Serviço} - \text{Vol. Faturado}}{(\text{Vol. Disponibilizado} - \text{Vol. Faturado})}$$

A seguir são apresentadas definições que constam no glossário do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) acerca dos índices e indicadores:

- **População Total Atendida com Abastecimento de Água:** Valor da população total atendida com abastecimento de água pelo prestador de serviços, no último dia do ano de referência. Corresponde à população urbana que é efetivamente atendida com os serviços acrescida de outras populações atendidas localizadas em áreas não consideradas urbanas. Essas populações podem ser rurais ou mesmo com características urbanas, apesar de estarem localizadas em áreas consideradas rurais pelo IBGE.
- **População Total Residente do(s) município(s) com Abastecimento de Água,** segundo o IBGE: Valor da soma das populações totais residentes (urbanas e rurais) dos municípios -sedes municipais e localidades- em que o prestador de serviços atua com serviços de abastecimento de água (aplica-se aos dados agregados da amostra de prestadores de serviços). Inclui tanto a população beneficiada quanto a que não é beneficiada com os serviços. Quando o prestador de serviços é de abrangência local, o valor deste campo corresponde à população total residente (urbana e rural) do município. Para cada município é adotada no SNIS a estimativa realizada anualmente pelo IBGE, ou as populações obtidas por meio de Censos demográficos ou Contagens populacionais também do IBGE
- **População Urbana Atendida com Abastecimento de Água:** Valor da população urbana atendida com abastecimento de água pelo prestador de serviços, no último dia do ano de referência. Corresponde à população urbana que é efetivamente atendida com os serviços
- **População Urbana Residente do(s) município(s) com Abastecimento de Água, segundo o IBGE:** Valor da soma das populações urbanas residentes nos municípios em que o prestador de serviços atua com serviços de abastecimento de água (aplica-se aos dados agregados da amostra de prestadores de serviços). Inclui tanto a população beneficiada quanto a que não é

beneficiada com os serviços. Para cada município é adotada no SNIS uma estimativa usando a respectiva taxa de urbanização do último Censo ou Contagem de População do IBGE, multiplicada pela população total estimada anualmente pelo IBGE.

- **Volume Disponibilizado:** Volume anual de água disponível para consumo, compreendendo a água captada pelo prestador de serviços e a água bruta importada, ambas tratadas na(s) unidade(s) de tratamento do prestador de serviços, medido ou estimado na(s) saída(s) da(s) ETA(s).
- **Volume Consumido:** Volume anual de água consumido por todos os usuários, compreendendo o volume micromedido, o volume de consumo estimado para as ligações desprovidas de hidrômetro ou com hidrômetro parado e o volume de água tratada exportado.
- **Volume Faturado:** Volume anual de água debitado ao total de economias (medidas e não medidas), para fins de faturamento. Inclui o volume de água tratada exportado.
- **Volume de água de serviço:** Valor da soma dos volumes anuais de água usados para atividades operacionais e especiais, com o volume de água recuperado.
- **Volume de água para atividades operacionais:** Volume de água utilizado como insumo operacional para desinfecção de adutoras e redes, para testes hidráulicos de estanqueidade e para limpeza de reservatórios, de forma a assegurar o cumprimento das obrigações estatutárias do operador.
- **Volume de água para atividades especiais:** Volume de água utilizado para usos especiais, enquadrando-se nesta categoria, os consumos dos prédios próprios do operador, os volumes transportados por caminhões-pipa, os consumidos pelo corpo de bombeiros, os abastecimentos realizados a título de suprimentos sociais, como para favelas e chafarizes, por exemplo, os usos para lavagem de ruas e rega de espaços verdes públicos, e os fornecimentos para obras públicas.
- **Volume de água recuperado:** Volume de água recuperado em decorrência da detecção de ligações clandestinas e fraudes, coincidência retroativa dentro do ano de referência. Informação estimada em função das características das

ligações eliminadas, baseada nos dados de controle comercial (ganho recuperado e registrado com a aplicação de multas).

Para o sistema de abastecimento de água potável, além destes indicadores, também podem ser selecionados os indicadores conforme apresentado no Quadro 8-4.

Quadro 8-4 - Indicadores do Sistema de Abastecimento de Água.

Indicador	Composição da Fórmula	Pontuação	Objetivos e Finalidade
Índice de Cobertura de serviço de água $I_{ca}=(D_{ua}/D_{ut}) \times 100$	D_{ua} = domicílios atendidos; D_{ut} = domicílios totais	O próprio valor do indicador	Quantificar os domicílios atendidos por sistemas de abastecimento de água com controle sanitário
Indicador de Disponibilidade Hídrica $IDH=VN/DH \times 100$	IDH = indicador de disponibilidade hídrica, em percentagem; VN = Volume necessário, em m ³ , para atender 100% das demandas hídricas da bacia ou sub-bacia hidrográfica, no horizonte mínimo de 10 anos; e DH = disponibilidade hídrica, em m ³ , para abastecimento público, no local solicitado pelo operador, considerando os mananciais superficiais e subterrâneos	IDH < 0,2 → Recursos Hídricos Abundantes (Geralmente não haverá restrições para obter outorga para todos os usuários); 0,2 < IDH < 0,5 → Recursos Hídricos Controlados (Haverá restrições para obter outorgas para maioria dos usuários); IDH > 0,5 → Recursos Hídricos Escassos (Haverá restrições para obter outorgas para todos os usuários)	Comparar a oferta de recursos hídricos com as todas as demandas, atuais e futuras, nas bacias ou sub-bacias hidrográficas e/ou aquíferos subterrâneos, com a capacidade de produção instalada, e programar novos sistemas ou ampliação dos sistemas de produção de água para abastecimento
Índice de Perdas de Faturamento (IPF)	$IPF = (\text{volume total de água produzida} / \text{volume total de água faturada}) \times 100$	O próprio valor do indicador	Avaliar perda de faturamento
Índice de Perdas na Distribuição (IPD)	$IPD = (\text{volume de água macromedido na produção}) / (\text{volume micromedido} + \text{volume estimado})$	O próprio valor do indicador	Avaliar perda na distribuição
Isa - Indicador de Saturação do Sistema Produtor $n = \log CPVP(K2/K1) \times \log(1+t)$	n = número de anos em que o sistema ficará saturado; VP = Volume de produção necessário para atender 100% da população atual; CP = Capacidade de produção; t = Taxa de crescimento anual média da população urbana para os 5 anos subsequentes ao ano da elaboração do ISA (projeção Seade); K1 = perda atual; K2 = perda prevista para 5 anos	Sistema Superficial: n ≥ 3 → Isa = 100 3 > n > 0 → Isa = interpolar n ≤ 0 → Isa = 0	Comparar a oferta e demanda de água e programar ampliações ou novos sistemas produtores e programas de controle e redução de perdas
Índice de Cobertura da Micromedição (ICMi)	$ICMi = (\text{total de ligações com hidrômetros} / \text{total de ligações de água}) \times 100$	O próprio valor do indicador	Avaliar cobertura da micromedição

Indicador	Composição da Fórmula	Pontuação	Objetivos e Finalidade
Índice de Macromedição na Produção (IMP)	IMP = (total de pontos com medidores nas saídas das ETAs / total de pontos nas saídas das ETAs)x100	O próprio valor do indicador	Avaliar a evolução da macromedição na produção
Iqa - Indicador de Qualidade de Água Distribuída Iqa= K x (NAA/NAR) x 100	K = n° de amostras realizadas/ n° mínimo de amostras a serem efetuadas pelo SAA, de acordo com a Legislação; NAA = quantidade de amostras consideradas como sendo de água potável relativa a colimetria, cloro e turbidez (mensais); NAR = quantidade de amostras realizadas (mensais) onde $K \leq 1$	Iqa = 100% → 100 95% ≤ Iqa < 100% → 80 85% ≤ Iqa < 95% → 60 70% ≤ Iqa < 85% → 40 50% ≤ Iqa < 70% → 20 Iqa < 50% → 0	Monitorar a qualidade da água fornecida

Fonte: Autoria própria.

8.2 CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS E EVOLUÇÃO – PROSPECTIVA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – PPE

8.2.1 Parâmetros de Projeção das Demandas

Conforme estabelecido pelo termo de referência do PMSB/Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB), o planejamento das ações deverá acontecer para um horizonte de 20 anos. Portanto, as demandas e respectivas ações necessárias para atendimento às metas propostas são estratificadas em horizontes parciais de tempo:

- Imediatos ou emergenciais – até 3 anos;
- Curto prazo – entre 4 a 8 anos;
- Médio prazo – entre 9 a 12 anos;
- Longo prazo – entre 13 a 20 anos.

Para atender as demandas advindas pelas necessidades presentes e pela projeção do crescimento do sistema, é necessário visualizar as projeções do crescimento do município em termos populacionais, bem como as localidades carentes, que ao longo do tempo deverão ser incluídas ao sistema e atendidas, conforme as metas estabelecidas neste plano.

Para estimar as demandas de água foram adotados os seguintes parâmetros e critérios:

- ***População Atendida (P)***

Adotou-se como população atendida aquelas obtidas pela projeção populacional realizada com base nos dados censitários do IBGE dos anos de 2000 e 2010. Foram consideradas as populações total, rural e urbana, sendo estas consideradas de acordo com os dados fornecidos pelo IBGE, no qual apresenta a contagem populacional por distrito e os dados do SNIS no período de 2010 a 2014.

- ***Per capita (q_{pc})***

Conforme apresentado anteriormente, o consumo médio per capita do município é de 200 L/hab.dia.

- **Coeficientes K1, K2**

Esses são os coeficientes de maior vazão diária e horária, respectivamente. Como não existem dados locais comprovados oriundos de pesquisas, utilizam-se os valores recomendados pela NBR 9649/1986, conforme listados a seguir:

- Coeficiente de máxima vazão diária (K1): 1,2;
- Coeficiente de máxima vazão horária (K2): 1,5; .

- **Demanda de consumidores singulares**

Os grandes consumidores possuem vazões elevadas e consumo localizado, de forma que as suas demandas são somadas à demanda doméstica. No entanto, devido à falta de informações sobre estes grandes consumidores no município, o cálculo da demanda será restrito à demanda doméstica.

8.2.2 Projeções Futuras das Demandas por Abastecimento de Água

A demanda pelo serviço, em termos de vazão necessária para atendimento, foi estimada considerando uma projeção populacional com base nos dados censitários do IBGE dos anos de 2000 e 2010. Para projeção futura foram adotados três cenários com as características de crescimento baixo, médio e alto. Assim é possível verificar a projeção da demanda por água potável ao longo dos 20 anos de horizonte de tempo do plano, considerando a universalização dos serviços, ou seja, considerando que 100% do município seja atendido pelo SAA.

No entanto, para a estimativa da vazão de água no horizonte de 20 anos foram realizados cálculos das vazões considerando apenas o cenário de taxa média de crescimento populacional e demanda para 24 h/dia, conforme as formulações abaixo.

$$\text{Vazão média: } Q_{méd} = \frac{P \times q}{86400}, \text{ em L/s;}$$

$$\text{Vazão máxima diária: } Q_{máx} = Q_{méd} \times K_1, \text{ em L/s;}$$

$$\text{Vazão máxima horária: } Q_{máxh} = Q_{méd} \times K_1 \times K_2, \text{ em L/s.}$$

Onde:

P= População de projeto segundo o cenário de crescimento média (hab);

q= Consumo per capta (L/hab.dia);

K₁= Coeficiente do dia de maior consumo: 1,2;

K₂= Coeficiente da hora de maior consumo: 1,5;

Perdas na produção (ETA): 5%

8.2.2.1 Estimativa de demanda – Urbana

A projeção de demanda de vazão para a área urbana foi realizada utilizando-se o consumo per capita de 200,0 (L/hab/dia) e o índice de perdas total no sistema de 25%, sendo o valor do consumo per capita total obtido dos dados fornecidos pelo SNIS até o ano de 2014. Os resultados obtidos na projeção de demanda urbana do distrito Sede são apresentados na Tabela 8-5, considerando-se a universalização dos serviços. A projeção populacional foi realizada utilizando-se o cenário de crescimento médio da população.

Tabela 8-5 - Estimativa de demanda urbana- Distrito Sede.

Ano	População urbana (hab.)	Estimativa de demanda	Ano	População urbana (hab.)	Estimativa de demanda
		<i>Q_{méd}</i> (L/s)			<i>Q_{méd}</i> (L/s)
0	18.072	40,7	-	-	-
1	18.357	41,4	11	20.607	47,7
2	18.646	42,3	12	20.777	48,1
3	18.940	43,4	13	20.948	48,5
4	19.168	43,9	14	21.051	48,7
5	19.398	44,9	15	21.154	49,0
6	19.631	45,4	16	21.258	49,2
7	19.867	46,0	17	21.362	49,4
8	20.106	46,5	18	21.467	49,7
9	20.271	46,9	19	21.524	49,8
10	20.438	47,3	20	21.581	50,0

Fonte: Autoria própria.

8.2.2.2 Estimativa de demanda – Rural

A projeção de demanda de vazão para a área rural foi realizada utilizando consumo per capita de 200 (L/hab.dia), sendo este o valor obtido dos dados

fornecidos pelo SNIS até o ano de 2014 e o índice de perdas total de 25%, adotado em função da ausência de dados sobre os sistemas. Como tratam-se de áreas rurais é prudente admitir que serão implantados sistemas novos de distribuição, o que corrobora com o valor admitido para as perdas. A Tabela 8-6 apresenta as demandas rurais ao longo do horizonte de planejamento no cenário médio para o distrito Sede considerando-se a universalização dos serviços. A projeção populacional foi realizada utilizando-se o cenário de crescimento médio da população.

Tabela 8-6 - Estimativa de demanda rural- Distrito Sede.

Ano	População rural (hab.)	Estimativa de demanda $Q_{méd}$ (L/s)	Ano	População rural (hab.)	Estimativa de demanda $Q_{méd}$ (L/s)
0	9.049	10,1	-	-	-
1	9.191	10,2	11	10.318	18,2
2	9.336	11,0	12	10.403	18,8
3	9.483	11,9	13	10.489	19,7
4	9.597	12,7	14	10.540	20,5
5	9.713	13,3	15	10.592	21,1
6	9.829	14,1	16	10.644	21,9
7	9.947	15,0	17	10.697	22,8
8	10.067	15,6	18	10.749	23,6
9	10.150	16,4	19	10.778	24,2
10	10.234	17,3	20	10.806	25,0

Fonte: Autoria própria.

8.2.3 Alternativas para as demandas

Com a projeção populacional obtida a partir do padrão de crescimento médio da população são apresentados 2 cenários de alternativas para o atendimento das demandas urbanas e rurais, sendo eles:

- Cenário 1: manutenção do consumo per capita e do índice de perdas;
- Cenário 2: redução do consumo per capita e manutenção do índice de perdas;

Em todos os cenários previstos, tanto para as áreas urbanas quanto para as áreas rurais, foi considerada a universalização do serviço de abastecimento de água, ou seja, atingindo 100% até o final de plano.

Para o cálculo dos cenários foram consideradas as seguintes variáveis:

$$\text{Vazão média: } Q_{méd} = \frac{P \times q}{86400}, \text{ em L/s;}$$

Vazão de captação (adutora de água bruta):

$$Q_{prod} = (Q_{méd} \times K_1 \times \%Atendimento) \times ((1 + \%IDP + Perda da ETA), \text{ em L/s};$$

Vazão da adutora de água tratada:

$$Q_{aat} = (Q_{méd} \times K_1 \times \%Atendimento) \times (1 + \%IDP), \text{ em L/s};$$

Vazão doméstica:

$$Q_{dom} = Q_{méd} \times K_1 \times K_2, \text{ em L/s}$$

Vazão para a rede:

$$Q_{rede} = Q_{dom} \times (1 + \%IDP), \text{ em L/s.}$$

Ressalta-se que os dois cenários para atendimento das demandas são ilustrados apenas para área urbana da sede. Para as demais áreas são ilustrados os resultados das demandas para o cenário 2.

8.2.3.1 Distrito Sede – Demanda Urbana

Com base nas variáveis ilustradas anteriormente apresenta-se nas Tabelas 8-7 e 8-8 as estimativas de produção para atender a demanda do serviço de abastecimento de água no sistema da sede de Sooretama ao longo do horizonte de planejamento, no cenário de crescimento populacional médio.

Tabela 8-7 - Alternativas para o atendimento da demanda urbana do sistema sede – Crescimento populacional médio – Cenário 1.

	População (hab)	Índice de atendimento (%)	Per Capita Total (L/hab.dia)	$Q_{méd}$ (L/s)	Índice de Perdas IDP (%)	Vazão captação (adutora de água bruta) (L/s) - Q_{prod}	Vazão adutora de água tratada (L/s) - Q_{aat}	Demanda Doméstica (L/s) – Q_{dom}	Vazão para a rede (L/s)
Ano 0	18.072	97,4	200	40,7	25	63,6	61,1	73,3	91,7
Ano 1	18.357	97,4	200	41,4	25	64,6	62,1	74,5	93,1
Ano 2	18.646	98,0	200	42,3	25	66,0	63,4	76,1	95,2
Ano 3	18.940	99,0	200	43,4	25	67,7	65,1	78,1	97,7
Ano 4	19.168	99,0	200	43,9	25	68,5	65,9	79,1	98,8
Ano 5	19.398	100,0	200	44,9	25	70,0	67,4	80,8	101,0
Ano 6	19.631	100,0	200	45,4	25	70,9	68,2	81,8	102,2
Ano 7	19.867	100,0	200	46,0	25	71,7	69,0	82,8	103,5
Ano 8	20.106	100,0	200	46,5	25	72,6	69,8	83,8	104,7
Ano 9	20.271	100,0	200	46,9	25	73,2	70,4	84,5	105,6
Ano 10	20.438	100,0	200	47,3	25	73,8	71,0	85,2	106,4
Ano 11	20.607	100,0	200	47,7	25	74,4	71,6	85,9	107,3
Ano 12	20.777	100,0	200	48,1	25	75,0	72,1	86,6	108,2
Ano 13	20.948	100,0	200	48,5	25	75,6	72,7	87,3	109,1
Ano 14	21.051	100,0	200	48,7	25	76,0	73,1	87,7	109,6
Ano 15	21.154	100,0	200	49,0	25	76,4	73,5	88,1	110,2
Ano 16	21.258	100,0	200	49,2	25	76,8	73,8	88,6	110,7
Ano 17	21.362	100,0	200	49,4	25	77,1	74,2	89,0	111,3
Ano 18	21.467	100,0	200	49,7	25	77,5	74,5	89,4	111,8
Ano 19	21.524	100,0	200	49,8	25	77,7	74,7	89,7	112,1
Ano 20	21.581	100,0	200	50,0	25	77,9	74,9	89,9	112,4

Fonte: Autoria própria.

Tabela 8-8 - Alternativas para o atendimento da demanda urbana do sistema sede – Crescimento populacional médio – Cenário 2.

	População (hab)	Índice de atendimento (%)	Per Capita Total (L/hab.dia)	$Q_{méd}$ (L/s)	Índice de Perdas IDP (%)	Vazão captação (adutora de água bruta) (L/s) - Q_{prod}	Vazão adutora de água tratada (L/s) - Q_{aat}	Demanda Doméstica (L/s) – Q_{dom}	Vazão para a rede (L/s)
Ano 0	18.072	97,4	200	40,7	25	63,6	61,1	73,3	91,7
Ano 1	18.357	97,4	200	41,4	25	64,6	62,1	74,5	93,1
Ano 2	18.646	98,0	198	41,9	25	65,3	62,8	75,4	94,2
Ano 3	18.940	99,0	196	42,5	25	66,4	63,8	76,6	95,7
Ano 4	19.168	99,0	194	42,6	25	66,5	63,9	76,7	95,9
Ano 5	19.398	100,0	192	43,1	25	67,2	64,7	77,6	97,0
Ano 6	19.631	100,0	189	42,9	25	67,0	64,4	77,3	96,6
Ano 7	19.867	100,0	187	43,0	25	67,1	64,5	77,4	96,7
Ano 8	20.106	100,0	185	43,1	25	67,2	64,6	77,5	96,9
Ano 9	20.271	100,0	183	42,9	25	67,0	64,4	77,3	96,6
Ano 10	20.438	100,0	181	42,8	25	66,8	64,2	77,1	96,3
Ano 11	20.607	100,0	179	42,7	25	66,6	64,0	76,8	96,1
Ano 12	20.777	100,0	177	42,6	25	66,4	63,8	76,6	95,8
Ano 13	20.948	100,0	175	42,4	25	66,2	63,6	76,4	95,5
Ano 14	21.051	100,0	173	42,2	25	65,8	63,2	75,9	94,8
Ano 15	21.154	100,0	171	41,9	25	65,3	62,8	75,4	94,2
Ano 16	21.258	100,0	168	41,3	25	64,5	62,0	74,4	93,0
Ano 17	21.362	100,0	166	41,0	25	64,0	61,6	73,9	92,3
Ano 18	21.467	100,0	164	40,7	25	63,6	61,1	73,3	91,7
Ano 19	21.524	100,0	162	40,4	25	63,0	60,5	72,6	90,8
Ano 20	21.581	100,0	160	40,0	25	62,3	59,9	71,9	89,9

Fonte: Autoria própria.

Através da análise das Tabelas 8-7 e 8-8, que objetivam o atendimento à universalização dos serviços de água da Sede do Município de Sooretama, são verificadas as seguintes situações para os cenários propostos:

- Cenário 1 (manutenção do consumo per capita e do índice de perdas): Neste cenário a vazão máxima demandada é de 77,9 L/s.
- Cenário 2 (redução do consumo per capita e manutenção do índice de perdas): Neste cenário a vazão máxima demandada é de 67,2 L/s.

A vazão atual produzida na ETA sede é de 40 L/s por um período de funcionamento de 21 horas/dia. Ressalta-se que este valor é o dobro da vazão de projeto da ETA e ainda assim é insuficiente para atender a demanda em qualquer dos cenários. Ressalta-se que parte da população pode ser atendida por outros sistemas em função das conexões existentes entre eles. Além disso, a ETA opera em apenas 21 h/dia podendo ampliar sua produção para 24 horas. Considerando-se os problemas de fornecimento de água e saturação do sistema de produção está sendo implantada uma ETA com capacidade de 300 l/s, com previsão de início de operação ainda para o ano de 2017, que será capaz de atender a toda a população de Sooretama.

No município de Sooretama não foram encontrados registros de outorga ou licenciamento das unidades do Sistema de abastecimento de água. Sendo assim, há uma urgente necessidade de regularização do sistema que, além do atendimento à legislação, permitirá a comparação entre a vazão outorgada e a vazão demanda pela população.

Neste caso, atividades voltadas para a conscientização da população e o racionamento da água ajudam a eliminar a necessidade do aumento da produção de água para o abastecimento ao longo dos 20 anos. O aumento da população contribui com a necessidade de se ampliar a demanda e, conseqüentemente a produção em um SAA, enquanto que ações voltadas para a educação ambiental conduzem ao caminho oposto. O cenário 2, principalmente, necessita de ações intensivas para sua implantação. Destarte, cabe ao corpo técnico da prefeitura municipal e do SAAE a escolha do cenário a ser adotado para futuras decisões.

8.2.3.2 Distrito Sede – Demanda Rural

Nos sistemas rurais que são constituídos geralmente por soluções alternativas de tratamento e distribuição de água, como verificado na área rural da sede também deve ser prevista a universalização dos serviços de abastecimento de água. Por se tratar de área rural, muitas vezes sua universalização é dada de forma individual. Dessa forma, cada uma dessas regiões, deve possuir sistema de abastecimento alternativo para atender a demanda da população local.

Assim sendo, pelos dados apresentados no diagnóstico salienta-se que não é possível mensurar os indicadores técnicos e operacionais desses sistemas visto a falta de informações, portanto são sugeridas algumas demandas rurais para todos os distritos abastecidos visando a universalização do serviço de abastecimento de água de Sooretama.

Cabe à administração municipal regularizar estas áreas no que se refere à prestação dos serviços de abastecimento de água e deve-se verificar se existe o tratamento de desinfecção da água em 100% dos poços da área rural, vazão de captação quando houver manancial, dimensionamento adequado das ETAs, bem como reservatórios suficientes para atender à demanda rural.

No entanto, assim como a qualidade da água na área urbana deve atender ao padrão de potabilidade, deve-se manter também a qualidade final da água distribuída para consumo na área rural. Ressalta-se que todas as análises e periodicidade devem ser rigorosamente seguidas, conforme constante na Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde.

Na Tabela 8-9 são apresentadas as produções necessárias no cenário de crescimento médio para atendimento da população rural da sede considerando-se um consumo per capita decrescente de 200 L/hab/dia para 160 L/háb.dia e universalização dos serviços até o final de plano para um índice de perdas fixo de 25% (cenário 2).

Tabela 8-9 - Alternativas para o atendimento da demanda rural da Sede – Crescimento populacional médio – Cenário 2.

	População (hab)	Índice de atendimento (%)	Per Capita Total (L/hab.dia)	$Q_{méd}$ (L/s)	Índice de Perdas IDP (%)	Vazão captação (adutora de água bruta) (L/s) - Q_{prod}	Vazão adutora de água tratada (L/s) - Q_{aat}	Demanda Doméstica (L/s) – Q_{dom}	Vazão para a rede (L/s)
Ano 0	9.049	48,4	200	10,1	25	15,8	15,2	18,2	22,8
Ano 1	9.191	48,0	200	10,2	25	15,9	15,3	18,4	23,0
Ano 2	9.336	51,0	198	10,9	25	17,0	16,4	19,6	24,6
Ano 3	9.483	54,0	196	11,6	25	18,1	17,4	20,9	26,1
Ano 4	9.597	57,0	194	12,3	25	19,2	18,4	22,1	27,6
Ano 5	9.713	59,0	192	12,7	25	19,9	19,1	22,9	28,7
Ano 6	9.829	62,0	189	13,3	25	20,8	20,0	24,0	30,0
Ano 7	9.947	65,0	187	14,0	25	21,8	21,0	25,2	31,5
Ano 8	10.067	67,0	185	14,4	25	22,5	21,7	26,0	32,5
Ano 9	10.150	70,0	183	15,0	25	23,5	22,6	27,1	33,9
Ano 10	10.234	73,0	181	15,7	25	24,4	23,5	28,2	35,2
Ano 11	10.318	76,0	179	16,2	25	25,3	24,4	29,2	36,6
Ano 12	10.403	78,0	177	16,6	25	25,9	24,9	29,9	37,4
Ano 13	10.489	81,0	175	17,2	25	26,8	25,8	31,0	38,7
Ano 14	10.540	84,0	173	17,7	25	27,7	26,6	31,9	39,9
Ano 15	10.592	86,0	171	18,0	25	28,1	27,0	32,5	40,6
Ano 16	10.644	89,0	168	18,4	25	28,7	27,6	33,2	41,4
Ano 17	10.697	92,0	166	18,9	25	29,5	28,4	34,0	42,5
Ano 18	10.749	95,0	164	19,4	25	30,2	29,1	34,9	43,6
Ano 19	10.778	97,0	162	19,6	25	30,6	29,4	35,3	44,1
Ano 20	10.806	100,0	160	20,0	25	31,2	30,0	36,0	45,0

Fonte: Autoria própria.

Através da análise do quadro, pode-se verificar as demandas necessárias para atendimento da população rural de Sooretama no cenário de crescimento médio. Não foram obtidas informações sobre os sistemas rurais, portanto é difícil precisar o atendimento atual da demanda. Neste sentido, a área rural precisa de intervenções urgentes visando à universalização do saneamento básico. Dentre essas intervenções podemos destacar para os sistemas alternativos o cadastramento dos poços coletivos e individuais: identificação, vazão, população abastecida, prazo de funcionamento, ação de desativação, qualidade da água, atuação com educação ambiental para a conscientização da população, preservação dos mananciais e nascentes, entre outras.

8.2.4 Rede de Monitoramento e Disponibilidade Hídrica dos Mananciais

A outorga de direito de uso de recursos hídricos é um dos instrumentos da Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e tem como objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

A outorga de direito de uso de recursos hídricos é o ato administrativo mediante o qual o poder público outorgante (União, Estado ou Distrito Federal) faculta ao outorgado (requerente) o direito de uso de recurso hídrico, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato administrativo.

Para que seja autorizada a captação de água, visando o serviço de abastecimento de água, a concessionária deve solicitar à Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), órgão gestor das águas do domínio do Estado do Espírito Santo, a outorga do direito de uso de recursos hídricos, cujos critérios estão estabelecidos pelas Instruções Normativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos SEAMA e IEMA.

A análise dos pedidos de outorga requer o estudo quanto à disponibilidade hídrica, que por sua vez deve conter a avaliação dos limites outorgáveis estabelecidos pela legislação de recursos hídricos vigente no Espírito Santo e a demanda de água existente na bacia. A AGERH adota como vazão de referência a vazão com permanência de 90% (Q_{90}).

Para se estimar a quantidade de água superficial das bacias e respeitar os critérios de outorga é necessário realizar o estudo denominado Regionalização de Vazões no município para estimar as vazões de referência. Nos cálculos são consideradas as áreas de drenagem em cada seção de captação de água. Para tanto é necessária uma série histórica de monitoramento das vazões, que é obtida através de medições realizadas por postos de monitoramento de recursos hídricos.

Uma rede de monitoramento de recursos hídricos é constituída por um conjunto de equipamentos e estações de medição a partir dos quais se busca avaliar o funcionamento natural dos corpos de água, descrevendo a variação das condições de qualidade associada ao regime de variação de vazões ou volumes.

Segundo Finotti et al. (2009), ainda que não existam exigências legais para o monitoramento da qualidade e quantidade dos corpos de água no âmbito do município, o monitoramento dentro de um sistema de gestão ambiental municipal pode ter como perspectivas diferentes objetivos como, por exemplo, subsidiar ações de fiscalização e licenciamento ou à geração de informações para o estabelecimento de políticas, planos ou ações associadas aos recursos hídricos. Os autores afirmam que segundo a Política Nacional de Meio Ambiente, as bacias hidrográficas devem apresentar um sistema de monitoramento da qualidade e quantidade da água. No entanto, na maior parte das bacias hidrográficas brasileiras, esses sistemas estão apenas parcialmente implantados.

Conforme etapa de Diagnóstico dos Planos de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos o monitoramento de quantidade de água é conduzido a partir de limitado número de estações fluviométricas, distribuídas espacialmente de forma heterogênea. As referidas estações normalmente correspondem a bacias de drenagem de médio e grande porte, possuem séries históricas de diferentes extensões e não permitem a condução da análise regional consistente de vazões ou a estimativa de disponibilidade hídrica em pequenas bacias hidrográficas. O monitoramento da qualidade de água, por sua vez, é conduzido em estações de monitoramento operadas pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. O monitoramento da qualidade de água não está integrado ao monitoramento do regime de vazões e é normalmente realizado em cursos de água de maior expressão e, excetuando-se o monitoramento associado a estudos ambientais específicos, é realizado com baixa frequência.

A estimativa da disponibilidade hídrica, apesar de ser uma variável estável, foi atualizada a partir de dados mais recentes disponibilizados no banco de dados da Agência Nacional de Águas (ANA) na internet. A estimativa da demanda, que depende de variáveis dinâmicas, tal como uso e ocupação, densidade demográfica, desenvolvimento regional etc., também foi atualizada no Plano Integrado de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica do rio Doce e Planos de Ações para as Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos no âmbito da bacia do rio Doce (CTB-DOCE, 2010).

Dessa forma, foi apresentado um inventário dos recursos hídricos nessa bacia a partir do levantamento de dados de vazões monitorados pela ANA, bem como dos reservatórios capazes de promover alguma regularização na vazão dos cursos d'água (CTB-DOCE, 2010)

A quantificação das demandas hídricas atuais, discriminadas por setor usuário e por bacia hidrográfica, foi conduzido com vistas a definir o quadro atual e potencial de demanda hídrica da bacia. As demandas foram agrupadas nos tipos consuntivo e conservativo, dependendo de haver ou não supressão de vazão dos mananciais. As demandas do tipo consuntivo são aquelas associadas aos usos de abastecimento urbano e rural, dessedentação animal e irrigação de culturas. No tipo conservativo incluem-se as demandas para geração de energia elétrica e todas aquelas associadas ao turismo e lazer.

Dentre os diversos usos possíveis, o diagnóstico apontou como prioritários dessa bacia os usos relativos a saneamento ambiental e diluição de efluentes, uma vez que usos para geração hidrelétrica, apesar de serem bastante representativos nessa bacia, não interferem, a não ser de forma bastante localizada, nos demais usos por se tratar basicamente de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH's que não têm capacidade de regularização.

A partir dos dados de disponibilidades existentes e das demandas atuais foi ainda realizado balanço hídrico nos pontos de controle das unidades de gestão da Bacia do Rio Doce como forma de subsídio ao diagnóstico integrado da bacia, visto que as Bacias hidrográficas do Rio Barra Seca/Rio Mucuri e do Rio São José são consideradas subunidades do sistema hidrográfico do Rio Doce.

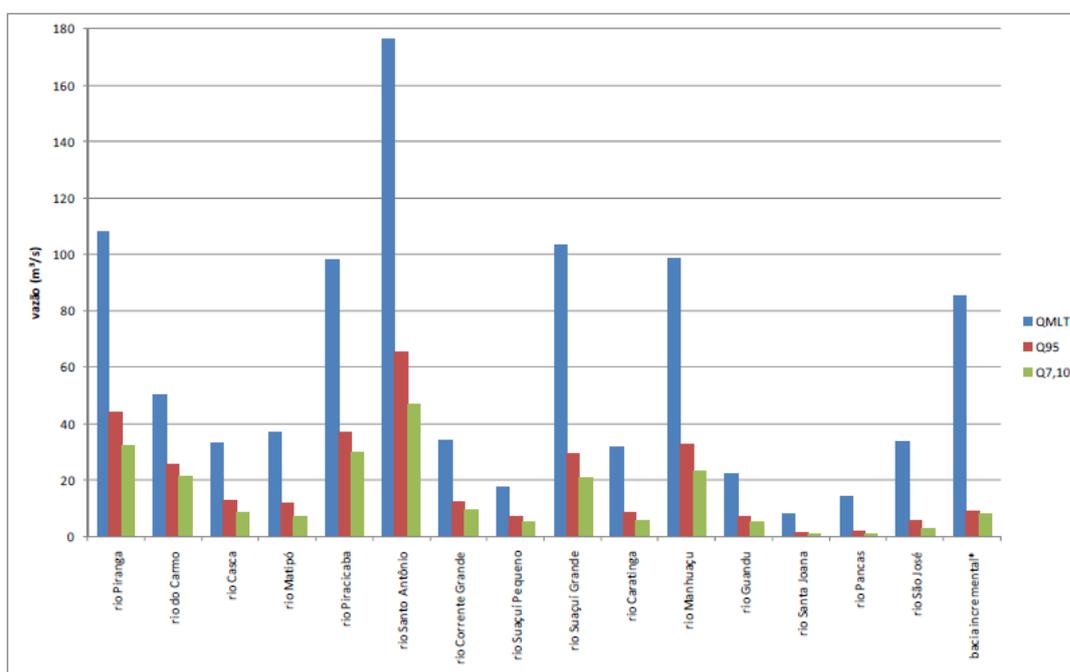
No estudo, a bacia do rio Doce foi dividida em sub-bacias e, a partir das séries de vazões médias mensais homogeneizadas, foi definida a disponibilidade hídrica na seção de referência de cada sub-bacia hidrográfica estudada na bacia do rio Doce e na região do Barra Seca. Os valores referenciais de vazões médias e mínimas (Q_{MLT} , Q_{95} e $Q_{7,10}$) são apresentados no Quadro 8-5. A Figura 8-1 ilustra a disponibilidade hídrica do rio Doce por sub-bacia.

Quadro 8-5 – Disponibilidade hídrica superficial da Bacia do rio Doce e Barra Seca nos pontos de controle.

sub-bacia	área drenagem (km ²)	área %	vazão específica (L/s/km ²)			vazão (m ³ /s)		
			Q _{MLT}	Q ₉₅	Q _{7,10}	Q _{MLT}	Q ₉₅	Q _{7,10}
rio Piranga	6.616	8,0%	16,3	6,61	4,84	108,0	43,7	32,0
rio do Carmo	2.265	2,7%	22,2	11,2	9,38	50,3	25,4	21,3
rio Casca	2.511	3,0%	13,1	5,01	3,22	32,8	12,6	8,09
rio Matipó	2.581	3,1%	14,2	4,57	2,80	36,8	11,8	7,23
Incremental D01	3.626		14,0	6,44	5,26			
rio Piracicaba	5.444	6,6%	18,0	6,84	5,49	97,9	37,3	29,9
Incremental D02	151		14,6	5,96	4,67			
rio Santo Antônio	10.442	12,6%	16,9	6,26	4,48	176,3	65,4	46,7
Incremental D03	270		14,6	5,96	4,67			
rio Corrente Grande	2.480	3,0%	13,8	5,07	3,79	34,1	12,6	9,40
rio Suaçuí Pequeno	1.721	2,1%	10,0	4,10	3,05	17,2	7,05	5,25
rio Suaçuí Grande	12.432	15,0%	8,32	2,34	1,64	103,4	29,1	20,4
Incremental D04	4.928		13,23	5,09	3,91			
rio Caratinga	3.227	3,9%	9,81	2,62	1,81	31,7	8,47	5,83
Incremental D05	2.525		14,13	5,66	4,43			
rio Manhuaçu	8.826	10,7%	11,2	3,68	2,61	98,7	32,5	23,1
Incremental D06	202		11,9	4,22	3,13			
rio Guandu	2.125	2,6%	10,4	3,38	2,43	22,0	7,18	5,16
Incremental Guandu	374		11,5	3,76	2,74			
rio Santa Joana	906	1,1%	8,74	1,58	0,86	7,91	1,43	0,78
Incremental Santa Maria do Doce	2.178		11,48	3,76	2,74			
rio Pancas	1.180	1,4%	12,0	1,56	0,83	14,1	1,84	0,98
rio São José	2.366	2,9%	14,2	2,47	1,16	33,7	5,84	2,75
rio Barra Seca	3.960	-	11,48	3,76		45,5	14,9	-
BACIA do RIO DOCE	82.755	100%	11,48	3,76	2,74	950,4	311,3	226,7

Fonte: CTB-DOCE (2010).

Figura 8-1 - Disponibilidade hídrica superficial por Sub-bacia.



Fonte: CTB-DOCE (2010).

Dentre os rios com maior disponibilidade hídrica, destaca-se o rio São José apresentando os maiores valores de vazões médias de longo período ($\sim 33,7 \text{ m}^3/\text{s}$), bem como das vazões mínimas de referência ($Q_{95} = \sim 5,84 \text{ m}^3/\text{s}$ e $Q_{7,10} = \sim 2,75 \text{ m}^3/\text{s}$). Além disso, este é o manancial superficial que abastece o município de Sooretama (lagoa Juparanã).

Deste modo é possível afirmar que o manancial possui capacidade de abastecer o município de Sooretama, uma vez que no cenário de maior consumo de água a demanda será de $0,1127 \text{ m}^3/\text{s}$ (Tabela 8-7). Isso considerando que a Q_{95} é sempre menor que a Q_{90} , vazão de referência para captação de Água no Estado do Espírito Santo.

8.2.5 Layout do Sistema de abastecimento de água

O sistema de abastecimento de água da sede do município é constituído basicamente por captação de água na Lagoa Juparanã, estações elevatórias de água bruta e tratada, reservatórios apoiados e elevados e rede de distribuição. O cadastro da rede distribuição não foi disponibilizado, entretanto, em função das expedições em campo e informações coletadas no âmbito do estado e do

município, sabe-se que o sistema é constituído por tubulações antigas que devem ser substituídas gradativamente.

O layout do sistema de abastecimento de água pode ser visualizado no Apêndice A.

8.3 REFERÊNCIAS

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Atlas do abastecimento de água, 2010. Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/default.aspx>. Acessado em: out.2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da Qualidade da Água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

CTB-DOCE. Plano integrado de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio doce e planos de ações para as unidades de planejamento e gestão de recursos hídricos no âmbito da bacia do rio doce. **CTB-Doce - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce. 2010.** Disponível em: <http://www.cbhdoce.org.br/plano-diretor-da-bacia-do-doce-pirh/>. Acesso em jul/16

FINOTTI, A. R.; FINKLER, R.; SILVA, M. D.; CEMIN, G. Monitoramento de recursos hídricos em áreas urbanas. Caxias do Sul: Educs, 2009.

FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Ministério da Saúde. Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico e Procedimentos Relativos ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira da Fundação Nacional de Saúde. VERSÃO 2012.

IWA - Internacional Water Association – Disponível em <http://www.iwa-network.org/> Acesso em out/2016

9 PROGNÓSTICO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES)

9.1 PROGNÓSTICO E ALTERNATIVAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO

O Diagnóstico Situacional procurou identificar e retratar o estágio atual da gestão dos serviços, envolvendo os aspectos quantitativos e qualitativos operacionais e das infraestruturas atinentes à prestação do serviço de esgotamento sanitário do Município de Sooretama. Para isso, foram levantadas a situação e a descrição do estado atual do sistema de esgotamento sanitário do Município, identificando as suas deficiências e causas relacionadas à situação da oferta e do nível de atendimento, às condições de acesso e à qualidade da prestação do serviço. Também identificaram-se os aspectos estrutural e operacional, e suas dimensões quantitativas e qualitativas, relativos ao planejamento técnico (Plano Diretor, estudos e projetos), à cobertura do atendimento, às infraestruturas e instalações, às condições operacionais, à situação dos corpos receptores dos efluentes de esgotos, às áreas de possível risco de contaminação, à existência e situação de áreas eventualmente não atendidas pelo sistema público, à existência de soluções alternativas de esgotamento sanitário e aos aspectos de capacidade de atendimento futuro.

Nessa etapa atual, correspondente ao "Prognósticos e Alternativas para a Universalização" dos serviços de esgotamento sanitário serão elaboradas as estratégias de atuação para melhoria das condições desse serviço para o Município de Sooretama. A prospectiva estratégica requer um conjunto de técnicas sobre a resolução de problemas perante a complexidade, a incerteza, os riscos e os conflitos neste eixo do saneamento básico. São formuladas estratégias para alcançar os objetivos, diretrizes e metas definidas para PMSB, bem como da previsão e formulação dos programas e das respectivas ações e projetos que se espera realizar no horizonte temporal deste Plano.

9.1.1 Responsabilidade pelos Serviços de Esgotamento Sanitário

No município, a responsabilidade sobre os serviços urbanos de esgotamento sanitário é da Prefeitura Municipal de Sooretama. Ela é responsável pelo conjunto de serviços, manutenção de infraestrutura e instalações operacionais relacionados ao esgotamento sanitário apenas na área urbana dos distritos do município.

9.1.2 Demanda pelos Serviços de Esgotamento Sanitário

A elaboração do planejamento de políticas públicas requer um extenso ferramental de análise histórica que possibilite quantificar e compreender a lógica de diversos processos que se integram com os elementos do saneamento básico. O detalhamento dos requisitos de demanda e a definição de alternativas técnicas de engenharia serão primordiais para o prosseguimento das atividades do PMSB.

Neste processo são utilizadas as informações do diagnóstico para a projeção e prospecção de demandas futuras utilizando projeções populacionais derivadas de metodologias de projeções demográficas somadas aos elementos previstos em planejamentos e políticas públicas.

9.1.2.1 Demandas pelos Serviços

O prognóstico visa determinar os objetivos e metas para atendimento ao plano, dentro do horizonte estabelecido, que no caso deste plano é de 20 anos. Além disso, também é visada a expectativa de universalização de 100% dos serviços de esgotamento sanitário nas áreas urbanas do município até o final dos 20 anos. No município de Sooretama, foi levantado na fase de diagnóstico que o sistema de coleta e tratamento de esgoto operado pela Prefeitura Municipal de Sooretama possui uma ETE tipo australiano (Lagoa Anaeróbia + Lagoa Facultativa) que atende a sede do município.

Em vista disso, como resultado do diagnóstico realizado sobre o SES do município, foram identificadas demandas existentes na área de esgotamento

sanitário. Os quadros a seguir apresentam estas demandas pelo serviço de esgotamento sanitário das áreas urbanas de cada distrito.

Quadro 9-1 - Demandas existentes – Distrito Sede.

Perímetro urbano/ Comunidade	Demanda
Sede	1. Necessita de redes coletoras para atendimento de 20% da área urbana.
	2. Não há monitoramento dos efluentes lançados pela ETE
	3. Lançamento de esgotos sanitários in natura de residências urbanas e rurais nos corpos hídricos locais, ou à céu aberto e/ou em redes de drenagem pluvial
Chumbado Santa Luzia Juerana Juncado	4. As comunidades utilizam as fossas negras individuais como sistema de esgotamento sanitário.
	5. A baixa vazão córregos, sobretudo em tempos de escassez hídrica, é um complicador para a diluição dos efluentes e torna-se um agravante para a contaminação.
	6. Lançamento de esgotos sanitários in natura de residências urbanas e rurais nos corpos hídricos locais, ou à céu aberto e/ou em redes de drenagem pluvial

Fonte: Autoria própria.

Além das demandas verificadas nas áreas urbanas, a situação do esgotamento sanitário na área rural do município é crítica, onde, segundo constou o diagnóstico, 96,58% dos domicílios (aproximadamente 2003 domicílios) utilizam fossas rudimentares, 0,14% valas, 0,19% rio, lago ou mar, 0,24% outro tipo e 1,74% não tinham nenhum tipo de disposição de esgotamento sanitário. Neste caso, o ideal é a troca deste tipo menos eficiente por fossas sépticas, tratamento individual mais indicado para esses casos. Essas ações para troca desses tratamentos serão melhores tratadas na etapa de Programas, Planos e Ações deste plano.

Na área urbana, tanto da sede quanto dos distritos, também foram identificados casos de domicílios que lançam esgoto diretamente nos rios, com aproximadamente 190 domicílios aderindo a essa prática, segundo levantamento do diagnóstico. Neste caso, deve-se garantir a cobertura da coleta e tratamento em toda área urbana e haver o incentivo para a adesão de todas as casas da área urbana à rede. Este programa para adesão à rede também será melhor detalhado na próxima etapa do plano.

9.1.2.2 Alternativas de Atendimento das Demandas

Com base nas demandas observadas e apresentadas no tópico anterior, a seguir serão sugeridas alternativas para o seu atendimento. Vale ressaltar que as alternativas sugeridas serão mais adiante comparadas e classificadas por prioridade, para melhor decisão dos responsáveis.

Quadro 9-2 - Alternativas para atendimento das demandas - Distrito Sede.

Perímetro urbano/ Comunidade	Demandas	Solução
Sede	1. Necessita de redes coletoras para atendimento de 20% da área urbana.	Implementação de redes coletoras nas áreas que ainda não são atendidas
	2. Não há monitoramento dos efluentes lançados pela ETE	Estabelecimento de monitoramento periódico para garantir a qualidade e eficiência do sistema de tratamento.
	3. Lançamento de esgotos sanitários in natura de residências urbanas e rurais nos corpos hídricos locais, ou à céu aberto e/ou em redes de drenagem pluvial	Incentivo à população para realização das ligações na rede coletora, quando existir, por meio de ações educativas e de fiscalização a fim de reduzir o lançamento clandestino de esgotos sanitários em corpos hídricos e em redes de drenagem pluvial. Uso de soluções alternativas individuais de tratamento, desde que autorizadas por órgão municipal competente, instaladas e mantidas de maneira adequada, sobretudo em áreas rurais.
Chumbado Santa Luzia Juerana Juncado	4. As comunidades utilizam as fossas negras individuais como sistema de esgotamento sanitário.	Implementação de redes coletoras, e construção de ETE(s).
	5. A baixa vazão córregos, sobretudo em tempos de escassez hídrica, é um complicador para a diluição dos efluentes e torna-se um agravante para a contaminação.	Estudo de concepção para verificar o melhor tratamento com alta eficiência.
	6. Lançamento de esgotos sanitários in natura de residências urbanas e rurais nos corpos hídricos locais, ou à céu aberto e/ou em redes de drenagem pluvial	Incentivo à população para realização das ligações na rede coletora, quando existir, por meio de ações educativas e de fiscalização a fim de reduzir o lançamento clandestino de esgotos sanitários em corpos hídricos e em redes de drenagem pluvial. Uso de soluções alternativas individuais de tratamento, desde que autorizadas por órgão municipal competente, instaladas e mantidas de maneira adequada, sobretudo em áreas rurais.

Fonte: Autoria própria.

9.1.2.3 Objetivos e Metas

No Quadro 9-3 encontra-se um resumo dos objetivos e sua projeção temporal dentro do horizonte de planejamento de 20 anos (curto, médio e longo prazos). Neste Quadro também estão estabelecidos critérios de priorização de objetivos que refletirão as expectativas sociais. Os critérios técnicos que permitiram construir uma escala de primazia entre os objetivos estão descritos a seguir.

Quadro 9-3 - Objetivos e Metas – Distrito Sede.

Demandas	Solução	Metas (Prazo)	Prioridade
1. Necessita de redes coletoras para atendimento de 20% da área urbana.	Implementação de redes coletoras nas áreas que ainda não são atendidas	Médio	Média
2. Não há monitoramento dos efluentes lançados pela ETE	Estabelecimento de monitoramento periódico para garantir a qualidade e eficiência do sistema de tratamento.	Curto	Média
3. As comunidades utilizam as fossas negras individuais como sistema de esgotamento sanitário.	Implementação de redes coletoras, e construção de ETE(s).	Longo	Alta
4. A baixa vazão córregos, sobretudo em tempos de escassez hídrica, é um complicador para a diluição dos efluentes e torna-se um agravante para a contaminação.	Estudo de concepção para verificar o melhor tratamento com alta eficiência.	Médio	Alta
5. Lançamento de esgotos sanitários in natura de residências urbanas e rurais nos corpos hídricos locais, ou à céu aberto e/ou em redes de drenagem pluvial	Incentivo à população para realização das ligações na rede coletora, quando existir, por meio de ações educativas e de fiscalização a fim de reduzir o lançamento clandestino de esgotos sanitários em corpos hídricos e em redes de drenagem pluvial. Uso de soluções alternativas individuais de tratamento, desde que autorizadas por órgão municipal competente, instaladas e mantidas de maneira adequada, sobretudo em áreas rurais.	Curto	Alto

Fonte: Autoria própria.

9.1.3 Indicadores e Índices de Desempenho

No setor do saneamento, indicador de desempenho (ID) é uma medida quantitativa da eficiência e da eficácia de uma entidade gestora relativamente a

aspectos específicos da atividade desenvolvida ou do comportamento dos sistemas (ALEGRE *et al.*, 2000). Os indicadores até hoje desenvolvidos são, em geral, calculados pela razão entre duas variáveis da mesma natureza ou de natureza distinta, sendo assim adimensionais (STAHRE e ADAMSSON, 2004; OFWAT, 2007; ALEGRE *et al.*, 2006).

O uso de ID fundamenta-se no princípio da transparência das ações do saneamento, estabelecido no artigo 2º da Lei e complementarmente no seu artigo 9º, estabelecendo um sistema de informações articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SINISA) (VON SPERLING e VON SPERLING, 2013).

Os indicadores utilizados têm como finalidades principais informar, avaliar e definir critérios, em diferentes âmbitos de atuação (global, nacional e regional) e por diferentes usuários (tomadores de decisão, políticos, economistas, técnicos ou o público em geral). A sua utilização deve ser específica, correspondente à expectativa de quem os utiliza, para a prestação, a regulação e o planejamento dos serviços de saneamento.

Os indicadores aqui apresentados serão úteis no auxílio da avaliação objetiva, do monitoramento e do acompanhamento dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos como um todo.

Segundo o Glossário de Indicadores do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), cerca de 40 ID tratam de esgotamento sanitário. Von Sperling e Von Sperling (2013) levantaram 46 ID mais relevantes em sua pesquisa, divididos em 5 categorias, dos quais 25 não estão na lista de ID do SNIS.

Foram destacados alguns dos indicadores mais relevantes para o esgotamento sanitário, como mostrado no Quadro 9-4.

Quadro 9-4 - Indicadores de desempenho para os serviços de esgotamento sanitário.

Cod.	Indicador (Unid.)	Equação	Informações	Pontuação	Objetivo	Relevância			
						PS	AR	AP	US
ID1	Utilização de estações de tratamento (%)	$\frac{Qt}{Qete} \times 100$	Qt: vazão medida ou estimada de esgoto tratado (L/s) Qete: capacidade de tratamento da ETE (L/s)	IE1 > 90% = 100; 60% < IE1 < 90% = interpolat; IE1 < 60% = 0.	Avaliar e planejar ampliações a partir da capacidade ociosa da Estação de Tratamento de Esgotos	X	X	X	
ID2	Cobertura total da rede coletora (%)	$\frac{PCRC}{Pop} \times 100$	PCRC: População coberta por rede coletora (hab) Pop: População residente (hab)	IQ1 = 100% = 100 95% < IQ1 < 99% = 80 85% < IQ1 < 94% = 60 70% < IQ1 < 84% = 40 50% < IQ1 < 69% = 20 IQ1 < 49% = 0	Avaliar a cobertura da rede coletora sobre a população	X	X	X	X
ID3	Cobertura urbana da rede coletora (%)	$\frac{PUCRC}{Pop} \times 100$	PUCRC: População coberta por rede coletora (hab) Pop: População residente (hab)	IQ1 = 100% = 100 95% < IQ1 < 99% = 80 85% < IQ1 < 94% = 60 70% < IQ1 < 84% = 40 50% < IQ1 < 69% = 20 IQ1 < 49% = 0	Avaliar a cobertura da rede coletora sobre a população urbana	X	X	X	X
ID4	Atendimento total da rede coletora (%)	$\frac{PLRC}{Pop} \times 100$	PLRC: População ligada à rede coletora (hab) Pop: População residente (hab)	IQ1 = 100% = 100 95% < IQ1 < 99% = 80 85% < IQ1 < 94% = 60 70% < IQ1 < 84% = 40 50% < IQ1 < 69% = 20 IQ1 < 49% = 0	Avaliar o atendimento à população pela ligação na rede de esgoto	X	X	X	X
ID5	Atendimento urbano da rede coletora (%)	$\frac{PULRC}{PopU} \times 100$	PULRC: População urbana ligada à rede coletora (hab) PopU: População urbana residente (hab)	IQ2 = 100% = 100 95% < IQ2 < 99% = 80 85% < IQ2 < 94% = 60 70% < IQ2 < 84% = 40 50% < IQ2 < 69% = 20 IQ2 < 49% = 0	Avaliar o atendimento à população urbana pela ligação na rede de esgoto	X	X	X	X
ID6	Atendimento da população por ETE (%)	$\frac{PULRC}{PopU} \times 100$	PT: População cujo esgoto coletado segue para ETE (hab) Pop: População residente (hab)	Pont = IQ	Avaliar a proporção da população que recebe tratamento por Estação Coletiva de Tratamento de Esgotos	X	X	X	X
ID7	Índice de coleta de esgoto (%)	$\frac{VEC}{0,8 \times VAC} \times 100$	VEC: Volume de esgoto coletado (m3) VAC: Volume de água consumida (m3)	Pont = IQ	Analisar a razão entre água consumida e geração de esgoto coletado	X	X	X	

ID8	Índice de tratamento de esgoto (%)	$\frac{VET}{VEC} \times 100$	VET: Volume de esgoto tratado (m3) VEC: Volume de esgoto coletado (m3)	Pont = IQ	Avaliar a proporção de esgoto coletado que recebe tratamento.	X	X	X	
ID9	Índice de esgoto tratado por tratamento secundário (%)	$\frac{VETS}{VET} \times 100$	VETS: Volume de esgoto com tratamento secundário (m3) VET: Volume de esgoto tratado (m3)	Pont = IQ	Avaliar a proporção de esgoto tratado que recebe tratamento secundário, para maior eficiência de remoção de poluentes.	X	X	X	
ID10	Atendimento da ETE ao padrão de lançamento (%/ano)	$\frac{AMAP}{AMR} \times 100$	AMAP: Qtd. de amostras por poluente que atendem ao padrão de lançamento AMR: Qtd. de amostras por poluente realizadas no ano	Pont = IQ	Avaliar o cumprimento dos padrões de lançamento, principalmente de DBO, DQO, SST, Fósforo, Nitrogênio e E.coli.	X	X	X	X
ID11	Saturação do Tratamento de Esgoto	$\frac{\log \frac{CT}{VC}}{\log(1+t)}$	N: Número de anos em que o sistema ficará saturado; VC: Volume coletado de esgotos; CT: Capacidade de tratamento; T: Taxa de crescimento anual médio da população para os 5 anos.	ID ≥ 20 = 100 15 ≤ ID < 20 = 80 10 ≤ ID < 15 = 60 5 ≤ ID < 10 = 40 3 ≤ ID < 5 = 10 ID < 3 = 0	Comparar a oferta e a demanda das instalações existentes e programar novas instalações ou ampliações.	X	X	X	

PS: Prestadora de Serviço; AR: Agência Reguladora; AP: Administração Pública; US: Usuário.

ETEs: Estação de Tratamento de Esgoto; DBO: Demanda Biológica de Oxigênio; DQO: Demanda Química de Oxigênio; SST: Sólidos em Suspensão Totais.

Fonte: Adaptado de Von Sperling (2013).

9.2 CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS E EVOLUÇÃO – PROSPECTIVA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – PPE

9.2.1 Parâmetros para Projeção de Demanda

Para o planejamento estratégico das ações referentes ao sistema de esgotamento sanitário, faz-se necessária a estimativa das vazões de contribuição de esgotos sanitários domésticos no município para a identificação das necessidades futuras de ampliação/otimização dos componentes do sistema.

Para o cálculo desta estimativa das vazões de contribuição de esgotos foram adotados os seguintes parâmetros:

9.2.1.1 Período de alcance do projeto

O alcance de projeto adotado foi de 20 anos considerando o ano inicial 2017 e final 2036. A evolução das contribuições de esgoto foi definida a partir de cálculos de taxa de crescimento populacional, tomados como base os censos do IBGE, como mostrado no estudo no crescimento demográfico. Foram calculadas as vazões para as UTAP municipais, isto é, os distritos municipais (considerando a mesma proporcionalidade da população no Censo 2010 do IBGE) para o cenário de médio crescimento populacional.

9.2.1.2 Consumo de água *per capita* (C)

O volume per capita de esgoto gerado por habitante está calculado em função do valor do consumo médio diário per capita de água. Conforme citado no Prognóstico do Sistema de Abastecimento de Água, este valor foi identificado através do número de habitantes atendidos pelo sistema de abastecimento de água e o consumo médio diário para um mesmo período. A partir destas considerações, sugeriu-se a redução do consumo de água ao longo dos 20 anos, conforme abordado no memorial de cálculo.

9.2.1.3 Coeficiente de retorno (R)

É o valor do consumo de água que retorna como esgoto na rede coletora. Será adotado o valor previsto em norma, na qual recomenda-se o valor de 80% de retorno, ou seja, $C = 0,80$.

9.2.1.4 Coeficientes de variação de vazão (K)

Para os coeficientes de variação de vazão estão sendo adotados os valores preconizados por norma, quais sejam:

Coeficiente de variação máxima diária (K1) = 1,20;

Coeficiente de variação máxima horária (K2) = 1,50.

9.2.1.5 Vazão de infiltração unitária (i)

Segundo a Norma NBR 9.649 da ABNT de 1986, a taxa de infiltração deve estar dentro de uma faixa entre 0,05 e 1,0. Devido às características da área de estudo, considerou-se uma taxa de infiltração de 0,10 l/s.km para o cálculo da contribuição de esgoto.

9.2.2 Projeção Futura da Vazão de Esgoto (20 anos)

Para a estimativa da vazão de esgoto ao longo de 20 anos, foram feitos os cálculos para as contribuições de esgoto considerando o cenário de médio crescimento demográfico.

As vazões de contribuição na área de projeto são constituídas das vazões de esgoto doméstico e das contribuições de infiltração. Os cálculos das vazões de esgoto são dados pelos parâmetros já citados anteriormente e as equações a seguir:

- Vazão média de esgoto ($Q_{méd}$):

$$Q_{méd} = \frac{P \times C \times R}{86400}, \text{ em l/s;}$$

- Vazão máxima diária de esgoto ($Q_{máxd}$):

$$Q_{máxd} = Q_{méd} \times K_1, \text{ em l/s;}$$

- Vazão máxima horária de esgoto ($Q_{máxh}$):

$$Q_{máxh} = Q_{méd} \times K_1 \times K_2, \text{ em l/s;}$$

- Vazão de infiltração (Q_{inf}):

$$Q_{inf} = L \times i, \text{ em l/s.}$$

onde:

Quadro 9-5 - Parâmetros de projeto.

g	População de projeto segundo o cenário de crescimento médio
L	Comprimento da rede em m
C	Consumo per capita de água em l/hab.dia
R	Coeficiente de retorno água/esgoto
K1	Coeficiente do dia de maior consumo
K2	Coeficiente da hora de maior consumo
I	Taxa de infiltração em l/s.m

Fonte: Autoria própria.

9.2.2.1 Memorial de cálculo de vazão de esgotos

Tabela 9-1 - Vazão de esgotos do município de Sooretama.

Ano		População Município			Per capita de água (l/hab.dia)	Comp. estimado de rede (m)	Vazão de Esgotos (l/dia)								
							Média			Máxima Diária			Máxima Horária		
		Total	Urbana	Rural			Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
0	2017	27,121	18,072	9,049	200	71463	50.2	33.5	16.8	60.3	40.2	20.1	90.4	60.2	30.2
1	2018	27,548	18,357	9,191	200	72157	51.0	34.0	17.0	61.2	40.8	20.4	91.8	61.2	30.6
2	2019	27,982	18,646	9,336	198	72851	51.3	34.2	17.1	61.6	41.0	20.5	92.3	61.5	30.8
3	2020	28,423	18,940	9,483	196	73544	51.6	34.4	17.2	61.9	41.2	20.7	92.8	61.9	31.0
4	2021	28,765	19,168	9,597	194	74238	51.7	34.4	17.2	62.0	41.3	20.7	93.0	62.0	31.0
5	2022	29,111	19,398	9,713	192	74932	51.8	34.5	17.3	62.1	41.4	20.7	93.2	62.1	31.1
6	2023	29,460	19,631	9,829	189	75626	51.6	34.4	17.2	61.9	41.2	20.6	92.8	61.8	31.0
7	2024	29,814	19,867	9,947	187	76320	51.6	34.4	17.2	61.9	41.3	20.7	92.9	61.9	31.0
8	2025	30,173	20,106	10,067	185	77013	51.7	34.4	17.2	62.0	41.3	20.7	93.0	62.0	31.0
9	2026	30,421	20,271	10,150	183	77707	51.5	34.3	17.2	61.9	41.2	20.6	92.8	61.8	31.0
10	2027	30,672	20,438	10,234	181	78401	51.4	34.3	17.2	61.7	41.1	20.6	92.5	61.7	30.9
11	2028	30,925	20,607	10,318	179	79095	51.3	34.2	17.1	61.5	41.0	20.5	92.3	61.5	30.8
12	2029	31,180	20,777	10,403	177	79788	51.1	34.1	17.0	61.3	40.9	20.5	92.0	61.3	30.7
13	2030	31,437	20,948	10,489	175	80482	50.9	33.9	17.0	61.1	40.7	20.4	91.7	61.1	30.6
14	2031	31,591	21,051	10,540	173	81176	50.6	33.7	16.9	60.7	40.5	20.3	91.1	60.7	30.4
15	2032	31,746	21,154	10,592	171	81870	50.3	33.5	16.8	60.3	40.2	20.1	90.5	60.3	30.2
16	2033	31,902	21,258	10,644	168	82564	49.6	33.1	16.6	59.6	39.7	19.9	89.3	59.5	29.8
17	2034	32,059	21,362	10,697	166	83257	49.3	32.8	16.4	59.1	39.4	19.7	88.7	59.1	29.6
18	2035	32,216	21,467	10,749	164	83951	48.9	32.6	16.3	58.7	39.1	19.6	88.1	58.7	29.4
19	2036	32,302	21,524	10,778	162	84645	48.5	32.3	16.2	58.1	38.7	19.4	87.2	58.1	29.1
20	2037	32,387	21,581	10,806	160	85339	48.0	32.0	16.0	57.6	38.4	19.2	86.4	57.5	28.8

Fonte: Autoria própria.

9.2.3 Estimativas de geração dos principais poluentes nos esgotos domésticos

Demanda Bioquímica de Oxigênio

A DBO de uma água é a quantidade de oxigênio necessária para oxidar a matéria orgânica por decomposição microbiana aeróbia para uma forma inorgânica estável. A DBO é normalmente considerada como a quantidade de oxigênio consumido durante um determinado período de tempo, numa temperatura de incubação específica. Um período de tempo de 5 dias numa temperatura de incubação de 20°C é frequentemente usado e referido como DBO_{5,20} (VALENTE *et al.*, 1997).

Os maiores aumentos em termos de DBO, num corpo d'água, são provocados por despejos de origem predominantemente orgânica. A presença de um alto teor de matéria orgânica pode induzir ao completo esgotamento do oxigênio na água, provocando o desaparecimento de peixes e outras formas de vida aquática (VON SPERLING, 1996).

No campo do tratamento de esgotos, a DBO é um parâmetro importante no controle das eficiências das estações, tanto de tratamentos biológicos aeróbios e anaeróbios, bem como físico-químicos (VON SPERLING, 1996).

Segundo a Resolução CONAMA n. 430/2011, a DBO_{5,20} máxima para lançamento de efluentes sanitário será de 120 mg/L, sendo que este limite somente poderá ser ultrapassado no caso de efluente de sistema de tratamento com eficiência de remoção mínima de 60% de DBO, ou mediante estudo de autodepuração do corpo hídrico que comprove atendimento às metas do enquadramento do corpo receptor (BRASIL, 2011).

A carga de DBO, expressa em kg/dia, é um parâmetro fundamental no projeto das estações de tratamento biológico de esgotos. Dela resultam as principais características do sistema de tratamento, como áreas e volumes de tanques, potências de aeradores, etc. A carga de DBO é produto da vazão do efluente pela concentração de DBO.

Segundo a CETESB (2009), no caso de esgotos sanitários, é tradicional no Brasil a adoção de uma contribuição *per capita* de DBO_{5,20} de 54 g.hab⁻¹.dia⁻¹. Porém,

há a necessidade de melhor definição deste parâmetro através de determinações de cargas de $DBO_{5,20}$ em bacias de esgotamento com população conhecida.

Demanda Química de Oxigênio

É a quantidade de oxigênio necessária para oxidação da matéria orgânica de uma amostra por meio de um agente químico, como o dicromato de potássio. Os valores da DQO normalmente são maiores que os da $DBO_{5,20}$, sendo o teste realizado num prazo menor. O aumento da concentração de DQO num corpo d'água se deve principalmente a despejos de origem industrial (VALENTE *et al.*, 1997).

A DQO é muito útil quando utilizada conjuntamente com a DBO para observar a biodegradabilidade de despejos. Como na DBO mede-se apenas a fração biodegradável, quanto mais este valor se aproximar da DQO significa que mais biodegradável será o efluente. É comum aplicar-se tratamentos biológicos para efluentes com relações $DQO/DBO_{5,20}$ de 3/1, por exemplo. Mas valores muito elevados desta relação indicam grandes possibilidades de insucesso, uma vez que a fração biodegradável se torna pequena, tendo-se ainda o tratamento biológico prejudicado pelo efeito tóxico sobre os microrganismos exercido pela fração não biodegradável (VON SPERLING, 1996).

Sólidos Suspensos

Em saneamento, sólidos nas águas correspondem a toda matéria que permanece como resíduo, após evaporação, secagem ou calcinação da amostra a uma temperatura pré-estabelecida durante um tempo fixado, definindo as diversas frações de sólidos presentes na água (sólidos totais, em suspensão, dissolvidos, fixos e voláteis) (OLIVEIRA E VON SPERLING, 2005).

Nos estudos de controle de poluição das águas naturais, principalmente nos estudos de caracterização de esgotos sanitários e de efluentes industriais, as determinações dos níveis de concentração das diversas frações de sólidos resultam em um quadro geral da distribuição das partículas com relação ao

tamanho (sólidos em suspensão e dissolvidos) e com relação à natureza (fixos ou minerais e voláteis ou orgânicos).

Deve ser destacado que, embora a concentração de sólidos voláteis seja associada à presença de compostos orgânicos na água, não propicia qualquer informação sobre a natureza específica das diferentes moléculas orgânicas eventualmente presentes.

Em processos biológicos aeróbios, como os sistemas de lodos ativados e de lagoas aeradas mecanicamente, bem como em processos anaeróbios, as concentrações de sólidos em suspensão voláteis nos lodos dos reatores têm sido utilizadas para se estimar a concentração de microrganismos decompositores da matéria orgânica.

Para o recurso hídrico, os sólidos podem causar danos aos peixes e à vida aquática. Eles podem sedimentar no leito dos rios destruindo organismos que fornecem alimentos ou, também, danificar os leitos de desova de peixes. Os sólidos podem reter bactérias e resíduos orgânicos no fundo dos rios, promovendo decomposição anaeróbia.

Nitrogênio Total

As fontes de nitrogênio nas águas naturais são diversas. O nitrogênio pode ser encontrado nas águas nas formas de nitrogênio orgânico, amoniacal, nitrito e nitrato. As duas primeiras são formas reduzidas e as duas últimas, oxidadas (APHA, 1995). Pode-se associar as etapas de degradação da poluição orgânica por meio da relação entre as formas de nitrogênio. Nas zonas de autodepuração natural em rios, distinguem-se as presenças de nitrogênio orgânico na zona de degradação, amoniacal na zona de decomposição ativa, nitrito na zona de recuperação e nitrato na zona de águas limpas.

Os esgotos sanitários constituem, em geral, a principal fonte, lançando nas águas nitrogênio orgânico, devido à presença de proteínas, e nitrogênio amoniacal, pela hidrólise da ureia na água. Alguns efluentes industriais também concorrem para as descargas de nitrogênio orgânico e amoniacal nas águas, como algumas indústrias químicas, petroquímicas, siderúrgicas, farmacêuticas, conservas alimentícias, matadouros, frigoríficos e curtumes. Nas áreas agrícolas, o

escoamento das águas pluviais pelos solos fertilizados também contribui para a presença de diversas formas de nitrogênio. Também nas áreas urbanas, a drenagem das águas pluviais, associada às deficiências do sistema de limpeza pública, constitui fonte difusa de difícil caracterização (PACHECO E WOLFF, 2016).

Os compostos de nitrogênio são nutrientes para processos biológicos e são caracterizados como macronutrientes, pois, depois do carbono, o nitrogênio é o elemento exigido em maior quantidade pelas células vivas. Quando descarregados nas águas naturais, conjuntamente com o fósforo e outros nutrientes presentes nos despejos, provocam o enriquecimento do meio, tornando-o eutrofizado (VON SPERLING, 1996).

Deve-se lembrar também que os processos de tratamento de esgotos geralmente empregados atualmente no Brasil não contemplam a remoção de nutrientes e os efluentes finais tratados lançam elevadas concentrações destes nos corpos d'água (OLIVEIRA E VON SPERLING, 2005).

Nos reatores biológicos das estações de tratamento de esgotos, o carbono, o nitrogênio e o fósforo têm que se apresentar em proporções adequadas para possibilitar o crescimento celular sem limitações nutricionais. Com base na 26 composição das células dos microrganismos que formam parte dos tratamentos, costuma-se exigir uma relação $DBO_{5,20}:N:P$ mínima de 100:5:1 em processos aeróbios e uma relação $DQO:N:P$ de pelo menos 350:7:1 em reatores anaeróbios.

Pela legislação federal em vigor, o nitrogênio amoniacal é padrão de classificação das águas naturais e padrão de emissão de esgotos. A amônia é um tóxico bastante restritivo à vida dos peixes, sendo que muitas espécies não suportam concentrações acima de 5 mg/L.

Fósforo Total

O fósforo aparece em águas naturais devido, principalmente, às descargas de esgotos sanitários. A matéria orgânica fecal e os detergentes em pó empregados em larga escala domesticamente constituem a principal fonte. Alguns efluentes industriais, como os de indústrias de fertilizantes, pesticidas, químicas em geral, conservas alimentícias, abatedouros, frigoríficos e laticínios, apresentam fósforo

em quantidades excessivas. As águas drenadas em áreas agrícolas e urbanas também podem provocar a presença excessiva de fósforo em águas naturais (VON SPERLING, 1996).

O fósforo pode se apresentar nas águas sob três formas diferentes. Os fosfatos orgânicos são a forma em que o fósforo compõe moléculas orgânicas, como a de um detergente, por exemplo. Os ortofosfatos são representados pelos radicais, que se combinam com cátions formando sais inorgânicos nas águas e os polifosfatos, ou fosfatos condensados, polímeros de ortofosfatos. Esta terceira forma não é muito importante nos estudos de controle de qualidade das águas, porque sofre hidrólise, convertendo-se rapidamente em ortofosfatos nas águas naturais (APHA, 1995).

Assim como o nitrogênio, o fósforo constitui-se em um dos principais nutrientes para os processos biológicos, ou seja, é um dos chamados macronutrientes, por ser exigido também em grandes quantidades pelas células. Os esgotos sanitários no Brasil apresentam, tipicamente, concentração de fósforo total na faixa de 6 a 10 mgP/L, não exercendo efeito limitante sobre os tratamentos biológicos.

Coliformes Termotolerantes

São definidos como microrganismos do grupo coliforme capazes de fermentar a lactose a 44-45°C, sendo representados principalmente pela *Escherichia coli* e, também por algumas bactérias dos gêneros *Klebsiella*, *Enterobacter* e *Citrobacter*. Dentre esses microrganismos, somente a *E. coli* é de origem exclusivamente fecal, estando sempre presente, em densidades elevadas nas fezes de humanos, mamíferos e pássaros, sendo raramente encontrada na água ou solo que não tenham recebido contaminação fecal. Os demais podem ocorrer em águas com altos teores de matéria orgânica, como por exemplo, efluentes industriais, ou em material vegetal e solo em processo de decomposição (VON SPERLING, 1996).

Sua presença em águas de regiões de clima quente não pode ser ignorada, pois não pode ser excluída, nesse caso, a possibilidade da presença de microrganismos patogênicos. Os coliformes termotolerantes não são, dessa forma, indicadores de contaminação fecal tão bons quanto a *E. coli*, mas seu uso é aceitável para avaliação da qualidade da água.

As estimativas de cargas e concentrações dos principais parâmetros de poluição presentes nos esgotos domésticos (DBO, DQO, SS, NT, FT e CT) foram elaboradas considerando o período de alcance de 20 anos do PMSB e dois cenários alternativos: (a) sem tratamento e (b) com tratamento dos esgotos (assumindo-se eficiências típicas de remoção de modalidades de tratamento).

Define-se carga poluidora como sendo a quantidade de poluente (massa) por unidade de tempo e que também corresponde ao produto da concentração do poluente (massa de poluente por unidade de volume) pela vazão do efluente:

$$Carga \left[\frac{kg}{dia} \right] = C \left[\frac{mg}{l} \right] \times Q \left[\frac{l}{s} \right] \times 0,0864$$

$$Carga \left[\frac{kg}{dia} \right] = CargaPerCapita \left[\frac{g}{hab.dia} \right] \times Pop[hab] \div 1000$$

(a) Sem tratamento

Para estimar a carga dos principais poluentes nas vazões de esgotos domésticos, consideraremos valores típicos de contribuição per capita presentes na literatura, conforme apresentado na Tabela 9-2.

Tabela 9-2 - Valores típicos de concentração e contribuição per capita dos principais parâmetros físicos, químicos e biológicos dos esgotos domésticos.

Parâmetros Físico-químicos	Contrib. Per capita (g/hab.dia)		Concentração (mg/l)	
	Faixa	Típico	Faixa	Típico
Sólidos Totais	120-220	180	700-1350	1000
Suspensos	35-70	60	200-450	400
• Fixos	7-14	10	40-100	0
• Voláteis	25-60	50	165-350	320
Dissolvidos	85-150	120	500-900	700
• Fixos	50-90	70	300-550	400
• Voláteis	35-60	50	200-350	300
Matéria Orgânica				
• DBO ₅	40-60	50	200-500	350
• DQO	80-130	100	400-800	700
Nitrogênio Total	6-112	8,0	35-70	50
• N Orgânico	2,5-5,0	3,5	15-30	20
• Amônia	3,5-7,0	4,5	20-40	30
• Nitrito	~0	~0	~0	~0
• Nitrito	0-0,5	~0	0-2	~0
Fósforo	1,0-4,5	2,5	5-25	14
• P Orgânico	0,3-1,5	0,8	2-8	4
• P Inorgânico	0,7-3,0	1,7	4-17	10
Parâmetros Biológicos	Contrib. Per capita (NMP/dia)		Concentração (NMP/l)	
Coliformes totais	10 ⁹ -10 ¹²		10 ⁶ -10 ⁹	

Fonte: Silva (2004).

Tabela 9-3 - Carga de DBO e DQO municipal (kg/dia).

Ano		DBO			DQO		
		Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
0	2017	1356.1	903.6	452.5	2712.1	1807.2	904.9
1	2018	1377.4	917.9	459.6	2754.8	1835.7	919.1
2	2019	1399.1	932.3	466.8	2798.2	1864.6	933.6
3	2020	1421.2	947.0	474.2	2842.3	1894.0	948.3
4	2021	1438.3	958.4	479.9	2876.5	1916.8	959.7
5	2022	1455.6	969.9	485.7	2911.1	1939.8	971.3
6	2023	1473.0	981.6	491.5	2946.0	1963.1	982.9
7	2024	1490.7	993.4	497.4	2981.4	1986.7	994.7
8	2025	1508.7	1005.3	503.4	3017.3	2010.6	1006.7
9	2026	1521.1	1013.6	507.5	3042.1	2027.1	1015.0
10	2027	1533.6	1021.9	511.7	3067.2	2043.8	1023.4
11	2028	1546.3	1030.4	515.9	3092.5	2060.7	1031.8
12	2029	1559.0	1038.9	520.2	3118.0	2077.7	1040.3
13	2030	1571.9	1047.4	524.5	3143.7	2094.8	1048.9
14	2031	1579.6	1052.6	527.0	3159.1	2105.1	1054.0
15	2032	1587.3	1057.7	529.6	3174.6	2115.4	1059.2
16	2033	1595.1	1062.9	532.2	3190.2	2125.8	1064.4
17	2034	1603.0	1068.1	534.9	3205.9	2136.2	1069.7
18	2035	1610.8	1073.4	537.5	3221.6	2146.7	1074.9
19	2036	1615.1	1076.2	538.9	3230.2	2152.4	1077.8
20	2037	1619.4	1079.1	540.3	3238.7	2158.1	1080.6

Fonte: Autoria própria.

Tabela 9-4 - Carga de SS e NT municipal (kg/dia).

Ano		SS			NT		
		Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
0	2017	1627.3	1084.3	542.9	217.0	144.6	72.4
1	2018	1652.9	1101.4	551.5	220.4	146.9	73.5
2	2019	1678.9	1118.8	560.2	223.9	149.2	74.7
3	2020	1705.4	1136.4	569.0	227.4	151.5	75.9
4	2021	1725.9	1150.1	575.8	230.1	153.3	76.8
5	2022	1746.7	1163.9	582.8	232.9	155.2	77.7
6	2023	1767.6	1177.9	589.7	235.7	157.0	78.6
7	2024	1788.8	1192.0	596.8	238.5	158.9	79.6
8	2025	1810.4	1206.4	604.0	241.4	160.8	80.5
9	2026	1825.3	1216.3	609.0	243.4	162.2	81.2
10	2027	1840.3	1226.3	614.0	245.4	163.5	81.9
11	2028	1855.5	1236.4	619.1	247.4	164.9	82.5
12	2029	1870.8	1246.6	624.2	249.4	166.2	83.2
13	2030	1886.2	1256.9	629.3	251.5	167.6	83.9
14	2031	1895.5	1263.1	632.4	252.7	168.4	84.3
15	2032	1904.8	1269.2	635.5	254.0	169.2	84.7
16	2033	1914.1	1275.5	638.6	255.2	170.1	85.2
17	2034	1923.5	1281.7	641.8	256.5	170.9	85.6
18	2035	1933.0	1288.0	644.9	257.7	171.7	86.0
19	2036	1938.1	1291.4	646.7	258.4	172.2	86.2
20	2037	1943.2	1294.9	648.4	259.1	172.6	86.4

Fonte: Autoria própria.

Tabela 9-5 - Carga de FT (kg/dia) e CT (NMP/dia) municipal.

Ano		FT			CT		
		Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
0	2017	67.8	45.2	22.6	2.7E+11	1.8E+11	9.0E+10
1	2018	68.9	45.9	23.0	2.8E+11	1.8E+11	9.2E+10
2	2019	70.0	46.6	23.3	2.8E+11	1.9E+11	9.3E+10
3	2020	71.1	47.4	23.7	2.8E+11	1.9E+11	9.5E+10
4	2021	71.9	47.9	24.0	2.9E+11	1.9E+11	9.6E+10
5	2022	72.8	48.5	24.3	2.9E+11	1.9E+11	9.7E+10
6	2023	73.7	49.1	24.6	2.9E+11	2.0E+11	9.8E+10
7	2024	74.5	49.7	24.9	3.0E+11	2.0E+11	9.9E+10
8	2025	75.4	50.3	25.2	3.0E+11	2.0E+11	1.0E+11
9	2026	76.1	50.7	25.4	3.0E+11	2.0E+11	1.0E+11
10	2027	76.7	51.1	25.6	3.1E+11	2.0E+11	1.0E+11
11	2028	77.3	51.5	25.8	3.1E+11	2.1E+11	1.0E+11
12	2029	78.0	51.9	26.0	3.1E+11	2.1E+11	1.0E+11
13	2030	78.6	52.4	26.2	3.1E+11	2.1E+11	1.0E+11
14	2031	79.0	52.6	26.4	3.2E+11	2.1E+11	1.1E+11
15	2032	79.4	52.9	26.5	3.2E+11	2.1E+11	1.1E+11
16	2033	79.8	53.1	26.6	3.2E+11	2.1E+11	1.1E+11
17	2034	80.1	53.4	26.7	3.2E+11	2.1E+11	1.1E+11
18	2035	80.5	53.7	26.9	3.2E+11	2.1E+11	1.1E+11
19	2036	80.8	53.8	26.9	3.2E+11	2.2E+11	1.1E+11
20	2037	81.0	54.0	27.0	3.2E+11	2.2E+11	1.1E+11

Fonte: Autoria própria.

(b) Com tratamento

Antes de se iniciar a concepção e o dimensionamento do sistema de tratamento, deve-se definir com clareza qual o objetivo do tratamento dos esgotos, a que nível de tratamento serão submetidos e quais as considerações dos estudos de impactos ambientais no corpo receptor.

A remoção de poluentes no tratamento, de forma a adequar o lançamento a uma qualidade desejada ou ao padrão de qualidade vigente, está associada aos conceitos de nível de tratamento e eficiência de tratamento.

O tratamento preliminar tem por objetivo apenas a remoção dos sólidos grosseiros, enquanto o tratamento primário visa a remoção de sólidos sedimentáveis e parte da matéria orgânica. Em ambos predominam os mecanismos de remoção de poluentes. No tratamento secundário, no qual predominam mecanismos biológicos, o objetivo é principalmente a remoção de matéria orgânica e eventualmente nutrientes (nitrogênio e fósforo). O tratamento terciário objetiva a remoção de poluentes específicos (usualmente tóxicos ou compostos não biodegradáveis) ou ainda, a remoção complementar de poluentes não suficientemente removidos no tratamento secundário. O tratamento terciário é ainda pouco utilizado no Brasil (VON SPERLING, 1996).

O grau, porcentagem ou eficiência de remoção de determinado poluente no tratamento ou em alguma etapa do mesmo é dado pela expressão:

$$E = \frac{C_0 - C_e}{C_0} \times 100$$

Onde:

E = eficiência de remoção (%)

C₀ = concentração inicial do poluente (mg/l)

C_e = concentração efluente do poluente (mg/l)

O Quadro 9-6, apresentado abaixo, mostra as principais características das etapas de tratamento de esgotos domésticos, com estimativas de eficiência para alguns grupos de poluentes.

Quadro 9-6 - Características dos principais níveis de tratamento dos esgotos.

Item	Nível de Tratamento			
	Preliminar	Primário	Secundário	Terciário
Poluentes removidos	Sólidos grosseiros	Sólidos sedimentáveis; DBO em suspensão	Sólidos não sedimentáveis; DBO em suspensão fina; DBO solúvel; Nutrientes (parcialmente); Patógenos (parcialmente)	Sólidos inorgânicos dissolvidos; DBO em suspensão; Compostos não biodegradáveis; Nutrientes; Patógenos; Metais pesados;
Eficiências de remoção	DBO: 5-10% SS: 5-20% Coliformes: 10-20%	DBO: 30-40% SS: 40-70% Coliformes: 30-70%	DBO: 60-95% SS: 65-95% Coliformes: 70-99% Nutrientes: 10-50%	DBO: 40-99% SS: 80-99% Coliformes: 99,999% Nutrientes: 99%
Mecanismo de tratamento predominante	Físico	Físico	Biológico	Físico Químico Biológico
Cumprir padrão de lançamento?	Não	Não	Usualmente sim	Sim
Aplicação	Montante de elevatória; Etapa inicial do tratamento	Tratamento parcial; Etapa intermediária do tratamento mais completo	Tratamento mais completo para matéria orgânica e sólidos em suspensão (para nutrientes e coliformes requer adaptações ou inclusão de etapas específicas)	Tratamento para remoção de nutrientes e coliformes

Fonte: Von Sperling (1996).

Uma análise comparativa entre os principais sistemas de tratamento de esgotos aplicados a esgotos domésticos no Brasil será apresentada, resumida nos Quadros 9-7, 9-8 e 9-9.

Posteriormente, são apresentados quatro exemplos de sistemas de tratamento de esgotos de amplo emprego no país, sendo alternativas que privilegiam a simplicidade, menores custos e maior sustentabilidade. Evidentemente, não seria possível abordar todas as tecnologias atualmente disponíveis e praticadas no Brasil e suas diversas combinações. Entretanto, os quatro exemplos de sistemas que serão apresentados servem de ponto de partida para o tomador de decisão.

Quadro 9-7 - Concentrações médias efluentes e eficiências típicas de remoção dos principais poluentes de interesse nos esgotos domésticos.

Sistemas de tratamento	Qualidade média do efluente							Eficiência média de remoção (%)					
	DBO ₅ (mg/l)	DQO (mg/l)	SS (mg/l)	N total (mg/l)	P total (mg/l)	Colif.Term. (NMP/100ml)	Ovos Helm. (ovo/l)	DBO	DQO	SS	N total	P total	Colif. Term. (unid. log)
Tratamento preliminar	200-500	400-800	200-450	35-70	5-25	10 ⁶ - 10 ⁸	-	0-5	-	-	~0	~0	~0
Tratamento primário	120-325	-	-	26-63	4-22	10 ⁶ - 10 ⁷	-	35-40	-	-	10-25	10-20	30-40%
Lagoa facultativa	50-80	120-200	60-90	> 20	> 4	10 ⁶ - 10 ⁷	< 1	70-85	65-80	70-80	< 60	< 35	1-2
Lagoa anaeróbia + lagoa facultativa	50-80	120-200	60-90	> 20	> 4	10 ⁶ - 10 ⁷	< 1	70-90	65-80	70-80	< 60	< 35	1-2
Lagoa anaeróbia + lagoa facultativa + lagoa maturação	40-70	100-180	50-80	15-20	< 4	10 ² - 10 ⁴	< 1	80-85	70-83	73-83	50-65	> 50	3-5
Lagoa aerada facultativa	50-80	120-200	60-90	> 30	> 4	10 ⁶ - 10 ⁷	> 1	70-90	65-80	70-80	< 30	< 30	1-2
Lagoa aerada de mistura completa + lagoa decantação	50-80	120-200	40-60	> 30	> 4	10 ⁶ - 10 ⁷	> 1	70-90	65-80	80-87	< 30	< 35	1-2
Escoamento superficial	30-70	100-150	20-60	> 15	> 4	10 ⁴ - 10 ⁶	< 1	80-90	75-85	80-93	< 65	< 35	2-3
Infiltração subsuperficial (Wetland)	30-70	100-150	20-40	> 20	> 4	10 ⁴ - 10 ⁵	< 1	80-90	75-85	87-93	< 60	< 35	3-4
Fossa séptica – filtro anaeróbio	40-80	100-200	30-60	> 20	> 4	10 ⁶ - 10 ⁷	> 1	80-85	70-80	80-90	< 60	< 35	1-2
Reator anaeróbio de manta de lodo (UASB)	70-100	180-270	60-100	> 20	> 4	10 ⁶ - 10 ⁷	> 1	60-75	55-70	65-80	< 60	< 35	~1
UASB + lodos ativados	20-50	60-150	20-40	> 20	> 4	10 ⁶ - 10 ⁷	> 1	83-93	75-88	87-93	< 60	< 35	1-2
UASB + biofiltro aerado submerso	20-50	60-150	20-40	> 20	> 4	10 ⁶ - 10 ⁷	> 1	83-93	75-88	87-93	< 60	< 35	1-2
UASB + filtro anaeróbio	40-80	100-200	30-60	> 20	> 4	10 ⁶ - 10 ⁷	> 1	75-87	70-80	80-90	< 60	< 35	1-2
UASB + flotação por ar dissolvido	20-50	60-100	10-30	> 30	> 4	10 ⁶ - 10 ⁷	> 1	83-93	83-90	90-97	< 30	75-88	1-2
UASB + lagoa aerada facultativa	50-80	120-200	60-90	> 30	> 4	10 ⁶ - 10 ⁷	> 1	75-85	65-80	70-80	< 30	< 35	1-2
UASB + lagoa polimento	40-70	100-180	50-80	15-20	< 4	10 ² - 10 ⁴	< 1	77-87	70-83	73-83	50-65	> 50	3-5

UASB + escoamento superficial	30-70	90-180	20-60	> 15	> 4	10 ⁴ - 10 ⁶	< 1	77-90	70-85	80-93	< 65	< 35	2-3
Lodos ativados convencional	15-40	45-120	20-40	> 20	> 4	10 ⁶ - 10 ⁷	> 1	85-93	80-90	87-93	< 60	< 35	1-2
Lodos ativados aeração prolongada	10-35	30-100	20-40	> 20	> 4	10 ⁶ - 10 ⁷	> 1	90-97	85-93	87-93	< 60	< 35	1-2
Lodos ativados convencional + remoção biológica N/P	15-40	45-120	20-40	< 10	1-2	10 ⁶ - 10 ⁷	> 1	85-93	80-90	87-93	> 75	75-88	1-2
Biofiltro aerado submerso + nitrificação	15-35	30-100	20-40	> 20	> 4	10 ⁶ - 10 ⁷	> 1	88-95	83-90	87-93	< 60	< 35	1-2

Fonte: Adaptado de Von Sperling (2005), PROSAB 4 (2006).

Quadro 9-8 - Características típicas dos principais sistemas de tratamento de esgoto, expressos em valor per capita.

Sistemas de tratamento	Demanda Área (m ² /hab)	Potência aeração		Volume de lodo		Custos	
		Instalada (W/hab)	Consumida (kWh/hab.ano)	Lodo líquido a ser tratado (L/hab.ano)	Lodo desidratado a ser disposto (L/hab.ano)	Implantação (R\$/hab)*	Operação + Manutenção (R\$/hab.ano)*
Tratamento preliminar	0,03-0,05	0	0	110-360	15-35	70-115	3,5-6,0
Tratamento primário	0,02-0,04	0	0	330-730	15-40	70-115	3,5-6,0
Lagoa facultativa	2,0-4,0	1,2-2,0	11-18	35-90	15-30	90-185	4,5-9,0
Lagoa anaeróbia + facultativa	1,5-3,0	0	0	55-160	20-60	70-175	4,5-9,0
Lagoa anaeróbia + facultativa + lagoa maturação	3,0-5,0	0	0	55-160	20-60	115-230	6,0-11,5
Lagoa aerada facultativa	0,25-0,5	0	0	30-220	7-30	115-210	11,5-21,0
Lagoa aerada de mistura completa + lag. decantação	0,2-0,4	1,8-2,5	16-22	55-360	10-35	115-210	11,5-21,0
Escoamento superficial	2,0-3,5	0	0	-	-	90-185	4,5-9,0
Infiltração subsuperficial	3,0-5,0	0	0	-	-	115-185	6,0-9,0
Fossa séptica – filtro anaeróbio	0,2-0,35	0	0	180-1000	25-50	185-300	14,0-23,0
Reator anaeróbio UASB	0,03-0,1	0	0	70-220	10-35	70-115	6,0-8,0
UASB + lodos ativados	0,08-0,2	1,8-3,5	14-20	180-400	15-60	160-250	16,0-28,0
UASB + biofiltro aer. submerso	0,05-0,15	1,8-3,5	14-20	180-400	15-55	150-230	16,0-28,0
UASB + filtro anaeróbio	0,05-0,15	0	0	150-300	10-50	105-160	8,0-13,0
UASB + flotação ar dissolvido	0,05-0,15	1,0-1,5	8-12	300-470	25-75	140-200	14,0-21,0
UASB + lag. aerada facultativa	0,15-0,3	0,3-0,6	2-5	150-300	15-50	90-210	11,5-21,0
UASB + lagoa polimento	1,5-2,5	0	0	150-250	10-35	90-160	10,5-16,0

Sistemas de tratamento	Demanda Área (m ² /hab)	Potência aerção		Volume de lodo		Custos	
		Instalada (W/hab)	Consumida (kWh/hab.ano)	Lodo líquido a ser tratado (L/hab.ano)	Lodo desidratado a ser disposto (L/hab.ano)	Implantação (R\$/hab)*	Operação + Manutenção (R\$/hab.ano)*
UASB + escoamento superficial	1,5-3,0	0	0	70-220	10-35	115-210	11,5-16,0
Lodos ativados convencional	0,12-0,25	2,5-4,5	18-26	1100-3000	35-90	230-370	23,0-46,0
Lodos ativados aerção prolongada	0,12-0,25	3,5-5,5	20-35	1200-2000	40-105	210-280	23,0-46,0
Lodos ativados convencional + remoção biológica N/P	0,12-0,25	2,2-4,2	15-22	1100-3000	35-90	300-440	35,0-58,0
Biofiltro aerado submerso + nitrificação	0,1-0,15	2,5-4,5	18-26	1100-3000	35-90	160-280	18,5-35,0

* Custos atualizados pelo INCC do 2º semestre de 2004 a 1º abril de 2017. Fator de multiplicação igual a 2,28 (aumento de 128% no período).

Fonte: Adaptado de Von Sperling (2005) e PROSAB 4 (2006).

Quadro 9-9 - Avaliação relativa dos principais sistemas de tratamento de esgotos domésticos (fase líquida).

Sistemas de tratamento	Economia					Técnica		Independência de outros fatores		Menor possibilidade de problemas			
	Requisitos		Custos		Geração Subprod.	Confiabilidade	Simplicidade Oper.+Manut.	Clima	Solo	Maus Odores	Ruídos	Aerossóis	Insetos e Vermes
	Área	Energia	Implant.	Oper.+ Manut.									
Tratamento preliminar	5	5	5	4	5	5	3	5	5	1	4	5	2
Tratamento primário	5	4	4	3	3	4	3	4	5	2	4	5	2
Lagoa facultativa	1	5	3	5	5	4	5	2	3	3	5	5	1
Lagoa anaeróbia + facultativa	2	5	4	5	4	4	5	2	3	1	5	5	1
Lagoa anaeróbia + facultativa + lagoa maturação	1	5	3	5	4	4	4	2	3	1	5	5	1
Lagoa aerada facultativa	3	3	3	4	5	4	4	3	3	4	1	1	3
Lagoa aerada de mistura completa + lag. decantação	3	3	3	3	3	3	3	3	4	3	1	1	1
Escoamento superficial	2	5	4	5	5	4	5	4	2	1	5	1/5	1
Infiltração subsuperficial	2	5	4	5	5	4	4	4	1	4	5	5	4
Fossa séptica – filtro anaeróbio	3	5	3	5	4	3	4	2	4	2	-	-	4
Reator anaeróbio UASB	5	5	5	5	4	3	4	2	4	2	-	-	4

Sistemas de tratamento	Economia					Técnica		Independência de outros fatores		Menor possibilidade de problemas			
	Requisitos		Custos		Geraçã o	Confiabilidad e	Simplicidad e Oper.+Manu t.	Clima	Solo	Maus Odore s	Ruídos	Aerossói s	Insetos e Vermes
	Áre a	Energi a	Implan t.	Oper.+ Manut.	Subpro d.								
UASB + lodos ativados	5	1/2	1/2	1/2	1/2	4/5	1/3	3/5	5	3/5	1	1/5	4
UASB + biofiltro aer. submerso	5	2	3/4	3/4	3	3/4	3	2	5	4	4	4	1/3
UASB + filtro anaeróbio	5	5	4	5	4	3	4	2	4	2	4	-	4
UASB + flotação ar dissolvido	5	3	3	3	3	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
UASB + lag. aerada facultativa	3	4	3	4	4	3	4	3	3	4	1	1	3
UASB + lagoa polimento	2	5	4	4	4	3	4	2	3	2	1	1	3
UASB + escoamento superficial	2	5	3	4	4	4	5	3	3	2	4	4	2
Lodos ativados convencional	4	2	1	2	1	4	1	3	5	4	1	1/5	4
Lodos ativados aeração prolongada	4	1	2	1	2	4	2	4	5	5	1	1/5	4
Lodos ativados convencional + remoção biológica N/P	4	2	1	2	1	4	1	3	5	4	1	1/5	4
Biofiltro aerado submerso + nitrificação	5	2	2	3	1	4	2	4	5	5	2	5	4

Legenda: 1: menos favorável; 5: mais favorável; 2,3,4: intermediários, em classificação crescente; 0: efeito nulo; 1/5: variação com o tipo de processo, equipamento, modalidade ou projeto.

Fonte: Adaptado de Von Sperling (2005) e PROSAB 4 (2006).

Quadro 9-10 - Avaliação relativa dos sistemas de tratamento de lodo (fase sólida).

Operação / Processo	Unidade	Eficiência na redução		Economia		Custos		Confiabilidade	Simplicidade e Oper. & Manut.	Independência a Clima	Menor Possibilidade e Maus Odores
		Volum e Lodo	Mat. Orgânica Lodo	Área	Energia	Implant.	Oper. & Manut.				
Adensamento	Gravidade	2	0	3	4	5	4	4	4	3	2
	Flotação	2	0	3	3	3	2	4	2	5	5
	Mecanizado	3	0	4	2	3	2	4	3	5	5
Estabilização	Aeróbia	1	4	2		3	2	4	3	3	5
	Anaeróbia	1	4	2	4	2	4	4	2	2	3
Desidratação	Leitos de secagem	5	0	1	4	3	3	3	2	1	2
	Lagoas de lodo	3	0	1	5	4	4	2	4	2	1
	Mecanizada	4-5	0	4	3	2	2	4	3	5	5

Legenda: 1: menos favorável; 5: mais favorável; 2,3,4: intermediários, em classificação crescente; 0: efeito nulo; 1/5: variação com o tipo de processo, equipamento, modalidade ou projeto.

Fonte: Adaptado de Von Sperling (2005) e PROSAB 4 (2006).

As tecnologias de tratamento a seguir são apenas exemplos que poderiam ser aplicadas no município diante das diversas possibilidades de tratamento existentes atualmente. Logicamente, é necessário um estudo de concepção do sistema completo para avaliar a viabilidade técnica e econômica em cada sistema de tratamento.

a) Sistema de Lagoa Anaeróbia e Lagoa Facultativa

O processo de lagoas facultativas, apesar de possuir uma eficiência satisfatória, requer uma grande área, muitas vezes não disponível na localidade em questão. Há, portanto, a necessidade de se buscar soluções que possam implicar na redução da área total requerida. Uma destas soluções é o sistema de lagoas anaeróbias seguidas por lagoas facultativas.

O esgoto bruto entra numa lagoa de menores dimensões e mais profunda. Devido às menores dimensões dessa lagoa, a fotossíntese praticamente não ocorre. No balanço entre o consumo e a produção de oxigênio, o consumo é amplamente superior. Predominam, portanto, condições anaeróbias nessa primeira lagoa denominada, em decorrência, lagoa anaeróbia.

As bactérias anaeróbias têm uma taxa metabólica e de reprodução mais lenta do que as bactérias aeróbias. Em assim sendo, para um período de permanência de apenas 3 a 5 dias na lagoa anaeróbia, a decomposição da matéria orgânica é apenas parcial. Mesmo assim, essa remoção da DBO, da ordem de 50 a 60%, apesar de insuficiente, representa uma grande contribuição, aliviando sobremaneira a carga para a lagoa facultativa, situada a jusante.

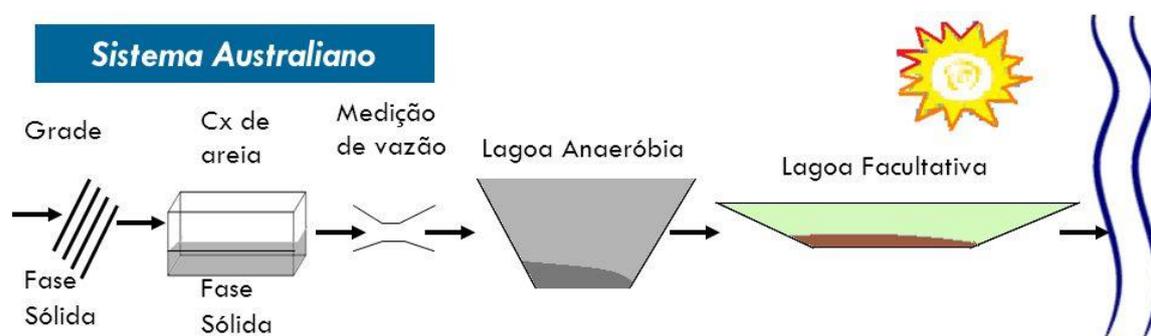
A lagoa facultativa recebe uma carga de apenas 40 a 50% da carga de esgoto bruto, podendo ter, portanto, dimensões bem menores. Neste processo, o esgoto afluente entra continuamente em uma extremidade da lagoa e sai continuamente na extremidade oposta. Ao longo deste percurso, que demora vários dias (usualmente superior a 20 dias), uma série de eventos contribui para a purificação dos esgotos. Parte da matéria orgânica em suspensão tende a sedimentar, vindo a constituir o lodo de fundo. Este lodo sofre processo de decomposição por microrganismos anaeróbios. A matéria orgânica dissolvida, conjuntamente com a matéria orgânica em suspensão de pequenas dimensões, não sedimenta,

permanecendo dispersa na massa líquida, onde sua decomposição se dá por bactérias facultativas, que têm a capacidade de sobreviver tanto na presença, quanto na ausência de oxigênio (VON SPERLING, 1996).

Este sistema também é conhecido por sistema australiano. O requisito de área é tal, que se obtém uma economia de área da ordem de 1/3, comparado a uma lagoa facultativa única.

A Figura 9-1 ilustra as etapas do sistema de lagoa anaeróbia e lagoa facultativa.

Figura 9-1 - Etapas de tratamento de esgotos pelo sistema de lagoa anaeróbia e lagoa facultativa (sistema australiano).



Fonte: Adaptado de VON SPERLING (1996).

O sistema tem uma eficiência ligeiramente superior à de uma lagoa facultativa única, é conceitualmente simples e fácil de operar. No entanto, a existência de uma etapa anaeróbia em uma unidade aberta é sempre uma causa de preocupação devido à possibilidade de liberação de maus odores. Caso o sistema esteja bem equilibrado, a geração de mau cheiro não deve ocorrer. No entanto, eventuais problemas operacionais podem conduzir à liberação de gás sulfídrico, responsável por odores fétidos. Por essa razão, o sistema australiano é normalmente localizado onde é possível haver um grande afastamento das residências.

b) Sistema de Reator Anaeróbio de Fluxo Ascendente (UASB) e Biofiltro Aerado Submerso

Nos reatores anaeróbios de fluxo ascendente e manta de lodo, a biomassa cresce dispersa no meio e não aderida ao meio suporte especialmente incluído, como no caso dos filtros biológicos. A própria biomassa ao crescer pode formar pequenos

grânulos correspondente a aglutinação de diversas bactérias. Esses pequenos grânulos, por sua vez, tendem a servir de meio suporte para outras bactérias. A granulação auxilia no aumento da eficiência do sistema, mas não é fundamental para o funcionamento do reator (VON SPERLING, 1996).

A concentração de biomassa no reator é bastante elevada, justificando o volume bastante reduzido requerido para os reatores anaeróbios em comparação com os outros sistemas de tratamento. Como resultado da atividade anaeróbia, são formados gases (principalmente de metano e gás carbônico), as bolhas dos quais apresentam também uma tendência ascendente. De forma a reter a biomassa no sistema, impedindo que ela saia com o efluente, a parte superior do reator apresenta uma estrutura que possibilita as funções de separação e acúmulo de gás e de separação e retorno dos sólidos, o qual promove uma remoção média de matéria orgânica (DBO5) da ordem de 70%. O gás é coletado na parte superior, de onde pode ser retirado para aproveitamento energético do metano ou queima (VON SPERLING, 1996).

Os sólidos sedimentam na parte superior desta estrutura cônica ou piramidal, escorrendo pelas suas paredes, até retornarem ao corpo do reator. Pelo fato das bolhas não penetrarem na zona de sedimentação, a separação sólido líquido não é prejudicada. O efluente sai clarificado e a concentração de biomassa no reator é mantida elevada.

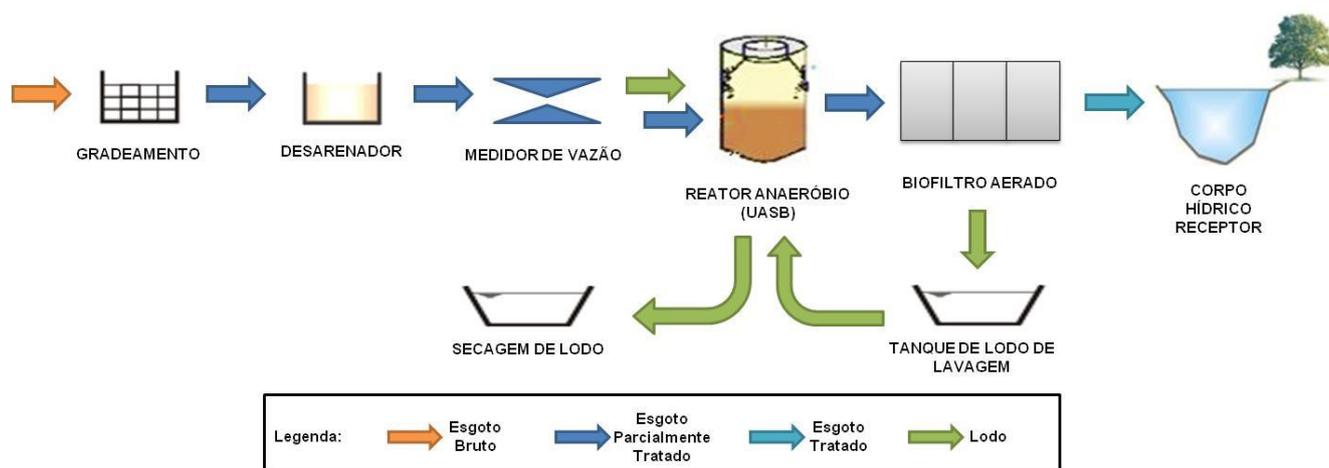
O risco da geração ou liberação de maus odores pode ser bastante minimizado através de um projeto bem elaborado tanto nos cálculos cinéticos quanto nos aspectos hidráulicos. A completa vedação do reator, incluindo a saída submersa do efluente, colabora sensivelmente para a diminuição destes riscos, bem como a operação adequada do reator.

A principal função dos biofiltros aerados submersos é a remoção de compostos orgânicos e nitrogênio na forma solúvel, contribuindo para uma eficiência global da remoção de DBO5 superior a 90%. O lodo de excesso produzido nos biofiltros é removido rotineiramente através de lavagens contracorrentes ao sentido do fluxo, sendo enviado para a elevatória de esgoto bruto na entrada da ETE, que o encaminhará por recalque ao reator UASB para estabilização, podendo ser simplesmente desidratado em leitos de secagem.

No Brasil, a maior aplicação dos biofiltros aerados submersos tem sido como pós tratamento de efluentes de reatores UASB. A grande economia de energia nos diversos biofiltros, advinda da maior eficiência de remoção de DBO (PROSAB 4, 2006).

A Figura 9-2 apresenta esquematicamente as etapas de tratamento do sistema com reator anaeróbio de fluxo ascendente e biofiltro aerado submerso.

Figura 9-2 - Etapas de tratamento de esgotos pelo sistema UASB + biofiltro aerado submerso.



Fonte: Adaptado de PROSAB 4 (2006).

c) Sistema de Lodos Ativados

O sistema de lodos ativados não exige grandes requisitos de áreas como por exemplo as lagoas. No entanto há um alto grau de mecanização e um elevado consumo de energia elétrica (VON SPERLING, 1996).

O processo de lodos ativados consiste em se provocar o desenvolvimento de uma cultura microbiológica na forma de flocos (lodos ativados) em um tanque de aeração, que é alimentada pelo efluente a tratar.

Neste tanque, onde ocorre a remoção da matéria orgânica, a aeração tem por finalidade proporcionar oxigênio aos microrganismos e evitar a deposição dos flocos bacterianos e os misturar homogeneamente ao efluente. O oxigênio necessário ao crescimento biológico é introduzido através de um sistema de aeração mecânica, por ar comprimido, ou ainda pela introdução de oxigênio puro (VON SPERLING, 1996).

O efluente do tanque de aeração é enviado ao decantador secundário, cuja finalidade é separar a biomassa que consumiu a matéria orgânica do efluente, a qual sedimenta-se no fundo do decantador, permitindo que o sobrenadante seja descartado como efluente tratado, já com sua carga orgânica reduzida e isento de biomassa. O lodo, formado por bactérias ainda ávidas por matéria orgânica, é enviado novamente para o tanque de aeração (através da recirculação de lodo), a fim de manter a concentração de microrganismos dentro de uma certa proporção em relação à carga orgânica afluyente.

O excesso de lodo, decorrente do crescimento biológico, é extraído do sistema sempre que a concentração no tanque ultrapassa os valores de projeto. Este lodo pode ser espessado e desidratado, podendo seguir para disposição final.

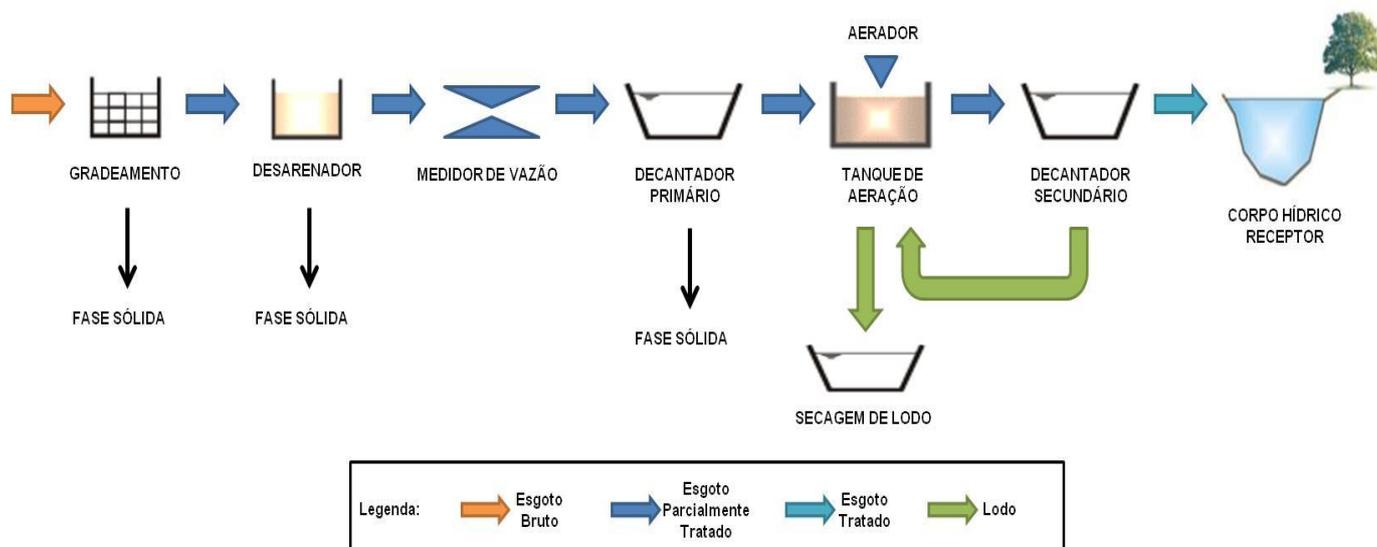
A recirculação de lodo faz aumentar a concentração de bactérias em suspensão no tanque de aeração, da ordem de 10 vezes maior que a de uma lagoa aerada de mistura completa sem recirculação. Porém uma taxa equivalente ao crescimento das bactérias (lodo biológico excedente) deve ser retirada, pois se fosse permitido que as bactérias se reproduzissem continuamente, alguns problemas poderiam ocorrer, como a presença de biomassa no efluente final devido à dificuldade de sedimentar em um decantador secundário sobrecarregado e a dificuldade de transferência de oxigênio para todas as células no reator, por exemplo.

A alta eficiência deste sistema é em grande parte devido a recirculação de lodo. Esta permite que o tempo de detenção hidráulico seja pequeno e conseqüentemente também o reator possua pequenas dimensões. A recirculação de sólidos também ocasiona com que os sólidos permaneçam mais tempo no sistema que a massa líquida. Este tempo de permanência da biomassa no sistema é chamado de Idade do Lodo (VON SPERLING, 1996).

Além da matéria orgânica carbonácea, o sistema de lodos ativados pode remover também nitrogênio e fósforo, porém a remoção de coliformes é geralmente baixa devido ao pequeno tempo de detenção hidráulico e normalmente insuficiente para o lançamento no corpo receptor.

A Figura 9-3 apresenta esquematicamente as etapas de tratamento do sistema de lodos ativados convencional.

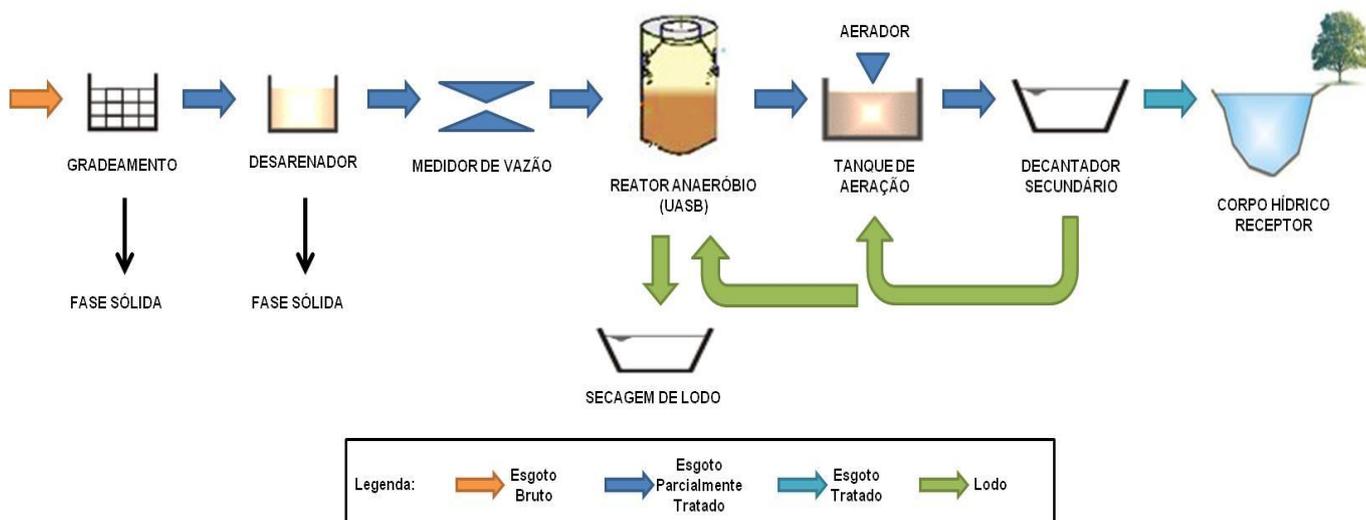
Figura 9-3 - Etapas de tratamento de esgotos pelo sistema de lodos ativados convencional.



Fonte: Adaptado de VON SPERLING (1996).

A utilização de reator UASB + Lodos ativados é uma alternativa bastante promissora em regiões de clima quente, foco de várias pesquisas recentes e que começa a ser implantada em larga escala. Neste caso, o reator UASB substitui com vantagens o decantador primário. O lodo aeróbico do decantador secundário é recirculado para o tanque de aeração e para o reator UASB quando necessário, onde sofre adensamento e digestão, juntamente com o lodo anaeróbico, necessitando apenas ao final a desidratação (PROSAB 4, 2006). A Figura 9-4 apresenta esquematicamente as etapas de tratamento do sistema de reator UASB e lodos ativados.

Figura 9-4 - Etapas de tratamento de esgotos pelo sistema de reator UASB + lodos ativados.



Fonte: Adaptado de PROSAB 4 (2006).

d) Sistema de Fossa Séptica e Filtro Anaeróbio

O sistema de fossas sépticas seguidas de filtros anaeróbios tem sido amplamente utilizado em nosso meio rural e em comunidades de pequeno porte. A fossa séptica remove a maior parte dos sólidos em suspensão, os quais sedimentam e sofrem o processo de digestão anaeróbia no fundo do tanque. A matéria orgânica efluente da fossa séptica se dirige ao filtro anaeróbio, onde ocorre a sua remoção, também em condições anaeróbias (VON SPERLING, 1996).

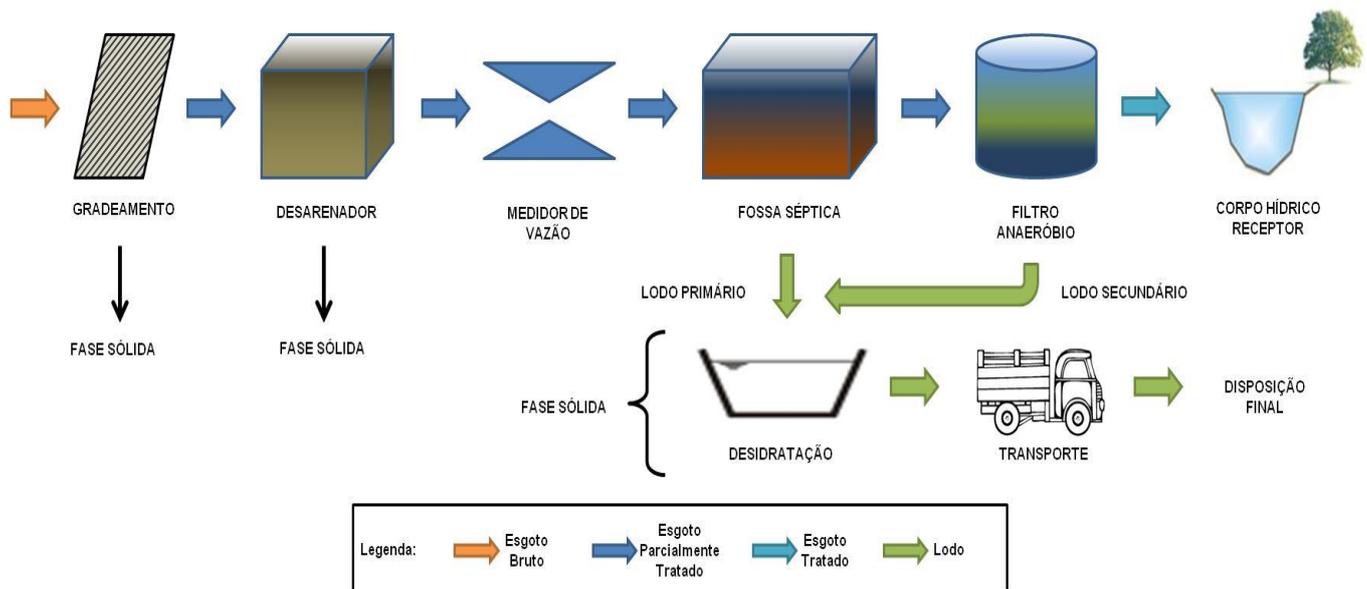
O filtro anaeróbio apresenta alguma similaridade conceitual com os filtros biológicos aeróbios: em ambos os casos, a biomassa cresce aderida a um meio suporte, usualmente pedras. No entanto, o filtro anaeróbio apresenta algumas importantes diferenças:

- o fluxo do líquido é ascendente, ou seja, a entrada é na parte inferior do filtro e a saída na parte superior;
- o filtro trabalha afogado, ou seja, os espaços vazios são preenchidos com líquido;
- a carga de DBO aplicada por unidade de volume é bastante elevada, o que garante as condições anaeróbias e repercute na redução de volume do reator;
- a unidade é fechada.

A eficiência deste sistema é usualmente inferior à dos processos aeróbios, embora seja na maior parte das situações suficiente. Fossas-filtro tem sido amplamente utilizadas para pequenas populações, mas uma tendência recente em termos de tratamento anaeróbio tem favorecido a utilização dos reatores de manta de lodo, principalmente por fatores econômicos (PROSAB 4, 2006).

A produção de lodo nos sistemas anaeróbios é bem baixa, já saindo estabilizado e podendo ser dirigido diretamente para o leito de secagem. Sempre há um risco de geração de maus odores por se tratar de um sistema anaeróbio, no entanto procedimentos de projeto e operacionais podem contribuir para reduzir esses riscos. A Figura 9-5 apresenta esquematicamente as etapas de tratamento do sistema de fossa séptica e filtro anaeróbio.

Figura 9-5 - Etapas de tratamento de esgotos pelo sistema de fossa séptica e filtro anaeróbio.



Fonte: Adaptado de VON SPERLING (1996).

Sejam consideradas ainda as eficiências médias de tratamento das quatro alternativas de tratamento acima citadas: DBO tem eficiência de remoção da ordem de 80 a 90%; DQO, de 70 a 80%; Sólidos Suspensos, de 75 a 90%; Nitrogênio Total, inferior a 60% (adotado 50%); Fósforo Total, inferior a 35% (adotado 30%); e Coliformes Termotolerantes, até 2 unidades Log.

Tabela 9-6 - Carga de DBO municipal (kg/dia) após tratamento com eficiência de 80% e 90%.

Ano		DBO - Remoção 80%			DBO - Remoção 90%		
		Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
0	2017	271.2	180.7	90.5	135.6	90.4	45.2
1	2018	275.5	183.6	91.9	137.7	91.8	46.0
2	2019	279.8	186.5	93.4	139.9	93.2	46.7
3	2020	284.2	189.4	94.8	142.1	94.7	47.4
4	2021	287.7	191.7	96.0	143.8	95.8	48.0
5	2022	291.1	194.0	97.1	145.6	97.0	48.6
6	2023	294.6	196.3	98.3	147.3	98.2	49.1
7	2024	298.1	198.7	99.5	149.1	99.3	49.7
8	2025	301.7	201.1	100.7	150.9	100.5	50.3
9	2026	304.2	202.7	101.5	152.1	101.4	50.8
10	2027	306.7	204.4	102.3	153.4	102.2	51.2
11	2028	309.3	206.1	103.2	154.6	103.0	51.6
12	2029	311.8	207.8	104.0	155.9	103.9	52.0
13	2030	314.4	209.5	104.9	157.2	104.7	52.4
14	2031	315.9	210.5	105.4	158.0	105.3	52.7
15	2032	317.5	211.5	105.9	158.7	105.8	53.0
16	2033	319.0	212.6	106.4	159.5	106.3	53.2
17	2034	320.6	213.6	107.0	160.3	106.8	53.5
18	2035	322.2	214.7	107.5	161.1	107.3	53.7
19	2036	323.0	215.2	107.8	161.5	107.6	53.9
20	2037	323.9	215.8	108.1	161.9	107.9	54.0

Fonte: Autoria própria.

Tabela 9-7 - Carga de DQO municipal (kg/dia) após tratamento com eficiência de 70% e 80%.

Ano		DQO - Remoção 70%			DQO - Remoção 80%		
		Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
0	2017	813.6	542.2	271.5	542.4	361.4	181.0
1	2018	826.4	550.7	275.7	551.0	367.1	183.8
2	2019	839.5	559.4	280.1	559.6	372.9	186.7
3	2020	852.7	568.2	284.5	568.5	378.8	189.7
4	2021	863.0	575.0	287.9	575.3	383.4	191.9
5	2022	873.3	581.9	291.4	582.2	388.0	194.3
6	2023	883.8	588.9	294.9	589.2	392.6	196.6
7	2024	894.4	596.0	298.4	596.3	397.3	198.9
8	2025	905.2	603.2	302.0	603.5	402.1	201.3
9	2026	912.6	608.1	304.5	608.4	405.4	203.0
10	2027	920.2	613.1	307.0	613.4	408.8	204.7
11	2028	927.8	618.2	309.5	618.5	412.1	206.4
12	2029	935.4	623.3	312.1	623.6	415.5	208.1
13	2030	943.1	628.4	314.7	628.7	419.0	209.8
14	2031	947.7	631.5	316.2	631.8	421.0	210.8
15	2032	952.4	634.6	317.8	634.9	423.1	211.8
16	2033	957.1	637.7	319.3	638.0	425.2	212.9
17	2034	961.8	640.9	320.9	641.2	427.2	213.9
18	2035	966.5	644.0	322.5	644.3	429.3	215.0
19	2036	969.1	645.7	323.3	646.0	430.5	215.6
20	2037	971.6	647.4	324.2	647.7	431.6	216.1

Fonte: Autoria própria.

Tabela 9-8 - Carga de Sólidos Suspensos municipal (kg/dia) após tratamento com eficiência de 80% e 90%.

Ano		SS - Remoção 80%			SS - Remoção 90%		
		Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
0	2017	325.5	216.9	108.6	162.7	108.4	54.3
1	2018	330.6	220.3	110.3	165.3	110.1	55.1
2	2019	335.8	223.8	112.0	167.9	111.9	56.0
3	2020	341.1	227.3	113.8	170.5	113.6	56.9
4	2021	345.2	230.0	115.2	172.6	115.0	57.6
5	2022	349.3	232.8	116.6	174.7	116.4	58.3
6	2023	353.5	235.6	117.9	176.8	117.8	59.0
7	2024	357.8	238.4	119.4	178.9	119.2	59.7
8	2025	362.1	241.3	120.8	181.0	120.6	60.4
9	2026	365.1	243.3	121.8	182.5	121.6	60.9
10	2027	368.1	245.3	122.8	184.0	122.6	61.4
11	2028	371.1	247.3	123.8	185.6	123.6	61.9
12	2029	374.2	249.3	124.8	187.1	124.7	62.4
13	2030	377.2	251.4	125.9	188.6	125.7	62.9
14	2031	379.1	252.6	126.5	189.5	126.3	63.2
15	2032	381.0	253.8	127.1	190.5	126.9	63.6
16	2033	382.8	255.1	127.7	191.4	127.5	63.9
17	2034	384.7	256.3	128.4	192.4	128.2	64.2
18	2035	386.6	257.6	129.0	193.3	128.8	64.5
19	2036	387.6	258.3	129.3	193.8	129.1	64.7
20	2037	388.6	259.0	129.7	194.3	129.5	64.8

Fonte: Autoria própria.

Tabela 9-9 - Carga municipal de Nitrogênio Total (kg/dia), Fósforo Total (kg/dia) e Coliformes Totais (NMP/dia) após tratamento.

Ano		NT - Remoção 50%			FT - Remoção 30%			CT - Remoção 2 unidades Log		
		Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
0	2017	108.5	72.3	36.2	47.5	31.6	15.8	2.7E+09	1.8E+09	9.0E+08
1	2018	110.2	73.4	36.8	48.2	32.1	16.1	2.8E+09	1.8E+09	9.2E+08
2	2019	111.9	74.6	37.3	49.0	32.6	16.3	2.8E+09	1.9E+09	9.3E+08
3	2020	113.7	75.8	37.9	49.7	33.1	16.6	2.8E+09	1.9E+09	9.5E+08
4	2021	115.1	76.7	38.4	50.3	33.5	16.8	2.9E+09	1.9E+09	9.6E+08
5	2022	116.4	77.6	38.9	50.9	33.9	17.0	2.9E+09	1.9E+09	9.7E+08
6	2023	117.8	78.5	39.3	51.6	34.4	17.2	2.9E+09	2.0E+09	9.8E+08
7	2024	119.3	79.5	39.8	52.2	34.8	17.4	3.0E+09	2.0E+09	9.9E+08
8	2025	120.7	80.4	40.3	52.8	35.2	17.6	3.0E+09	2.0E+09	1.0E+09
9	2026	121.7	81.1	40.6	53.2	35.5	17.8	3.0E+09	2.0E+09	1.0E+09
10	2027	122.7	81.8	40.9	53.7	35.8	17.9	3.1E+09	2.0E+09	1.0E+09
11	2028	123.7	82.4	41.3	54.1	36.1	18.1	3.1E+09	2.1E+09	1.0E+09
12	2029	124.7	83.1	41.6	54.6	36.4	18.2	3.1E+09	2.1E+09	1.0E+09
13	2030	125.7	83.8	42.0	55.0	36.7	18.4	3.1E+09	2.1E+09	1.0E+09
14	2031	126.4	84.2	42.2	55.3	36.8	18.4	3.2E+09	2.1E+09	1.1E+09
15	2032	127.0	84.6	42.4	55.6	37.0	18.5	3.2E+09	2.1E+09	1.1E+09
16	2033	127.6	85.0	42.6	55.8	37.2	18.6	3.2E+09	2.1E+09	1.1E+09
17	2034	128.2	85.4	42.8	56.1	37.4	18.7	3.2E+09	2.1E+09	1.1E+09
18	2035	128.9	85.9	43.0	56.4	37.6	18.8	3.2E+09	2.1E+09	1.1E+09
19	2036	129.2	86.1	43.1	56.5	37.7	18.9	3.2E+09	2.2E+09	1.1E+09
20	2037	129.5	86.3	43.2	56.7	37.8	18.9	3.2E+09	2.2E+09	1.1E+09

Fonte: Autoria própria.

9.2.4 Alternativas de Tratamento

O processo de avaliação e seleção da tecnologia mais apropriada para o tratamento de esgotos domésticos deve considerar a concepção do sistema de tratamento, os custos relativos à construção, a operação e a manutenção, bem como a reparação e a substituição do sistema (MASSOUD et al., 2009). As técnicas existentes para o tratamento de esgotos domésticos incluem duas abordagens básicas: centralizadas ou descentralizadas (MOUSSAVI et al., 2010; SURİYACHAN et al., 2012).

9.2.4.1 Tratamento Local (bacia)

Quando a coleta, o tratamento e a descarga (ou reuso) de efluentes acontecem próximo do local onde o efluente foi gerado, é chamado de sistema de tratamento descentralizado.

A necessidade de orientar os traçados da rede coletora na malha viária existente, mesmo sob melhor aproveitamento da topografia para obter uma condução dos efluentes pela maior parte da extensão do sistema por gravidade, requer invariavelmente a introdução de estações elevatórias para contornar e superar acidentes topográficos. Determinadas sub-bacias ou bacias não poderiam ser conectadas a outras sem o artifício da utilização de estações elevatórias de bombeamento, desconsiderando-se a hipótese de um aprofundamento exagerado e inviável técnica e economicamente de coletores para obter o escoamento por gravidade. A introdução de recalques significa custos adicionais, tanto de implantação quanto de operação, fatores de custo que incrementam na medida em que ocorre o bombeamento repetido de vazões acumuladas ao longo do caminho de condução.

Libralato et al. (2012) afirmam que os custos dos sistemas descentralizados se referem unicamente à unidade de tratamento. Além disso, a gestão desse tipo de sistema é facilitada, uma vez que o próprio gerador é responsável pelo sistema.

Tecnologias descentralizadas podem variar desde simples métodos biológicos até sistemas de membrana-filtração de alta tecnologia que reciclam efluentes. Tratamento descentralizado pode reduzir construções, operações e manutenções.

É uma proposta interessante no auxílio da conservação dos recursos naturais e provém uma característica ecologicamente correta o que faz deste sistema ser um atrativo para sua implantação (JORDAN & SENTHILNATHAN, 1996).

Além destas vantagens, Naphi (2004) também cita algumas:

- Não há mistura dos resíduos industriais com os domésticos;
- Utilização de tecnologias com menos investimentos em manutenção;
- Redução de custos, uma vez que não necessita de utilização de canais para o transporte dos resíduos;
- O efluente tratado está prontamente disponível para reutilização;
- Possibilidade de expansão do sistema;
- Facilidade de planejamento e execução, já que os projetos são simples e fáceis de executar, até pelo investimento financeiro;
- Possibilidade de empregar diferentes estratégias de gestão financeiramente e ambientalmente eficientes.

Crites & Tchobanoglous (1998), afirmam que as situações típicas que justificam a opção pelo método da descentralização são:

- Quando devem ser melhoradas a operação e administração de sistemas do local existente;
- Onde há falhas nos sistemas locais individuais;
- Onde a comunidade está distante dos sistemas de tratamento de esgotos existentes;
- Onde existem oportunidades para o reuso local do efluente tratado.

9.2.4.2 Tratamento Centralizado

A gestão centralizada é um conceito que tem sido implementado e utilizado como uma forma de tratar esgotos domésticos em regiões com elevada densidade populacional e urbanizadas. Trata-se de um sistema de tratamento que envolve um conjunto de equipamentos e instalações destinados a coletar, transportar, tratar e destinar de maneira segura grandes volumes de esgotos domésticos.

Normalmente, estes sistemas são de propriedade pública (SURIYACHAN et al., 2012).

O sistema centralizado é aplicado na maior parte dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, sendo considerada uma tecnologia consolidada para solucionar a problemática do tratamento de esgotos domésticos. Entretanto por se tratar de um sistema relativamente caro, no que se refere à implantação, operação e manutenção, este tipo de sistema não é apropriado para pequenas comunidades e/ou comunidades rurais (MASSOUD et al., 2009; SABRY, 2010). Os sistemas centralizados são fortemente dependentes de energia elétrica (LIBRALATO et al., 2012). Além disso, há utilização extensa de terra, bem como utilização de tecnologias de tratamento avançado (SURIYACHAN et al., 2012).

As desvantagens dos sistemas de tratamento de esgotos centralizados são citadas como: a elevada demanda de energia para a degradação do material carbonáceo e para a nitrificação; o “desperdício” na ordem de 20%, 5% e 90% de nitrogênio, fósforo e potássio, respectivamente, passíveis de serem reutilizados na agricultura; a alta produção de biossólidos (lodo) e os custos referentes à sua disposição final; alto custo de operação e manutenção das redes coletoras e estações de tratamento.

9.2.4.3 Comparação entre as Alternativas

Os sistemas descentralizados são destacados por garantir o acesso ao saneamento, principalmente em regiões rurais e periurbanas, as quais ainda sofrem pela falta de saneamento adequado. Já os sistemas centralizados são construídos principalmente para atender as áreas densamente povoadas.

Sistemas de tratamento descentralizados tem se tornado uma opção sustentável para o tratamento de esgotos domésticos, não só no Brasil, mas na Europa também, principalmente por ser uma alternativa de acessibilidade em locais distantes da rede de esgoto centralizada; possibilidade de geração de bioenergia, através da transformação do material orgânico; Possibilidade de reutilização do efluente, rico em nutrientes, em práticas agrícolas; e, reaproveitamento da água (ROELEVELD e ZEEMAN, 2006; MOELANTS et. al., 2011).

Nos Estados Unidos, os incentivos em relação ao manejo dos sistemas descentralizados se dão por conta de inúmeros fatores: Proteção da saúde pública e dos mananciais hídricos locais; Valorização das propriedades; Baixo custo de manutenção; Reabastecimento de águas em aquíferos subterrâneos; Nenhuma infraestrutura cara para instalar sistema de esgoto público distinto.

Tendo em vista que a Lei Federal nº 11.445 (BRASIL, 2007), que instituiu a Política Nacional de Saneamento, apresenta como destaque entre seus objetivos, “proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados”, a adoção de sistemas descentralizados pode contribuir para a universalização do saneamento em assentamentos rurais, áreas periurbanas ou até mesmo no atendimento a populações em situação de risco em regiões urbanizadas.

A fim de solucionar o problema da falta de tratamento de esgotos nos distritos de Chumbado, Comendador Rafael, Joeirana, Juncado e Santa Luzia, do município de Sooretama, é indicada a construção de unidades de tratamento de esgoto, com tratamento descentralizado, visto que se tratam de áreas de baixa densidade populacional. As Figuras 9-6, 9-7, 9-8, 9-9 e 9-10 trazem a delimitação da área urbanizada de cada um dos distritos, segundo o Instituto Jones dos Santos Neves.

Figura 9-6 - Área Urbanizada distrito de Chumbado.



Fonte: Portal GEOBASES, IJSN (2010).

Figura 9-7 - Área Urbanizada distrito de Comendador Rafael.



Fonte: Portal GEOBASES, IJSN (2010).

Figura 9-8 - Área Urbanizada distrito de Juerana.



Fonte: Portal GEOBASES, IJSN (2010).

Figura 9-9 - Área Urbanizada distrito de Juncado.



Fonte: Portal GEOBASES, IJSN (2010).

Figura 9-10 - Área Urbanizada distrito de Santa Luzia.



Fonte: Portal GEOBASES, IJSN (2010).

O Apêndice B apresenta o mapa com as unidades que compõem os Sistemas de esgotamento sanitário do município. Cada uma dessas unidades é representada por uma figura geométrica e a cor indica a situação de cada uma delas.

9.3 REFERÊNCIAS

AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION – APHA. **Standard methods for the examination of water and wastewater**. 19. ed. Washington, DC, 1995.

BRASIL. Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em 4 out 2016.

CRITES, R.; TCHOBANOGLOUS, G. *Small and Decentralized Wastewater Management Systems*. Singapore: Mc Graw Hill International Editions, 1998. 1084p.

JORDAN, E. J., and P. R. SENTHILNATHAN, *Advanced Wastewater Treatment with Integrated Membrane Biosystems*, 1996. Available from: Zenon, P.O. Box 1285, Ann Arbor, MI 48106; (303) 769-0700.

LIBRALATO, Giovanni, GHIRARDINI, Annamaria Volpi, AVEZZÙ, Francesco. To centralise or to decentralise: An overview of the most recent trends in wastewater treatment management. *Journal of Environmental Management* 94, 61-68, 2012.

MASSOUD, May A, Akram Tarhini, Joumana A. Nasr. Decentralized approaches to wastewater treatment and management: Applicability in developing countries. *Journal of Environmental Management* 90, 652-659, 2009.

MOELANTS, N., SMETS, I.Y., VAN IMPE, J.F. The potential of an iron rich substrate for phosphorus removal in decentralized wastewater treatment systems. *Separation and Purification Technology* 77, 40-45, 2011.

MOUSSAVI, Gholamreza, Frarough Kazembeigib, Mehdi Farzadkiac. Performance of a pilot scale up-flow septic tank for on-site decentralized treatment of residential wastewater. *Process Safety and Environmental Protection* 88, 47-52, 2010.

NAPHI, INNOCENT. A framework for the decentralised management of wastewater in Zimbabwe. *Physics and Chemistry of the Earth* 29, 1265-1273, 2004.

OLIVEIRA, S. M. A. C.; VON SPERLING, MARCOS. Avaliação de 166 ETEs em operação no país, compreendendo diversas tecnologias. Parte 1: Análise de desempenho. **Engenharia sanitária e ambiental**, v. 10, n. 4, p. 347-357, 2005. PACHECO, João Antonio Segabinazzi; WOLFF, Delmira Beatriz. Tratamento dos efluentes de um frigorífico por sistema australiano de lagoas de estabilização. **Disciplinarum Scientia| Naturais e Tecnológicas**, v. 5, n. 1, p. 67-85, 2016.

ROELEVELD, K.K., ZEEMAN, G. Anaerobic treatment in decentralised and source-separation-based sanitation concepts. *Reviews in Environmental Science and Bio/Technology*, 5:115-139, 2006.

SABRY, T. Evaluation of decentralized treatment of sewage employing Upflow Septic Tank/Baffled Reactor (USBR) in developing countries. *Journal of Hazardous Materials* 174, 500-505, 2010.

SILVA, C.E. Caracterização qualitativa dos esgotos. UFSM/CT/DHS, 2004. Disponível em <http://jararaca.ufsm.br/websites/ces/download/A1.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

SURIYACHAN, Chamawong, NITIVATTANANON, Vilas, AMIM, A.T.M. Nurul. Potential of decentralized wastewater management for urban development: Case of Bangkok. *Habitat International* 36, 85-92, 2012.

VALENTE, José Pedro Serra; PADILHA, Pedro Magalhães; SILVA, Assunta Maria Marques. Oxigênio dissolvido (OD), demanda bioquímica de oxigênio (DBO) e demanda química de oxigênio (DQO) como parâmetros de poluição no ribeirão Lavapés/Botucatu - SP. **Eclét. Quím.**, São Paulo, v. 22, p. 49-66, 1997.

VON SPERLING, M. *Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos*. Belo Horizonte, UFMG. v.1., 2 ed. 1996.

10 PROGNÓSTICO DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (SLUMRS)

10.1 ESTIMATIVA DAS DEMANDAS POR SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA TODO O PERÍODO DO PMSB

Para mensurar as necessidades de serviços Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos (SLUMRS), foram analisados os dados obtidos no diagnóstico técnico-participativo. As projeções das demandas, por serviço, foram estimadas para o horizonte de 20 anos, considerando a definição de metas de:

- Imediatos ou emergenciais – até 3 anos;
- Curto prazo – entre 4 a 8 anos;
- Médio prazo – entre 9 a 12 anos;
- Longo prazo – entre 13 a 20 anos.

No Quadro 10-1 é apresentado o resumo dos principais aspectos observados em cada etapa, as respectivas demandas e graus de prioridade.

Quadro 10-1 - Demandas observadas no diagnóstico de Sooretama.

Demanda	Dimensão da demanda	Prioridade
Limpeza Pública: Os serviços são prestados por uma empresa contratada. Não existem programas e projetos específicos para a limpeza pública como projeto de varrição contemplando mapas de varrição e medição de produtividades dos varredores. Estas lacunas fazem com que o município não tenha uma apuração quanto à efetividade dos serviços prestados e recursos utilizados.	Elaboração do plano de varrição que contemple mapas de varrição e medição de produtividade dos varredores.	Curto Prazo
Acondicionamento: Não existem projetos de acondicionamento de resíduos. A maior parte da população dispõe os sacos de lixo em pontos específicos, próximos a suas residências o que favorece a criação de pontos viciados. O projeto de acondicionamento deve prever regras para todas as tipologias de resíduos, considerando pequenos e grandes geradores, bem como regras quanto a localização de pontos fixos de recebimento, mesmo que estes resíduos sejam de responsabilidade do gerador. Desta forma o município propicia uma padronização e facilita a comunicação visual por parte do usuário, bem como pela fiscalização.	Elaboração de projeto de acondicionamento de resíduos.	Curto Prazo
Coleta: O serviço de coleta é bem amplo e feito por 03 caminhões compactadores, porém, devem ser feitas melhorias no controle de percurso e otimização das rotas desses caminhões.	Elaboração de roteiro de Coleta	Curto Prazo

Demanda	Dimensão da demanda	Prioridade
Transporte: Todo o transporte é realizado por empresas contratadas e não é feito o controle de velocidade e percurso por parte do município.	Elaboração de projeto de controle de velocidade e percurso dos caminhões que realizam a coleta	Longo Prazo
Coleta seletiva: A coleta seletiva no município abrange todos os bairros da sede e as partes urbanizadas dos demais distritos, porém, a população não tem separado os resíduos e a coleta porta a porta não ocorre em muitos bairros.	Elaboração de um projeto de coleta seletiva, adequado que abranja toda a sede e trabalhe educação ambiental com a população local.	Curto Prazo
Destinação final: A destinação final é realizada de forma adequada em aterro sanitário.	Implementar procedimentos de pesagem dos resíduos enviados ao aterro.	Curto Prazo
Compostagem: Não existe no município sistema de compostagem de resíduos orgânicos e toda esta parcela é destinada para aterro sanitário.	Elaboração de um projeto de compostagem.	Curto Prazo
Inclusão social de catadores: Existe a ASCOMSOOR no município que conta com 08 associados, a renda por associado em média é R\$ 950,00. Estão todos registrados no CAD Único do Governo Federal.	Elaboração de um projeto de coleta seletiva, adequado a realidade local de contar com um número adequado de catadores de materiais reaproveitáveis.	Curto Prazo
Resíduos de Construção Civil: O município faz o gerenciamento dos RCC gerados por meio da própria Prefeitura, que coleta esses resíduos e transporta até o aterro de resíduos de construção civil e demolição. Diante este cenário, contata-se que o município não possui legislação que diferencie pequeno e médio gerador, a arca com os custos de uma parcela de geradores que não deveria, os grandes geradores. Além disto, o contrato não leva em consideração a quantidade gerada, pois os resíduos não são pesados, o que não possibilita a avaliação real quanto ao volume gerado e o custo real que deveria ser cobrado. Outra situação observada é o local de disposição de RCC que não atende as normas técnicas, pois não permite o reaproveitamento da parcela reaproveitável dos RCC. Além disto, os resíduos verdes e volumosos são destinados na mesma área.	Elaboração de uma legislação que diferencie pequeno e médio gerador de RCC. E adequação do local de disposição.	Emergencial
Resíduos de Serviço de Saúde: O município faz o gerenciamento dos RSS gerados no município por meio de contratação de empresa terceirizada que coleta, transporta e dá destinação final aos resíduos. O contrato é por mês de serviço prestado e não leva em consideração a quantidade gerada o que não possibilita a avaliação real quanto ao volume gerado e o custo real que deveria ser cobrado.	Revisão do contrato e elaboração de legislação que diferencie pequeno e médio gerador.	Médio Prazo
Resíduos de responsabilidade dos geradores: O município não tem controle de gestão sobre os resíduos de responsabilidade dos geradores. Não possui legislação e instrumento normativo que indique quais atividades necessitam apresentar os Planos de Gerenciamento de Resíduos, quando licenciados pelo município ou quando são	Elaborar projeto que vise adequação das estruturas do município em termos legislativos, pessoal e infraestrutura que permita o controle sobre o gerenciamento	Emergencial

Demanda	Dimensão da demanda	Prioridade
licenciados pelo órgão estadual competente, conforme a competência. Não existe sistema de informação de resíduos.	dos resíduos por parte dos geradores.	
Resíduos com logística reversa obrigatória: O município não tem controle de gestão sobre os resíduos com logística reversa obrigatória pelo gerador.	Elaborar planejamento de ação em relação ao acompanhamento do cumprimento das obrigações da logística reversa pelos respectivos responsáveis.	Curto Prazo
Sistematização das informações: Na etapa de coleta de dados verificou-se que os dados não estão sistematizados, e que parte das informações está sob controle da Secretaria de Obras.	Implantação de sistema de informação de resíduos que se integre ao SNIR.	Médio Prazo

Fonte: Autoria Própria.

10.1.1 Estimar produção de resíduos e percentuais de atendimento pelo sistema de limpeza urbana

A estimativa de produção de resíduos foi calculada considerando o cenário de projeção de crescimento populacional e apresentado no Diagnóstico do PMSB.

Foram confeccionados 3 cenários de projeção:

- Pessimista: considerando o aumento da geração per capita de resíduos;
- Conservador: considerando a manutenção da geração per capita de resíduos nos valores atuais; e
- Otimista: considerando o decréscimo da geração per capita de resíduos.

A escolha do cenário dependerá das estratégias adotadas pelo município para a gestão dos resíduos sólidos e da participação da população na forma de um consumo mais consciente.

O percentual de geração de resíduos utilizado nos cálculos foi de 0,77 Kg/hab.dia e corresponde à taxa de geração per capita para município na faixa populacional 2, considerando os municípios realizam a pesagem dos RSU - SNIS-RS 2014 (SNIS, 2016). Foi considerada um aumento na taxa de geração per capita de 2,6%aa para o cenário pessimista, sem aumento para o cenário conservador e -1% para o cenário otimista.

O Potencial de RSU – Secos foi considerado como sendo 31,9% e de RSU – Úmidos foi de 51,4% e 16,7% conforme proposto no Plano Nacional de Resíduos Sólidos que está em fase de aprovação pelo Governo Federal (IPEA/2012).

Os rejeitos foram calculados como sendo a parcela do total de resíduos gerados que não são reciclados ou compostados. Portanto, terão que ser encaminhado para destinação ambientalmente correta.

Portanto, a partir da definição do cenário de referência será possível dimensionar as infraestruturas necessárias para prestação dos serviços de coleta, triagem, compostagem e disposição final dos rejeitos, dentre outros.

A prospectiva de planejamento estratégico para a gestão dos RSU será feita com base na avaliação de cenários. O Cenário populacional adotado será o cenário de crescimento médio apresentado no Diagnóstico do PMSB.

Quanto à de Gestão de resíduos foram definidos três cenários, sendo estes: pessimista, médio e otimista.

A definição do cenário ideal ou aplicável no município irá permitir o dimensionamento do sistema, seja nas medidas estruturantes como as infraestruturas, quanto nas estruturais como mobilização social e capacitação para a gestão do sistema.

Cenário 1 – Crescimento Populacional Médio, taxa de geração per capita estável e Cenário de Gestão de Resíduos sólidos Pessimista

Cenário 2 – Crescimento Populacional Médio, taxa de geração per capita estável e Cenário de Gestão de Resíduos sólidos médio

Cenário 3 – Crescimento Populacional Médio, taxa de geração per capita estável e Cenário de Gestão de Resíduos sólidos otimista

Nas Tabelas 10-1 e 10-2 são apresentadas as metas de alcance das taxas de materiais recicláveis na parcela de RSU - Secos e as metas de alcance das taxas de materiais compostáveis na parcela de RSU – Úmidos.

Tabela 10-1 - Metas de alcance das taxas de coleta de materiais recicláveis na parcela de RSU – Secos.

Cenário	Metas / Ano					
	2017	2020	2025	2030	2035	2037
Cenário pessimista	5%	10%;	15%	20%	30%	30%
Cenário médio	5%	20%	40%	60%	80%	80%
Cenário otimista	5%	25%	50%	75%	100%	100%

Fonte: Autoria própria.

Tabela 10-2 - Metas de alcance das taxas de materiais compostáveis na parcela de RSU – Úmidos.

Cenários	Metas / Ano					
	2017	2020	2025	2030	2035	2037
Cenário pessimista	2%	5%;	7,5%	10%	15%	15%
Cenário médio	2%	5%	10%	20%	30%	30%
Cenário otimista	2%	10%	20%	30%	40%	40%

Fonte: Autoria própria.

As Tabelas 10-3, 10-4 e 10-5 apresentam as estimativas de geração de RSU e previsão de atendimento pelo SMLPU para os Cenários 1, 2 e 3 respectivamente.

Tabela 10-3 - Estimativa de geração de RSU e previsão de atendimento pelo SMLPU – Cenário 1.

Ano	População	Geração per capita de Resíduos (kg/hab.dia) Projetado	Geração total de RSU (t/ano)	Potencial de RSU - secos (t/ano)	Potencial de RSU - úmidos (t/ano)	Potencial de RSU - rejeitos (t/ano)
				31,9% dos RSU ^(b)	51,4 % dos RSU ^(b)	16,7 % dos RSU ^(b)
	A	B ^(a) = 0,77(1,026) ⁿ	C = A*B	D = 31,9% C	E = 51,4% C	F = 16,7% C
2015	26.286	0,77	7.286,48	2.324,39	3.745,25	1.216,84
2017	27.121	0,81	7.913,93	2.524,54	4.067,76	1.321,63
2020	28.423	0,88	8.957,77	2.857,53	4.604,29	1.495,95
2025	30.173	1,00	10.811,48	3.448,86	5.557,10	1.805,52
2030	31.437	1,13	12.806,92	4.085,41	6.582,76	2.138,76
2035	32.216	1,29	14.921,49	4.759,95	7.669,64	2.491,89
2036	32.302	1,32	15.350,31	4.896,75	7.890,06	2.563,50
2037	32.387	1,35	15.790,86	5.037,29	8.116,50	2.637,07
2015/2037 (%)	36,14	75,89	116,71	116,71	116,71	116,71

Nota:

a) 0,77 corresponde à taxa de geração per capita para município na faixa populacional 1, considerando os municípios realizam a pesagem dos RSU - SNIS-RS 2014 (SNIS, 2016). Foi considerado um aumento na taxa de geração per capita de 2,6%aa.

b) Percentuais de 31,9% de secos e 51,4% de úmidos e 16,7% de rejeitos segundo PNRS (Brasil, 2012).

Fonte: Autoria própria.

Tabela 10-4 - Estimativa de geração de RSU e previsão de atendimento pelo SMLPU – Cenário 2.

Ano	População	Geração per capita de Resíduos (kg/hab.dia) Projetado	Geração total de RSU (t/ano)	Potencial de RSU - secos (t/ano)	Potencial de RSU - úmidos (t/ano)	Potencial de RSU - rejeitos (t/ano)
				31,9% dos RSU ^(b)	51,4 % dos RSU ^(b)	16,7 % dos RSU ^(b)
	A	B ^(a) = 0,77	C = A*B	D = 31,9% C	E= 51,4%C	F = 16,7%C
2015	26.286	0,77	7.286,48	2.324,39	3.745,25	1.216,84
2017	27.121	0,77	7.517,91	2.398,21	3.864,21	1.255,49
2020	28.423	0,77	7.878,86	2.513,35	4.049,73	1.315,77
2025	30.173	0,77	8.363,96	2.668,10	4.299,07	1.396,78
2030	31.437	0,77	8.714,34	2.779,87	4.479,17	1.455,29
2035	32.216	0,77	8.930,28	2.848,76	4.590,16	1.491,36
2036	32.302	0,77	8.954,11	2.856,36	4.590,16	1.495,34
2037	32.387	0,77	8.977,68	2.863,88	4.590,16	1.499,27
2015/2037 (%)	36,14	0,00	23,21	23,21	22,56	23,21

Nota:

a) 0,77 corresponde à taxa de geração per capita para município na faixa populacional 1, considerando os municípios realizam a pesagem dos RSU - SNIS-RS 2014 (SNIS, 2016). Foi considerado que a taxa de geração per capita se mantém estável em 0,77.

b) Percentuais de 31,9% de secos e 51,4% de úmidos e 16,7% de rejeitos segundo PNRS (Brasil, 2012).

Fonte: Autoria própria.

Tabela 10-5 - Estimativa de geração de RSU e previsão de atendimento pelo SMLPU – Cenário 3.

Ano	População	Geração per capita de Resíduos (kg/hab.dia) Projetado	Geração total de RSU (t/ano)	Potencial de RSU - secos (t/ano)	Potencial de RSU - úmidos (t/ano)	Potencial de RSU - rejeitos (t/ano)
				31,9% dos RSU ^(b)	51,4 % dos RSU ^(b)	16,7 % dos RSU ^(b)
	A	B ^(a) = 0,77(0,99) ⁿ	C = A*B	D = 31,9% C	E= 51,4%C	F = 16,7%C
2015	26.286	0,77	7.286,48	2.324,39	3.745,25	1.216,84
2017	27.121	0,75	7.368,31	2.350,49	3.787,31	1.230,51
2020	28.423	0,73	7.492,71	2.390,18	3.851,25	1.251,28
2025	30.173	0,70	7.564,21	2.412,98	3.888,00	1.263,22
2030	31.437	0,66	7.494,84	2.390,85	3.852,35	1.251,64
2035	32.216	0,63	7.304,13	2.330,02	3.754,32	1.219,79
2036	32.302	0,62	7.250,40	2.312,88	3.754,32	1.210,82
2037	32.387	0,62	7.196,78	2.295,77	3.754,32	1.201,86
2015/2037 (%)	36,14	-19,84	-1,23	-1,23	0,24	-1,23

Nota:

a) 0,77 corresponde à taxa de geração per capita para município na faixa populacional 1, considerando os municípios realizam a pesagem dos RSU - SNIS-RS 2014 (SNIS, 2016). Foi considerado que a taxa de geração per capita reduz 1%a.a.

b) Percentuais de 31,9% de secos e 51,4% de úmidos e 16,7% de rejeitos segundo PNRS (Brasil, 2012).

Fonte: Autoria própria.

10.1.2 Estimativas anuais dos volumes de produção de resíduos sólidos

Para o cálculo do volume foram considerados os pesos específicos aparente das parcelas dos RSU. O peso específico aparente da parcela de recicláveis foi considerado como sendo 65 kg/m^3 (BASSANI, 2011). O peso específico aparente da parcela de compostável e dos rejeitos foi considerado como sendo de 230 kg/m^3 (IBAM, 2001). As projeções anuais de volume foram estimadas com base no cenário médio das metas de alcance das taxas de materiais recicláveis na parcela de RSU - Secos e as metas de alcance das taxas de materiais compostáveis na parcela de RSU – Úmidos apresentadas acima.

Tabela 10-6 - Estimativa anual de volume de RSU – Cenário 1.

Ano	Geração total de RSU (t/ano)	Potencial de RSU - secos (t/ano)	Potencial de Recicláveis (t/ano) ^(b)	Estimativa anual de volume de recicláveis	Potencial de RSU - úmidos (t/ano)	Potencial de material compostável (t/ano) ^(c)	Estimativa anual de volume de materiais compostáveis	Potencial de RSU - rejeitos (t/ano)	Estimativa anual de volume de rejeitos
		31,9% dos RSU ^(d)	X = 5% (2015) ; 10% (2020); 30% (2025); 60% (2030); 80% (2035)	PEA (65Kg/m ³) ^(e)	51,4 % dos RSU ^(d)	Z = 2% (2015) ; 5% (2020); 20% (2025); 40% (2030); 60% (2035)	PEA (65Kg/m ³) ^(e)		PEA (65Kg/m ³) ^(e)
		C = A*B	E = x%*D	F = E*1000/65	G = 51,4%*C	H = Z*F	I = H*1000/230		J = C - E - H
2015	7.286,48	2.324,39	116,22	1.787,99	3.745,25	74,91	325,67	7.095,35	30.849,37
2017	7.913,93	2.524,54	126,23	1.941,96	4.067,76	81,36	353,72	7.706,34	33.505,84
2020	8.957,77	2.857,53	285,75	4.396,20	4.604,29	230,21	1.000,93	8.441,80	36.703,49
2025	10.811,48	3.448,86	1.034,66	15.917,83	5.557,10	1.111,42	4.832,26	8.665,40	37.675,67
2030	12.806,92	4.085,41	2.451,24	37.711,46	6.582,76	2.633,10	11.448,27	7.722,57	33.576,41
2035	14.921,49	4.759,95	3.807,96	58.584,05	7.669,64	4.601,79	20.007,77	6.511,74	28.311,90
2036	15.350,31	4.896,75	3.807,96	58.584,05	7.890,06	4.734,04	20.582,77	6.808,31	29.601,36
2037	15.790,86	5.037,29	3.807,96	58.584,05	8.116,50	4.869,90	21.173,49	7.113,00	30.926,08
2015/2037 (%)	116,71	116,71	3.176,53	3.176,53	116,71	6.401,44	6.401,44	0,25	0,25

Nota:

a) 0,77 Corresponde à taxa de geração per capita para município com faixa populacional 2 considerando os municípios que utilizam balança - SNIS-RS 2014 (SNIS, 2016). Foi considerado um aumento na taxa de geração per capita de 2,6%aa.

b) Metas para coleta seletiva municipal: 2020 - 10%; 2025 - 30%; 2030 - 60%; 2035 - 80%.

c) Metas para a compostagem municipal: 2020 - 5%; 2025 - 20%; 2030 - 40%; 2035 - 60%.

d) Percentuais de 31,9% de secos e 51,4% de úmido segundo PNRS (Brasil, 2012).

e) PEA – Peso Específico Aparente

Fonte: Autoria própria

Tabela 10-7 - Estimativa anual de volume de RSU – Cenário 2.

Ano	Geração total de RSU (t/ano)	Potencial de RSU - secos (t/ano)	Potencial de Recicláveis (t/ano) ^(b)	Estimativa anual de volume de recicláveis	Potencial de RSU - úmidos (t/ano)	Potencial de material compostável (t/ano) ^(c)	Estimativa anual de volume de materiais compostáveis	Potencial de RSU - rejeitos (t/ano)	Estimativa anual de volume de rejeitos
		31,9% dos RSU ^(d)	X = 5% (2015) ; 10% (2020); 30% (2025); 60% (2030); 80% (2035)	PEA (65Kg/m ³) ^(e)	51,4 % dos RSU ^(d)	Z = 2% (2015) ; 5% (2020); 20% (2025); 40% (2030); 60% (2035)	PEA (65Kg/m ³) ^(e)		PEA (65Kg/m ³) ^(e)
		C = A*B	E = x%*D	F = E*1000/65	G = 51,4%*C	H = Z*F	I = H*1000/230		J = C - E - H
2015	7.286,48	2.324,39	116,22	1.787,99	3.745,25	74,91	325,67	7.095,35	30.849,37
2017	7.517,91	2.398,21	119,91	1.844,78	3.864,21	77,28	336,02	7.320,72	31.829,21
2020	7.878,86	2.513,35	251,34	3.866,70	4.049,73	202,49	880,38	7.425,03	32.282,75
2025	8.363,96	2.668,10	800,43	12.314,32	4.299,07	859,81	3.738,32	6.703,71	29.146,57
2030	8.714,34	2.779,87	1.667,92	25.660,37	4.479,17	1.791,67	7.789,86	5.254,74	22.846,72
2035	8.930,28	2.848,76	2.279,01	35.061,63	4.590,16	2.754,10	11.974,33	3.897,17	16.944,23
2036	8.954,11	2.856,36	2.279,01	35.061,63	4.602,41	2.761,45	12.006,30	3.913,66	17.015,91
2037	8.977,68	2.863,88	2.279,01	35.061,63	4.614,53	2.768,72	12.037,89	3.929,95	17.086,76
2015/2037 (%)	23,21	23,21	1.860,95	1.860,95	23,21	3.596,30	3.596,30	-44,61	-44,61

Nota:

a) 0,77 Corresponde à taxa de geração per capita para município com faixa populacional 1 considerando os municípios que utilizam balança - SNIS-RS 2014 (SNIS, 2016). Foi considerado que a taxa de geração per capita se mantém estável em 0,77.

b) Metas para coleta seletiva municipal: 2020 - 10%; 2025 - 30%; 2030 - 60%; 2035 - 80%.

c) Metas para a compostagem municipal: 2020 - 5%; 2025 - 20%; 2030 - 40%; 2035 - 60%.

d) Percentuais de 31,9% de secos e 51,4% de úmido segundo PNRS (Brasil, 2012).

e) PEA – Peso Específico Aparente.

Fonte: Autoria própria.

Tabela 10-8 - Estimativa anual de volume de RSU – Cenário 3.

Ano	Geração total de RSU (t/ano)	Potencial de RSU - secos (t/ano)	Potencial de Recicláveis (t/ano) ^(b)	Estimativa anual de volume de recicláveis	Potencial de RSU - úmidos (t/ano)	Potencial de material compostável (t/ano) ^(c)	Estimativa anual de volume de materiais compostáveis	Potencial de RSU - rejeitos (t/ano)	Estimativa anual de volume de rejeitos
		31,9% dos RSU ^(d)	X = 5% (2015) ; 10% (2020); 30% (2025); 60% (2030); 80% (2035)	PEA (65Kg/m ³) ^(e)	51,4 % dos RSU ^(d)	Z = 2% (2015) ; 5% (2020); 20% (2025); 40% (2030); 60% (2035)	PEA (65Kg/m ³) ^(e)		PEA (65Kg/m ³) ^(e)
	C = A*B	D = 31,9% C	E = x%*D	F = E*1000/65	G = 51,4% C	H = Z%F	I = H*1000/230	J = C - E - H	K = J*1000/230
2015	7.286,48	2.324,39	116,22	1.787,99	3.745,25	74,91	325,67	7.095,35	30.849,37
2017	7.368,31	2.350,49	117,52	1.808,07	3.787,31	75,75	329,33	7.175,04	31.195,81
2020	7.492,71	2.390,18	239,02	3.677,19	3.851,25	192,56	837,23	7.061,13	30.700,58
2025	7.564,21	2.412,98	723,90	11.136,85	3.888,00	777,60	3.380,87	6.062,72	26.359,63
2030	7.494,84	2.390,85	1.434,51	22.069,41	3.852,35	1.540,94	6.699,73	4.519,39	19.649,51
2035	7.304,13	2.330,02	1.864,02	28.677,15	3.754,32	2.252,59	9.793,89	3.187,52	13.858,80
2036	7.250,40	2.312,88	1.864,02	28.677,15	3.726,70	2.236,02	9.721,84	3.150,36	13.697,21
2037	7.196,78	2.295,77	1.864,02	28.677,15	3.699,14	2.219,49	9.649,94	3.113,28	13.535,99
2015/2037 (%)	-1,23	-1,23	1.503,88	1.503,88	-1,23	2.863,07	2.863,07	-56,12	-56,12

Nota:

a) 0,77 Corresponde à taxa de geração per capita para município com faixa populacional 1 considerando os municípios que utilizam balança - SNIS-RS 2014 (SNIS, 2016). Foi considerado que a taxa de geração per capita reduz 1%a.a.

b) Metas para coleta seletiva municipal: 2020 - 10%; 2025 - 30%; 2030 - 60%; 2035 - 80%.

c) Metas para a compostagem municipal: 2020 - 5%; 2025 - 20%; 2030 - 40%; 2035 - 60%.

d) Percentuais de 31,9% de secos e 51,4% de úmido segundo PNRS (Brasil, 2012).

e) PEA – Peso Específico Aparente.

Fonte: Autoria própria.

10.1.3 Proposição de formas de coleta e transporte dos resíduos sólidos

10.1.3.1 Coleta

A coleta consiste em recolher os resíduos sólidos devidamente acondicionados por quem os produziu para que sejam encaminhados, mediante transporte adequado, a uma possível estação de transbordo ou a destinação final.

Os sistemas de coleta existem são diferentes, devido ao tipo de recolhimento, a tecnologia aplicada na operação e a característica do material recolhido.

Coleta convencional

A coleta convencional consiste no recolhimento regular dos resíduos sólidos a partir de um roteiro previamente dimensionado, sendo realizado por caminhões compactadores.

Para a execução dos serviços a coleta convencional de Resíduos Sólidos Urbanos pode ser realizada, com a utilização dos seguintes equipamentos:

- Caminhões dotados de equipamentos coletores compactadores de resíduos com capacidade de até 15m³ (quinze metros cúbicos) de resíduos;
- Caminhão toco equipado com coletor compactador de até 15m³ com dispositivo para basculamento de contêiner.
- Multicarga Roll-On/Off - Destinados a transportar as caixas estacionárias Roll-On/Off que acondicionam resíduos em grande volume.
- **Poli guindaste** – Utilizados para a movimentação e transporte de caixas brooks.
- Contêineres (ou caçambas estacionárias) - A coleta dos resíduos depositados nos contêineres deverá ser realizada por veículo coletor compactador equipado com dispositivo hidráulico. Estes dispositivos efetuam a elevação dos contêineres e o basculamento dos resíduos contidos nos mesmos para o interior de compartimentos de carga instalados nos veículos coletores.

- Caixas estacionárias **Roll-on/off** – Para acondicionamento de resíduos volumosos, madeira, podas de árvores, ou resíduos em grande quantidade. São transportadas por veículo Roll-on/off através de viagem exclusiva.
- **Caçamba estacionária tipo Brooks** - São adequadas para o acondicionamento e a coleta de resíduo com muito peso e sem condições de compactação.

Coleta seletiva

A coleta seletiva é um sistema de recolhimento de materiais recicláveis, tais como papéis, plásticos, vidros e metais previamente separados na fonte geradora (CEMPRE, 2010).

Dentre os tipos de coleta, a seletiva tem sido apresentada como uma das melhores soluções para a redução do resíduo sólido urbano, além de melhorar a qualidade dos resíduos a serem reciclados.

O programa de coleta seletiva apresenta duas modalidades básicas: os postos de entrega voluntária (PEV's) e a coleta porta a porta, que serão descritos a seguir.

Porta a porta

O caminhão de coleta passa de “porta em porta” recolhendo somente resíduos secos. Este é o modelo de coleta seletiva mais adotado, tendo apenas por barreira a questão de custos.

Nesta modalidade o veículo coletor percorre as vias públicas estabelecidas no roteiro, recolhendo os materiais previamente separados, dispostos em frente aos domicílios e estabelecimentos comerciais em dias específicos. Os dias e horários da coleta são fixados e programados de acordo com a geração de resíduos de cada grupo. Neste tipo de coleta a população não precisa se deslocar para realizar o depósito dos materiais recicláveis.

É importante que a população seja devidamente orientada para que somente sejam separados, como resíduo seco, os materiais que possam ser comercializados, evitando despesas adicionais com o transporte e manuseio de rejeitos.

Na coleta porta a porta preferencialmente, deverão ser utilizados veículos sem dispositivos de compactação, que não misturam os materiais e facilitam a operação de triagem, com carrocerias que possibilitem o transporte de materiais volumosos. Como os materiais recicláveis possuem peso específico reduzido, recomenda-se que os veículos coletores sejam equipados com sobre guardas altas ou fechados com tela formando uma “gaiola”. Dessa forma, aumenta significativamente a capacidade de carga e evita os inconvenientes do espalhamento de materiais leves durante o deslocamento (FUZARO; RIBEIRO, 2007).

Após a coleta, os materiais recicláveis são transportados para uma unidade de triagem, para que seja feita uma classificação criteriosa dos materiais, por categoria, tipo e cor, visando a agregação de valor para posterior comercialização dos mesmos.

Pontos de Entrega Voluntária – PEV's

Pontos de Entrega Voluntária (PEV's) são instalações nos quais os resíduos recicláveis, previamente separados nos domicílios, são depositados aguardando o serviço de coleta. A população, voluntariamente, realiza o descarte dos materiais recicláveis (secos) separados nas fontes geradoras.

Em alguns casos, esta forma de coleta seletiva, funciona como alternativa complementar ao sistema porta a porta. Esta forma de coleta é adotada em locais que há grande produção de resíduos, fluxo intenso de pessoa ou quando se deseja aliviar o armazenamento doméstico semanal (LOREGAZZI, 2004).

Nesses locais podem ser instalados recipientes diversos para acondicionamento dos recicláveis, como por exemplo, contêineres, latões de 200 litros, caixas metálicas, ou outro tipo de recipiente, desde que sejam pintados nas cores padronizadas para cada tipo de material e atendam às exigências de capacidade e função. Uma boa opção tem sido a utilização de recipientes construídos com telas metálicas que possibilitam a visualização de seu conteúdo. Esse fato tende a facilitar à população o relacionamento dos contêineres com seu conteúdo, além de inibir a deposição equivocada de materiais (FUZARO; RIBEIRO, 2007).

A coleta é realizada em cada contêiner, antes que ele fique cheio, por meio de um veículo exclusivo e adequado a coleta seletiva, e a descarga é feita em local onde os resíduos serão classificados e enfardados para posterior comercialização.

Quando são utilizados PEV's, a coleta dos materiais pode ser realizada com veículos idênticos àqueles utilizados no sistema porta-a-porta. Contudo, deve-se considerar o esforço físico a ser exigido dos coletores, principalmente nas operações de levantamento e esvaziamento de recipientes muito pesados podendo ser necessária a utilização de veículos equipados com guincho. Nesses casos, o número de funcionários a serem utilizados deve ser determinado em função das exigências do equipamento de coleta (FUZARO; RIBEIRO, 2007).

Pontos de entrega voluntária associados com logística reversa

São centrais de recebimento de resíduos secos e tende a ser a alternativa viável para aperfeiçoar a utilização de Pontos de Entrega Voluntária (PEV's), utilizando as enormes possibilidades abertas pela gestão compartilhada que obriga fabricantes, importadores, distribuidores e varejistas, juntamente com o poder público e a comunidade, viabilizar todos os mecanismos necessários para atender a legislação e inclusive viabilizar novos nichos de mercado e novos negócios que vão tomar forma.

10.1.3.2 Transportes

O transporte é caracterizado pela atividade de condução dos resíduos coletados até o local de tratamento ou disposição final. Essa atividade pode gerar grande impacto nos custos do sistema caso o destino final se localize a uma grande distância do município.

O transporte deve ser feito por meio de equipamento adequado, obedecendo às regulamentações pertinentes.

Para o transporte de resíduos sólidos, são utilizados diferentes tipos de veículos, como:

- Multicarga Roll-On/Off - Destinados a transportar as caixas estacionárias Roll-On/Off que acondicionam resíduos em grande volume.

- **Caminhões Coletores** – São compactadores de resíduos equipados com dispositivos para operação de diversos tipos de containers metálicos e plásticos.
- **Poli guindaste** – Utilizados para a movimentação e transporte de caixas brooks.

10.1.3.3 Transbordos

São locais intermediários de destinação dos resíduos coletados, criados em função da considerável distância entre a área de coleta e a destinação final. As Estações de Transbordo, portanto, são locais onde o resíduo é descarregado dos caminhões compactadores por um curto período de tempo para posteriormente, serem transportados por veículos maiores, com o objetivo de otimizar o transporte, até o seu destino final.

A etapa de transporte passa por duas fases: das rotas de coletas até a estação de transferência e, desta, até o seu destino final, e quando não houver necessidade da estação de transferência, onde pequenas distâncias são percorridas até o ponto de destinação final dos resíduos, haverá apenas uma fase: das rotas de coletas até o destino final.

As estruturas das estações de transbordo devem ser providas de caixas estacionárias Roll-on/off de grande capacidade para o acondicionamento dos RSU são transportadas por veículo Roll-on/off através de viagem exclusiva.

O Quadro 10-2 apresenta a projeção do atendimento dos serviços de coleta e transporte no município.

Quadro 10-2 - Projeção do atendimento dos serviços de coleta e transporte.

Atividade	Realiza? (sim/não)	Quem realiza	Que equipamento possui	Projeção (ou seja, como deverá ficar no futuro)
Convencional	Sim	Prefeitura	03 caminhões compactadores	Universalização do serviço de coleta convencional com elaboração de projeto visando o redimensionamento da frota existente para atendimento da sede e distritos, plano de coleta e roteirização.

Atividade	Realiza? (sim/não)	Quem realiza	Que equipamento possui	Projeção (ou seja, como deverá ficar no futuro)
RCC	Sim	Prefeitura	03 Basculantes 01 pá carregadeira	Definição dos critérios para definição quanto a classificação de Pequeno e grande gerador de RCC, com elaboração de projeto de coleta, tratamento e destinação final dos RCC dos pequenos geradores e definição de procedimentos para os grandes geradores.
RSS	Sim	Prefeitura	01 caminhão Baú	Elaboração de Plano de Gerenciamento de RSS para as unidades de saúde municipais, incluindo o transporte. Estabelecimento de procedimento repassando ao gerador a responsabilidade pelo custeio do transporte e destinação final dos RSS.
Seletiva	Sim	Associação dos catadores de materiais recicláveis do município de Sooretama (ASCOMSOOR) juntamente com a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	01 Ford Cargo	Implantação progressiva de coleta seletiva, com elaboração de projeto com definição da forma de operação e equipamentos necessários.
Transbordo	Sim	Prefeitura	02 caixas estacionárias com capacidade de 30 m ³ cada.	Adequação da infraestrutura da Estação de Transbordo Municipal.

Fonte: Autoria própria

10.1.4 Pontos de Apoio ao Sistema de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos

Inúmeros problemas do sistema de limpeza urbana estão associados à insuficiência operacional da prestação dos serviços. Citam-se como exemplos o acúmulo de resíduos domiciliares por falta de coleta, resíduos de construção civil e de podas abandonados em terrenos baldios ou usados para aterramento, e o

mau estado de conservação de vias urbanas por conta de uma limpeza e varrição insuficiente (Prefeitura Municipal de Nova Aurora, 2013).

Podemos citar como exemplo de ponto de apoio os Pontos de entrega voluntária de materiais recicláveis (PEV), Pontos de entrega de RCC dos pequenos geradores e de volumoso (Ecopontos) e pontos de apoio à às Guarnições e Frentes de Trabalho.

A seguir iremos destaca critérios técnicos para a escolha de locais para a instalação destes pontos de apoio com vistas a atender a população de forma adequada, dentro das regras de segurança e saúde.

10.1.4.1 Ecopontos

A geração elevada de RCC e volumosos, a falta de local adequado para destinar estes resíduos e o descarte inadequado por parte dos gerados acaba por gerar um grande número de áreas degradadas, na forma de bota-foras clandestinos ou de deposições irregulares. Esses problemas são comuns, principalmente, em bairros periféricos de menor renda, onde o número de áreas livres é maior. Como frequência, a disposição irregular destes resíduos compromete a estabilidade de encostas e comprometem a drenagem urbana (CAIXA, 2005).

O serviço público de coleta prestado para a captação dos pequenos volumes necessita ser organizado de forma a atender a toda a área urbanizada, com a instalação de pontos de entrega voluntária nos bairros, estabelecidos de acordo com "bacias de captação", zonas homogêneas que atraiam a maior parcela possível do RCD gerado em sua área de abrangência (CAIXA, 2005).

São características importantes dessas Áreas Públicas de Transbordo e Triagem:

- Receberão exclusivamente resíduos originados da ação pública;
- Todos os resíduos recebidos nessas áreas serão integralmente triados, para posterior deslocamento à destinação adequada, em obediência à Política Nacional de Resíduos e à NBR 15.112/2004;
- Cumprirão a função planejada por tempo pré-determinado, até a consolidação do papel dos Pontos de Entrega nos bairros aos quais darão atendimento.

Segundo a NBR 15.112/2004 (ABNT) - "Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos - os Ecopontos, ou pontos de entrega voluntária, de resíduos volumosos.

Os Ecopontos devem ser áreas licenciadas para transbordo e triagem de pequeno porte, destinada ao recebimento de pequenas quantidades de resíduos volumosos, resíduos da construção civil, podas e ainda materiais recicláveis.

O projeto de cada ponto de entrega deve seguir os ditames da NBR 15.112:2004 e incorporar os seguintes aspectos:

- Prever a colocação de uma cerca viva nos limites da área, para reforçar a imagem de qualidade ambiental do equipamento público;
- Diferenciar os espaços para a recepção dos resíduos que tenham de ser triados (resíduos da construção, resíduos volumosos, resíduos secos da coleta seletiva etc.), para que a remoção seja realizada por circuitos de coleta, com equipamentos adequados a cada tipo de resíduo (ver quadro);
- Aproveitar desnível existente, ou criar um platô, para que a descarga dos resíduos pesados — resíduos da construção — seja feita diretamente no interior de caçambas metálicas estacionárias;
- Garantir os espaços corretos para as manobras dos veículos que utilizarão a instalação — como pequenos veículos de geradores e coletores, além dos veículos de carga responsáveis pela remoção posterior dos resíduos acumulados;
- Preparar placa, totem ou outro dispositivo de sinalização que informe à população do entorno e a eventuais passantes sobre a finalidade dessa instalação pública, como local correto para o descarte do RCD, de resíduos volumosos, da coleta seletiva e da logística reversa.

Segundo a NBR 15.112/2004 (ABNT), alguns critérios e aspectos técnicos devem ser observados na implantação de Ecopontos, tais como:

- Isolamento da área através de cercamento do perímetro da área de operação, de maneira a controlar a entrada de pessoas e animais;
- Identificação visível e descritiva das atividades desenvolvidas;
- Equipamentos de proteção individual, proteção contra descargas atmosféricas e de combate a incêndio;

- Sistemas de proteção ambiental, como forma de controlar a poeira, ruídos;
- Sistemas de drenagem superficial e revestimento primário do piso das áreas de acesso, operação e estocagem, utilizável em qualquer condição climática.

Ainda, destacam-se as seguintes diretrizes de operação citadas pela NBR 15.112/04 (ABNT):

- Restrição de recebimento de cargas de resíduos da construção civil constituídas predominantemente por resíduos de classe D;
- Triagem, classificação e acondicionamento em locais diferenciados de todo o resíduo recebido; destinação adequada dos rejeitos;
- Evitar o acúmulo de material não triado;
- Resíduos volumosos devem ter como destino a reutilização, reciclagem, armazenamento ou disposição final.

10.1.4.2 Pontos de Entrega Voluntária – PEV`s

De maneira complementar e similar aos Ecopontos, os Pontos de Entrega Voluntária – PEV locais dotados de caçambas, contêineres ou conjunto de recipientes devidamente identificados para o depósito de resíduos segregados pelos próprios geradores.

A utilização de postos de entrega voluntária implica em uma maior participação da população. Os veículos de coleta não se deslocam de domicílio em domicílio. A própria população, suficientemente motivada, deposita seus materiais recicláveis em pontos predeterminados pela administração pública, onde são acumulados para remoção posterior (São Paulo, 2014).

Os PEVs podem ter constituição muito variada, dependendo dos recursos disponíveis. Normalmente são formados por conjuntos de recipientes plásticos ou metálicos, como latões de 200 litros e contêineres, ou de alvenaria, formando pequenas caixas ou baias, onde os materiais são depositados. Esses recipientes, que devem atender às exigências de capacidade e função, são identificados por cores, seguindo as normas internacionais, e devem ser protegidos das chuvas e demais intempéries por uma pequena cobertura (Fuzaro e Ribeiro, 2005).

Estas unidades de pequeno porte devem ser instaladas em pontos estratégicos da municipalidade, em geral locais com grande fluxo de pessoas e de fácil acesso para carga ou descarga. A Resolução CONAMA 275/2001 apresentam padrões para identificação destes recipientes, conforme apresenta o Quadro 10-3.

Quadro 10-3 - Padrão de cores para identificação de recipientes para descarte seletivo de resíduos.

Tipo de Resíduo	Cor
Papel e papelão	Azul
Plástico	Vermelho
Vidro	Verde
Metal	Amarelo
Madeira	Preto
Resíduos Perigosos	Laranja
Resíduos Ambulatoriais de Serviços de Saúde	Branco
Resíduos Radioativos	Roxo
Resíduos orgânicos	Marrom
Resíduos gerais não-recicláveis	Cinza

Fonte: BRASIL (2001).

Para um bom dimensionamento físico dos PEV devem ser considerados fatores como os principais tipos de resíduos gerados na área de abrangência e a disponibilidade e frequência com que se realizará a coleta. Com vistas à facilidade de manutenção e conservação da unidade, recomenda-se que a unidade seja protegida da chuva.

Outro aspecto técnico a ser observado é referente às aberturas para deposição dos resíduos, que devem estar a uma altura compatível com o público alvo da localidade instalada. Em situações onde o público alvo é predominantemente infantil (em escolas, por exemplo), estas aberturas devem estar a uma altura reduzida. O Quadro 10-4 apresenta um resumo de aspectos positivos e negativos da utilização de PEV.

Quadro 10-4 - Resumo de aspectos positivos e negativos da utilização de PEV's.

Positivos	Negativos
Maior Facilidade na coleta e redução de custos	Não permite a identificação dos domicílios participantes
Otimiza percursos e frequências, especialmente em bairros com baixa densidade populacional, evitando trechos improdutivos na coleta porta a porta;	Necessita, em alguns casos, de equipamento especial para coleta.
	Demanda maior disposição da população, que precisa se deslocar até o PEV
Permite a exploração da estrutura do PEV para publicidade, eventual patrocínio, ou mesmo para a Educação Ambiental.	Suscetível ao vandalismo
Permite a exploração do espaço do PEV para publicidade e eventual obtenção de patrocínio;	Exige manutenção e limpeza;

Positivos	Negativos
Permite a separação e descarte dos recicláveis por tipos, dependendo do estímulo educativo e do tipo de container, o que facilita a triagem posterior	Não permite a avaliação da adesão da comunidade ao hábito de separar materiais.

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Aurora (2013).

10.1.4.3 Definição das áreas e locais para implantação

As primeiras áreas a serem beneficiadas com a coleta seletiva são muito importantes, pois funcionarão como áreas de teste. É necessário que as populações dessas áreas de teste sejam informadas sobre os estudos e experimentações que serão realizados, evitando que cada alteração ganhe a conotação de “falha”, pondo em risco a credibilidade do Sistema (Fuzaro e Ribeiro, 2005). Brighenti et al (2004) elencaram também algumas condições mínimas necessárias para a escolha dos locais onde serão instalados os PEV’S, tais como:

- Facilidade para o estacionamento de veículos.
- Local escolhido deve ser público, visando garantir o livre acesso dos participantes.
- Entorno dos PEV’S não pode estar sujeito a alagamentos.
- As condições de iluminação do local devem propiciar relativa segurança para a população usuária e a possibilitar o recolhimento do material reciclável em horários noturnos.

Na escolha das áreas de implantação, deverão ser considerados fatores como (Fuzaro e Ribeiro, 2005):

- Nível de conscientização da população, resultante de outras atividades anteriormente desenvolvidas;
- Existência de escolas que já venham realizando trabalhos de parceria por intermédio de seus alunos;
- Possibilidade da colaboração de entidades de classe, líderes e representantes de bairros;
- Facilidade de acesso;
- Possibilidade de definição clara dos limites da área para permitir avaliações

posteriores;

- Compatibilidade das dimensões das áreas com os recursos disponíveis; configuração do sistema viário, de modo a facilitar o planejamento dos roteiros de coleta e outros.

10.1.4.4 Pontos de Apoio às Guarnições e Frentes de Trabalho

A falta de legislação com dispositivos legais específicos que tratem do conforto e de normas de higiene e segurança do trabalho para os sistemas de saneamento, dentre eles a limpeza urbana, faz com que os trabalhadores estejam sujeitos às normativas genéricas, que não tratam da peculiaridade de suas atividades - muitas vezes executadas em longas áreas do perímetro urbano, em locais extremamente insalubres, como aterros sanitários e sujeitos às diversas intempéries (Prefeitura Municipal de Nova Aurora, 2013).

Dentre as Normas Regulamentadoras da Higiene e Segurança do Trabalho, destaca-se (com vistas a contribuir com os serviços de limpeza) a NR 24 - “Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho”.

Esta normativa apresenta diretrizes e exigências que garantem o conforto e boas condições de trabalhadores envolvidos em diversos tipos de atividades. Entretanto, como já observado, esta normativa apresenta diretrizes de cunho geral, mas que podem ser adaptadas e adequadas aos serviços de limpeza.

Os pontos de apoio ao trabalhador devem conter instalações sanitárias, vestiários, refeitórios, cozinhas, além das condições de higiene e conforto por ocasião das refeições em consonância com a NR 24.

Quadro 10-5 - Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

Instalações sanitárias	As instalações sanitárias deverão ser separadas por sexo. Será exigido, no conjunto de instalações sanitárias, um lavatório para cada 10 (dez) trabalhadores nas atividades ou operações insalubres, ou nos trabalhos com exposição a substâncias tóxicas, irritantes, infectantes, alergizantes, poeiras ou substâncias que provoquem sujidade.
	Serão previstos 60 litros diários de água por trabalhador para o consumo nas instalações sanitárias.
Vestiários	Em todos os estabelecimentos industriais e naqueles em que a atividade exija troca de roupas, ou seja, imposto o uso de uniforme ou guarda-pó, haverá local apropriado para vestiário dotado de armários individuais, observada a separação de sexos. A área de um vestiário será dimensionada em função de um mínimo de 1,50 m ² para 1 trabalhador.

	Nas atividades e operações insalubres, bem como nas atividades incompatíveis com o asseio corporal, que exponham os empregados a poeiras e produtos graxos e oleosos, os armários serão de compartimentos duplos.
Refeitórios.	Nos estabelecimentos em que trabalhem mais de 300 (trezentos) operários, é obrigatória a existência de refeitório, não sendo permitido aos trabalhadores tomarem suas refeições em outro local do estabelecimento.
	Nos estabelecimentos em que trabalhem mais de 30 (trinta) até 300 (trezentos) empregados, embora não seja exigido o refeitório, deverão ser asseguradas aos trabalhadores condições suficientes de conforto para a ocasião das refeições.
Cozinhas	Deverão ficar adjacentes aos refeitórios e com ligação para os mesmos, através de aberturas por onde serão servidas as refeições.
	As áreas previstas para cozinha e depósito de gêneros alimentícios deverão ser de 35% (trinta e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) respectivamente, da área do refeitório.
Condições de higiene e conforto por ocasião das refeições.	As empresas urbanas e rurais, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e os órgãos governamentais devem oferecer a seus empregados e servidores condições de conforto e higiene que garantam refeições adequadas por ocasião dos intervalos previstos na jornada de trabalho.
	Na hipótese de o trabalhador trazer a própria alimentação, a empresa deve garantir condições de conservação e higiene adequadas e os meios para o aquecimento em local próximo ao destinado às refeições.
Disposições gerais	Em todos os locais de trabalho deverá ser fornecida aos trabalhadores água potável, em condições higiênicas, sendo proibido o uso de recipientes coletivos. Onde houver rede de abastecimento de água, deverão existir bebedouros de jato inclinado e guarda protetora, proibida sua instalação em pias ou lavatórios, e na proporção de 1 (um) bebedouro para cada 50 (cinquenta) empregados.
	As empresas devem garantir, nos locais de trabalho, suprimento de água potável e fresca em quantidade superior a 1/4 (um quarto) de litro (250ml) por hora/homem trabalho.

Fonte: BRASIL (1993).

Nos casos dos serviços de varrição e serviços especiais como capina e roçada estes pontos de apoio devem ser descentralizados e dispostos em áreas estratégicas que permitam o fácil e rápido acesso por parte dos funcionários ao longo de sua jornada de trabalho.

Instalações móveis também podem ser utilizadas para o mesmo fim, através da adaptação de veículos de grande capacidade (ônibus, vans, etc) de modo a prover sanitários e locais para refeição com a utilização de coberturas retráteis para cobrir áreas onde se possa dispor cadeiras e mesas para refeição (Prefeitura Municipal de Nova Aurora, 2013).

10.1.5 Procedimentos operacionais e especificações mínimas para o manejo dos resíduos sólidos

Dentro deste enfoque, a limpeza urbana pode ser alinhada entre as principais funções da Administração Pública no campo da engenharia sanitária. Só que este serviço não tem merecido a atenção necessária por parte do Poder Público, contando com orçamentos quase sempre reduzidos (IBAM, 2001).

Os serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos demandam a utilização de diversos procedimentos operacionais e especificações técnicas mínimas de modo a garantir:

- A efetiva prestação do serviço, com regularidade e integralidade;
- A qualidade da prestação do serviço;
- A saúde e a segurança dos trabalhadores envolvidos;
- A manutenção das condições de salubridade e higiene dos espaços públicos;
- A eficiência e sustentabilidade dos serviços;
- A adoção de medidas que visem a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos;
- Entre outras.

Os serviços de limpeza dos logradouros costumam cobrir atividades como:

- varrição;
- capina e raspagem;
- roçagem;
- limpeza de ralos;
- limpeza de feiras;
- serviços de remoção;
- limpeza de praias.

Contemplam, ainda, atividades como desobstrução de ramais e galerias, desinfestação e desinfecções, poda de árvores, pintura de meio-fio e lavagem de logradouros públicos (IBAM, 2001).

O serviço de limpeza de logradouros públicos tem por objetivo evitar:

- problemas sanitários para a comunidade;
- interferências perigosas no trânsito de veículos;
- riscos de acidentes para pedestres;
- prejuízos ao turismo;
- inundações das ruas pelo entupimento dos ralos.

No manejo dos RSU as principais atividades são acondicionamento, coleta e transporte, tratamento e destinação final.

10.1.5.1 Varrição

Varrição ou varredura é a principal atividade de limpeza de logradouros públicos. O conjunto de resíduos como areia, folhas carregadas pelo vento, papais, pontas de cigarro, por exemplo, constitui o chamado resíduo público, cuja composição, em cada local, é função de: arborização existente; intensidade de trânsito de veículos; calçamento e estado de conservação do logradouro; uso dominante (residencial, comercial, etc.).

Métodos de Varrição

As maneiras de varrer dependerão dos utensílios e equipamentos auxiliares usados pelos trabalhadores. Em um País onde a mão-de-obra é abundante e é preciso gerar empregos, convém que a maioria das operações seja manual. Apenas em algumas situações particulares recomenda-se o uso de máquinas. A limpeza por meio de jatos de água deve ser restrita a situações especiais. Água, em geral, é cara demais para ser gasta em uso tão pouco nobre. Para adequação dos serviços de varrição deverá ser elaborado um redimensionamento roteiros de varrição manual contendo:

- Levantamento do plano atual de varrição
- Qualidade da varrição
- Testes de produtividade
- Definição dos pontos formadores de opinião
- Definição das frequências de varrição
- Traçado do novo plano de varrição.

10.1.5.2 Capina e raspagem

Quando não é efetuada varrição regular, ou quando chuvas carreiam detritos para logradouros, as sarjetas acumulam terra, onde em geral crescem mato e ervas daninhas. Torna-se necessário, então, serviços de capina do mato e de raspagem da terra das sarjetas, para restabelecer as condições de drenagem e evitar o mau aspecto das vias públicas. Esses serviços são executados em geral com enxadas de 3½ libras, bem afiadas, sendo os resíduos removidos com pás quadradas ou forcados de quatro dentes. Quando a terra se encontra muito compactada é comum o uso da enxada ou chibanca para raspá-la. Para a lama, utiliza-se a raspadeira.

Quando a quantidade de terra é muito grande, em geral devido a chuvas fortes em vias próximas a encostas, utilizam-se pás mecânicas de pequeno ou grande portes para raspagem, conforme a quantidade de resíduos e as condições de acesso e manobra.

10.1.5.3 Roçada

Quando o capim e o mato estão altos, utilizam-se as foices do tipo roçadeira ou gavião, que também são úteis para cortar galhos. O corte do mato e ervas daninhas pode ser feito manualmente com foices ou alfanjes, porém com resultados medíocres em relação à qualidade e produtividade (apenas cerca de 100m²/trabalhador/dia).

As ceifadeiras portáteis são mais indicadas para terrenos acidentados e para locais de difícil acesso para ceifadeiras maiores. Possuem rendimento aproximado de 800m²/máquina/dia.

10.1.5.4 Limpeza de Boca de lobo

A retirada dos resíduos das caixas dos ralos pode ser feita com enxadas já gastas pelo uso (mais estreitas), com enxadões ou com conchas especiais. Resíduos de pequeno peso específico (folhas e galhos) podem ser ensacados e removidos em conjunto com o resíduo da varrição. A terra retirada dos ralos deve ser removida

com caminhões basculantes. Os ralos também podem ser limpos por meio de mangueiras de sucção de equipamentos especiais (tipo Vac-All) e varredeiras "a vácuo". Em termos de frequência, os ralos devem ser limpos quinzenalmente e sempre após cada chuva.

10.1.5.5 Limpeza de feiras

É conveniente manter as feiras limpas do início da comercialização até a desmontagem das barracas. Em feiras com até 300 barracas, pode-se manter dois trabalhadores recolhendo, com lutocares revestidos internamente com sacos plásticos, o resíduo produzido pelos comerciantes. Os sacos plásticos com resíduo podem ser depositados em um ponto de concentração, adjacente à feira. Junto às barracas de venda de pescado, aves e suínos devem ser colocados contêineres plásticos com rodas e tampas, com capacidade para 240 litros, para acondicionar os resíduos produzidos desde o início da feira.

10.1.5.6 Acondicionamento

Com relação à adequação do acondicionamento à coleta, o recipiente apropriado para resíduo deverá:

- atender às condições sanitárias;
- não ser feio, repulsivo ou desagradável;
- ter capacidade para conter o resíduo gerado durante o intervalo entre uma coleta e outra;
- permitir uma coleta rápida, aumentando com isso a produtividade do serviço;
- possibilitar uma manipulação segura por parte da equipe de coleta.

As normas que regulamentam o acondicionamento dos RSU estão descritas no Quadro 10-6.

Quadro 10-6 - Normas para o acondicionamento dos resíduos sólidos

Norma	Descrição
Resolução CONAMA Nº 275/2001	Estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva" - Data da legislação: 25/04/2001 - Publicação DOU nº 117, de 19/06/2001, pág. 080
ABNT NBR 15911-1:2010 Versão Corrigida:2011	Contentor móvel de plástico
ABNT NBR 15911-2:2010 Versão Corrigida:2011	Contentor móvel de plástico
ABNT NBR 15911-3:2010 Versão Corrigida:2011	Contentor móvel de plástico

Fonte: Autoria própria.

10.1.5.7 Coleta Domiciliar

Coletar o resíduo significa recolher o resíduo acondicionado por quem o produz para encaminhá-lo, mediante transporte adequado, a uma possível estação de transferência, a um eventual tratamento e à disposição final. Coleta-se o resíduo para evitar problemas de saúde que ele possa propiciar. A coleta e o transporte do resíduo domiciliar produzido em imóveis residenciais, em estabelecimentos públicos e no pequeno comércio são, em geral, efetuados pelo órgão municipal encarregado da limpeza urbana. Para esses serviços, podem ser usados recursos próprios da prefeitura, de empresas sob contrato de terceirização ou sistemas mistos, como o aluguel de viaturas e a utilização de mão-de-obra da prefeitura.

Regularidade da coleta domiciliar

A coleta dos resíduos domiciliar deve ser efetuada em cada imóvel, sempre nos mesmos dias e horários, regularmente. O ideal, portanto, em um sistema de coleta de resíduo domiciliar, é estabelecer um recolhimento com dias e horários determinados, de pleno conhecimento da população, através de comunicações individuais a cada responsável pelo imóvel e de placas indicativas nas ruas.

Frequência de coleta

Sugere-se que o tempo decorrido entre a geração do resíduo domiciliar e seu destino final não deve exceder uma semana para evitar proliferação de moscas, aumento do mau cheiro e a atratividade que o resíduo exerce sobre roedores,

insetos e outros animais. A frequência mínima de coleta admissível em um país de clima quente como o Brasil é, portanto, de três vezes por semana. Há que se considerar ainda a capacidade de armazenamento dos resíduos nos domicílios.

Horários de coleta

Para redução significativa dos custos e otimização da frota a coleta deve ser realizada em dois turnos. É conveniente estabelecer turnos de 12 horas (dividindo-se o dia ao meio, mas trabalhando efetivamente cerca de oito horas por turno).

Redimensionamento de itinerários de coleta domiciliar

O aumento ou diminuição da população, as mudanças de características de bairros e a existência do recolhimento irregular dos resíduos são alguns fatores que indicam a necessidade de redimensionamento dos roteiros de coleta. Vários elementos devem ser considerados:

- Guarnições de coleta;
- Equilíbrio dos roteiros;
- Local de início da coleta;
- Verificação da geração do resíduo domiciliar;
- Traçado dos roteiros de coleta.

As normas que regulamentam a coleta e o transporte dos RSU estão descritos no Quadro 10-7.

Quadro 10-7 - Normas para a coleta e o transporte dos RSU.

Norma	Descrição
ABNT NBR 13463:1995	Coleta de resíduos sólidos
ABNT NBR 13332:2010	Implementos rodoviários — Coletor-compactador de resíduos sólidos e seus principais componentes — Terminologia
ABNT NBR 13334:2007	Contentor metálico de 0,80 m ³ , 1,2 m ³ e 1,6 m ³ para coleta de resíduos sólidos por coletores-compactadores de carregamento traseiro - Requisitos
ABNT NBR 14599:2014 Errata 1:2015	Implementos rodoviários - Requisitos de segurança para coletores-compactadores de resíduos sólidos
ABNT NBR 14599:2014 Versão Corrigida:2015	Implementos rodoviários - Requisitos de segurança para coletores-compactadores de resíduos sólidos
ABNT NBR 14879:2011	Implementos rodoviários — Coletor-compactador de resíduos sólidos — Definição do volume
ABNT NBR 13221:2010	Transporte terrestre de resíduos

ABNT NBR 7500:2013 Versão Corrigida:2013	Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos
--	---

Fonte: Autoria própria.

10.1.5.8 Transbordo de Resíduos Sólidos Urbanos

O aumento na distância entre o ponto de coleta dos resíduos e o aterro sanitário causa os seguintes problemas:

- Atraso nos roteiros de coleta;
- Aumento do tempo improdutivo da guarnição de trabalhadores parados à espera do retorno do veículo que foi vazar sua carga no aterro;
- Aumento do custo de transporte;
- Redução da produtividade dos caminhões de coleta, que são veículos especiais e caros.

Para solução desses problemas, algumas municipalidades vêm optando pela implantação de estações de transferência ou de transbordo.

No Estado do ES existe a Instrução Normativa IN IEMA Nº: 00001 / 2010, publicada em 26/02/2010 que estabelece os procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Estações de Transbordo de Resíduos Sólidos Urbanos situadas no Estado do Espírito Santo.

10.1.5.9 Tratamentos dos RSU

Define-se tratamento como uma série de procedimentos destinados a reduzir a quantidade ou o potencial poluidor dos resíduos sólidos, seja impedindo descarte de resíduo em ambiente ou local inadequado, seja transformando-o em material inerte ou biologicamente estável.

Resíduos Secos

Para os resíduos secos sugere-se a realização de triagem, prensagem e enfardamento para comercialização para indústrias de reciclagem dos distintos materiais com potencial de reciclagem.

A escolha do material reciclável a ser separado nas unidades de reciclagem depende sobretudo da demanda da indústria. Todavia, na grande maioria das unidades são separados os seguintes materiais:

- papel e papelão;
- plástico duro (PVC, polietileno de alta densidade, PET);
- plástico filme (polietileno de baixa densidade);
- garrafas inteiras;
- vidro claro, escuro e misto;
- metal ferroso (latas, chaparia etc.);
- metal não-ferroso (alumínio, cobre, chumbo, antimônio etc.)

Resíduos orgânicos

Sugere-se que para a parcela orgânica seja realizado seu aproveitamento através da compostagem. Define-se compostagem como o processo natural de decomposição biológica de materiais orgânicos (aqueles que possuem carbono em sua estrutura), de origem animal e vegetal, pela ação de micro-organismos. Para que ele ocorra não é necessário a adição de qualquer componente físico ou químico à massa do resíduo.

O processo de compostagem aeróbio de resíduos orgânicos tem como produto final o composto orgânico, um material rico em húmus e nutrientes minerais que pode ser utilizado na agricultura como condicionador de solos, com algum potencial fertilizante.

A implantação de uma usina de reciclagem e compostagem pressupõe a elaboração prévia de um estudo de viabilidade econômica no qual devem ser analisados os seguintes aspectos:

- Investimento;
- licenciamentos ambientais;
- aquisição de terreno e legalizações fundiárias;
- projetos de arquitetura e engenharia;
- obras de engenharia;
- aquisição de máquinas e equipamentos;

As normas que regulamentam o tratamento dos RSU estão descritas no Quadro 10-8.

Quadro 10-8 - Normas para tratamento dos RSU.

Norma	Descrição
Resolução CONAMA Nº 316/2002	Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos". - Data da legislação: 29/10/2002 - Publicação DOU nº 224, de 20/11/2002, págs. 92-95 - Alterada pela Resolução nº 386, de 2006.
ABNT NBR 14283:1999	Resíduos em solos - Determinação da biodegradação pelo método respirométrico
ABNT NBR 13591:1996	Compostagem - Terminologia

Fonte: Autoria própria.

10.1.5.10 Disposição Final

O processo recomendado para a disposição adequada do resíduo domiciliar é o aterro sanitário. Para tanto deve-se observar primeiramente a seleção de áreas, onde os critérios técnicos, econômico-financeiros e político-sociais. Para tanto, abaixo é apresentada uma listagem de critérios para a seleção de áreas para aterros sanitários.

As normas que regulamentam a disposição final de RSU em aterros sanitários estão descritas no Quadro 10-9.

Quadro 10-9 - Normas para disposição final de RSU.

Norma	Descrição
Resolução CONAMA Nº 404/2008	Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos." - Data da legislação: 11/11/2008 - Publicação DOU nº 220, de 12/11/2008, pág. 93
ABNT NBR 13896:1997	Aterros de resíduos não perigosos - Critérios para projeto, implantação e operação
ABNT NBR 15849:2010	Resíduos sólidos urbanos – Aterros sanitários de pequeno porte – Diretrizes para localização, projeto, implantação, operação e encerramento
ABNT NBR 8419:1992 Versão Corrigida:1996	Apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos - Procedimento

Fonte: Autoria própria.

Critérios de escolha da área para localização do bota-fora dos resíduos inertes gerados tanto na fase de instalação quanto de operação

A importância da escolha de áreas para disposição final de resíduos da construção civil inertes é vital para que os controles possam ser eficazes e o aterro esteja de acordo com o que está descrito nas normas incidentes, como a resolução CONAMA 307/2002 e a NBR 15113:2004.

A resolução CONAMA 307/2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, dispõe que:

Art. 4º Os geradores deverão ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

§ 1º Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos sólidos urbanos, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei.

§ 2º Os resíduos deverão ser destinados de acordo com o disposto no art. 10 desta Resolução.

Art. 10. Os resíduos da construção civil, após triagem, deverão ser destinados das seguintes formas:

I - Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

II - Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

III - Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

IV - Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

No Quadro 10-10 são apresentados os critérios mínimos que devem ser observados na localização de áreas para implantação de aterros de resíduos

sólidos da construção civil e resíduos inertes, conforme a Norma da ABNT NBR 15113:2004.

Quadro 10-10 - Critérios para localização de áreas para implantação de aterros de resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes.

Critérios de localização	Descrição
Impacto ambiental	Deve ser assegurado que o impacto ambiental causado pela instalação do aterro seja minimizado.
Aceitação pela população	É necessário que a aceitação da instalação pela população seja maximizada.
Legislação de uso do solo	Áreas devolutas ou pouco utilizadas.
Legislação ambiental quanto à localização	Devem ser utilizadas áreas sem restrição ao zoneamento ambiental.
Geologia e tipos de solos existentes	Devem ser evitados solos com arenito ou calcário, com baixo potencial de erodibilidade e que a declividade não seja superior a 5 %.
Vegetação	O estudo macroscópico da vegetação é importante, uma vez que ela pode atuar favoravelmente na escolha de uma área quanto aos aspectos de redução do fenômeno de erosão, da formação de poeira e transporte de odores (adaptado da ABNT NBR 13896:1997).
Vias de acesso	Os acessos internos e externos devem ser protegidos, executados e mantidos de maneira a permitir sua utilização sob quaisquer condições climáticas (adaptado da ABNT NBR 13896:1997).
Área e volume disponíveis e vida útil	Vida útil mínima de 10 anos, área e volume vai variar de acordo com os levantamentos situacionais da geração de RCC e das projeções para o período de vida útil do aterro.
Distância de núcleos habitacionais	De 2 a 10 km de distância dos núcleos atendidos.
Padrões de proteção das águas subterrâneas (potabilidade)	O aterro não deve comprometer a qualidade das águas subterrâneas, as quais, na área de influência do aterro, devem atender aos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação como a Resolução CONAMA N° 306/2008.
Áreas que inicialmente as águas não atendem aos padrões	Nos casos em que a água subterrânea na área de influência do aterro apresentar inicialmente qualquer um dos parâmetros listados na legislação, em concentrações superiores aos limites recomendados, o órgão ambiental competente poderá estabelecer padrões para cada caso, levando em conta: a) a concentração do constituinte; b) os usos atuais e futuros do aquífero.
Padrões de proteção de águas superficiais	Devem ser previstas medidas para a proteção das águas superficiais respeitando-se faixas de proteção de corpos de água e prevendo-se a implantação de sistemas de drenagem compatíveis com a macrodrenagem local e capazes de suportar chuva com períodos de recorrência de cinco anos, que impeça: a) acesso, no aterro, de águas precipitadas no entorno; b) carreamento de material sólido para fora da área do aterro. Obs.: É importante que se respeite a distância mínima de, pelo menos, 200 m de cursos d'água.

Fonte: Adaptado da ABNR NBR 15113:2004 e NBR 13896:1997.

Critérios de escolha de área para disposição final (aterro sanitário) na área de planejamento ou usando aterro já existente na região

A seleção de uma área para implantação de aterro sanitário destinado à resíduos sólidos urbanos deve atender, no mínimo, aos critérios técnicos impostos pelas normas da ABNT e pelas legislações federais, estaduais e municipais (quando houver). Neste trabalho, optou-se pelos critérios relativos à norma da ABNT NBR 13896:1997.

Tabela 10-9 - Critérios para escolha de área para implantação de aterro sanitário.

Critérios de localização	Descrição
Impacto ambiental	O impacto ambiental causado pela instalação aterro deve ser minimizado
Aceitação da população	A aceitação da população deve ser maximizada
Zoneamento	O zoneamento deve estar de acordo com a região
Tamanho disponível e vida útil	Possa ser usado por um longo espaço de tempo, necessitando apenas de um mínimo de obras para início da operação. Em um projeto, esses fatores encontram-se inter-relacionados e recomenda-se a construção de aterros com vida útil mínima de 10 anos
Topografia	Esta característica é fator determinante na escolha do método construtivo e nas obras de terraplanagem para a construção da instalação. Recomendam-se locais com declividade superior a 1% e inferior a 30%
Geologia e tipos de solos existentes	Tais indicações são importantes na determinação da capacidade de depuração do solo e da velocidade de infiltração. Considera-se desejável a existência, no local, de um depósito natural extenso e homogêneo de materiais com coeficiente de permeabilidade inferior a 10 ⁻⁶ cm/s e uma zona não saturada com espessura superior a 3,0m
Recursos hídricos	Deve ser avaliada a possível influência do aterro na qualidade e no uso das águas superficiais e subterrâneas próximas. O aterro deve ser localizado a uma distância mínima de 200 m de qualquer coleção hídrica ou curso de água
Vegetação	O estudo macroscópico de vegetação é importante, uma vez que ela pode atuar favoravelmente na escolha de uma área quanto aos aspectos de redução do fenômeno de erosão, da formação de poeira e transporte de odores
Acessos	Fator de evidente importância em um projeto de aterro, uma vez que são utilizados durante toda sua operação
Custos	Os custos de um aterro têm grande variabilidade conforme o seu tamanho e o seu método construtivo. A elaboração de um cronograma físico-financeiro é necessária para permitir a análise de viabilidade econômica do empreendimento
Distância mínima de núcleos populacionais	Deve ser avaliada a distância do limite da área útil do aterro a núcleos populacionais, recomendando-se que esta distância seja superior a 500 m

Fonte: Adaptado da norma ABNT NBR 13896:1997

Mapeamento de áreas potenciais para localização de atividades de disposição final de resíduos sólidos urbanos

Foi elaborado um mapeamento de pré-seleção de áreas potenciais para localização de atividades de disposição final de resíduos sólidos urbanos.

Os critérios utilizados foram definidos com base na NBR 13896:1997 que trata de aterros de resíduos não perigosos: critérios para projeto, implantação e operação:

- a) Topografia -. Locais com declividade superior a 1% e inferior a 30%.
- b) Recursos hídricos – Áreas com distância mínima de 200 m de qualquer coleção hídrica ou curso de água.
- c) Distância superior a 500m de núcleos populacionais.
- d) Não estar em UC's.
- e) Área com restrição: Área de Segurança Aeroportuária – ASA – Conforme definido na Lei 12.725 de 16 de outubro de 2012.

Este mapa apresenta uma pré-seleção e em caso de escolha de áreas para implantação dessa atividade, os demais critérios devem ser analisados, a partir de estudos pontuais e específicos. O mapa é apresentado no Apêndice C.

10.2 ALTERNATIVAS PARA O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS

Análise e seleção das alternativas de intervenção visando à melhoria das condições sanitárias em que vivem as populações urbanas e rurais. Tais alternativas terão por base as carências atuais dos serviços de saneamento básico, que devem ser projetadas utilizando-se, por exemplo, a metodologia de cenários alternativos de evolução gradativa do atendimento.

As demandas na prestação de serviço de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos podem ser sanadas a partir da avaliação de alternativas que podem se diferenciar quanto à forma de gestão, podendo ser realizada pela própria prefeitura ou pelo consórcio público, bem como na execução do serviço.

O Quadro 10-11 apresenta as alternativas para atendimento das principais etapas no serviço de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos

Quadro 10-11 - Alternativas para atendimento das demandas nos serviços de limpeza e manejo de resíduos.

Serviços	Alternativas para atendimento
Varrição	<p>1 -Plano de varrição manual que contemple todas as ruas calçadas dos municípios com mão de obra própria.</p> <p>2- Plano de varrição manual que contemple todas as ruas calçadas dos municípios com mão de terceirizada.</p>
Coleta convencional	<p>1 – Plano de Coleta convencional com previsão de universalização do serviço realizado pela prefeitura municipal.</p> <p>2 – Plano de Coleta convencional com previsão de universalização do serviço realizado por empresa terceirizada.</p> <p>3 – Plano de Coleta convencional com previsão de universalização do serviço realizado por empresa terceirizada gerida pelo consórcio público intermunicipal.</p>
Coleta seletiva	<p>1 – Plano de Coleta seletiva com previsão de universalização do serviço de forma gradual realizado pela prefeitura municipal (diretamente ou com terceirização do serviço para empresa privada), com entrega do material coletado para associação/cooperativa de catadores.</p> <p>2 – Plano de Coleta seletiva com previsão de universalização do serviço de forma gradual realizado pelo consórcio público (diretamente ou com terceirização do serviço para empresa privada), com entrega do material coletado para associação/cooperativa de catadores.</p> <p>3 - Plano de Coleta seletiva com previsão de universalização do serviço de forma gradual realizado por associação/cooperativa de catadores de materiais reaproveitáveis, e com entrega do material coletado para associação/cooperativa de catadores.</p>
Transbordo	<p>1 – Adequação da Estação de Transbordo municipal.</p> <p>2 - Conclusão das Estações de Transbordo do Programa ES sem Lixão e encaminhamento dos resíduos coletados para a ET do ES sem Lixão</p>
Transporte	Elaborar plano de transporte com análise da frota e equipe de trabalho e monitoramento de indicadores de qualidade do serviço prestado, como quilometragem e carga transportada por viagem.
Destinação final	<p>1 – Destinar os RSU para aterro sanitário a ser licenciado no próprio município.</p> <p>2 – Destinar os RSU para aterro sanitário a ser licenciado em outro município por meio de consórcio intermunicipal</p> <p>3 – Destinar os RSU para aterro sanitário a ser licenciado por empresa terceirizada.</p>
Compostagem	<p>1 – Projeto de compostagem gradual de RSU úmidos limpos, com coleta diferenciada de geradores específicos como feiras, supermercados, bares e restaurantes, e afins, realizado pela prefeitura municipal (diretamente ou com terceirização do serviço para empresa privada).</p> <p>2 - Projeto de compostagem gradual de RSU úmidos limpos, com coleta diferenciadas de geradores específicos como feiras, supermercados, bares e restaurantes, e afins, realizado pelo consórcio público (diretamente ou com terceirização do serviço para empresa privada).</p>
Inclusão social de catadores	Inclusão social de catadores de materiais recicláveis para a etapa de educação ambiental e sensibilização da população.
Resíduos da Construção Civil (RCC)	<p>1 - Projeto de gerenciamento de RCC com definição dos pequenos e grandes geradores, estruturação da coleta e destinação final dos resíduos gerados pelos pequenos geradores e regulamentando os procedimentos para que o grande gerador realize as etapas de coleta, transporte e destinação final dos RCC gerados.</p> <p>2 - Projeto de gerenciamento de RCC com definição dos pequenos e grandes geradores, estruturação da coleta e destinação final dos resíduos gerados pelos pequenos geradores e regulamentando os procedimentos de cobrança de para o município realizar as etapas de coleta, transporte e destinação final dos RCC gerados pelo grande gerador.</p>

Serviços	Alternativas para atendimento
Resíduos de Serviço de Saúde (RSS)	<p>1 - Projeto de gerenciamento de RSS com definição de regulamentando dos procedimentos para que os geradores realizem as etapas de coleta, transporte e destinação final dos RSS gerados, sendo que o município não irá realizar nenhuma etapa do manejo.</p> <p>2 - Projeto de gerenciamento de RSS com definição de regulamentando dos procedimentos para que os geradores realizem as etapas de coleta, transporte e destinação final dos RSS gerados, podendo o município realizar etapas do manejo dos resíduos definido previamente em regulamento próprio, com cobrança de taxa pública pelo serviço prestado.</p>
Resíduos de responsabilidade dos geradores	<p>1 - Elaborar procedimentos normativos que estabeleçam procedimentos a serem adotados pelos geradores quanto ao manejo dos resíduos, sendo que o município não irá realizar nenhuma etapa do manejo.</p> <p>2 - Elaborar procedimentos normativos que estabeleçam procedimentos a serem adotados pelos geradores quanto ao manejo, podendo o município realizar etapas do manejo dos resíduos definido previamente em regulamento próprio como simulares aos RSU, com cobrança de taxa pública pelo serviço prestado.</p>
Resíduos com logística reversa obrigatória	<p>1 – Elaborar procedimento de fiscalização para avaliar o cumprimento das resoluções CONAMA que estabelecem a obrigatoriedade da logística reversa e;</p> <p>2 – Elaborar procedimentos para participação nos sistemas de logística reversa que serão estabelecidos nos novos acordos setoriais a partir da Lei 12.305/2010.</p>

Fonte: Autoria própria.

10.3 REFERÊNCIAS

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Normas Brasileiras**. Disponível em: www.abnt.org.br/>. Acesso em 08 fev. 2017.

BASSANI, P. D. Caracterização de resíduos sólidos de coleta seletiva em condomínios residenciais: estudo de caso em Vitória – ES. 2011. 187 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília, agosto de 2012.

CAIXA – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Manejo e Gestão dos Resíduos da construção civil. Volume 1: Manula de orientação: Como montar um sistema de manejo e gestão nos municípios, Brasília, 2005.

CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem. **Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento Integrado**. Coordenação: André Vilhena - 3.ed. São Paulo: CEMPRE, 2010.

FUZARO, J.A. & RIBEIRO, L.T. (2007). Coleta seletiva para prefeituras. 5 ed. São Paulo: SMA/CPLEA.

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos** / José Henrique Penido Monteiro [et al.]; coordenação técnica Victor Zular Zveibil. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Resíduos agrossilvopastoris I – Resíduos orgânicos**. Caderno de Diagnóstico. 2011c.

LOREGAZZI, A. Contribuições conceituais para o gerenciamento de resíduos sólidos e ações de educação ambiental. In:

LEAL, A.C. Resíduos Sólidos no Pontal do Paranapanema, Presidente Pudente, São Paulo: Antonio Thomas Junior, 2004. p. 221-244.

Prefeitura Municipal de Nova Aurora. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Prospectiva e Planejamento Estratégico (PPE). 2013. Disponível em < http://novaaurora.pr.gov.br/arq/rel_prospectiva.pdf> Acesso em 15 jan. 2017).

SÃO PAULO. **Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo**. Prefeitura do Município de São Paulo - Comitê Intersecretarial para a Política Municipal de Resíduos Sólidos, 2014, 456 p. Disponível em: < <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/arquivos/PGIRS-2014.pdf>>. Acesso em 27 jul. 2016.

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – 2014**. Brasília: fevereiro de 2016.

11 PROGNÓSTICO DO SISTEMA DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E DRENAGEM URBANA (SDMAPU)

11.1 ESTIMATIVA DAS DEMANDAS POR SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA TODO O PERÍODO DO PMSB

Após o diagnóstico, onde foram levantados os dados referentes a situação atual do saneamento, e neste eixo para a drenagem do Município, realiza-se a etapa de prognóstico, que envolve a projeção para o horizonte temporal do plano com a finalidade de formular estratégias para evidenciar a resolução de problemas futuros, tornando-se base para a proposição das ações e programas corretivos para evolução do sistema de drenagem municipal.

Em se tratando de drenagem urbana, Tucci (1997) ressalta que um dos principais impactos deste eixo do saneamento decorre do aumento das vazões máximas, causadas pelo aumento da capacidade de escoamento das águas pluviais pela sua canalização e escoamento em condutos e pela impermeabilização das superfícies. Ou seja, conforme as cidades vão se urbanizando, os usos do solo urbano tendem a desprotege-lo e impermeabiliza-lo, reduzindo o tempo de concentração, provocando o aumento da vazão de pico.

Visando o prognóstico aplicado nos Planos de Saneamento, Campana e Tucci (1994) desenvolveram uma relação entre densidade habitacional e impermeabilização do solo, com base em dados de Curitiba, Porto Alegre e São Paulo.

Em um segundo momento, Menezes Filho e Tucci (2012) aplicaram uma nova avaliação e obtiveram uma atualização da relação entre área impermeabilizada e densidade populacional para a cidade de Porto Alegre. Neste estudo foram identificados valores superiores de impermeabilização do solo por habitante por hectare, que passaram de 50 m² para 90 m² de área impermeabilizada média por habitante, para ocupações de 50 hab/ha.

Isso se deve em parte pela alteração da densidade habitacional, onde um número menor de pessoas tem ocupado os espaços urbanos densos devido também a diminuição da fertilidade, com a redução do tamanho das famílias, passando a ter

menos pessoas ocupando mais áreas impermeabilizadas (Menezes Filho e Tucci, 2012).

Outro fator deve-se a tendência de que cada pessoa impermeabilize mais áreas para sua habitação, tanto pelo fato de ocuparem áreas cada vez mais periféricas demandando vias de transporte, quanto pela densificação dos centros existentes. O aumento da renda nas cidades, e conseqüente aumento do número de veículos, tem favorecido a sua ocupação nos dois sentidos, além de promover outros usos que demandem áreas impermeáveis (Menezes Filho e Tucci, 2012).

Vale ressaltar aqui que a sensibilidade do senso comum em relação ao desenvolvimento urbano tem aproximando-o da concepção de obras públicas como o asfaltamento das vias e calçamento dos passeios públicos, de forma a impermeabiliza-los, e com a ocupação de lotes, que tem também ocorrido pela impermeabilização destes tanto pelos quintais das casas como pela própria construção das edificações.

Porém recentemente têm-se discutido o planejamento para a ocupação urbana de forma mais sustentável, onde inclui-se como ferramenta este instrumento (o Plano Municipal de Saneamento), que proporcionará em seu resultado final a indicação de medidas e programas para o desenvolvimento da sustentabilidade no Município.

Desta forma, para um prognóstico com horizonte de 20 anos têm-se para o Município de Sooretama que para o cenário médio de crescimento populacional, a estimativa do aumento da área impermeabilizada deverá ser, para cada distrito, o apresentado na Tabela 11-1.

Os dados base para o desenvolvimento do estudo demográfico foram aqueles levantados pelo último censo do IBGE (2010), que teve como dimensões a abrangência para as escalas de distrito, e mais refinada por setor censitário, porém a falta de coerência entre os limites dos setores censitários e dos perímetros urbanos inviabilizou o uso destes setores para esta escala.

Entretanto, os dados utilizados referiram-se apenas à população urbana dos distritos, por serem estas as que causarão impactos na impermeabilização de áreas nos perímetros urbanos.

A Tabela 11-1 encontra-se dividida para os cenários de demanda de ação imediata de até 3 anos, de período curto de 4 a 8 anos, de médio prazo de 9 a 12 anos, e de longo prazo de 13 a 20 anos. Da mesma forma, os incrementos de área impermeável seguem ano a ano em relação ao ano base de desenvolvimento, sendo usado como base para os cálculos o estudo desenvolvido por Menezes Filho e Tucci (2012).

Tabela 11-1 - Expansão da área impermeável por distrito para Sooretama – ES.

Incremento da área impermeável (m²), por distrito no Município de Sooretama, em relação ao ano base	
Intervalo de tempo (anos)	Distrito de Sede
0	-
1	27282,6
2	54995,2
3	83144,5
4	104946,4
5	127010,2
6	149339,2
7	171936,4
8	194805,3
9	210678,8
10	226683,2
11	242819,5
12	259088,8
13	275492,2
14	285347,9
15	295252,1
16	305204,8
17	315206,5
18	325257,2
19	330691,9
20	336127,4

Fonte: Autoria própria.

Dessa forma, o aumento de áreas impermeabilizadas nas regiões urbanas levará ao aumento do escoamento superficial e diminuição do tempo de concentração, com aumento da vazão de pico.

Entretanto, isto ocorrerá apenas para as pequenas bacias de drenagem, uma vez que para bacias hidrográficas maiores, o incremento estimado de áreas impermeabilizadas deverá ser ínfimo em relação a área total da bacia.

O perímetro urbano da Sede do Município, que pela previsão do estudo poderá ter um grande incremento na sua área impermeabilizada, se encontra na área de cabeceira de diversos córregos e rios. Essa região é afetada por situações de inundações recorrentes devido a construções na área de várzea destes córregos e rios. Dessa forma, é importante que as Áreas de Preservação Permanente

(APP), e sobretudo os maciços florestais restantes nas cabeceiras, continuem sendo protegidas e recuperadas.

Sendo assim, visto que a maior parte das perturbações causadas por inundações estão relacionadas a presença de ocupações às margens dos rios, deve o Município intensificar suas ações para a promoção do ordenamento territorial, fazendo-se valer da aplicação de suas leis e diretrizes para a ocupação do solo.

Neste sentido encontra-se o Plano Diretor Urbano, o código de obras, assim como diversas leis de todos os poderes (municipal, estadual e federal), como a Lei federal nº 12.651 de 2012, que dispõe sobre as Áreas de Preservação Permanente (APP), que incluem aquelas às margens dos rios e córregos.

Vale ressaltar a necessidade de que as expansões urbanas deverão ser acompanhadas das respectivas redes de microdrenagem, para atendimento do princípio fundamental IV da Lei 11.445 de 2007, que solicita a disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, bem como a fiscalização e manutenção preventiva das mesmas.

A falta de estudos específicos de dimensionamento e modelagem de escoamento nas Sub-bacias que contemplam trechos urbanos dificultam a avaliação dos reais motivos das ocorrências de inundações e alagamentos para o distrito, recomendando-se a realização dos mesmos.

Sendo assim, o Quadro 11-1 abaixo, apresenta os problemas já existentes em relação a drenagem para o Município, levantados na etapa de diagnóstico deste estudo, e identificando os aspectos prognósticos esperados para os diversos perímetros e comunidades em relação ao levantamento do incremento de área impermeável.

Quadro 11-1 - Aspectos prognósticos para as áreas urbanas de Sooretama.

Distrito	Perímetro Urbano/ Comunidade	Problemas apontados no diagnóstico	Prognóstico
Sede	Sede	Inundação do Córrego d'Água na rua Bicuíba no bairro Sayonara	Permanência de inundação de áreas urbanas consolidadas implantadas na área de várzea do Córrego.
		Inundação no bairro Salvador (UTM 24K 382805 E 7877737 S) e alagamento na parte norte do bairro	Permanência de inundação com moradias ocupando a planície de inundação do córrego Alegre. E continuidade dos alagamentos enquanto não houver instalação de rede de drenagem na região.
		Inundação na ponte BR 101-Sooretama/Linhares	Tendência de agravamento nas inundações se houver a continuidade de implantação de construções que têm causado pressão ocupacional na planície de inundação do Córrego Alegre.
		Inundação no bairro Centro a montante da BR-101	Tendência de continuidade da situação se não houver a adequação da travessia do Córrego d'água sob a BR-101.
		Alagamento nas ruas Miguel Alves, Vitório de Souza, Manassés dos Réis e Vitório Bóbio, em sentido a Prefeitura até a BR-101, escoando para a rede de drenagem da Rodovia, bairro Centro	Continuidade de ocorrência de alagamentos nestes locais se não houver revisão dos sistemas de drenagem. A topografia da região dificulta o escoamento da água.
		Alagamento no Centro e no bairro Sayonara I, ao lado do córrego D'Água	Tendência de permanência na dificuldade de acesso a equipamentos públicos durante os alagamentos, caso não haja uma revisão do sistema de drenagem nestes locais.
	Comunidade de Chumbado	Risco de inundação e solapamento	Tendência de permanência de inundação destas áreas com moradias instaladas a jusante da represa e parte na área de várzea do córrego Chumbado, e possível agravamento se não houver instalação de sistema de drenagem no local.
	Comunidade Juncado	Alagamentos na região plana de baixada	Continuidade de ocorrência de alagamentos na comunidade, uma vez que não há rede de drenagem.
	Comunidade de Comendador Rafael	Inundação, solapamento e alagamento das casas próximas a lagoa.	Tendência de permanência na dificuldade de acesso a equipamentos públicos durante os alagamentos e agravamento das situações de inundação/alagamento caso continuem sendo implantados imóveis às margens da lagoa.

Fonte: Autoria própria.

11.1.1 Estabelecer diretrizes para o controle de escoamentos na fonte

O controle do escoamento na fonte corresponde a procedimentos que buscam evitar ou minimizar a ampliação da cheia natural das bacias hidrográficas, devido aos seus usuários.

Nos núcleos urbanizados temos o 'usuário urbano' que é configurado como: lotes residenciais, lotes ocupados por empresas, empreendimentos com grandes extensões e áreas públicas.

Para estes casos, as metodologias de controle do escoamento na fonte estão orientadas em duas concepções principais:

- Utilizar dispositivos para aumentar a infiltração na fonte, ou seja, na área do usuário urbano;
- Reservar dentro da área do usuário urbano a parcela de volume de escoamento superficial gerada devido à sua instalação na bacia. Este volume é estimado pela diferença entre o volume de escoamento gerado em condições de ocupação urbana e o volume de escoamento para condições de pré-urbanização.

A abrangência e tipo de procedimento de controle a ser empregado são definidos em função da atenuação necessária ao hidrograma de cheia de cada bacia hidrográfica urbana, que é dimensionada em função das características de cobertura do solo, da capacidade da rede de drenagem existente e projetada, e também do tamanho da área impermeabilizada do lote.

Com o objetivo de aperfeiçoamento do sistema de drenagem da região podem ser propostas algumas medidas não estruturais ligadas ao uso e ocupação do solo na região, medidas de controle ambiental, de controle da drenagem urbana, entre outras.

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Sooretama (Lei nº 658/2012) em seu anexo 7, a fim de garantir a permeabilidade do solo, estabelece a taxa de permeabilidade mínima (TP) de 10%. Essa taxa expressa a relação entre a área do lote sem pavimentação impermeável e sem construção no subsolo, e a área total do lote.

Como medida de controle ambiental recomenda-se que todos os maciços florestais existentes na bacia de análise se tornem áreas de proteção permanente

e, conseqüentemente, preservados. Além disso, também se recomenda a recuperação de áreas desmatadas, sobretudo aquelas definidas pela Lei 12.651 de 2012 como APP.

Entretanto para casos de preservação, além da aplicação da legislação, é importante que o poder público ofereça incentivos aos proprietários onde esses maciços ocorrem e são necessários. Uma das formas de promovê-la é através de programas como o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), estabelecido pela Lei Estadual nº 9.864, de 26 de junho de 2012.

O PSA deve ser aplicado para as regiões de relevante interesse no Município, incentivando a preservação dos maciços florestais existentes e a criação de novos, concentrando-se principalmente nas áreas a montante dos perímetros urbanos onde há problemas identificados de alagamentos, enxurradas e inundações.

Além disso, como medida de controle da drenagem urbana pode-se citar diretrizes para o uso de pavimentos permeáveis nas vias e de outros dispositivos que auxiliem a infiltração controlada da água no solo. Algumas dessas medidas são definidas pelo Ministério das Cidades, e estas encontram-se destacadas no Quadro 11-2 abaixo.

Quadro 11-2 - Tipos de dispositivos para ampliar a infiltração na fonte.

Dispositivo	Características	Vantagens	Desvantagens
Planos e valos de infiltração com drenagem	Gramados, áreas com seixos ou outro material que permita a infiltração natural	Permite infiltração de parte da água para o subsolo	Planos com declividade > 0,1 % não devem ser usados; o material sólido para a área de infiltração pode reduzir sua capacidade de infiltração
Planos e valos de infiltração sem drenagem	Gramado, áreas com seixos ou outro material que permita a infiltração natural	Permite infiltração da água para o subsolo	O acúmulo de água no plano durante o período chuvoso não permite trânsito sobre a área. Planos com declividade que permita escoamento
Pavimentos permeáveis	Concreto, asfalto ou bloco vazado com alta capacidade de infiltração	Permite infiltração da água	Não deve ser usado para ruas com tráfego intenso e/ou de carga pesada, pois a sua eficiência pode diminuir
Poços de infiltração, trincheiras de infiltração e bacias de percolação	Volume gerado no interior do solo que permite armazenar a água e infiltrar	Redução do escoamento superficial e amortecimento em função do armazenamento	Pode reduzir a eficiência ao longo do tempo, dependendo da quantidade de material sólido que drena para a área

Fonte: Tucci (2005).

Para o meio rural, as medidas de controle do escoamento na fonte passam desde o uso de técnicas de cultivo voltadas a preservação do solo e da água dentro das propriedades rurais, à reestruturação das estradas vicinais com a construção e manutenção de caixas secas, ao recobrimento de taludes de corte e aterro para que se evitem erosões e prejuízos futuros. Estas medidas são detalhadas no tópico 11.1.3 deste estudo.

11.1.2 Indicar, no mapa básico, o traçado das principais avenidas sanitárias

O escoamento superficial é influenciado por fatores naturais ou por intervenções urbanas, sendo o principal fator natural o relevo e a cobertura do solo, e as intervenções urbanas as obras de micro e macrodrenagem.

Nos eventos hidrológicos extremos, é comum a carga pluvial exceder a capacidade de escoamento das calhas naturais dos vales, vindo a ocupar os leitos naturais de inundação dos rios, que por vezes apresentam ocupação antrópica. Neste contexto, medidas estruturais e não estruturais podem ser tomadas no intuito de prevenir ou mitigar os problemas identificados de alagamentos e inundações que trazem prejuízos ao ambiente urbano.

Na drenagem das águas pluviais, Chernicharo e Costa (1995) citam a existência de três tipos de definição para os fundos de vale da macrodrenagem urbana: canais fechados, canais abertos e leito preservado, onde, a concepção de leito preservado preceitua uma menor intervenção nos cursos d'água, evitando o emprego de soluções estruturais e se destacando como solução mais indicada sempre que possível.

A ocupação dos fundos de vale, acompanhada da retirada de mata ciliar e impermeabilização do solo nas zonas urbanas destacam-se como a origem das principais alterações que interferem no escoamento superficial das águas pluviais, conduzindo a bacia hidrográfica às seguintes consequências.

- Enchentes Urbanas;
- Movimentações de massa/deslizamentos;
- Contaminação dos mananciais.

Neste sentido é estabelecido o conceito de avenidas sanitárias, como “sistemas viários localizados em fundos de vale aos quais se associam diferentes redes de distribuição de serviços urbanos”, sendo serviços urbanos aqueles como os de abastecimento de água, coleta de resíduos, coleta de esgoto, redes de distribuição de energia elétrica, redes de comunicação, entre outros (Nascimento et al., 2006).

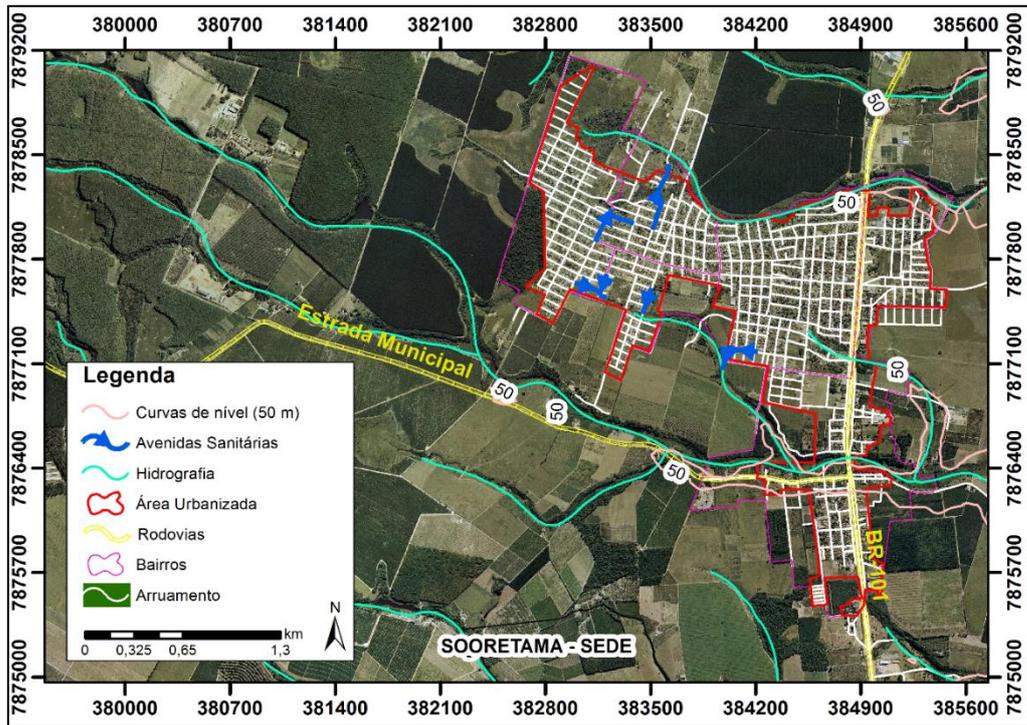
Este conceito foi aplicado por muito tempo na urbanização das principais cidades brasileiras, onde era defendido a ideia de que os cursos d’água teriam a relevante utilidade de destinar a jusante, eliminando o esgotamento sanitário e drenagens, por vezes canalizados, exercendo um “tratamento sanitário” ideal. Metodologia esta contestada nos tempos atuais, que buscam o planejamento das cidades de forma a conviver sustentavelmente com o meio, inclusive incentivando movimentos de descanalização e recuperação dos rios (Bontempo, 2012).

Tanto quanto menciona Vasconcelos e Yamaki (2003), em que a preservação dos fundos de vale é uma solução herdada da natureza e que melhor se apresenta para ajustar ambientalmente a dinâmica da bacia hidrográfica, uma vez que eles contribuem para o equilíbrio do ecossistema, além de servirem como local de referência e também de drenagem para as águas das chuvas.

Visando estabelecer diretrizes para a proteção da vegetação nativa, do solo e dos cursos d’água incluindo os de fundo de vale, o Código Florestal Brasileiro foi atualizado (Lei nº 12.651/12), e no art. 4º, parágrafo I estabelece que em zonas rurais ou urbanas as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, excluído os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular deva obedecer a uma largura mínima de 30 metros, pois estas são consideradas áreas de preservação permanente (APP). A fixação do valor de trinta metros não foi arbitrária, pois a área protegida de maneira permanente além de assegurar a integridade humana, assume funções de preservação da biodiversidade, dos recursos hídricos, do solo e da estabilidade geológica.

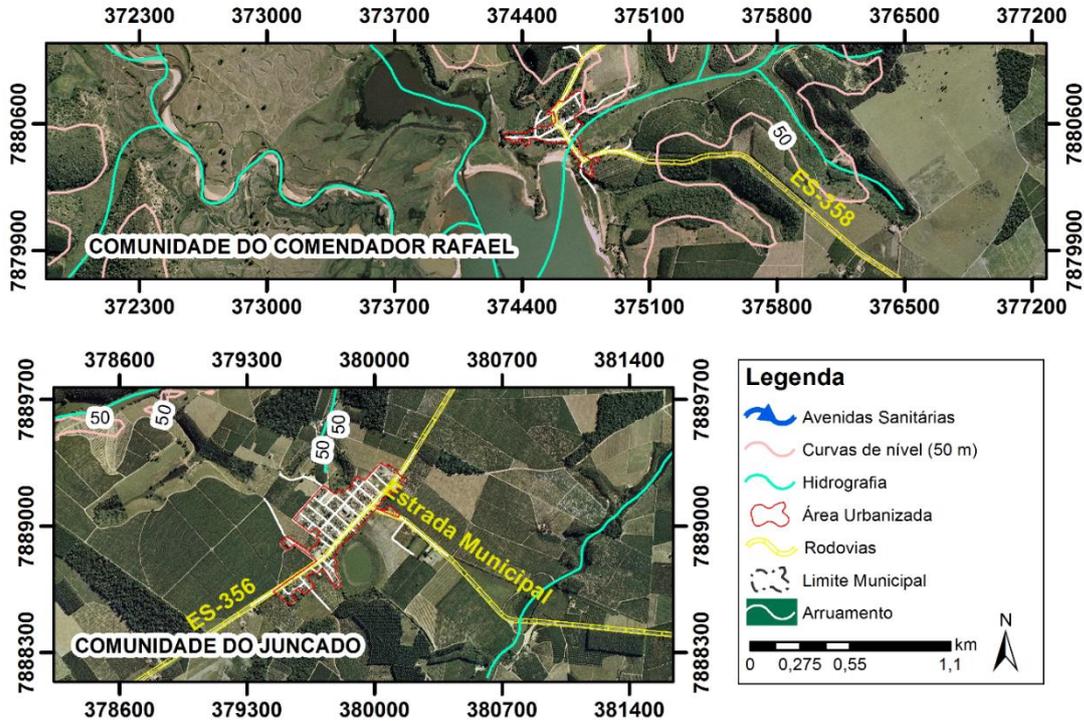
O Município de Sooretama em seu Art. 298 da lei complementar nº 658 de 2012, Plano Diretor Municipal, identifica a Zona de Interesse Ambiental (ZIA), como aquelas áreas públicas ou privadas destinadas à proteção do meio ambiente, respeitadas as diretrizes do Código Florestal Brasileiro e demais legislações estaduais e municipais de proteção ambiental.

Figura 11-1 - Principais Avenidas Sanitárias para o perímetro urbano da Sede.



Fonte: Autoria própria.

Figura 11-2 - Principais Avenidas sanitárias para as áreas urbanas das Comunidades de Comendador Rafael e Juncado.



Fonte: Autoria própria.

Nas Figuras 11-1 e 11-2 observam-se as principais avenidas sanitárias, identificadas neste plano como as vias que o relevo escoar a maior parte das águas

pluviais, ou seja, o próprio curso d'água, e pelas obras de macrodrenagem, quando possíveis de identificação, uma vez que o Município não possui o cadastramento de sua rede de drenagem. Também são apontados as curvas de nível e o sentido do escoamento.

11.1.3 Elaborar proposta de medidas mitigadoras para os principais impactos identificados

11.1.3.1 Medidas mitigadoras para contenção de erosões e assoreamento

Assoreamento é o processo de deposição de sedimentos detríticos, restabelecendo contato com o fundo do leito devido à gravidade. Nesse processo age a resistência do meio fluido, que freia as partículas levando-as para o fundo, principalmente devido à turbulência. A sedimentação é um processo natural ocasionada por erosão de partículas e seu posterior transporte (TUCCI, 1998).

Porém, fatores antrópicos aceleram tal processo, o que causa efeitos negativos para o Meio Ambiente. Segundo Geotécnica (2007), no local de ocorrências de erosão, o solo se torna pobre em nutrientes, o ar ou curso d'água ficam poluídos e ocorre o assoreamento dos rios e reservatórios.

As inúmeras atividades relacionadas com o uso e ocupação do solo, como desmatamento, pecuária, agricultura, mineração, urbanização, entre outros, tem como consequências o assoreamento.

Segundo Magalhães (2001), a densidade e velocidade do escoamento, a espessura da lâmina de água, a declividade e comprimento da vertente e a presença de vegetação, são parâmetros dos quais o poder erosivo da água dependem. O tipo de vegetação e a extensão da área vegetada pode intensificar o processo.

O assoreamento em rios reduz o volume de água de algumas partes do curso d'água e conseqüentemente provoca o alagamento de outras, além de comprometer o fluxo das correntes e a navegabilidade do rio, também altera a visibilidade e a entrada de luz, e, ainda, reduz a renovação do oxigênio da água,

sendo prejudicial a qualidade da mesma, acarretando um desequilíbrio dos ecossistemas.

Segundo Carvalho (2000), são fatores que contribuem para a erosão e transporte dos sedimentos em rios, gerando assoreamento:

- Quantidade e intensidade das chuvas;
- Tipo de solo e formação geológica;
- Cobertura e uso do solo;
- Topografia;
- Erosão das terras;
- Escoamento superficial;
- Característica dos sedimentos;
- Condições morfológicas do canal.

O controle dos processos erosivos envolve: evitar o impacto das gotas de chuva; disciplinar o escoamento superficial seja ele difuso ou, em especial, concentrado e; facilitar a infiltração de água no solo.

Em áreas agrícolas, para se ter um aumento da cobertura do solo, aumento das taxas de infiltração de água no solo e redução do escoamento superficial, é aconselhável práticas como:

- Plantio em nível - técnica de plantio em fileiras perpendiculares ao sentido do declive.
- Controle de capinas - substituição de capina por roçada ou capina química resultam na manutenção de plantas vivas e/ou restos culturais na superfície do solo.
- Lançamento de resíduos - prática de adicionar resíduos de criatórios como esterco de bovinos, equinos e cama de frango, e resíduos vegetais como casca de café, resíduos de podas e palhada de milho na superfície do solo.
- Terraceamento - parcelamento de rampas niveladas

- Cordões de contorno - são constituídos de um canal (sulco) e um camalhão, feitos em curva de nível e distanciados de acordo com a declividade do terreno e a textura do solo.
- Cultivo mínimo: preparo mínimo do solo.
- Implantação de florestas comerciais com espécies adaptadas à região e a implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) e silvopastoris.

Para áreas de pastagens, são também necessárias práticas de manejo conservacionistas, a fim de evitar o assoreamento, pode-se citar:

- Melhoria das condições químicas do solo - adequar o pH e teores de nutrientes do solo às exigências da gramínea implantada. Isso aumenta a capacidade de lotação e a cobertura do solo.
- Adequação da taxa de lotação - manter um número de animais que seja compatível com a produção de massa verde da área.
- Escolha de espécies - Devem ser adaptadas as condições de manejo, tipo de solo e clima.

Nas estradas, no intuito de melhorar as condições de trafegabilidade, e para a redução da velocidade de escoamento superficial de forma eficiente e para a ampliação das taxas de infiltração e conseqüente redução do escoamento superficial e erosão, recomendam-se estruturas como caixas secas e bacias de contenção, instaladas às margens de rodovias pavimentadas ou vicinais. Além disso, recomendam-se medidas como recobrimento de áreas não transitáveis com espécies herbáceas, principalmente gramíneas e recobrimento de taludes de corte e aterro. Dois programas específicos são sugeridos, a serem criados, ou aperfeiçoados caso o Município já possua similares.

a) Programa de implantação de caixas secas nas estradas vicinais:

Caixas secas são reservatórios escavados, que devem ser implantados às margens de estradas rurais, com a finalidade de captar a água da chuva, de forma a armazená-la temporariamente permitindo que se infiltre gradativamente no solo. Tal mecanismo, além de auxiliar no combate a erosão e conseqüente

assoreamento dos rios, permite a conservação das estradas rurais e a alimentação de aquíferos subterrâneos.

Para definição dos locais mais eficientes para a implantação das mesmas, deve-se avaliar a declividade da estrada e o tamanho da área que escoar para a estrada.

Figura 11-3 – Exemplo de caixa seca implantada em estrada vicinal.

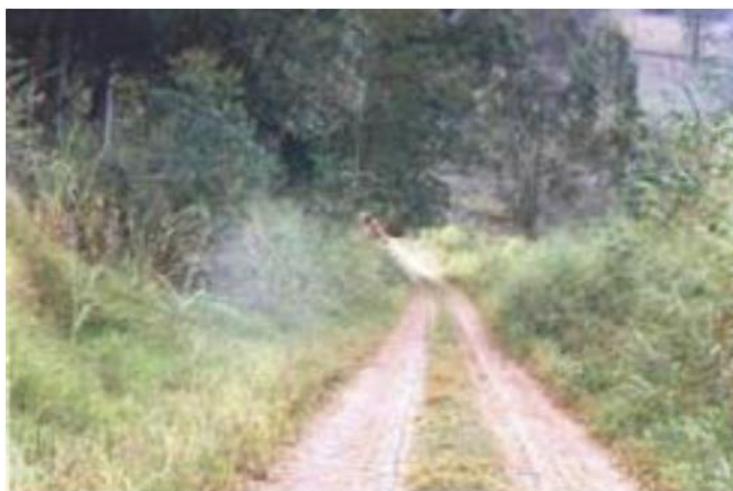


Fonte: Zemlya e Avantec (2013).

b) Programa de recobrimento de taludes

Os taludes de corte e aterro, assim como as áreas não transitáveis nas margens das estradas, devem ter seu uso do solo realizado por recobrimento, com espécies herbáceas e de preferência nativas, principalmente gramíneas, para que se potencialize a retenção e infiltração das precipitações no solo.

Figura 11-4 – Taludes de corte e aterro e áreas não transitáveis recoberto com espécies herbáceas em estrada vicinal.



Fonte: Zemlya e Avantec (2013).

11.1.3.2 Medidas mitigadoras gerenciais

Práticas de gestão eficiente da drenagem urbana são capazes de garantir o correto funcionamento da rede instalada, além de aumentar a sua vida útil, garantindo a minimização dos prejuízos durante os grandes eventos pluviométricos.

As medidas gerenciais são não estruturais, de baixo custo, e podem ser tomadas em caráter imediato, sendo capazes de trazer um retorno considerável em um curto período de tempo.

Uma delas, que diz respeito a manutenção do sistema de drenagem, é fundamental para permitir a efetividade de obras ao longo do tempo. Os problemas mais comuns observados nos sistemas de drenagem instalados são o assoreamento, o acúmulo de resíduos sólidos e o crescimento de vegetação. Além disso, as estruturas de drenagem devem estar aptas a receber, conduzir e armazenar as águas pluviais a qualquer momento, reduzindo o risco de inundações.

Por isso, as manutenções devem ser periódicas e executadas tanto em períodos secos como chuvosos, mesmo que com uma frequência diferenciada (SÃO PAULO, 2012). Como exemplo a execução da limpeza e desobstrução das bocas de lobo, dentre outros acessórios da rede, de forma periódica e programada, é capaz de minimizar os possíveis transtornos causados a população durante precipitações mais intensas.

As manutenções deverão ser mantidas em registro pela Secretaria Municipal responsável, para que haja o controle das limpezas e dragagens realizadas.

Para tanto, deverá ocorrer a designação de um profissional responsável para a gestão do eixo drenagem dentro da Prefeitura, a fim de organizar e alimentar um banco de dados, além de coordenar e gerir com planejamento as ações de drenagem urbana no Município, bem como o desenvolvimento de toda e qualquer questão relativa ao tema, assim como para o acompanhamento da aplicação das metas e programas propostos por este plano.

Da mesma forma deverá ocorrer a formulação de um fluxograma que tenha as diretrizes básicas de atendimento aos principais problemas apresentados pela

rede de drenagem. Esta medida visa caracterizar as ações de forma padrão, aumentando a efetividade e rapidez das respostas, quando as manutenções preventivas não foram suficientes para evitar algumas ocorrências. O Quadro 11-3 apresenta um exemplo das ações de manutenção a serem realizadas para as situações que ocorrem nas redes de drenagem.

Quadro 11-3 – Exemplo de respostas gerenciais a ocorrências com a rede de drenagem.

Ocorrência de situações na rede de drenagem	Ações de resposta
Inexistência ou ineficiência da rede de drenagem urbana.	- Verificar o uso do solo previsto para região em busca de desacordos com a legislação. - Comunicar a Secretaria de Obras e Serviços Públicos a necessidade de ampliação ou correção da rede de drenagem.
Presença de esgoto ou lixo nas galerias de águas pluviais	- Comunicar ao setor de fiscalização sobre a presença do lixo e esgoto. - Buscar expandir o trabalho de conscientização da população;
Presença de materiais de grande porte, como carcaças de eletrodomésticos, móveis ou pedras.	- Comunicar a Secretaria de Obras e Serviços Públicos sobre a ocorrência. - Buscar aumentar o trabalho de conscientização da população;
Assoreamento de bocas de lobo, bueiros e canais.	- Comunicar a Secretaria de Obras e Meio Ambiente sobre a ocorrência. - Verificar se as manutenções periódicas têm ocorrido;
Situações de alagamento, problemas relacionados à microdrenagem.	- Verificar se as manutenções periódicas têm ocorrido; - Acionar a autoridade de trânsito para que sejam traçadas rotas alternativas a fim de evitar o agravamento do problema. - Propor soluções para resolução do problema, com a participação da população e informando a mesma sobre a importância de se preservar o sistema de drenagem.

Fonte: Adaptado de B&B Engenharia Ltda (2014).

O Quadro 11-4 ressalta as medidas mitigadoras a serem implementadas de forma imediata.

Quadro 11-4 - Medidas mitigadoras a serem implementadas no sistema de drenagem e suas prioridades no Município.

Demandas	Dimensão da demanda	Prioridade
Manutenção dos cursos d'água de forma planejada	Limpeza do caminhamento urbano, com retirada de material assoreado e vegetação invasora do Curso d'água.	Imediata
Manutenção do sistema de macrodrenagem urbana de forma planejada	Desobstrução do sistema de macrodrenagem assoreado na Sede e distritos. Não há informação da extensão total das redes de macrodrenagem.	Imediata
Manutenção da rede de microdrenagem de forma planejada	Limpeza (principalmente das bocas de lobo) e reparos no sistema de drenagem.	Imediata
Crescimento sustentável das áreas urbanas	Fiscalização e ordenamento das construções urbanas	Imediata

Fonte: Autoria própria.

Um aspecto que merece destaque é o plano de ordenamento das áreas as margens dos cursos d'água urbanos. Nas áreas ribeirinhas os processos de inundações são naturais, em que resultam da flutuação dos rios durante os períodos secos e chuvosos, ou seja, os rios geralmente possuem dois leitos: o leito menor, onde a água escoar na maior parte do tempo; e o leito maior, que é inundado quando ocorrem chuvas intensas.

O impacto devido à inundação ocorre quando a população ocupa o leito maior do rio. As ocupações nestas regiões sofrem as consequências destas oscilações naturais dos cursos hídricos, e que passa a provocar grandes prejuízos econômicos e sociais.

Desta forma, ressalta-se aqui a necessidade imediata do Município em motivar o ordenamento legal e institucional do uso e ocupação do solo de suas áreas, principalmente urbanas, promovendo uma ocupação planejada e sustentável.

Todas estas medidas imediatas supracitadas também possuem caráter contínuo, ou seja, são medidas de gestão que devem ser realizadas continuamente dentro de um ambiente planejado, e que tenham a capacidade de se aperfeiçoarem com as experiências adquiridas ao longo dos anos.

11.2 ALTERNATIVAS PARA O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS

Os serviços públicos de manejo das águas pluviais urbanas são constituídos por uma ou mais das seguintes atividades, segundo a Lei Federal 11.445 de 2007: drenagem urbana; transporte de águas pluviais urbanas; detenção ou retenção de águas pluviais urbanas para amortecimento de vazões de cheias; e tratamento e disposição final de águas pluviais urbanas.

Para que o Município possa atuar na prestação deste serviço em toda a área municipal é preciso conhecer o sistema existente de drenagem pluvial, delimitar as bacias contribuintes para cada trecho e estimar as vazões de escoamento superficial de águas pluviais, para a partir destes dados, estabelecer as melhorias necessárias.

Assim, têm-se como alternativa de atendimento à comunidade:

- A aquisição de cadastro do sistema de drenagem e informação planialtimétrica que possibilite a demarcação das sub-bacias urbanas para todo o Município;

- Elaboração de Plano Diretor de Águas Pluviais para as regiões ainda não contempladas, contendo minimamente:

- Modelagem hidrológica e dimensionamento hidráulico da macrodrenagem das sub-bacias urbanas;

- Indicações de medidas estruturais e não estruturais para otimizar o sistema de drenagem e manejo de águas pluviais, em função dos problemas identificados durante o diagnóstico do Plano Municipal de Saneamento - Eixo Drenagem;

- Elaboração de um cronograma de implantação destas alternativas.

Ainda, com base nas medidas mitigadoras têm-se ações estruturais e não estruturais elencadas como alternativas ao atendimento das demandas da drenagem pluvial, para os distritos e Sede do Município, com o intuito de mitigar os impactos existentes identificados.

Conforme Tucci (2005), as medidas estruturais são obras de engenharia implementadas para reduzir o risco de enchentes. Essas medidas podem ser extensivas ou intensivas. Entende-se por medidas extensivas aquelas que agem na bacia, procurando modificar as relações entre precipitação e vazão, como a alteração da cobertura vegetal do solo, que reduz e retarda os picos de enchente e controla a erosão da bacia. As medidas intensivas são aquelas que agem no curso d'água e podem acelerar ou retardar o escoamento ou facilitar o desvio do escoamento.

As medidas não estruturais correspondem às ações que visam diminuir os danos das inundações não por meio de obra, mas por meio de normas, leis, regulamentos e ações educacionais. Em geral, essas medidas são classificadas em: (i) medidas de gestão (planejamento e plano de ação de emergência); (ii) medidas de uso e ocupação do solo (legislação e infraestrutura verde) e (iii) educação ambiental.

Desta forma, como medidas de alternativas ao atendimento das demandas é proposto a realização do cadastramento qualitativo da rede de drenagem, ou seja,

do levantamento das dimensões e direções de escoamento das tubulações de drenagem do Município até certo diâmetro, que serão utilizados na gestão mais sólida e técnica do sistema.

O cadastramento qualitativo da rede de drenagem, por sua vez, é uma demanda complementar e básica a necessidade maior que o Município possui de aumentar a eficiência na sua gestão deste eixo do saneamento.

Uma gestão eficiente deve ser capaz de planejar manutenções preventivas, agilidade nos reparos quando necessários, e ações de promoção da educação ambiental da população para redução do lançamento indevido de lixos ou ligação de esgoto na rede de drenagem, além de aproximar a mesma da Prefeitura, para auxiliar no levantamento de demandas de adequação das redes.

Dentro destas medidas gerenciais, é inserido a necessidade de se definir um funcionário público específico para a gestão da drenagem, bem como pela responsabilidade de compor, manter e aperfeiçoar um banco de dados com informações sobre as manutenções realizadas, problemas levantados pela população, ocorrência de alagamentos e inundações por chuvas com período de retorno, dentre outras ações.

Paralelamente o trabalho de fiscalização da Prefeitura quanto ao uso e ocupação do solo deve ser reforçado, de forma a impedir ocupações nas margens dos rios e córregos, que são consideradas áreas de APP e devem ser preservadas conforme legislação federal. Também devem ser intensificadas as fiscalizações referentes a compatibilização de uso do solo com o PDM, atendimento da TP mínima exigida por este, e de se buscar extinguir as ligações indevidas de lançamento de esgoto na rede de drenagem.

Assim sendo, o Quadro 11-5 abaixo apresenta as alternativas (estruturais e não estruturais), de necessidades qualitativas demandadas para o Município em face a se atender as questões de drenagem que permanecerão e tenderão a evoluir ou surgir conforme a evolução das demandas, para os diferentes períodos do plano.

Quadro 11-5 - Necessidade de serviços públicos com as metas.

Necessidade	Metas (curto, médio e longo prazo)
Ordenar o uso do solo, por fiscalização, a fim de se evitar a ocupação com construções em locais indevidos e de risco (respeitar as APP)	Imediato
Designar a responsabilidade da gestão da drenagem urbana a um servidor para planejamento específico	Imediato
Promover a manutenção planejada da rede de drenagem, e manter um banco de dados atualizado	Imediato
Realizar o cadastro qualitativo da rede de drenagem	Curto
Desenvolvimento de um PDAP para o Município	Longo

Fonte: Autoria própria.

11.3 REFERÊNCIAS

- AGERH - Agência Estadual de Recursos Hídricos. **Comitê de Bacias Hidrográficas**. Disponível em: <<http://agerh.es.gov.br/documentos-dos-comites>>. Acessado em 3,5 e 8 de ago. 2016.
- B&B Engenharia Ltda. **Prognósticos e Alternativas para a Universalização dos Serviços de Saneamento Básico**. Objetivo e Metas: Várzea Paulista. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://gove.varzeapaulista.sp.gov.br/include/concursos_publicos/pdfs/ou_146_844.pdf>. Acesso em: 13/02/2017.
- BONTEMPO, V. L.; OLIVIER, C.; MOREIRA, C. W. S.; OLIVEIRA, G. **Gestão das águas urbanas em Belo Horizonte: avanços e retrocessos**. Rega – Revista de Gestão de Água da América Latina. Vol. 9, n. 1, p. 5-16, 2012.
- BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 de outubro de 2015
- BRASIL. Lei Nº 11.445, de 5 de Janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 08 de novembro de 2016.
- CAMPANA, N.A; TUCCI, C. E. M. Estimativa de área impermeável de macro-bacias urbanas. RBE, **Caderno de Recursos Hídricos**. Vol.2, n.2. 1994.
- CARVALHO, N. O; FILIZOLA Jr., SANTOS, P. M. C; LIMA, J. E. F. W. **Guia de avaliação de assoreamento de reservatórios**. Brasília. ANEEL, 185p. 2000.
- CHERNICHARO, C. A. de L. e COSTA, A. M. L. M. da. **Drenagem Pluvial**. In: **Manual de Saneamento e Proteção Ambiental Para os Municípios**. Vol. 2 – Saneamento. Escola de Engenharia da UFMG. 1995.
- ESPÍRITO SANTO. Lei Estadual nº 9.864, de 26 de junho de 2012. **Dispõe sobre a reformulação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais**. Disponível em: <<http://www.al.es.gov.br>>. Acesso em: 06 de novembro de 2016.
- GEOTÉCNICA. **Cartilha Erosão**. 3. ed. Brasília: José Camapum de Carvalho e Noris Costa Diniz, 2007. 34 p. Disponível em: <http://www.geotecnia.unb.br/downloads/publicacoes/cartilhas/cartilha_erosao_2007.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- MAGALHÃES, R. C. Erosão: Definições, tipos e formas de controle. **VII Simpósio Nacional de Controle de Erosão**: Goiânia. p. 2. 2001.
- MENEZES FILHO, F. C. M. de; TUCCI, C. E. M. Alteração na redação entre densidade habitacional x área impermeável: Porto Alegre – RS. **Revista de Gestão de Água da América Latina** - REGA. Vol. 9, n. 1, p. 49-55. 2012.
- NASCIMENTO, N. et al., 2006: **Long term uncertainties and potential risks to urban waters in Belo Horizonte**. SWITCH Project. First SWITCH Scientific Meeting, University of Birmingham, UK, 9-10 Jan 2006. Disponível em http://www.switchurbanwater.eu/outputs/pdfs/CBEL_PAP_Uncertainties_and_risks_to_urban_waters_BH.pdf. Acessado em 15 de outubro de 2016.
- PDM – Plano Diretor Municipal. **Lei Complementar nº 658/2012 – Desenvolvimento Municipal de Sooretama e Institui o Plano Diretor Municipal, e dá outras providências** – Prefeitura Municipal de Sooretama - ES. 2012.
- PREFEITURA DE SOORETAMA. **Lei nº 281 de dezembro de 2001 – Cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) do Município de Sooretama-ES e dá outras providências**.
- SÃO PAULO. **Manual de drenagem e manejo de águas pluviais: gerenciamento do sistema de drenagem urbana**. São Paulo: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, p.168, 2012.
- TUCCI, C. E. M. Plano Diretor de Drenagem Urbana: princípios e concepção. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos** – RBRH. Vol. 2, n. 2. 1997.
- TUCCI, C. E. M. **Gestão de Águas Pluviais Urbanas**. Ed. Rosana Lobo, Porto Alegre, RS, p. 194, 2005.
- TUCCI, C.E.M.. **Modelos Hidrológicos**. Edit. UFRGS ABRH 652 p, 1998.
- VASCONCELOS, G. B.; YAMAKI, H. T. **Plano inicial de Londrina e sua relação com as águas**. In: CARVALHO, M. S. de (org.). Geografia, meio ambiente e desenvolvimento. Londrina: UEL, 2003.

12 CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS E EVOLUÇÃO – PROSPECTIVA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – PPE

12.1 NOTAS METODOLÓGICAS

Após todos os estudos que envolveram o diagnóstico e possibilitaram conclusões e inferências acerca dos quatro eixos do saneamento básico municipal bem como do processo de mobilização social, a etapa final de elaboração desse Prognóstico refere-se à construção dos cenários prospectivos. Para tanto, adotou-se a mesma base metodológica admitida na Elaboração do Plansab (BRASIL, 2015), em que pese de forma especial a utilização da Prospectiva Estratégica (GODET, 1994; GODET, 2006; GODET *et al.* 2004; GODET e DURANCE, 2007) para a elaboração dos cenários, com vistas à viabilização e efetivação dos objetivos estratégicos. A metodologia adaptada foi utilizada com êxito na elaboração dos Planos Municipais do Condoeste, sendo realizados alguns breves ajustes, adaptações e melhorias no presente estudo.

A prospectiva estratégica “entende que a complexidade dos problemas do cotidiano faz com que a elaboração de um plano exija a utilização de métodos tão rigorosos quanto participativos” (SILVEIRA, HELLER, REZENDE, 2013). Por essa razão, foram consideradas rigorosamente, mesmo com a necessidade de sumarização, todas as informações detalhadas pelas equipes técnicas, incluindo com destaque as conclusões retiradas dos relatórios de mobilização social.

Após a elaboração dos diagnósticos, foram percorridas as seguintes etapas, quais sejam:

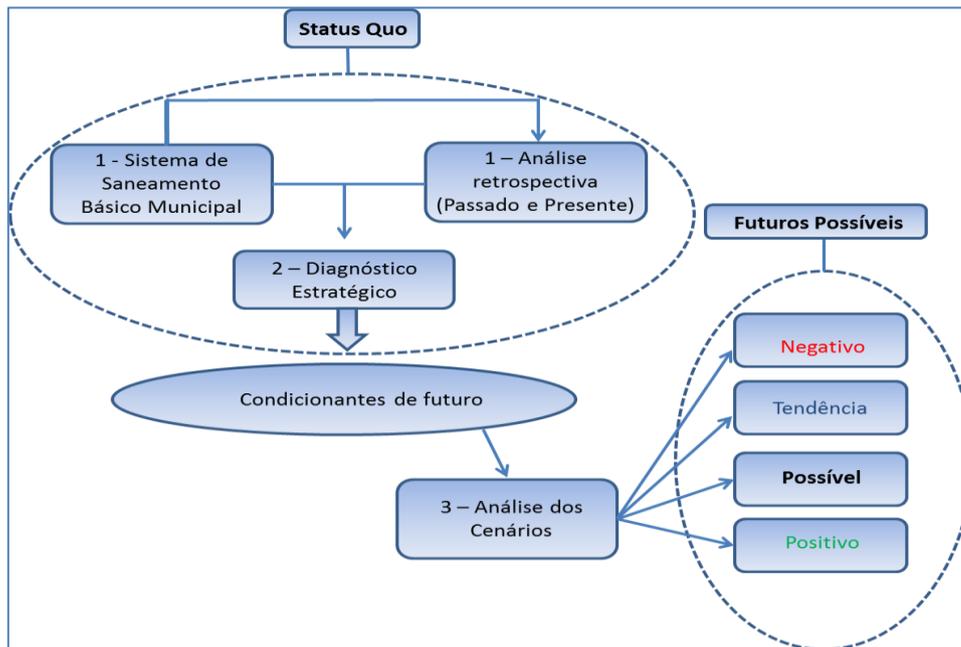
- a) Sistematização dos diagnósticos separadamente para cada eixo que compõe o saneamento básico, identificando dentro de determinadas categorias os problemas, os desafios, os avanços e as oportunidades. As categorias consideradas foram: Meio ambiente; Socioeconômica; Operacional; Atendimento ao Usuário; Finanças e Institucional. As informações fornecidas pelos usuários também foram consideradas como importante insumo dessa sistematização. Assim, tem-se nessa etapa a situação atual encontrada no município;
- b) Identificação de eventos caracterizados como direcionadores de futuro, ou seja, processos planejados ou em curso que podem interferir diretamente na economia local, nas finanças municipais, nos processos migratórios, nos usos e

ocupação do solo, entre outros. O objetivo é avaliar em que medida os direcionadores de futuro podem interferir no cotidiano do município e, eventualmente ou sistematicamente, impactar o Sistema de Saneamento Básico. Vale ressaltar que o *status quo* do saneamento básico no município por si só pode condicionar seu futuro, porém, buscou-se ir além das informações do sistema, já que diversos eventos, inclusive os alheios atualmente ao município, podem exercer impactos importantes no futuro. Por esse motivo, buscou-se reunir de forma sistemática informações estratégicas que possam impactar diretamente o município. Por meio disso será possível determinar algumas tendências e propor ações para potencializá-las ou mitigá-las; e

c) Descrição dos cenários prospectivos para o saneamento básico do Município, a fim de apresentar os futuros possíveis para os próximos 20 anos. A metodologia envolveu a construção de quatro cenários futuros, quais sejam: Negativo; Tendência (a partir da continuidade do que se tem no presente); Possível; e o Positivo (desejável). A possibilidade de ocorrência desses cenários está contingenciada por fatores sociais, políticos, econômicos, legais e ambientais complexos e dinâmicos. É mister lembrar que a efetivação de um ou outro cenário se dará conforme o Sistema de Saneamento seja operado nos próximos anos. Para cada um desses cenários também foram consideradas as seguintes categorias: Meio Ambiente; Socioeconômica; Operacional; Atendimento ao Usuário; Finanças e Institucional, respeitando as categorias sistematizadas.

A representação conceitual e esquemática do processo que envolveu a construção dos cenários está consolidada na Figura 15-1 apresentada a seguir.

Figura 12-1 - Esquema Metodológico para de Elaboração dos Cenários Prospectivos.



Fonte: Autoria própria.

Cabe pontuar que “o propósito dos cenários exploratórios é identificar o sentido em que caminha o ambiente, fornecendo suporte para a tomada de decisão no presente, em face dos futuros possíveis” (FRANCO, 2007, p. 12). Nesse estudo, o cenário Negativo representa a materialização concomitante de todos os componentes negativos apurados ao longo do diagnóstico, inclusive a partir das queixas dos usuários. Trata-se de uma situação com a qual se deseja romper completamente. Esse é o tipo de cenário que Franco (2007) caracteriza como Projetivo, em que haveria uma extrapolação dos fatores negativos, que moldaram o passado e o presente, para o futuro.

Já o cenário de Tendência representa aquilo que se alcançará se for mantido o *status quo*, o que também aparece como um Cenário Projetivo, ou seja, o passado se projetando para o futuro. Parece claro que somente se busca manter aquilo que sempre se desejou. Nesse sentido, o cenário da Tendência somente pode ser concebido caso a forma como se faz e se encontra o Saneamento Básico no município convirja/conflua integralmente para o Cenário desejado (Positivo).

A análise do cenário Possível considera todas as contingências, os condicionadores de futuro, a disponibilidade de recursos, e prospecta aquilo que se pode alcançar e avançar no município a partir dos esforços integrados dos diversos atores. Por fim, o cenário Desejável representa aquilo que se almeja

como situação ideal, a qual se sumariza como a universalização dos serviços de saneamento básico com plena satisfação do usuário e alta qualidade dos serviços prestados.

O cenário Positivo é caracterizado por Franco (2007, p. 12) como cenário prospectivo, pois “ampliam as possibilidades do futuro, analisam diversas tendências e consideram que o futuro pode ser completamente diferente do passado”. Já o cenário Possível é um cenário normativo, pois aponta para os caminhos a serem percorridos a fim de se atingir um objetivo específico, completamente exequível (BORJESON *et al.*, 2005). Mais uma vez, vale destacar que essa metodologia busca erguer as pontes para a construção de um futuro possível, levando em conta o futuro desejado pelos diversos atores envolvidos com o Saneamento Básico Municipal.

12.2 SISTEMATIZAÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS: PROBLEMAS E DESAFIOS, AVANÇOS E POTENCIALIDADES

Nesta seção são analisados os condicionantes estruturais e conjunturais relativos aos quatro eixos do saneamento básico do Município de Sooterama, além de uma análise dos aspectos da mobilização social no município. Nesse processo foi realizada uma sistematização de todos os eventos e características relevantes apontados em detalhe nos diagnósticos técnicos participativos, os quais serão utilizados como referência para a prospecção dos cenários. Para tanto, são discutidos os problemas e os desafios, bem como os avanços e potencialidades. A organização das informações em problemas e desafios e avanços e potencialidades por Diretrizes tem como objetivo apontar de forma organizada as áreas de ação. Como se pode observar, alguns problemas e desafios são inerentes a mais de uma Diretriz, já alguns avanços e potencialidades também são afetadas a mais de uma categoria de análise ou a mais de um eixo do saneamento básico. Por essa razão, por vezes, os temas se repetem, sobretudo quando se trata de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A integração entre os quatro eixos é o ponto de partida para as discussões apresentadas a seguir, e isso será levado em conta definitivamente na elaboração dos cenários prospectivos.

12.2.1 Sistema de abastecimento de água

Quadro 12-1 - Sistematização dos Problemas, Desafios, Avanços e Oportunidades do Sistema de Abastecimento de Água.

Diretrizes	Condicionantes	
Meio Ambiente	Problemas e Desafios	1. Córrego Rodrigues, onde é realizada a captação de água no município, não apresenta condições adequadas, tanto em qualidade quanto em volume de água.
		2. Incentivar o reflorestamento e recuperação da mata ciliar.
		3. Proteger, preservar e monitorar todos os mananciais (córregos, nascentes, rios, poços).
Socioeconômico	Problemas e Desafios	1. Promover programas sociais de educação ambiental.
	Avanços e Potencialidades	1. Programa Saúde da Família.
Operacional	Problemas e Desafios	1. Necessidade de realizar análises da qualidade da água do município, visto que as análises não são realizadas desde agosto de 2015.
		2. ETA Sede está subdimensionada pois sua vazão de projeto é de 20 L/s, porém a ETA opera com vazão de 40 L/s.
		3. Não realizam Jar Test, em vista da deficiência generalizada no laboratório da ETA e ausência de equipamentos, com isso o operador estima a dosagem de sulfato de alumínio.
		4. Irregularidade no abastecimento de água na localidade de Juncado e em Santa Luzia.
		5. Prática de ligações clandestinas na rede de distribuição de água.
	Avanços e Potencialidades	1. Construção de nova captação de água na lagoa do rio Juparanã. 2. Construção de nova estação elevatória de água bruta, subestação, adutora de água bruta e ETA.
Atendimento ao Usuário	Problemas e Desafios	1. Necessidade de ampliar o sistema de abastecimento de água em toda a região rural do município e também nas regiões de Chumbado, Jurema B, bairro Sayonara II, loteamento do Agnaldo, loteamento da Jô, loteamento Nininho Rigato
	Avanços e Potencialidades	1. Instalação de um poço de captação subterrânea acoplado a um reservatório elevado no distrito de Santa Luzia, executado através de um convênio da CESAN, Governo do Estado, Pro-Rural e Prefeitura de Sooretama.
Financeiro	Avanços e Potencialidades	1. Investimentos em sistema abastecimento de água.
Institucional	Problemas e Desafios	1. Necessidade de convênio com o Pró-Rural.
		2. Tarifa de água considerada injusta pelos moradores em relação ao serviço prestado, inclusive em locais aonde não há recebimento de água.
	Avanços e Potencialidades	1. O município possui um Plano Municipal de Saneamento Básico do SAA e SAE de 2013.

Fonte: Autoria própria.

A hidrografia do município de Sooretama é caracterizada por dois rios maiores: o Rio Barra e o Rio São José, situados na divisa com os municípios Jaguaré e Rio Bananal, respectivamente. Cerca de 90% do território do Município encontra-se na bacia hidrográfica do Rio Barra Seca e o restante na bacia hidrográfica do Rio São José.

O Rio São José flui para a Lagoa Juparanã, considerada a segunda maior lagoa em volume de água doce no Brasil, e que tem uma parte de suas margens no Município. Além disso, o rio ocupa uma área de drenagem de 9.743 km², abrangendo totalmente ou parcialmente 17 municípios, e tem uma extensão de 150 km², sendo seu domínio estadual. Já o Rio Barra Seca apresenta maior importância econômica para o Município. Dentre os principais afluentes do Rio Barra Seca, podem ser citados os Rios Ibiriba e Pau Atravessado e os Córregos Caximbal, Cupido e Dourado. Seu domínio é estadual, e a área de drenagem destes rios que fazem parte de toda esta bacia hidrográfica é de 4.296 km², abrangendo 7 municípios capixabas.

Sobre a caracterização operacional do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Sooretama, temos que este é operado pelo Serviço Autônomo de água e esgoto (SAAE), possui canal de comunicação direto com o cidadão, atende os distritos de Sede, Comendador Rafael, e Juncado. O abastecimento de água para Sooretama é feito através de captações em mananciais de superfície e poços artesianos. Os principais corpos d'água que se localizam no município são a lagoa Juparanã, e o córrego Cúpido, sendo estes os corpos d'água atualmente utilizados para o abastecimento do município.

A situação de abastecimento de água do município é marcada por uma desigualdade nas formas de abastecimento, à zona rural o uso de poços e cacimbas, à zona urbana a rede de abastecimento. Conseqüentemente, aonde o SAAE atua há um controle da qualidade da água, e nas demais localidades prevalece a inexistência de cuidados sanitários no uso da água. Além disso, a irregularidade na oferta de água tem sido um problema agravado pela crise hídrica que tem atingido esta região. Nos bairros Alegre, Dalvo Loureiro, Vale do Sol, Salvador a situação tem sido resolvida com poços artesianos, além da rede; já as demais localidades estão sendo abastecidas por carro pipa; enquanto que em Juncado e Santa Luzia, os moradores têm recorrido ao bombeamento de água, ao mesmo tempo que tem sofrido com os casos de adoecimento por dengue, tal

como nos bairros Sayonara I e II. De forma geral, a avaliação da água fornecida pelo SAAE tem sido alvo de reclamações o que têm feito os moradores considerarem injusta a tarifa de água, considerada alta em relação ao serviço prestado.

A tomada de água é feita em diversos tipos de captações, sendo por captações em mananciais de superfície, ou poços artesianos. Não foi informado por parte do SAAE se estes mananciais possuem capacidade adequada para suprir a demanda atual e futura de abastecimento do município de Sooretama.

O ponto de captação de água bruta para abastecimento da sede está localizado no Córrego Rodrigues, a aproximadamente 08 km da cidade, em área adjacente à rodovia BR-101. Entretanto, atualmente, esse manancial não apresenta condições adequadas para abastecimento da cidade, tanto em qualidade quanto em volume de água. Durante o período de estiagem, a vazão do manancial diminui bastante, sendo necessária a execução de um ressalto hidráulico para a manutenção do nível adequado de tomada d'água, e como este encontra-se bastante assoreado e com uma grande quantidade de vegetação em seu leito, a qualidade da água é prejudicada.

Observou-se também que o Município possui um déficit quanto a rede de drenagem instaladas, não dispondo de um cadastro da rede de drenagem pluvial existente, tornando-se difícil estabelecer indicadores de cobertura que representem a realidade local. A área urbana da Sede e da Comunidade de Chumbado conta com rede coletora, porém não há tratamento do esgoto, havendo o lançamento do mesmo diretamente aos cursos d'água ao longo da área urbana. Foi identificado que nas estações de tratamento de Água (ETA) em operação no SAAE, possuem sistema de tratamento convencional da água bruta captada no manancial, e ao passar pelas etapas de tratamento, é reservada, e então distribuída à população em conformidade com as exigências da Portaria nº 2.914/2011. Essa estação opera com uma vazão de média de 40 L/s (estimativa) em um regime de 21 horas diárias de funcionamento, sendo o período de paralisação de 18:00 h às 21:00 h. Esta paralisação ocorre em função de um acordo estabelecido com a Escelsa (tarifa horo-sazonal verde). Entretanto a ETA não possui macro medidor e, conseqüentemente, não há controle de perdas na produção de água, sendo que sua vazão original de projeto corresponde a 20 L/s.

Dessa forma, atualmente a ETA já está subdimensionada, ou seja, trabalha com uma capacidade acima da sua vazão original de projeto.

O sistema de tratamento é do tipo convencional. E das unidades que compõe a ETA, a estrutura do prédio onde se encontra o laboratório e a casa de química está em péssimo estado de conservação, sendo necessária a implantação de novos tanques de preparo e armazenamento de soluções, bem como prever em área externa a locação de tanques estacionários para recebimento de produtos comerciais (coagulante e flúor). O laboratório está praticamente inoperante e atualmente realiza apenas análise de cloro residual, necessitando de uma completa reestruturação. Os produtos químicos utilizados no tratamento da água são o sulfato de alumínio granulado, hipoclorito (gerador), cal hidratada e ácido fluorsilícico. Como existe uma deficiência generalizada no laboratório da ETA e ausência de equipamentos, não há realização do Jar Test, o que leva o operador a estimar a dosagem de sulfato de alumínio.

É válido ressaltar que o monitoramento de qualidade da água tratada e distribuída não é realizado diretamente pelo SAAE de Sooretama. Uma amostragem mensal é realizada com o apoio do SAAE de São Mateus, no entanto, desde agosto de 2015, não são realizadas análises das amostras.

As estruturas de captação da SAA de Sooretama geram indicadores operacionais, econômicos, financeiros e administrativos. Esses dados mostram que em 2012 o município apresentava um consumo médio per capita de quase 93,5 L/hab/dia e contava com um índice de atendimento urbano de água acima de 97,4%. Todo o sistema contando com 42 km de rede possuía um índice de perdas na distribuição de 25%. Essa perda embute os volumes referentes à vazamentos existentes na rede e a tudo o que é desviado por meio de ligações clandestinas e erros de medição, entre outros fatores.

Sobre os investimentos, e em razão da deficiência qualitativa e quantitativa do atual manancial abastecedor da sede de Sooretama, as unidades existentes de captação, elevatória e adução de água bruta deverão ser futuramente desativadas para instalação em novo local. A implantação e melhoria no SAA referem-se a uma obra, já em execução, fruto de um convênio celebrado entre a Funasa e a Prefeitura de Sooretama e tem por objetivo captar a água da Lagoa de Juparanã. O valor total desta obra é de R\$ 9.608.387,34, sendo que desde valor R\$ 7.136.490,64 é oriundo da Funasa de R\$ 2.471.896,70 é de origem da prefeitura.

O abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, merecem prioridade nesse contexto atual de saneamento básico municipal, pois estão diretamente vinculadas as prevenções e ao controle de doenças de veiculação hídrica nessas populações vulneráveis. Desta forma, torna-se indispensável, a implementação de ações de educação sanitária e ambiental, bem como, seu monitoramento pelo poder público. Além disso, há necessidade de ampliar o sistema de abastecimento de água em toda a região rural do município e também nas regiões de Chumbado, Jurema B, bairro Sayonara II, loteamento do Agnaldo, loteamento da Jô, loteamento Nininho Rigato. Já no distrito de Santa Luzia, existe um poço de captação subterrânea acoplado a um reservatório elevado para realizar o abastecimento da população. Esse sistema foi executado através de um convenio CESAN, Governo do Estado, Pro-Rural e prefeitura de Sooretama, e o mesmo apresenta uma vazão de produção de 8604 L/h.

Foi, então, elaborado pela Prefeitura Municipal de Sooretama, o Plano Municipal dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do ano de 2013, com objetivo de apresentar o diagnóstico técnico dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Por fim, temos que o Plano Municipal de Saneamento Básico tem como principais matrizes legais, em nível federal, a Política Federal de Saneamento Básico e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que integram a Política Nacional de Meio Ambiente e com a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei n.º 9.433/97, responsável por regular o uso racional e sustentável da água, com vistas a proporcionar os meios mais adequados para organizar, reger e controlar as disponibilidades e os diversos usos da água, enquanto um bem essencial à vida e ao desenvolvimento social e econômico, bem como a Política Nacional sobre Mudanças do Clima que visa a implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima pelas três esferas da Federação, com a participação e a colaboração dos agentes econômicos e sociais interessados ou beneficiários, em particular aqueles especialmente vulneráveis aos seus efeitos adversos. Dessa forma, um dos objetivos que consta no desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Sooretama é a execução de programas sociais em educação ambiental em

saneamento que possam potencializar as ações desenvolvidas na comunidade. O Quadro 15-1 apresenta a sistematização dessas discussões.

12.2.2 Sistema de Esgotamento Sanitário

Quadro 12-2 - Sistematização dos Problemas, Desafios, Avanços e Oportunidades do Sistema de Esgotamento Sanitário.

Diretrizes	Condicionantes	
Meio Ambiente	Problemas e Desafios	1. Conscientizar os usuários do recurso para reduzir o volume per capita consumido. 2. Proteger, preservar e monitorar todos os mananciais (córregos, nascentes, rios, poços). 3. Poluição da água e degradação do solo devido a indevida destinação dos efluentes 4. Uso de agrotóxicos próximo a corpos hídricos
	Avanços e Potencialidades	1. Fiscalização por parte do IDAF do uso indiscriminado de agrotóxicos 2. Licença ambiental da Estação de tratamento de esgoto Vale do Sol está atualizada com o órgão ambiental
Socioeconômico	Problemas e Desafios	1. Lançamento de efluentes em corpos hídricos na zona rural do município, Localidade de Chumbado; Sede do município, BR 101, Avenida Ângelo Suzano; Rua Projetada às margens do Córrego Alegre 2. Esgoto a céu aberto em vias públicas, na zona rural do município. Localidade de Chumbado, na subida do morro da represa; na Sede, Bairro Parque São Jorge, Rua Vista Alegre, Bairro Alegre, Conjunto Habitacional Alegre e Bairro Sayonara II, invasão da Fibria 3. Ocorrência de dengue e verminoses no bairro Salvador 4. Casas sem banheiro na sede do município, Bairro Parque São Jorge, em frente ao Colégio João Neves; Bairro Salvador, Rua Projetada; Rua Industrial e Rua Gabideli; Bairro Sayonara II, invasão da Fibria. 5. Mau cheiro, proliferação de moscas e mosquitos e poluição visual
	Avanços e Potencialidades	1. Ações da Pastoral da criança, dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias
Operacional	Problemas e Desafios	1. Lançamento de efluentes em corpos hídricos, por problemas na estação elevatória, na sede do município, Bairro Centro, Rua João Gabideli 3. Implantar o sistema de tratamento de efluentes em todo o município 4. Lançamento de efluente industrial na rede coletora de esgoto na estrada entre o bairro Alegre e Patioba 5. Lançamento de efluentes em galerias de águas pluviais 6. Instalações da ETE na sede do município estão em condições precárias
	Avanços e Potencialidades	1. Plano Municipal dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, elaborado pela Prefeitura Municipal de Sooretama

Diretrizes	Condicionantes	
Atendimento ao Usuário	Problemas e Desafios	1. Desigualdade na oferta de serviços, sendo a zona rural a área com menor cobertura de serviço e assistência
	Avanços e Potencialidades	1. Serviço de caminhões limpa-fossas cedidos pela Prefeitura, nas localidades de Sítio Félix, Loteamento Ninino Rigato, Loteamento Joana e Sul do Bairro Salvador 2. SAAE possui canal de comunicação direto com o cidadão
Financeiro	Avanços e Potencialidades	1. Plano de investimentos para os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Sooretama
Institucional	Problemas e Desafios	1. Necessidade de ampliar a fiscalização do lançamento inadequado de esgoto nos cursos d'água

Fonte: Autoria própria.

O SAA de Sooretama apresenta uma série de estruturas como captação, ETAs, EEAT, Reservatórios para que a população seja abastecida. Essas estruturas e o sistema como um todo, geram indicadores operacionais, econômicos, financeiros e administrativos que serão apresentados nesse item.

Conforme já citado anteriormente, os dados apresentados, o município apresentava um consumo médio per capita de quase 93,5 L/hab/dia e contava com um índice de atendimento urbano de água acima de 97,4%. Todo o sistema contando com 42 km de rede possuía um índice de perdas na distribuição de 25%. Já a perda de faturamento, que compara o volume de água disponibilizado para ser distribuído com o volume que é faturado, mostrou índice de 25%. Essa perda embute os volumes referentes à vazamentos existentes na rede e a tudo o que é desviado por meio de ligações clandestinas e erros de medição, entre outros fatores. A relação entre o número de ligações de águas medidas e o total de ligações de água é conhecido como índice de hidrometração, que chegou a quase 93% no ano de 2012.

O lançamento de esgoto nos corpos d'água tem se constituído como prática corrente em Chumbado, no Centro e na BR 101, fazendo o esgoto a céu aberto e em vias públicas fazer parte da realidade de Chumbado, de São Jorge, do Conjunto Habitacional Alegre e da invasão da Fileria. A existência de domicílios sem banheiro é outro agravante para esse contexto desenhado, situação verificada no Parque São Jorge (Em frente ao Colégio João Neves), em Salvador (Rua Projetada), em Sayonara I (Rua Juerana), em Sayonara II (invasão da Fileria) e na Sede do município (Invasão próxima à Rua Industrial e Rua Gabedele): nas áreas urbanizadas do município de Sooretama foram contabilizados 4.857

domicílios com acesso a instalações hidrossanitárias, seja de uso exclusivo ou coletivo, representando cerca de 69,88% dos domicílios municipais. A área rural municipal, geralmente qualificada muito mais negativamente que a área urbana quanto ao déficit hidrossanitário, apresentou 0,52% dos domicílios municipais (36 domicílios) não tinha nem banheiro de uso exclusivo nem sanitário.

Tais práticas e contexto têm sido percebidos pela população como propiciadoras de mau cheiro, poluição da água, proliferação de moscas e mosquitos, poluição visual, degradação do solo e foco de doenças. Nesse contexto, é sintomático que parte da população de Salvador reclame da ocorrência de dengue e verminoses no bairro, e que a população do Vale do Sol associe os problemas respiratórios da região à presença da estação de tratamento de esgoto, denominada pinicão pela população.

A população desconhece se a rede de drenagem no município recebe lançamentos de esgotos para poder informar se a rede é mista, tampouco a de alguma estação comunitária de tratamento de esgoto, nem o lançamento de efluentes provenientes de matadouros e granjas. No entanto, quanto ao esgoto industrial, a indústria próxima à Agrobór (estrada entre bairro Alegre e Patioba) foi identificada como a responsável pelo lançamento do esgoto industrial na rede coletora. Além disso, o uso de agrotóxicos próximo aos recursos hídricos também foi apontado como comum no município, sobretudo nas plantações de mamão, maracujá e café, mesmo com a fiscalização do IDAF (Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo). Nesse cenário, as ações pontuais de enfrentamento a essa situação ficam a cargo da Pastoral da criança, dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias.

No município de Sooretama a prestação de serviço de esgotamento sanitário é do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sooretama, o qual tem a responsabilidade de operar a ETE Australiana da sede do município e de fazer as limpezas dos sistemas individuais de esgotamento sanitário nas comunidades de Comendador Rafael, Juncado, Santa Luzia, Chumbado, Juerana A e B. Um levantamento de licenças ambientais foi realizado junto ao Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA) sob a forma de consulta pública ao sistema online de licenças para o município. Foi validada, então, a licença ambiental da Estação de tratamento de esgoto Vale do Sol, atualizada com o órgão ambiental.

Sobre a questão da drenagem pluvial, o Município apresenta pontos de alagamento, transbordamento, assoreamento e estreitamento dos rios. O desmatamento da mata ciliar é uma das causas principais do assoreamento; e a rede de drenagem não tem constante manutenção, o que ocasiona problemas principalmente em áreas de risco. Além disso, verifica-se também a existência de lançamentos diretos das residências em mananciais e em galerias de águas pluviais, contaminando os Rios e Córregos onde estas galerias deságuam, o que marca o Município pela desigualdade na oferta de serviços de tratamento de esgoto, como já mencionado, sendo a zona rural a área com menor cobertura de serviço e assistência. Na sede do município, mesmo que algumas localidades (Sitio Félix, Loteamento Ninino Rigato, Loteamento Joana e Sul do Bairro Salvador) também não possuam acesso à rede de esgoto sanitário, estas possuem o serviço dos caminhões limpa-fossas cedidos pela Prefeitura, diferente do quadro da zona rural, onde este serviço não é ofertado.

Existem três estações elevatórias de esgoto bruto na sede do município que operam para alimentar a ETE que funciona em Sistema Australiano (Lagoa Anaeróbia + Lagoa Facultativa). Mas o fato do esgoto ser conduzido a uma ETE, não significa que seja tratado, devido às condições precárias em que se encontram essas instalações. A outra parcela coletada é lançada em córregos que cortam o município e também em fundos de vales. Além disso, verificou-se também a existência de lançamentos diretos das residências em mananciais e em galerias de águas pluviais, contaminando os Rios e Córregos onde estas galerias deságuam.

Foi, então, elaborado pela Prefeitura Municipal de Sooretama, o Plano Municipal dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do ano de 2013, com objetivo de apresentar o diagnóstico técnico dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como propor Metas e um Plano de investimentos, contendo as ações e soluções para a ampliação, melhoria ou recuperação desses sistemas, visando o atendimento à demanda futura de serviços em um horizonte de trinta anos. Segundo estimativas, o sistema de esgotamento sanitário (SES) da Sede de Sooretama possuía um índice de cobertura de aproximadamente 57%. Atualmente, este índice está próximo de 83%. Pretende-se atingir e manter a meta de 100% de esgoto coletado e tratado até o final do plano.

A identificação de áreas de disposição inadequada de resíduos visa averiguar onde a população normalmente dispõe seus resíduos e que necessitam de intervenções por parte do município com vistas à readequação destas áreas. No caso de pontos viciados, programas de educação ambiental associados a fiscalização são procedimentos necessários para que as áreas não continuem sendo utilizadas pela população como ponto de disposição inadequada de resíduos. Recuperar e preservar o meio ambiente não pode e não deve ser uma tarefa exclusiva dos órgãos de Estado, mesmo porque, a realidade tem mostrado que somente leis, normas, regulamentos e fiscalização por parte do Estado não são suficientes para deter o avanço do processo de degradação ambiental em curso. As possíveis respostas para as questões que envolvem a compatibilização entre desenvolvimento e conservação/preservação passam necessariamente pela participação da sociedade civil, pelo coletivo.

12.2.3 Sistema de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas

Quadro 12-3 - Sistematização dos Problemas, Desafios, Avanços e Oportunidades do Sistema de drenagem e manejo de águas pluviais.

Diretrizes	Condicionantes	
Meio Ambiente	Problemas e Desafios	Processos de erosão, com assoreamento dos corpos d'água, por falta de sistema de drenagem eficiente nas estradas vicinais.
	Avanços e Potencialidades	Presença de mata nativa (38%). Uso inadequado do solo.
		Controle de erosão nas vias com a implantação/aperfeiçoamento do sistema de drenagem nas estradas vicinais.
		Manutenção da mata nativa. Manejo adequado em áreas agrícolas.
Operacional	Problemas e Desafios	Ocupação parcial das áreas ribeirinhas na zona urbana.
		Baixa eficiência do sistema de drenagem urbana, registrando a ocorrência de falhas de operação por falta de planejamento das operações e precária manutenção preventiva e corretiva.
		Atuação pautada pela emergência e necessidade de resposta a falhas no sistema com reduzida capacidade de realização de projetos de ampliação e melhoria.
		Intensificação dos alagamentos e erosões em áreas sem sistema de drenagem.
		Existência de ruas não pavimentadas próximo às áreas urbanas que contribuem para o assoreamento da rede de drenagem, ou mesmo para a sobrecarga do sistema a jusante.
	Avanços e Potencialidades	Controle e fiscalização da ocupação e parcelamento do solo às margens dos corpos d'água, promovendo a ocupação do tecido urbano de forma ordenada, sem causar prejuízos às áreas ribeirinhas.

Diretrizes	Condicionantes	
		Planejamento integrado das operações, dimensionamento adequado das estruturas e manutenção periódica preventiva e corretiva.
		Cadastramento do sistema de drenagem e registro das operações de manutenção. Disponibilizar servidor responsável pela gestão da drenagem no Município.
		Planejamento e implantação do sistema de drenagem de acordo com estudos de ampliação da área urbana.
		Construção/melhoria da pavimentação nos bairros Sayonara 2, loteamento Nininho Rigatto e comunidade Juerana A
Atendimento ao Usuário	Problemas e Desafios	Lançamentos indevidos de esgoto e resíduos sólidos no sistema de drenagem, comprometendo a qualidade de água.
		Manutenção da atual capacidade de atendimento do sistema de drenagem com perda de qualidade no atendimento à população
	Avanços e Potencialidades	Ampliação do sistema de coleta e tratamento do esgoto na área urbana e tratamento individual na área rural, assim como da coleta de resíduos sólidos. Promoção da educação ambiental para disposição adequada dos resíduos e ligação à rede de esgoto.
		Ampliação da qualidade e da capacidade de atendimento dos serviços de drenagem urbana de acordo com o crescimento populacional.
Institucional	Problemas e Desafios	O Município não possui Plano Diretor de Águas Pluviais - PDAP.
		Cumprimento da taxa de permeabilidade mínima apenas nas novas edificações.
	Avanços e Potencialidades	Elaboração do PDAP de modo a permitir o conhecimento das características das sub-bacias do Município.
		Fiscalização para o atendimento da taxa de permeabilidade mínima em toda a área urbana.

Fonte: Autoria própria.

A drenagem urbana consiste no gerenciamento das águas pluviais dentro das áreas de ocupação urbana consolidada e em expansão, visando atingir uma convivência dos aglomerados populacionais com estas águas de forma harmônica, articulada e sustentável.

A situação de drenagem pluvial de Sooretama apresenta um quadro composto por pontos de alagamento, transbordo, assoreamento e estreitamento dos rios. Uma situação, apesar disso, que tem sido atenuada pela seca na região. A população desconhece a existência de obstruções da rede de drenagem, bem como as ações de mitigação do assoreamento e estreitamento de rios, e, ainda, do monitoramento dos impactos da erosão pluvial.

Grande parte dos rios do município sofre com o assoreamento causado, segundo os moradores da zona rural, pelo desmatamento da mata ciliar. As construções e

estreitamento dos rios também foram apontados em toda a sede do município, no bairro Alegre e nas comunidades de Chumbado e Comendador Rafael. Este fenômeno tem aumentado na zona rural em virtude da falta de cobertura vegetal, agricultura e pecuária.

As Áreas de Preservação Permanente (APP) são áreas protegidas, que tem como função proteger os recursos hídricos e o solo, assim como a paisagem e a biodiversidade, além de contribuir para o bem-estar das populações humanas. O Município apresenta cerca de 4,41% (2.584 hectares) da área territorial de matas e/ou florestas destinadas à preservação permanente ou reserva legal, possuindo uma boa cobertura vegetal, sendo que 38% é coberta com florestas de Mata Atlântica, que é a Reserva Biológica de Sooretama, e parte da reserva de Linhares.

Em casos de chuvas intensas e/ou problemas de drenagem que facilitem a infiltração da água no solo, como, vazamento de tubulações, ausência de sistema de drenagem de águas pluviais e servidas, existência de fossas, ausência de rede de esgotos e ausência de calhas coletoras de telhados, podem resultar em deslizamento do tipo planar. Esse processo está fortemente aliado à ocupação desordenada de encostas e podem destruir e provocar graves danos às moradias e elevado risco de vida aos moradores das áreas situadas na crista e base dos taludes. Esse estudo dos diversos tipos de uso do solo associado às suas características físicas, tais como declividade, aspecto e curvatura, é de extrema importância para o entendimento dos processos de preservação e conservação dos recursos naturais, e principalmente em relação à restrição ao uso das terras em áreas de risco a deslizamentos. Tais cuidados asseguram assim uma melhoria na qualidade de vida da população, para uma prevenção mais eficaz em futuras ocorrências e na minimização quanto ao número de vítimas e prejuízos econômicos em bens materiais.

O Plano Diretor de Drenagem Urbana (PDDU) é o conjunto de diretrizes que determinam a gestão do sistema de drenagem, minimizando o impacto ambiental devido ao escoamento das águas pluviais. Na elaboração do PDDU deve ser mantida a sua coerência com as outras normas urbanísticas do município, com os instrumentos da Política Urbana e da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Desse modo, o principal objetivo de um PDDU é criar mecanismos de gestão para a bacia hidrográfica, o zoneamento urbano e as estruturas de macro e

microdrenagem. Esta gestão deve estar baseada em um planejamento prévio, que vise evitar perdas econômicas, melhorar as condições de saneamento e melhorar a qualidade do meio ambiente da cidade.

Entretanto, o Município não possui o Plano Diretor de Águas Pluviais, dessa forma, recomenda-se que o mesmo seja elaborado, de modo a permitir a determinação das características das bacias urbanas.

12.2.4 Sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

Quadro 12-4 - Sistematização dos Problemas, Desafios, Avanços e Oportunidades do Sistema de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos.

Diretrizes	Condicionantes	
Meio Ambiente	Problemas e Desafios	Necessidade de eliminação de pontos viciados existente no distrito da sede e nas comunidades de Chumbado, Juncado, Comendador Rafael e Santa Luzia
		Necessita implantar sistema de compostagem de resíduos orgânicos, pois toda esta parcela é destinada para aterro sanitário.
		Necessidades de recuperação das áreas degradadas nos distritos da Sede (Agrobor e Juncado)
	Avanços e Potencialidades	Os lixões que existiam no município encontram-se desativados
		O município destina seus resíduos para aterro licenciado.
		O município participa do Programa ES sem lixão que visa a construção de aterro sanitário.
Socioeconômico	Problemas e Desafios	Necessidade de capacitação da população para que participem dos programas de coleta seletiva municipal e conheçam os programas de resíduos existentes no município.
		Necessidade de programa de comunicação social para que a população seja informada sobre os horários e rotas dos sistemas de coleta regular e seletiva.
		Necessidade de Programa de Educação Ambiental para evitar depósitos de resíduos em pontos viciados e em horários inadequados
	Avanços e Potencialidades	A associação de catadores existente no município e está operando e devidamente formalizada.
Operacional	Problemas e Desafios	Necessidade de elaboração de programas e projetos específicos para a limpeza pública como projeto de varrição contemplando mapas de varrição e medição de produtividades dos varredores.
		Necessidade de elaboração de projetos de acondicionamento de resíduos, pois a maior parte da população dispõe os sacos de lixo em pontos específicos e em latões, próximos a suas residências o que favorece a criação de pontos viciados.
		Necessidade de organização da roteirização das coletas convencional e seletiva de forma a otimizar o serviço prestado e controlar os percursos realizados.
		Necessidade sistema de monitoramento da coleta e transporte dos RSU, RSS e RCC.

Diretrizes	Condicionantes	
	Avanços e Potencialidades	Necessidade de controle de gestão dos resíduos de responsabilidade dos geradores.
		Necessidade de sistematização das informações
Atendimento ao Usuário	Problemas e Desafios	Necessidade de organização e implantação de sistema de coleta seletiva de volumosos
		Necessidade de implantação de sistema de gerenciamento dos RCC dos pequenos geradores
		Necessidade de organização e implantação de sistema de coleta seletiva de óleos de cozinha usados
	Avanços e Potencialidades	Existência de cartilhas informativas para o programa da coleta seletiva
		Existência de comunicação aos usuários sobre os horários de coleta dos resíduos domiciliares
Financeiro	Problemas e Desafios	Alto custo para operação dos sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.
	Avanços e Potencialidades	Possibilidade de desviar parte de quantidade coletada de resíduos para a reciclagem economizando na destinação final do resíduo.
Institucional	Problemas e Desafios	Necessidade de criação de legislação específica que estabeleça regras para o gerenciamento dos RSS.
		Necessidade de criação de legislação específica que estabeleça regras para o gerenciamento dos RCC e RSS com diferenciação entre o pequeno e grande gerador.
		Revisão dos contratos de prestação de serviço de coleta de RSS e RCC de forma que seja possível a medição do serviço prestado em relação a quantidade coleta e transportada.
		Necessidade de acompanhar o cumprimento das obrigatoriedades da logística reversa pelos respectivos responsáveis.
	Avanços e Potencialidades	Existem legislações específicas para resíduos sólidos podendo citar: Lei que estabelece a Separação e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares nos municípios de Sooretama
		Existência de setor específico na prefeitura responsável pela limpeza pública e manejo dos RSU.

Fonte: Autoria própria.

A coleta de lixo do município de Sooretama é realizada pela própria Prefeitura, com caminhão coletor e a frequência diária nas áreas comerciais da Sede, 2 vezes por semana nos demais bairros da sede e na zona rural, e 1 vez por semana nos bairros Vale do Sol, Salvador, Dalvo Loureiro, Nova Canaã, Sayonara I e II, Parque São Jorge e Alegre. A programação de dias e horários de coleta não é conhecida por toda a população. A população acondiciona os lixos em sacos de lixo e latões, e os deixam na lixeira (há reclamações de vandalismo e quebra das lixeiras) ou nas ruas, o que atrai cachorros que rasgam os sacos e espalham o lixo, atraindo, por sua vez, mosquitos, rato, urubus e moscas. Ainda, quanto às lixeiras, os

moradores de Vila do Sol e de Salvador reclamam da ausência de lixeiras nas localidades.

O município tem coleta seletiva realizada diariamente com o caminhão da Prefeitura, que recolhe os lixos nos 28 pontos de entrega voluntária (PEV) e os leva até a Associação de catadores de materiais reaproveitáveis de Sooretama, a ASCOMSOOR, que se localiza na Rua Inuíba (Centro), aonde realizam a triagem, prensa e depois vendem os materiais (vale pontuar que a Associação tem recebido lixo misturado). Além dos catadores associados, o município comporta também catadores individuais e catadores de outros municípios, que utilizam carroças, bicicletas e carrinho de mão para transportarem os materiais coletados. O município não tem lixão, mas conta com uma área de transbordo terceirizada. As ruas do município têm varrição, mas com frequência variada, sendo relatado por alguns moradores a ausência deste serviço, como em Sayonara e Vale do Sol. Há problemas, ainda, relativos aos pontos viciados de lixo, como ocorre em: na primeira estrada sentido a localidade Chumbado (Santa Luzia), Rua Tupinúá (Vale do Sol), na beira do Córrego D'água (Bairro Sayonara I), Rua Guaribu (Salvador), na Av. Vista Alegre, na esquina Rua Boa Esperança com a Rua Jequitibá e na esquina entre a Av. Basílio Cerri e Henrique A. Paixão (Centro), e nos bairros Bionativa e Alegre.

Os resíduos sólidos podem ser entendidos como tudo que é descartado por não atender aos objetivos pelo qual foi adquirido. Neste caso, os motivos são diversos, como estar danificado, quebrado, estragado, fora de moda, fora da validade, sem funcionalidade, excesso de produção, dentre outros. O fato é que todos os dias descartamos os mais diversos tipos de produtos, desde alimentos, roupas, e medicamentos, à veículos. O óleo de cozinha saturado ou resíduo de óleo de cozinha é aquele utilizado em processos de frituras de alimentos em residências, restaurantes, lanchonetes e cozinhas industriais. Grande parte da população ainda não sabe o que fazer com o óleo residual e acaba descartando-o de forma inadequada, por exemplo.

As discussões sobre o tema vão desde ao consumo consciente, coleta seletiva e educação ambiental à análise de viabilidade de equipamento de última geração para tratar os resíduos perigos e recuperação de áreas degradadas pela disposição inadequada dos resíduos no meio ambiente. Desta forma, torna-se um tema amplo devido às suas várias interfaces ambientais, sociais econômicas, e

também por envolver diversos atores, desde a indústria de transformação, os importadores, os distribuidores, o comércio, os consumidores e os órgãos públicos reguladores e fiscalizadores. Os catadores realizam um serviço de utilidade pública muito importante no contexto atual dos municípios, atuando na coleta de materiais para reciclagem que, caso fossem descartados, ocupariam maior espaço em aterros sanitários e lixões. O trabalho realizado consiste em catar, separar, transportar, acondicionar e, às vezes, beneficiar os resíduos sólidos com valor de mercado para reutilização ou reciclagem.

Os serviços de saneamento básico no Brasil incluem o manejo de resíduos sólidos urbanos e a limpeza urbana, além de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e drenagem urbana. Além disso, na gestão dos resíduos sólidos, as questões sociais permeiam todas as discussões, sejam de ordem técnica, financeira ou ambiental. Além disso, ordenar as ações nesta área requer um planejamento integrado e participativo, e que estejam alinhados às demais áreas do saneamento, pois a gestão das águas tem uma relação direta com os resíduos. A identificação de áreas de disposição inadequada de resíduos visa averiguar onde a população normalmente dispõe seus resíduos e que necessitam de intervenções por parte do município com vistas à readequação destas áreas. No caso de pontos viciados, são aqueles locais comumente utilizados pela população para descarte e acúmulo de resíduos sem, no entanto, programas de educação ambiental associados a fiscalização são procedimentos necessários para que as áreas não continuem sendo utilizadas pela população como ponto de disposição inadequada

Os moradores do município desconhecem as ações de logística reversa do município e, portanto, não sabem aonde destinar materiais especiais como pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, medicamentos e pneus. Os resíduos orgânicos são enviados para o aterro sanitário, já os resíduos de construção e demolição (RCD) são colocados em um bota fora e disk entulhos, com coleta da prefeitura que os envia para uma área licenciada, e em relação aos resíduos de construção civil (RCC), os membros do comitê técnico executivo destacaram que a prefeitura possui uma localidade licenciada para a destinação final adequada desse tipo de resíduo.

Tendo em vista a composição gravimétrica dos RCC, recomenda-se que sejam utilizados contêineres ou outros tipos de recipientes que possibilite a segregação

dos seguintes materiais: concreto, pedra e terra; materiais cerâmicos; materiais ferrosos (alumínio e metal); restos e aparas de madeira; plásticos de toda natureza; papel e papelão; poda; e rejeitos. Sugere-se, caso seja viável, a inclusão de um contêiner específico para os rejeitos de poda, já que o seu destino deveria ser a compostagem de resíduos orgânicos, ou ainda o aterro sanitário. Existem no município duas áreas que já foram utilizadas como lixões, mas que hoje estão desativadas e estão em processo de recuperação: Agrobor e Juncado.

A fim de comparar os dados do fornecidos pelo município e valores de outros municípios do estado do Espírito Santo, a SEDURB realizou por meio de um questionário uma pesquisa em 42 municípios capixabas, participantes do Programa “Espírito Santo sem Lixão”, a fim de obter o panorama da gestão de resíduos sólidos no Estado do Espírito Santo. O resultado foi que O CONORTE do qual Sooretama faz parte, apresenta números um pouco inferiores as demais regiões. A gestão de coleta do RCC do município é realizada por uma empresa terceirizada que faz a coleta e transporta até um bota fora existente no município que não possui licença. O município não possui legislação que trate sobre pequeno e grande gerador e coleta o RCC gerado em todo município.

A coleta de resíduos de construção civil é realizada diariamente por essa empresa e são destinados ao aterro de Resíduos de Construção Civil e Demolição do município.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei 12.305/2010, define em seu Art. 13, parágrafo I, alínea “c”, os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) como aqueles que englobam os resíduos domiciliares, originários de atividades domésticas em residências urbanas e os resíduos de limpeza urbana, decorrentes da varrição limpeza de vias públicas e logradouros e outros serviços de limpeza urbana. Devido à sua complexidade, a gestão dos RSU pode representar despesas significativas para os governos locais. Esta despesa tende a variar de acordo com as características do município (tamanho, relevo, distância até o local de disposição final) e a qualidade do serviço prestado (coleta seletiva de materiais recicláveis, coleta de resíduos volumosos, frequência da coleta e da varrição etc). Já os resíduos de serviços de saúde são todos aqueles resultantes de atividades exercidas nos serviços relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamento; serviços de medicina

legal; drogarias e farmácias inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos; importadores, distribuidores e produtores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de tatuagem entre outros similares que, por suas características, necessitam de processos diferenciados em seu manejo, exigindo ou não tratamento prévio à sua disposição final.

12.2.5 Aspectos da Mobilização Social

Quadro 12-5 - Sistematização dos Problemas, Desafios, Avanços e Oportunidades da Mobilização Social.

Diretrizes	Condicionantes	
Mobilização Social	Problemas e Desafios	A percepção da população em relação aos investimentos em saneamento básico é de que os mesmos devem melhorar, sobretudo nos bairros periféricos;
		Baixo controle social das políticas públicas, haja vista que os presentes em reuniões declararam ser necessário ampliar os convites para as reuniões participativas para acompanhamento das políticas;
		Baixo conhecimento da população dos aspectos legislativos do saneamento básico;
		Também houve o baixo envolvimento das prestadoras de serviços de saneamento básico no município;
		A lista de presença aponta que metade dos presentes em reunião eram moradores do bairro centro da sede do município. Esse fator pode sugerir a facilidade da participação social dos moradores dessa localidade. Diante disso, faz-se necessário a criação de mecanismos que garantam a escuta dos moradores dos distritos do município;
		No quesito de análise sobre a participação popular para elaboração do diagnóstico técnico participativo, avalia-se positivamente a disponibilidade dos munícipes em contribuir com o levantamento de informações reais relacionadas ao saneamento básico. Como exemplo, em reunião de mobilização para levantamento do diagnóstico observou-se o grande número de intervenções que possibilitou uma sistematização bastante detalhada das questões do município, seus desafios e problemas a serem enfrentados, para além de implicações diretas e soluções passíveis ao plano;
	O processo da elaboração do PMSB mostrou a fragilidade da participação social, mas pode ser considerada um avanço, tendo em vista o número de moradores que compareceram à Reunião, mesmo não estando organizados. Possibilitando uma aproximação e possível organização futura para exercer o controle social das políticas públicas de forma mais eficaz.	
Avanços e Potencialidades	Destacam-se os instrumentos de comunicação social do município: site oficial da prefeitura, e as rádios “Litoral FM” e “Rádio Poste”, como mecanismos importantes para	

Diretrizes	Condicionantes	
		promoção do controle social através da difusão de informações relevantes para a execução dos planos;
		Um aspecto relevante identificado em processo de levantamento do diagnóstico é a contribuição dos profissionais agentes comunitários de saúde no processo de implementação do saneamento básico. Sendo assim, destaca-se o potencial desses profissionais nos esforços de difusão de informações importantes, bem como a promoção da universalização do saneamento básico;
		Destacam-se os aspectos culturais do município como fortes mecanismos de promoção de controle social através da difusão de informações, bem como sensibilização da população para o saneamento básico. No município existe a promoção de cavalgadas e festas sertanejas que circundam e expressam a cultura camponesa, que está altamente atrelada aos aspectos ambientais uma vez que são promovidas por camponeses, e, as manifestações refletem aspectos do cotidiano das comunidades tradicionais.

Fonte: Autoria própria.

Os Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) constituem como um dos instrumentos previstos pela Lei de Saneamento – Lei 11.445, para a melhora da qualidade de vida, ambiental e social da população. Dentre os princípios fundamentais estabelecidos nesta lei, o controle social afirma-se como elemento obrigatório em todas as fases do Plano, ou seja, desde a elaboração ao monitoramento e avaliação, passando pela execução das obras e serviços de saneamento básico previstos no Plano.

Compreende-se como controle social o conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos, sendo o controle social relacionado às políticas públicas de saneamento básico aquelas atividades que promovem a participação social nos processos decisórios dessa política.

Um dos mecanismos previstos na elaboração do PMSB é a realização da reunião de mobilização social, que consiste em mobilizar os segmentos sociais e a sociedade em geral para a sensibilização e participação na elaboração deste plano, uma vez que, envolvendo-se nas discussões que abordam as políticas de saneamento básico, a população tem a oportunidade de conhecer e entender melhor o que acontece com essas políticas públicas na sua cidade, bem como discutir as causas dos problemas e buscar soluções coletivas e coerentes com a realidade de seu cotidiano.

Em reunião de mobilização social os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos foram avaliados pela população como sendo de regularidade e frequência compatível com a demanda de serviço. A população tem conhecimento do horário da coleta dos resíduos e esta é feita de maneira regular.

As prioridades identificadas pela população para o município de Sooretama são:

- Associação de Catadores;
- Fomentar a Educação Ambiental contínua; fortalecimento, inclusive na divulgação, e ampliação da porta a porta;
- Identificar as moradias que colaboram com a coleta seletiva através do selo verde e cadastrá-las para receberem sacolas para realizarem a coleta;
- Fiscalizar e multar as empresas que não cumprem a Lei Municipal 721/13;
- Favorecer estratégias de separação do lixo; respeitar, divulgar e ampliar o cronograma de coleta de resíduos.

A reunião de Mobilização Social no município de Sooretama ocorreu no mês de julho de 2016 e contou com a participação da população representando as comunidades do Município, o que permitiu obter um diagnóstico abrangente. A participação da população presente foi bastante efetiva e contribuiu de forma muito positiva para a indicação dos problemas relacionados à drenagem de águas pluviais.

A Educação Ambiental se insere como elemento estratégico no conjunto da Política de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Os motivos são pertinentes, uma vez que a questão do saneamento tem como condicionante central a relação direta com componentes naturais e sociais, bem como o modo de produção e de reprodução da vida que estruturam e viabilizam as relações nos espaços urbanos e rurais.

Dessa forma, consta no desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Sooretama e substanciam este documento, os seguintes objetivos específicos:

- Levantar as políticas públicas e programas sociais em educação ambiental em saneamento que possam potencializar as ações desenvolvidas na comunidade;
- Mapear as informações gerais da organização social, grupos sociais que atuam na área ambiental e;

- Captar as formas de percepção da população em relação à saúde, ao saneamento e ao ambiente.

Tais objetivos se apresentam aqui como parte da 2ª etapa de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, realizados nesta fase diagnóstica por meio do levantamento de dados secundários disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Sooretama e abordagem grupal incluída no rol de questões presentes na reunião com a população durante a Mobilização Social.

Tendo em vista planejar ações para fortalecimento do controle social para elaboração e execução dos planos de saneamento básico e gestão integrada de resíduos sólidos do município de Sooretama através da divulgação das reuniões de mobilização social, faz-se necessário identificar e avaliar o sistema de comunicação social do município.

Os canais e possibilidades de comunicação do município foram levantados em reunião de mobilização social para levantamento da situação do saneamento básico com a população, ocorrida em 07 de julho de 2016 às 14 horas bem como através de contato estabelecido com o setor de Comunicação Social do município e mapeamento dos setores e agentes sociais fornecido pelo CTE do município. Os representantes da população presentes em reunião de mobilização social apresentaram que as metodologias exitosas de comunicação de reuniões de mobilização social são divulgação através de carro de som, panfletagem, aviso nas igrejas, bem como divulgação em rádios locais “Litoral FM”, “Rádio Poste”, e, afixação de cartazes nas escolas e unidades de saúde.

Essa reunião também contou com uma fonte de informação importante, as fichas de avaliação em que os presentes foram abordados por perguntas que geraram uma avaliação da reunião. Entre as perguntas, os presentes eram abordados sobre os instrumentos de comunicação pelos quais ficaram sabendo da reunião de mobilização social para levantamento do diagnóstico, e, no caso do município de Sooretama, os instrumentos pelos quais a maioria das pessoas presentes ficaram sabendo foram telefonemas e aviso entre amigos.

Vale utilizar-se dos mecanismos de comunicação social existentes, bem como explorar demais mecanismos propostos pela população, como os agentes comunitários de saúde e difusão de informações em espaços públicos ou organizações. Aqui vale ressaltar o papel dos profissionais agentes comunitários de saúde que em reuniões de mobilização social apresentaram-se aptos para

prestar informações acerca do saneamento local, bem como possuem no cotidiano profissional a potencialidade de difusão de informações essenciais para a elaboração e execução dos planos com o devido controle social.

Também é importante destacar que o processo de comunicação social dos PMSB e PMGIRS deve ser permanente, uma vez que a população deve ser alimentada frequentemente de informações relacionadas ao plano para que possa ter subsídio e motivação para promoção do controle social.

Além disso, a expressiva organização rural do município demanda a adequação da mobilização social ao contexto da população rural, algumas posturas podem suprir essa demanda como a execução de reuniões nas comunidades dos distritos, disponibilização de ônibus para o transporte desses sujeitos e adequação de metodologia de reunião à realidade rural.

Nesse sentido, vale destacar a importância da adoção de uma postura acessível e transparente por parte dos profissionais condutores das reuniões de mobilização social a fim de subsidiar a população das condições necessárias para que acompanhem a execução da política de maneira autônoma e autêntica.

Sobre as reuniões, metade dos presentes eram moradores do bairro centro da sede do município. Esse fator pode sugerir a facilidade da participação social dos moradores dessa localidade. Diante disso, faz-se necessário a criação de mecanismos que garantam a escuta dos moradores dos distritos do município. Entretanto, mesmo assim, observou-se o grande número de intervenções que possibilitou uma sistematização bastante detalhada das questões do município, seus desafios e problemas a serem enfrentados, para além de implicações diretas e soluções passíveis ao plano.

12.3 OBJETIVOS E METAS PRETENDIDAS COM A IMPLANTAÇÃO DO PMSB

Nessa etapa o cenário atual dos problemas e desafios foi destacado de forma detalhada, já que servirá de referência para a elaboração dos Cenários prospectivos, os quais, na sequência, serão a referência para a elaboração dos Programas, Projetos e Ações propostas na próxima etapa do PMSB de Sooretama.

Ao avaliar o cenário atual como um problema a ser enfrentado ou desafio a ser superado, foram estabelecidos os objetivos das intervenções tendo como foco o que se espera para o futuro. As metas, em termos temporais, para o alcance dos objetivos levaram em consideração as informações de urgência apuradas nos diagnósticos, contando sempre com as observações e reivindicações coletadas durante as audiências públicas. Inclusive vale destacar que essa seção traz a sistematização de todos os problemas e desafios apurados nas audiências públicas, tratando-os com o mesmo rigor metodológico dos quatro eixos, o que permitirá elaborar ações específicas para a área relacional do PMSB.

Após o estabelecimento das metas de curto, médio e longo prazo, foram apuradas as prioridades a partir dos mesmos critérios destacados no parágrafo anterior. Essa priorização também apoiará no detalhamento das estratégias a serem trabalhadas na próxima etapa do Plano.

Os quadros a seguir trazem a consubstanciação de todas essas informações para todos os temas considerados.

Quadro 12-6 - Objetivos e metas para o Eixo “Abastecimento de Água”.

Cenário Atual	Cenário Futuro		
	Objetivos	Metas (curto, médio e longo prazo)	Prioridade
Desmatamento das matas ciliares	Fiscalização e recuperação das matas ciliares	Longo	Média
Uso de fontes alternativas de abastecimento de água	Cadastrar os poços coletivos e individuais: identificação, vazão, população abastecida, prazo de funcionamento, ação de desativação, qualidade da água, entre outras.	Médio	Média
Córrego Rodrigues, onde é realizada a captação de água no município, não apresenta condições adequadas, tanto em qualidade quanto em volume de água.	Fiscalização dos lançamentos e recuperação do Córrego Rodrigues.	Longo	Alta
Falta ne análises da qualidade da água no município desde agosto de 2015	Coletar e analisar a qualidade da água distribuída no município.	Médio	Alta
ETA Sede está subdimensionada pois sua vazão de projeto é de 20 L/s, porém a ETA opera com vazão de 40 L/s.	Ampliação da ETA	Médio	Alta
Não realizam Jar Test, em vista da deficiência	Adequar o laboratório da ETA e fornecer os	Curto	Alta

generalizada no laboratório da ETA e ausência de equipamentos, com isso o operador estima a dosagem de sulfato de alumínio.	equipamentos necessário para realização do Jar Test		
Irregularidade no abastecimento de água na localidade de Juncado e em Santa Luzia.	Construção de reservatórios ou aberturas de novos poços de captação de água para abastecimento.	Médio	Alta
Prática de ligações clandestinas na rede de distribuição de água.	Fiscalizar as ligações e aplicar multas em situações irregulares.	Médio	Baixa
Falta de um sistema de abastecimento de água em toda a região rural do município e também nas regiões de Chumbado, Jurema B, bairro Sayonara II, loteamento do Agnaldo, loteamento da Jô e loteamento Nininho Rigato.	Ampliar o sistema de abastecimento de água em toda a região rural do município e também nas regiões de Chumbado, Jurema B, bairro Sayonara II, loteamento do Agnaldo, loteamento da Jô, loteamento Nininho Rigato	Longo	Alta

Fonte: A autoria própria.

Quadro 12-7 - Objetivos e metas para o Eixo "Esgotamento Sanitário".

Cenário Atual	Cenário Futuro		
	Objetivos	Metas (curto, médio e longo prazo)	Prioridade
Lançamento de efluentes em corpos hídricos na zona rural do município, Localidade de Chumbado; Sede do município, BR 101, Avenida Angelo Suzano; Rua Projetada às margens do Córrego Alegre	Eliminar o lançamento e expandir a rede de coleta de esgoto	Médio	Alta
Lançamento de agrotóxicos próximo aos corpos d'água	Promover a conscientização e a fiscalização por parte das autoridades competentes	Médio	Alta
Esgoto a céu aberto em vias públicas, na zona rural do município. Localidade de Chumbado, na subida do morro da represa; na Sede, Bairro Parque São Jorge, Rua Vista Alegre, Bairro Alegre, Conjunto Habitacional Alegre e Bairro Sayonara II, invasão da Fibria	Eliminar o lançamento e expandir a rede de coleta de esgoto	Médio	Alta
Lançamento de efluentes em corpos hídricos, por problemas na estação elevatória, na sede do município, Bairro Centro, Rua João Gabideli	Reforma e readequação dos parâmetros de projeto da Estação Elevatória	Curto	Alta
Necessidade de sistema de tratamento de efluentes em todo o município	Construção de Sistemas de Esgotamento individuais ou coletivos	Longo	Alta
Lançamento de efluente industrial na rede coletora de esgoto na estrada entre o bairro Alegre e Patioba	Implantar sistema de tratamento antes do lançamento nos corpos d'água	Médio	Alta

Lançamento de efluentes em galerias de águas pluviais	Fiscalização das ligações clandestinas e remoção das ligações irregulares existentes nas redes de drenagem pluvial e na rede de coleta de esgoto	Médio	Alta
Instalações da ETE na sede do município estão em condições precárias	Recuperação da ETE ou construção de uma nova	Médio	Alta
Desigualdade na oferta de serviços, sendo a zona rural a área com menor cobertura de serviço e assistência	Ampliar os sistemas de esgotamento sanitário, individuais ou coletivos	Longo	Alta
Necessidade de criação de organização de estrutura para operação, manutenção e monitoramento (com análises laboratoriais) das ETE's do município	Construção de estrutura e aquisição de materiais que viabilizem a correta manutenção periódica e monitoramento das ETEs do município	Médio	Alta

Fonte: Autoria própria.

Quadro 12-8 - Objetivos e metas para o Eixo "Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais".

Cenário Atual	Cenário Futuro		
	Objetivos	Metas (curto, médio e longo prazo)	Prioridade
Ausência de Plano Diretor de Águas Pluviais	Desenvolver um Plano Diretor de Águas Pluviais	Médio	Alta
Ausência de cadastramento de rede	Cadastrar a rede de drenagem	Longo	Alta
Ausência de servidor específico responsável pela gestão da drenagem	Designar a responsabilidade da gestão da drenagem urbana a um servidor para planejamento específico	Curto	Alta
Ausência de sistema de drenagem em vias não pavimentadas, assim como em estradas vicinais	Implantar sistema de drenagem nas estradas vicinais, e pavimentar as cabíveis, mantendo os projetos em um banco de dados	Médio	Média
Áreas de Proteção Permanente (APP) degradadas	Proteger as existentes em bom estado e revitalizar as áreas de APP degradadas	Longo	Média
Lançamentos indevidos de esgoto na rede de drenagem	Ampliar os sistemas de coleta e transporte de esgoto sanitário, e estimular a ligação na rede	Longo	Média
Presença de construções às margens dos corpos hídricos em locais de alto risco de inundação	Desapropriar e retirar moradias nas áreas de alto risco de inundação	Longo	Média
Tendência de ocupação indevida das margens dos recursos hídricos	Ordenar a fim de se evitar a ocupação com construções em locais indevidos e de risco	Curta	Absoluta
Ausência de planejamento para a manutenção preventiva e corretiva da rede de drenagem	Promover a manutenção planejada da rede de drenagem, e manter um banco de dados atualizado	Curta	Absoluta

Fonte: Autoria própria.

Quadro 12-9 - Objetivos e metas para o Eixo “Resíduos Sólidos”.

Cenário Atual	Cenário Futuro		
	Objetivos	Metas (curto, médio e longo prazo)	Prioridade
Necessidade de eliminação de pontos viciados existente no distrito da sede e nas comunidades de Chumbado, Juncado, Comendador Rafael e Santa Luzia Necessidades de recuperação das áreas degradadas nos distritos da Sede (Agrobor e Juncado)	Recuperar as áreas degradadas por resíduos	Curta	Absoluta
Necessita implantar sistema de compostagem de resíduos orgânicos, pois toda esta parcela é destinada para aterro sanitário.	Redução de Resíduos Sólidos Urbanos Úmidos dispostos em aterros sanitários	Longo	Media
Necessidade de capacitação da população para que participem dos programas de coleta seletiva municipal e conheçam os programas de resíduos existentes no município	Reduzir a geração de resíduos no município	Longo	Baixa
Necessidade de programa de comunicação social para que a população seja informada sobre os horários e rotas dos sistemas de coleta regular e seletiva.	Orientar adequadamente a população para que participem ativamente do gerenciamento dos resíduos	Curta	Média
Necessidade de Programa de Educação Ambiental para evitar depósitos de resíduos em pontos viciados e em horários inadequados	Evitar problemas com vetores, mosquitos, ratos e baratas.	Curta	Média
Necessidade de elaboração de programas e projetos específicos para a limpeza pública como projeto de varrição contemplando mapas de varrição e medição de produtividades dos varredores. Necessidade de elaboração de projetos de acondicionamento de resíduos, pois é a maior parte da população dispõe os sacos de lixo em pontos específicos e em latões, próximos a suas residências o que favorece a criação de pontos viciados. Necessidade de organização da roteirização das coletas convencional e seletiva de forma a otimizar o serviço prestado e controlar os percursos realizados.	Organização dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos com elaboração de planos de trabalho para as etapas de serviço.	Curta	Alta

Necessidade sistema de monitoramento da coleta e transporte dos RSU, RSS e RCC.	Implantar sistema de informação de resíduos de forma integrada	Longo	Média
Necessidade de organização e implantação de sistema de coleta seletiva de volumosos	Realizar coleta diferenciada de volumosos e dar destinação ambientalmente adequada com inclusão social	Curta	Absoluta
Necessidade de organização e implantação de sistema de coleta seletiva de óleos de cozinha usados	Realizar coleta diferenciada de óleos de cozinha usados e dar destinação ambientalmente adequada com inclusão social	Média	Alta
Necessidade de implantação de sistema de gerenciamento dos RCC dos pequenos geradores Necessidade de criação de legislação específica que estabeleça regras para o gerenciamento dos RCC, com diferenciação entre o pequeno e grande gerador. Revisão do contrato de prestação de serviço de coleta de RCC de forma que seja possível a medição do serviço prestado em relação a quantidade coleta e transportada.	Organizar a Gestão dos RCC	Curta	Absoluta
Necessidade de criação de legislação específica que estabeleça regras para o gerenciamento dos RSS. Revisão do contrato de prestação de serviço de coleta de RSS de forma que seja possível a medição do serviço prestado em relação a quantidade coleta e transportada.	Organizar a Gestão dos RSS	Curta	Absoluta
Necessidade de implantação de sistema de gestão de resíduos de responsabilidade do município e do gerador.	Implantar sistema de informação para gerenciar e monitorar a prestação de serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos de responsabilidade da prefeitura e de rastreabilidade dos resíduos de responsabilidade dos geradores	Médio	Alta
Necessidade de adequação das estruturas do município em termos legislativos, pessoal e infraestrutura, que permita o controle sobre o gerenciamento dos resíduos por parte dos geradores.	Desenvolver institucionalmente as entidades municipais que atuam no setor de resíduos sólidos por meio de ações de capacitação técnica e gerencial	Médio	Média

	de gestores públicos, assistência técnica, elaboração de manuais e cartilhas, dentre outros.		
Necessidade de acompanhar o cumprimento das obrigações da logística reversa pelos respectivos responsáveis.	Fiscalizar o gerenciamento dos resíduos sólidos com logística reversa obrigatória	Médio	Média

Fonte: Autoria própria.

Quadro 12-10 - Objetivos e metas para a área de “Mobilização Social”.

Cenário Atual	Cenário Futuro		
	Objetivos	Metas (curto, médio e longo prazo)	Prioridade
<p>A percepção da população em relação aos investimentos em saneamento básico é de que os mesmos devem melhorar, sobretudo nos bairros periféricos;</p> <p>Baixo conhecimento da população dos aspectos legislativos do saneamento básico;</p> <p>Também houve o baixo envolvimento das prestadoras de serviços de saneamento básico no município;</p>	<p>Fomentar os instrumentos de comunicação social do município: site oficial da prefeitura, e as rádios “Litoral FM” e “Rádio Poste”, através da difusão de informações semanais relacionadas ao plano.</p> <p>Fomentar os aspectos culturais do município como a promoção de cavalgadas e festas sertanejas que circundam e expressam a cultura camponesa, que está altamente atrelada aos aspectos ambientais uma vez que são promovidas por camponeses, e, as manifestações refletem aspectos do cotidiano das comunidades tradicionais, através de lançamento de editais de fomento à produção artística local, abertura de concurso público para as áreas culturais e promoção de eventos de movimentação nesse sentido.</p>	Curto	Alta
<p>Baixo controle social das políticas públicas, haja vista que os presentes em reuniões declararam ser necessário ampliar os convites para as reuniões participativas para acompanhamento das políticas;</p>	<p>Fortalecer os Conselhos Municipais relacionados ao Saneamento Básico para o Acompanhamento, Avaliação e Aperfeiçoamento da Gestão da Política Municipal de Saneamento Básico.</p> <p>Ampliar a Participação Social da Sociedade Civil na Política Municipal de Saneamento Básico.</p> <p>Promover a divulgação da Política de Saneamento no</p>	Curto	Alta

	Município como Direito Universal e Política Pública.		
A lista de presença aponta que metade dos presentes em reunião eram moradores do bairro centro da sede do município. Esse fator pode sugerir a facilidade da participação social dos moradores dessa localidade. Diante disso, faz-se necessário a criação de mecanismos que garantam a escuta dos moradores dos distritos do município;	Promover espaços de capacitação e discussão do plano na maior quantidade de localidades de bairros e distritos possíveis; Buscar disponibilizar transporte para as atividades de discussão e capacitação para acompanhamento popular do plano.		
Um aspecto relevante identificado em processo de levantamento do diagnóstico é a contribuição dos profissionais agentes comunitários de saúde no processo de implementação do saneamento básico. Sendo assim, destaca-se o potencial desses profissionais nos esforços de difusão de informações importantes, bem como a promoção da universalização do saneamento básico.	Buscar valorizar os profissionais de saúde que estão em contato com a população no seu cotidiano profissional através de fomento à capacitação, bem como fomento profissional como valorização simbólica e concreta.	Curto	Alta

Fonte: Autoria própria.

12.4 DIRECIONADORES DE FUTURO

A análise dos eventos denominados “Direcionadores de futuro” aparece como um complemento a todas as informações levantadas e prognosticadas até o momento. Um bom prognóstico deve levar em consideração acontecimentos esperados ou em curso que possam ter direta relação com o objeto de análise.

Assim, a análise segue com os aspectos da contemporaneidade da economia, do clima, das possíveis mudanças sociais entre outros que possam sinalizar possíveis impactos para a dinâmica municipal e, conseqüentemente, possam trazer pressões sobre o sistema de saneamento básico.

A partir do levantamento e análise das questões que envolvem o município de Sooretama, observaram-se os direcionadores apresentados a seguir como possíveis eventos e impactos na cidade:

- Investimentos previstos para o município;

- Questões ambientais;
- Crescimento populacional;
- Déficit habitacional;

De fato, esses são os fatores que podem exercer maior pressão sobre os serviços de saneamento básico municipal, por alterarem drasticamente a demanda (tal como por ligações em redes de esgoto) ou oferta (tal qual o volume de água à disposição das empresas de fornecimento). Elementos como a mudança de cultura em relação aos serviços ambientais, educação ambiental entre outros aspectos, não podem ser prognosticados. Mas ainda assim aparecem como objeto de ação no Plano por meio dos programas de educação ambiental e comunicação social.

No que tange aos investimentos, cabe destacar que o município de Sooretama está inserido na Microrregião Rio Doce onde se espera a canalização de um elevado volume de investimentos, chegando a 11,1% do total de investimentos previstos para o Estado até o ano de 2020, a maior parte ligada à Extração de petróleo e gás natural; Obras de Infraestrutura; Eletricidade, gás e outras utilidades entre outros.

Dos investimentos industriais previstos para o Espírito Santo no período de 2016 a 2018, o município de Sooretama será contemplado com os investimentos relativos à duplicação da BR-101 (FINDES, 2016).

Em relação às questões ambientais, Sooretama se distingue de boa parte dos municípios do Norte ao possuir 38% de sua área territorial coberta de remanescente da mata atlântica na Reserva Biológica de Sooretama (INCAPER, 2010). Todavia, esse aspecto não é suficiente para fazer com que o município passe alheio à crise hídrica do Estado, requerente do município o mesmo grau de planejamento de outros com menor potencial biológico. Ainda em relação ao aspecto ambiental, no ano de 2016 foi anunciada pelo governo estadual a retomada da construção de uma barragem no município. Essa ação visa à mitigação de problemas de estresse no abastecimento de água causados pela crise hídrica estadual, especialmente na Região Norte do Estado.

Quando se analisa a dinâmica populacional no município de Sooretama a partir dos vários cenários possíveis apresentados no diagnóstico, verifica-se que no caso de um baixo crescimento populacional a população de Sooretama crescerá 29,3% (6.934 pessoas) até 2037, já considerando um cenário de alto crescimento essa taxa saltará para 48,6% (11.447 pessoas). Mesmo considerando o cenário de crescimento populacional mais baixo, os números se apresentam como um importante desafio a ser superado, já que os problemas relacionados à crise hídrica no município apontam a necessidade de elevado planejamento da capacidade de atendimento das demandas previstas para o Eixo água. Além disso, esse dado requererá do município uma alta capacidade de planejamento do uso e ocupação do solo, seja para instalação de novos empreendimentos, seja para o desenvolvimento de novos aglomerados urbanos.

A dinâmica de crescimento populacional pode se refletir em déficit habitacional. Em Sooretama o Instituto Jones dos Santos Neves no ano de 2014 apurou a existência de 747 famílias em situação de déficit habitacional. Desse total, 52,88% referia-se à habitação precária, isso revela uma elevada deficiência no estoque de moradia apontando para a necessidade de construção de novas habitações. A outra maior parte do déficit, 44%, refere-se ao ônus excessivo de aluguel (IJSN, 2015). Esse déficit habitacional, na hipótese positiva de ser superado por meio de programas de habitação de interesse social, será responsável por pressionar os quatro eixos do Saneamento básico municipal.

12.5 CENÁRIOS PROSPECTIVOS

Tal como explicitado exaustivamente nos aspectos metodológicos, a construção dos cenários se fez com base em todas as informações coletadas, analisadas e discutidas nas fases pretéritas de elaboração do Plano, todas consubstanciadas nos diagnósticos técnico-participativos e sistematizadas nas seções anteriores. Além disso, no atual documento apresentam-se os direcionadores de futuro, ou seja, os eventos esperados e que possivelmente impactarão na realidade do município de Sooretama pressionando, especialmente, o Sistema de Saneamento Básico.

A partir da técnica dos Cenários Prospectivos, fundamentados conceitualmente na Prospectiva Estratégica, busca-se planejar o futuro a partir das alternativas que se apresentam. Nesse processo de planejamento, busca-se uma base sólida para que as estratégias sejam adequadamente orientadas, a fim de que os objetivos e metas presentes nos projetos formulados sejam alcançados.

É nesse sentido que os cenários prospectivos ora apresentados para o Município de Sooretama trazem quatro futuros possíveis, cuja materialização ou não, dependerá da forma como se dará o processo de execução do Plano Municipal de Saneamento Básico. Esses cenários são: o Negativo, a Tendência, o Possível e o Positivo (desejável).

O cenário Negativo ocorre quando os eventos futuros se materializam sem que haja ações proativas e planejadas por parte dos atores. A Tendência seria resultado de uma efetivação dos eventos futuros aliados a uma postura apenas reativa dos atores, ou seja, trata-se da continuidade do *Status quo*, o Cenário Possível e o Positivo são resultados de ações organizadas e planejadas por parte dos atores. Quanto mais as ações se antecipam aos eventos futuros, mais se aproxima da situação desejável. Nesse sentido, o Cenário mais otimista, desejável e positivo é uma realidade que dependerá não só da efetivação adequada do planejamento, mas também das habilidades políticas na execução do Plano.

Vale ressaltar que a despeito da existência de ferramentas robustas para a Prospectiva Estratégica e a metodologia de elaboração de cenários ancorada em variáveis quantitativas, optou-se aqui por uma abordagem fundamentalmente qualitativa. Privilegiou-se a análise crítica-técnica complementada de forma robusta pela metodologia participativa, ou seja, incorporando o olhar dos diversos atores envolvidos com o Sistema. É notório que a análise técnica não prescindiu da abordagem quantitativa, sobretudo porque a análise aqui formulada comunga integralmente com as normas, regulamentações e metas preconizadas pela Legislação em torno do Saneamento Básico no Brasil.

No Quadro abaixo se apresenta um detalhamento dos cenários prospectivos para o Sistema de Saneamento Básico de Sooretama.

Quadro 12-11 - Cenários Prospectivos para o Sistema de Saneamento Básico de Sooretama.

Categoria	Cenários			
	Negativo	Tendência	Possível	Positivo
Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificação do processo de desmatamento das matas ciliares • Poluição acelerada dos corpos hídricos pelo lançamento de esgoto e resíduos <ul style="list-style-type: none"> • Intensificação de processos de assoreamento • Poluição acelerada do solo pelo uso de agroquímicos • Danos ambientais severos e periódicos causados por enchentes e inundações • Poluição do ar intensa causada pelo tratamento indevido de resíduos ou esgoto a céu aberto 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção do ritmo de desmatamento das matas ciliares <ul style="list-style-type: none"> • Poluição dos corpos hídricos pelo lançamento de esgoto e resíduos <ul style="list-style-type: none"> • Processos de assoreamento em curso • Poluição do solo pelo uso de agroquímicos <ul style="list-style-type: none"> • Danos ambientais regulares causados por enchentes e inundações • Presença de poluição do ar causada pelo tratamento indevido de resíduos e esgoto a céu aberto 	<ul style="list-style-type: none"> • Interrupção do processo de desmatamento das matas ciliares • Interrupção do aumento da poluição dos corpos hídricos pelo lançamento de esgoto e resíduos • Redução do consumo de água per capita <ul style="list-style-type: none"> • Processos de assoreamento controlados • Redução da poluição do solo pelo uso de agroquímicos <ul style="list-style-type: none"> • Danos ambientais moderados e ocasionais causados por enchentes e inundações • Redução dos níveis de poluição do ar causada pelo tratamento indevido de resíduos e esgoto a céu aberto 	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação das matas ciliares • Utilização sustentável dos recursos hídricos <ul style="list-style-type: none"> • Consumo de água per capita a níveis reduzidos • Recuperação de áreas assoreadas • Utilização sustentável do solo <ul style="list-style-type: none"> • Danos ambientais causados por enchentes e inundações raros • Preservação da qualidade do ar
Socioeconômico	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação de populações ocupando irregularmente as margens de córregos e rios sem fiscalização • Ampliação de populações não atendidas pelo serviço de abastecimento e tratamento de água <ul style="list-style-type: none"> • Piora no nível de consciência e educação ambiental da população 	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de populações ocupando irregularmente as margens de córregos e rios sem fiscalização • Presença de populações não atendidas pelo abastecimento e tratamento de água • Baixo nível de consciência e educação ambiental da população 	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalização das ocupações irregulares das margens de córregos e rios • Redução de populações não atendidas pelo abastecimento e tratamento de água com ampliação do sistema • Melhoras no nível de consciência e educação ambiental da população 	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalização das ocupações irregulares das margens de córregos e rios e controle do processo de ocupação do solo • Toda a população atendida pelo abastecimento e tratamento de água a partir da ampliação do sistema <ul style="list-style-type: none"> • População amplamente consciente e educada para questões ambientais

Categoria	Cenários			
	Negativo	Tendência	Possível	Positivo
	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual elevado da população sem acesso à rede coletora de esgotos • Aumento na frequência de doenças de veiculação hídrica, com a possibilidade de desenvolvimento de endemias • Aumento do número de residências sem instalações sanitárias • Perdas econômicas frequentes devido a inundações e alagamentos de residência, sistema viário, equipamentos públicos, entre outros • Desconforto intenso causado pela presença de pontos viciados, destinação incorreta de resíduos ou esgoto a céu aberto 	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual significativo da população sem acesso à rede coletora de esgotos • Ocorrência regular de doenças de veiculação hídrica • Presença significativa de residências sem instalações sanitárias • Perdas econômicas regulares devido a inundações e alagamentos de residência, sistema viário, equipamentos públicos, entre outros • Desconforto moderado causado pela presença de pontos viciados, destinação incorreta de resíduos ou esgoto a céu aberto 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da população sem acesso à rede coletora de esgotos • Redução de doenças de veiculação hídrica • Redução do percentual de residências sem instalações sanitárias • Perdas econômicas mínimas devido a inundações e alagamentos de residência, sistema viário, equipamentos públicos, entre outros • Redução gradativa do desconforto causado pela presença de pontos viciados, destinação incorreta de resíduos ou esgoto a céu aberto 	<ul style="list-style-type: none"> • Toda a população com acesso à rede coletora de esgotos • Ocorrência mínima de doenças de veiculação hídrica • Todas as residências do município com instalações sanitárias • Realocação completa das unidades habitacionais em áreas de risco, alagamentos e inundações. • Bom nível de qualidade de vida pela ausência de pontos viciados, destinação correta de resíduos e tratamento de esgoto
Operacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Degradação e incapacidade de atendimento à demanda do serviço de abastecimento de água do município • Ampliação das interrupções no fornecimento de água • Ampliação do número de ligações clandestinas de água • Percentual elevado da extensão municipal sem rede coletora de esgotos • Percentual elevado de esgoto coletado sem 	<ul style="list-style-type: none"> • Padrões insatisfatórios de atendimento e qualidade da rede de abastecimento de água • Interrupções frequentes no fornecimento de água • Prática de ligações clandestinas de água • Percentual significativo da extensão municipal sem rede coletora de esgotos • Percentual significativo de esgoto coletado sem tratamento ou com tratamento inadequado 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhora no padrão de atendimento e qualidade da rede de abastecimento de água • Interrupções esporádicas no fornecimento de água com a ampliação das fontes de abastecimento • Redução do número de ligações clandestinas de água • Redução do percentual da extensão municipal sem rede coletora de esgotos • Redução significativa do percentual de esgoto coletado 	<ul style="list-style-type: none"> • Excelência no padrão de qualidade e atendimento da rede de abastecimento de água • Fornecimento de água sem interrupções com a ampliação das fontes de abastecimento • Ausência de ligações clandestinas de água • Toda a extensão municipal com rede coletora de esgotos • Todo o esgoto coletado com tratamento adequado

Categoria	Cenários			
	Negativo	Tendência	Possível	Positivo
	<p>tratamento ou com tratamento inadequado</p> <ul style="list-style-type: none"> Falhas operacionais constantes do sistema de drenagem Ampliação significativa do número de pontos viciados <ul style="list-style-type: none"> Elevado volume de resíduos orgânicos em aterros Ausência de sistema de manejo e gestão de RSU, RSS e RCC Serviço de limpeza pública ineficientes 	<ul style="list-style-type: none"> Falhas operacionais regulares do sistema de drenagem Expressiva presença de pontos viciados Volume significativo de resíduos orgânicos em aterros Sistema precário e ineficiente de manejo e gestão de RSU, RSS e RCC Serviço de limpeza pública precário 	<p>sem tratamento ou com tratamento inadequado</p> <ul style="list-style-type: none"> Falhas operacionais esporádicas do sistema de drenagem Redução do número de pontos viciados Redução do volume de resíduos orgânicos em aterros Melhora no sistema de manejo e gestão de RSU, RSS e RCC Melhora nos serviços de limpeza pública 	<ul style="list-style-type: none"> Falhas operacionais mínimas do sistema de drenagem Ausência de pontos viciados com recuperação de áreas degradadas por resíduos Volume mínimo de resíduos orgânicos Gerenciamento de resíduos com perfeita integração com a Associação de catadores, fomentando a coleta seletiva adequadamente e reduzindo os resíduos em aterros <ul style="list-style-type: none"> Sistema eficiente e completo de manejo e gestão de RSU, RSS e RCC Serviços de limpeza pública regulares e eficientes
Atendimento ao Usuário	<ul style="list-style-type: none"> Redução da capacidade de atendimento da demanda pelos serviços de saneamento básico Elevada insatisfação dos usuários dos serviços de saneamento básico 	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento parcial das demandas pelos serviços de saneamento básico, com deficiências pontuais Níveis pouco favoráveis de satisfação dos usuários 	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento total e satisfatório das demandas pelos serviços de abastecimento de água, inclusive em relação à qualidade da água, e de coleta e destinação de resíduos sólidos e cobertura parcial dos serviços de esgotamento sanitário e de drenagem pluvial Níveis favoráveis de satisfação dos usuários dos serviços de saneamento básico 	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento total e satisfatório das demandas pelos serviços de saneamento básico Plena satisfação dos usuários dos serviços de saneamento básico

Categoria	Cenários			
	Negativo	Tendência	Possível	Positivo
Finanças	<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de realizar investimentos com recursos próprios por parte da municipalidade • Impossibilidade de captação de recursos para ampliação e manutenção dos serviços • Aumento gradual dos gastos com operação e manutenção do sistema, possibilidade de insolvência financeira e risco alto de falhas recorrentes no mesmo 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade financeira própria limitada a gastos emergenciais • Incapacidade financeira própria na realização de serviços de ampliação e melhoria do sistema • Dificuldades na captação de recursos para ampliação e manutenção dos serviços • Aumento gradual dos gastos com operação e manutenção do sistema, com risco de falhas no mesmo 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade financeira própria de realizar investimentos de manutenção do sistema existente e melhorias e ampliações pontuais • Capacidade de captação de recursos para ampliações pontuais do sistema • Aumento gradual dos gastos com operação e manutenção do sistema e possibilidade de acompanhar parcialmente as demandas 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade financeira de investimentos com recursos próprios e captação para manutenção e ampliação do sistema • Sustentabilidade financeira dos serviços de saneamento básico • Aumento gradual dos gastos com operação e manutenção do sistema e com contrapartida adequada de ampliação das receitas
Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de instrumentos de promoção de consciência ambiental • Incapacidade de gestão do sistema • Ausência de transparência e mecanismos de controle social quanto ao sistema • Ausência de indicadores relativos ao sistema <ul style="list-style-type: none"> • Descumprimento recorrente da legislação e incapacidade de atender padrões de qualidade exigidos • Enfraquecimento institucional ocasionando incapacidade de planejamento e gestão do sistema • Incapacidade de controle e acompanhamento dos contratos relativos aos serviços de saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas esporádicas de conscientização e educação ambiental <ul style="list-style-type: none"> • Baixa capacidade de gestão do sistema • Controle social exercido sem mecanismos regulares e institucionalizados • Avaliação do sistema realizada sem periodicidade definida e sem indicadores bem estabelecidos • Informações sobre o sistema esporádicas e não sistemáticas • Cumprimento parcial e limitado da legislação e dos requisitos de qualidade efetuado como resposta a fiscalização externa <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de planejamento e gestão do 	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas periódicas de conscientização e educação ambiental • Capacidade média de gestão do sistema • Criação de mecanismos regularizados de controle social • Avaliação periódica do sistema com o estabelecimento de critérios bem definidos para a mesma • Disponibilização de um conjunto de informações gerais sistemáticas e periódicas sobre o funcionamento do sistema • Cumprimento parcial da legislação e dos requisitos de qualidade efetuado como resposta a fiscalização externa e mecanismos próprios de controle 	<ul style="list-style-type: none"> • Ações sistematizadas e permanentes de consciência e educação ambiental • Eficiência na gestão do sistema • Rotinas e métodos de controle social bem definidos e estabelecidos • Acompanhamento dos resultados do Plano Municipal de Saneamento Básico por um conjunto de indicadores monitorados permanentemente • Cumprimento dos requisitos legais e dos padrões de qualidade efetuados por mecanismos incorporados à própria gestão <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de planejamento e gestão do sistema no curto, no médio e no longo prazos

Categoria	Cenários			
	Negativo	Tendência	Possível	Positivo
		sistema limitada a ações de curto prazo. <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade baixa de controle e acompanhamento dos contratos relativos aos serviços de saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de planejamento e gestão do sistema limitada a ações de curto e médio prazos • Capacidade de controle e acompanhamento dos contratos relativos aos serviços de saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de excelência dos contratos relativos aos serviços de saneamento

Fonte: Autoria própria.

12.6 REFERÊNCIAS

BORJESON, L., HOJER, M., DREBORG, K. H., EKVALL, T., FINNVEDEN, G. Towards a User's Guide to Scenarios: a Report on Scenario Type and Scenario Techniques. *Environmental Strategies Research*. Stockholm: Royal Institute of Technology, 2005.

BRASIL. Plano Nacional em Saneamento Básico. 2015. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/plansab_texto_editado_para_download.pdf. Acesso em: 25 abr. 2015.

FINDES. Caminhos para o desenvolvimento regional. Núcleo regional de Linhares. 2ª Edição. 2016.

FRANCO, F. L.. Prospectiva estratégica: uma metodologia para a construção do futuro. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

GODET, Michel et al. *Scenarios and strategies*. A toolbox for problem solving. Paris: Lipsor, 2004.

GODET, Michel. *Creating futures scenario planning as a strategic management tool*. Paris: Economica, 2006.

GODET, Michel. *From anticipation to action: a handbook of stratégie prospective*. Paris: Unesco, 1994.

GODET, Michel; DURANCE, Philippe. *La prospectiva estratégica para las empresas y los territorios*. Paris: Lipsor, 2009.

GODET, Michel; DURANCE, Philippe. *Prospectiva estratégica: problemas y métodos*. 2. ed. Paris: Lipsor, 2007.

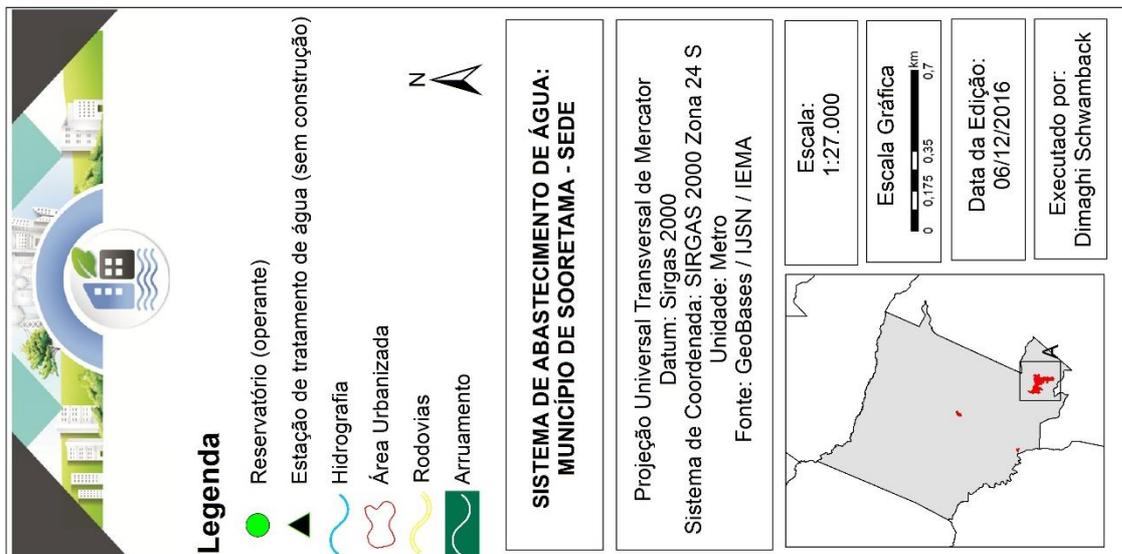
IJSN. Déficit Habitacional no Espírito Santo com base no CadÚnico. Textos para Discussão, 53. Vitória-ES, 2015. 52p.

INCAPER. Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – município de Sooretama, PROATER 2011 – 2013. Vitória –Es, 2010.

LOUREIRO, A. L. *Gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado da Bahia: análise de diferentes modelos*. 2009. Dissertação (mestrado em engenharia ambiental urbana) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVEIRA, Rogério Braga; HELLER, Léo and REZENDE, Sonaly. Identificando correntes teóricas de planejamento: uma avaliação do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). *Rev. Adm. Pública* [online]. 2013, vol.47, n.3, pp. 601-622. ISSN 0034-7612.

APÊNDICE A



Legenda

- Reservatório (sem informação)
- ▲ Estação de tratamento de água (operante)
- ~ Hidrografia
- ~ Área Urbanizada
- ~ Rodovias
- ~ Limite Municipal
- ~ Arruamento

**SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA:
MUNICÍPIO DE SORETAMA - COMUNIDADES**

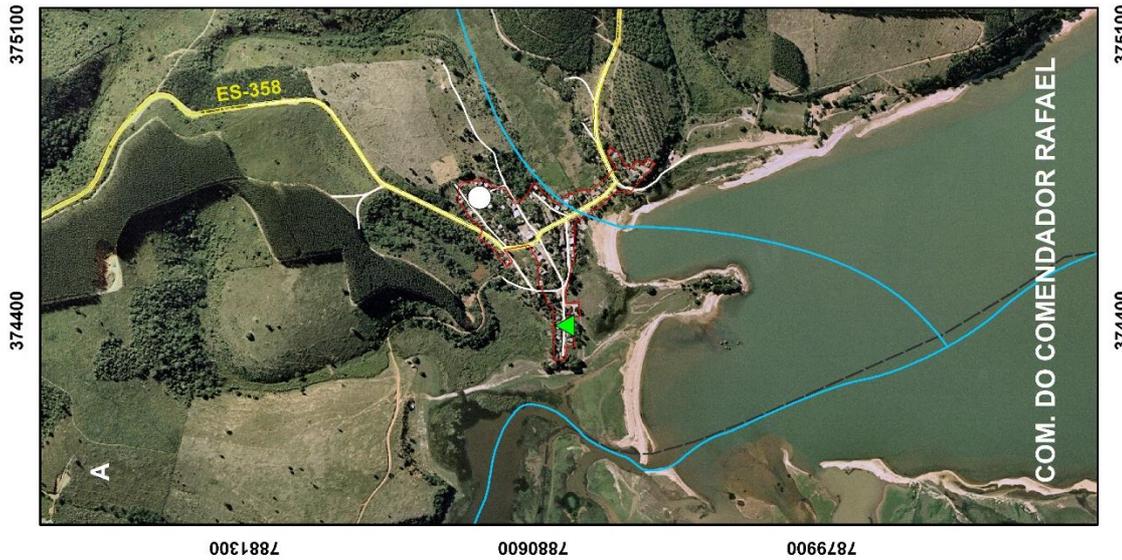
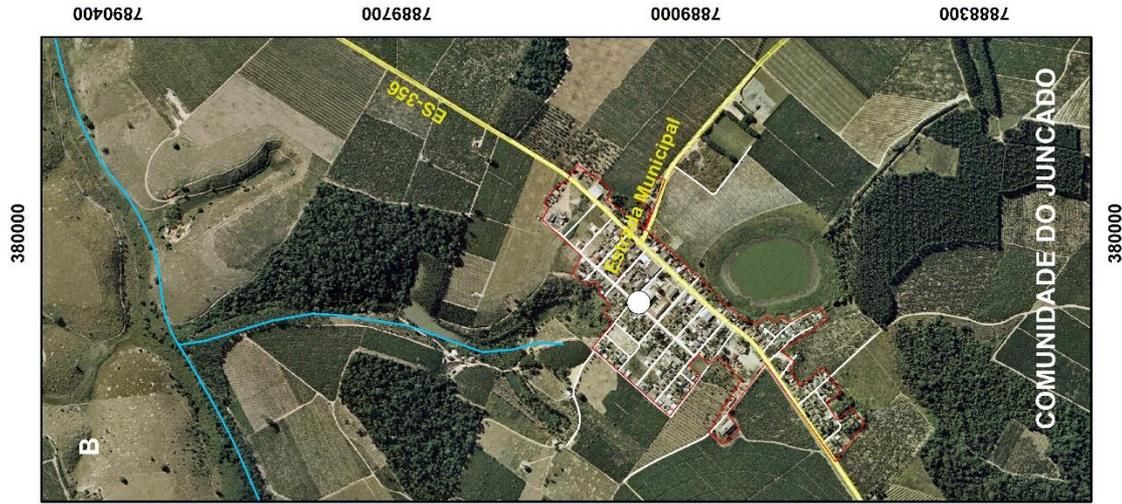
Projeção Universal Transversal de Mercator
Datum: Sirgas 2000
Sistema de Coordenada: SIRGAS 2000 Zona 24 S
Unidade: Metro
Fonte: GeoBases / IJSN / IEMA

Escala:
1:15.000

Escala Gráfica

Data da Edição:
06/12/2016

Executado por:
Dimaghi Schwamback



APÊNDICE B



Legenda

- Estação elevatória de esgoto (operante)
- △ Lagoa facultativa (sem informação)
- ↖ Lançamento de esgoto (sem monitoramento)
- ↗ Lançamento de esgoto (in natura)
- Área Urbanizada
- Rodovias
- Bairros
- Arruamento



**SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO:
MUNICÍPIO DE SOORETAMA - SEDE**

Projeção Universal Transversal de Mercator
Datum: Sirgas 2000
Sistema de Coordenada: SIRGAS 2000 Zona 24 S
Unidade: Metro
Fonte: GeoBases / IJSN / IEMA

Escala:
1:35.000

Escala Gráfica



Data da Edição:
09/11/2016







Legenda

-  Lançamento de esgoto (in natura)
-  Área Urbanizada
-  Rodovias
-  Limite Municipal
-  Arruamento



**SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO:
MUNICÍPIO DE SORETAMA - COMUNIDADES**

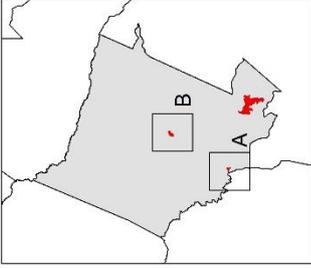
Projeção Universal Transversal de Mercator
Datum: Sirgas 2000
Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 Zona 24 S
Unidade: Metro
Fonte: GeoBases / IJSN / IEMA

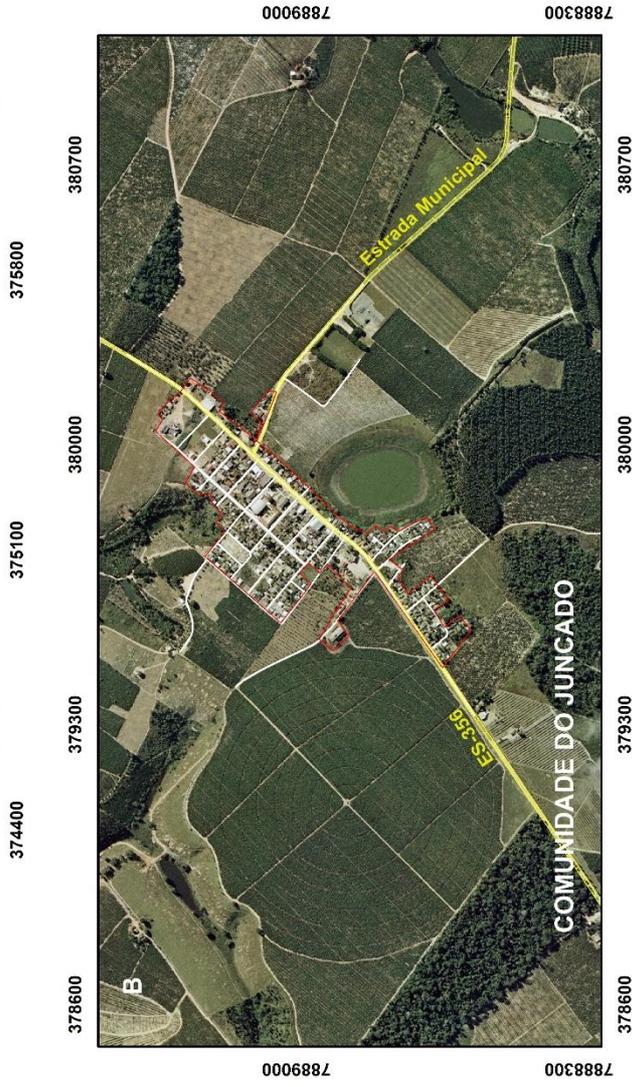
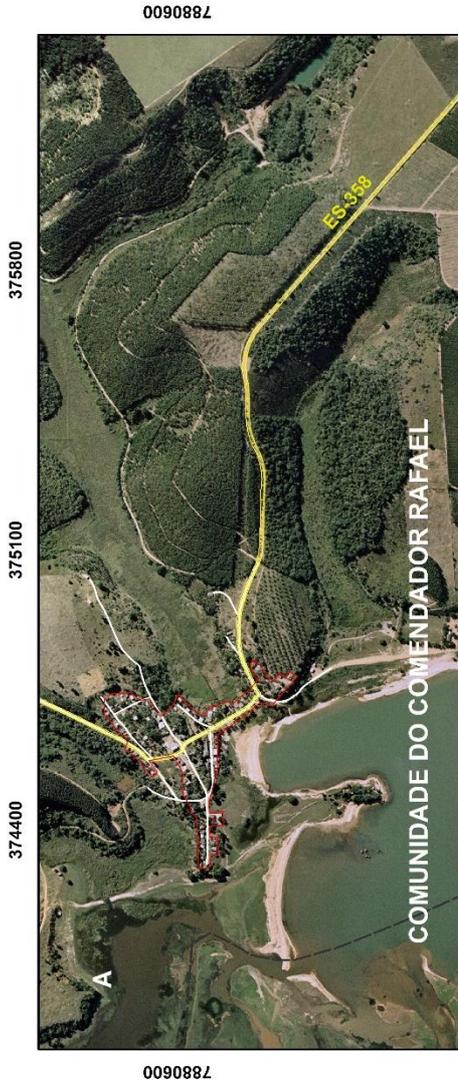
Escola:
1:15.000

Escola Gráfica


Data da Edição:
09/11/2016

Executado por:
Dimaghi Schwaback





APÊNDICE C



Legenda

-  Limite Administrativo Distrital
-  Sooretama
-  Limite Administrativo Municipal
-  Locais Pré-Selecionados

N 

PRÉ-SELEÇÃO DE LOCAIS PARA ATERRO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS MUNICÍPIO DE SOORETAMA

Projeção: Universal Transversal de Mercator
Datum: Sirgas 2000
Zona: 24 S
Unidade: Metro
Fonte: GeoBases / IUSN / IEMA

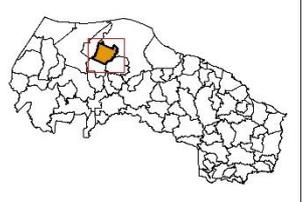
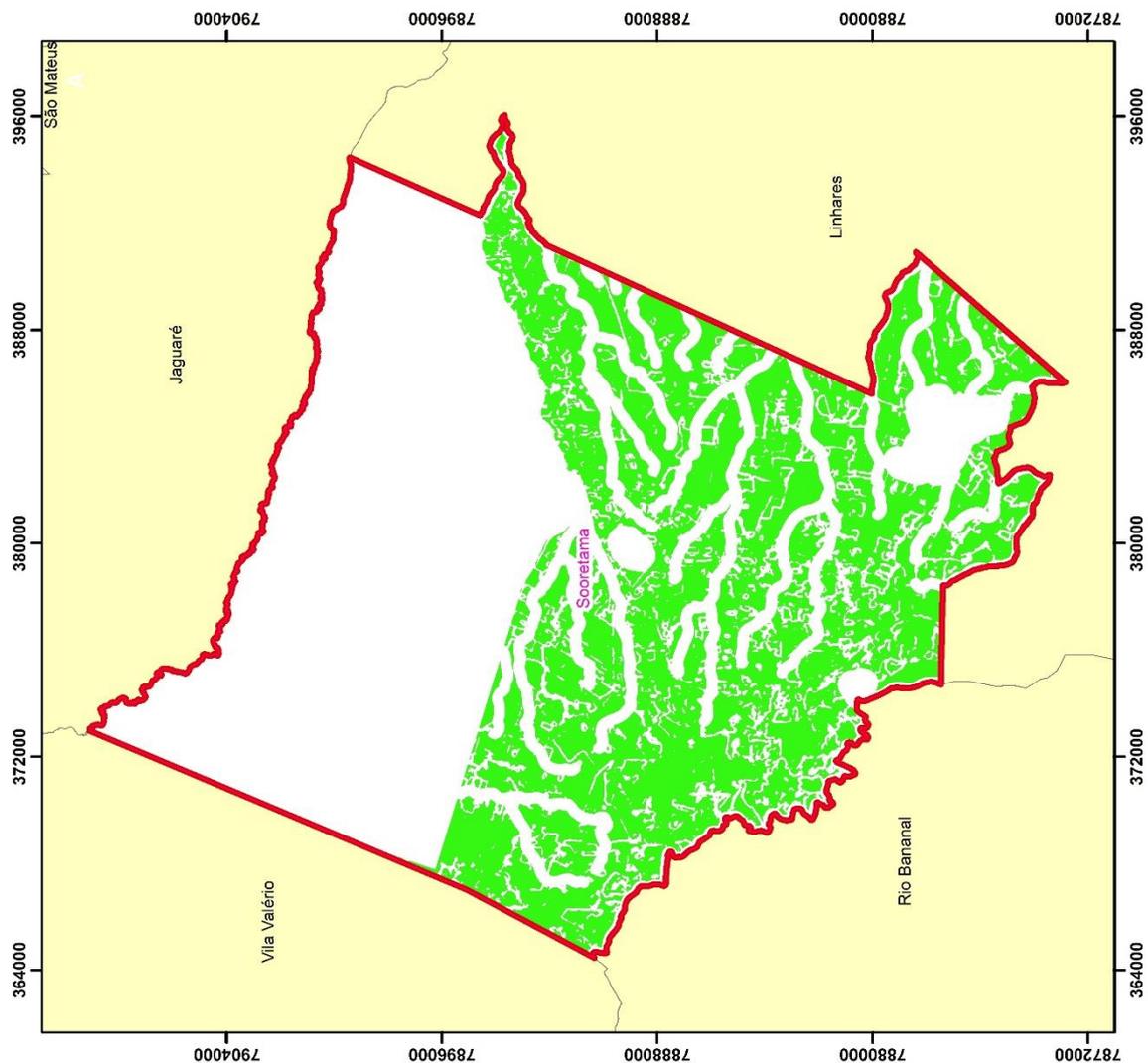
Escala:
1:218.000

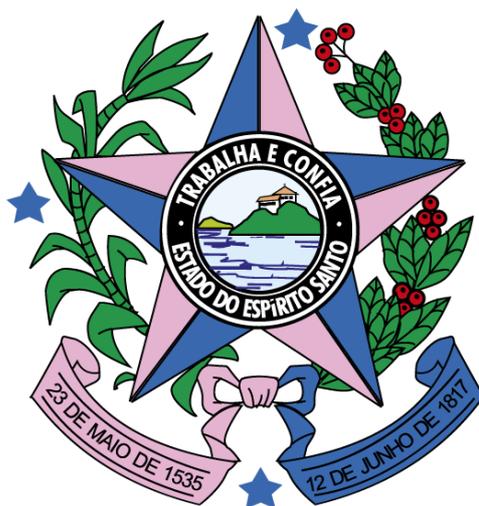
Escala Gráfica
3 1,5 0 3 km



Data da Edição:
29/03/2017

Executado por:
Dimaghi Schwambach



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

Av. N. S. Navegantes, 635, Ed. Corporate Office - 11º e 12º andar

Enseada do Suá - CEP: 29.050-335 - Vitória / ES

Tel.: (27) 3636-5041 / 3636-5042

E-mail: secretaria@sedurb.es.gov.br

www.sedurb.es.gov.br